

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LARISSA LOPES MELLINGER

**PROCESSOS DECISÓRIOS NA GESTÃO DOS BENS NATURAIS COMUNS:
PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, HIBRIDISMOS E INVISIBILIDADES**

CURITIBA

2013

LARISSA LOPES MELLINGER

**PROCESSOS DECISÓRIOS NA GESTÃO DOS BENS NATURAIS COMUNS:
PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, HIBRIDISMOS E INVISIBILIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em sociologia.

Orientador: Dr. Dimas Floriani

CURITIBA

2013

MELLINGER, Larissa Lopes

Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades.

Curitiba: UFPR, 2013

201p.: il.

Tese de Doutorado

1. Democracia participativa e deliberativa 2. Bens naturais comuns 3. Ação Coletiva 4. Unidade Familiar 5. Baía de Guaratuba 6. Conselho Gestor da APA de Guaratuba



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

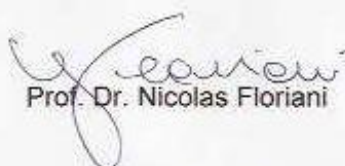
A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **Larissa Mellinger**, em relação ao seu trabalho de tese intitulado "AS "PROCESSO DECISÓRIOS NA GESTÃO DOS BENS NATURAIS COMUNS: PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, HIBRIDISMOS E INVISIBILIDADES" é de parecer favorável à APROVAÇÃO do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Doutor* em Sociologia, linha de pesquisa "Ruralidades e Meio Ambiente" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 15 de abril de 2013.



Prof. Dr. Geraldo Milioli



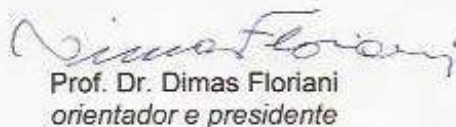
Prof.ª Dr.ª Lucia da Costa Ferreira



Prof. Dr. Nicolas Floriani



Prof.ª Dr.ª Katya Isaguirre



Prof. Dr. Dimas Floriani
orientador e presidente

*À minha filha Lara, pequena
participante deste mundo que cresceu
junto à tese!*

Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR, que acreditou que mesmo eu vindo de outra área do conhecimento, das ciências biológicas, conseguiria desenvolver uma tese na sociologia. Um enorme desafio que me propus com muita coragem e muito ânimo desde o princípio.

Não foi uma tarefa fácil desde o início e principalmente após com todo o esforço de campo já levantado e com a incumbência de transformar tudo aquilo que vi, vivi e ouvi em uma tese concreta.

Mas o apoio intelectual e afetivo de várias pessoas ajudou a tornar esse processo um pouco mais tranquilo, dentro da normalidade.

Agradeço enormemente ao meu orientador Dimas Floriani, ao qual admiro muito pela sua sabedoria no campo das ciências sociais, mas também por ousar na área de fronteira desta com as ciências naturais, pela sua serenidade e paciência. Diria que me orientou na medida certa, sem exigir além, mas sem deixar de exigir um bom trabalho.

Agradeço também às Professoras Doutoras: Lucia da Costa Ferreira da UNICAMP e Liliana Porto do Departamento de Antropologia da UFPR, por terem sido tão solícitas ao convite da qualificação e terem contribuído enormemente nas reflexões e andamento para a finalização deste trabalho.

Thiago e Lara, participantes fundamentais e imprescindíveis destes quatro anos, ... a vocês, meu núcleo familiar, eterno amor e eterna gratidão. Sem vocês a força não teria sido a mesma e o campo não teria sido tão maravilhoso e desafiador. A todos da minha família, especialmente meus pais, agradeço por estarem sempre muito presentes e tornarem alguns momentos mais leves de serem vividos e alguns ideais sempre vivos.

Agradeço enormemente a todas as localidades ao redor da baía de Guaratuba, a todas as pessoas que confiaram em mim e que me receberam e contribuíram para esta tese.

Talvez eu não agrade a todas com as minhas conclusões, mas o intuito foi realmente tentar “chacoalhar” tudo que está posto para ver se descortinamos outros “caminhares”.

À Daniela Sant’Ana e ao Antônio da Cunha do Descoberto, agradeço todas as contribuições, discussões e companhia em campo.

A Cecília Brosig e Manuela Dreyer pela grande ajuda na conformação final da redação da tese e pela amizade incondicional. Gratidão é pouco!

Aos amigos da vida e de profissão: obrigada por compartilharmos tantos momentos marcantes, tantas experiências!

Agradeço ainda a CAPES, através do programa REUNI, que possibilitou eu ter acesso a bolsa de doutorado durante esses quatro anos e ao Projeto Cultimar (GIA/UFPR) por todo apoio em campo.

Índice Geral

Lista de Siglas.....	11
Lista de Tabelas	12
Lista de Figuras	13
Resumo	16
Abstract.....	17
Apresentação Geral.....	18
CAPÍTULO I - Modelos de Gestão Democrática, ação coletiva e populações tradicionais em diálogo com a gestão dos bens naturais comuns.....	21
1. A democracia participativa e deliberativa	22
2. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns: o fim do caminho ou outras possibilidades?	27
3. A gestão dos bens naturais comuns através da ação coletiva	29
4. As Escalas espaço-sociais.....	33
4.1 Unidades Familiares	33
4.2 “Comunidades”	36
4.2.1 A idéia de “comunidade” nas ciências sociais.....	36
4.2.2 A idéia de “comunidade” na Igreja Católica – as Comunidades Eclesiais de Base	38
4.2.3 Populações, Povos e Comunidades Tradicionais – a construção de uma definição?.....	39
4.3 Região	43
CAPÍTULO II - Processos decisórios na Baía de Guaratuba, PR: a gestão dos bens naturais comuns e as escalas espaço-sociais.....	44
1. O Município de Guaratuba: aspectos históricos e atuais	45
2. A Área de Proteção Ambiental (APA) e a Baía de Guaratuba, Pr	51
3. Pesquisa de campo.....	58
4. A Unidade Familiar Pluriativa: lócus de reprodução social e de gestão dos bens naturais comuns	61
4.2 A pesca	67

4.3 A Roça e a Farinha	81
4.4 Caranguejo.....	87
4.5 Quintal e a criação de animais.....	91
4.6 “Tecido” e “Veludo”	92
4.7 Pesca Esportiva e Isca Viva.....	97
4.8 Cultivo de ostras, maricultura.....	102
5. Os sítios: ações coletivas familiares e interfamiliares	107
5.2 Riozinho	107
5.2.1 Estrutura e Organização.....	107
5.2.2 Memórias do passado	110
5.2.3 Terra, uso comum, conflitos, acordos.....	111
5.2.4 Diversidade de atividades	113
5.3 São Joãozinho.....	115
5.3.1 Estrutura e Organização.....	115
5.3.2 Memórias do passado	115
5.3.3 Terra, conflitos e Acordos Atuais.....	116
5.3.4 Diversidade de atividades	117
5.4 Descoberto.....	118
5.4.1 Estrutura e Organização.....	118
5.4.2 Memórias do passado	120
5.4.3 Diversidade de atividades	121
5.5 Cedro/Empanturrado	124
5.5.1 Estrutura e Organização.....	124
5.5.2 Memórias do passado	124
5.5.3 Terra, Patrimônio, Uso comum, Conflitos, Acordos	126
5.5.4 Diversidade de atividades	127
5.6 Cabaraquara e Porto Passagem.....	128
5.6.1 Estrutura e Organização.....	128
5.6.2 Memórias do passado	130

5.6.3 Terra, Patrimônio, Uso comum, Conflitos, Acordos	133
5.6.4 Diversidade de atividades	138
5.7 Parati, Fincão e Rio das Ostras	140
5.7.1 Estrutura e Organização.....	140
5.7.2 Memórias do passado	144
5.7.3 Terra, Patrimônio, Uso comum, Conflitos, Acordos	145
5.7.4 Diversidade de atividades	147
5.8 O Nativo	149
5.9 A unidade familiar e os territórios dos sítios: sobre organização, decisões e hibridismos	152
CAPÍTULO III - A esfera oficial das decisões e da participação social: a história ainda não acabou!.....	155
1. A gestão pública dos bens naturais comuns (história e fundamentos) e a participação social	156
2. Os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação da Natureza e sua inserção na teoria democrática.....	164
3. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.....	166
Considerações Finais: resultados alcançados e algumas indagações	181
Referências Bibliográficas.....	184
Anexo	198

Lista de Siglas

APA – Área de Proteção Ambiental

CG – Conselho Gestor

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

GAP – Grupo de Apoio ao Planejamento da APA de Guaratuba

GIA – Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura

ONG – Organização Não Governamental

OPP – Oficina de Planejamento Participativo

PARNA SHL – Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange

PM – Plano de Manejo

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC – Unidade de Conservação da Natureza

UF – Unidade Familiar

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Lista de Tabelas

Tabela 1. População do município de Guaratuba ao longo das décadas.....	49
Tabela 2. População Ocupada segundo as atividades econômicas – 2010.....	50
Tabela 3. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola no município de Guaratuba- 2011.....	50
Tabela 4. Caracterização das comunidades do interior da Baía de Guaratuba, Pr. SR = sem registro de posse; C = certificado; E = escritura.....	57
Tabela 5. Total do esforço de campo por localidade da região da baía de Guaratuba.....	60
Tabela 6. Definições de Unidade Familiar.....	62
Tabela 7. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares estudadas que praticam as atividades “pro gasto” e para geração de renda.....	66
Tabela 8. Principais Roteiros Metodológicos construídos no país, Instituições que os elaboraram e ano de elaboração.....	161
Tabela 9. Atuação dos conselhos gestores na gestão das UC federais.....	163
Tabela 10. Representantes do governo e sociedade civil do CG da APA de Guaratuba, conforme portaria de 2006/regimento interno.....	170
Tabela 11. Qualidade das deliberações no CG da APA de Guaratuba.....	173

Lista de Figuras

Figura 1. Vila de Guaratuba no século XIX e início do século XX. Fonte: mj.natalino.zip.net.	47
Figura 2. Localização da APA de Guaratuba, Paraná, Brasil. Fonte: SEMA, 2006.	52
Figura 3. Visualização da Baía de Guaratuba (PR) com seus alvos de conservação, segundo Pereira <i>et al.</i> , 2008.....	54
Figura 4. Mapeamento das principais ameaças aos alvos de conservação da Baía de Guaratuba, segundo Pereira <i>et al.</i> , 2008.....	55
Figura 5. Plantação de pinus ao longo da estrada que leva às localidades do fundo da baía de Guaratuba, Pr. Fonte: a autora do trabalho, 2012.	58
Figura 6. Distribuição dos entrevistados nos grupos de idade. Divisão dos grupos de idade baseada em IBGE, 2010.....	61
Figura 7. Pescador do Riozinho com batera a remo e tarrafa.....	68
Figura 8. Cambira feita pelos nativos para secagem do peixe.....	69
Figura 9. Travessia do ferry-boat pela baía de Guaratuba, Pr.	75
Figura 10. Barco de turista na entrada da baía de Guaratuba.	77
Figura 11. Roça de uma Unidade Familiar no Riozinho.	82
Figuras 12, 13, 14, 15. Prensa talhada manualmente para escorrer a água (12); forneando a farinha (13); casa de farinha rústica (14); forno mecanizado para o feitiço da farinha (15).	85
Figura 16. Caranguejo “pegado” na baía de Guaratuba.	88
Figura 17. Prática de extração de caranguejo onde uma pessoa permanece no barco batendo o remo para as pessoas que estão no mangue não se perderem.	89
Figura 18. Quintal com horta e frutíferas na localidade de São Joãozinho, baía de Guaratuba, Pr.	92
Figura 19. Espécie de musgo (“veludo”) espalhada no quintal de um morador do Cedro para secagem.....	94
Figura 20. Confeção de utensílio doméstico com o cipó imbé no Parati.....	95
Figuras 21 e 22. Processo de descascar e raspar o cipó preto (21); Confeção de cestas (“tecido”) com cipó preto (22).	96
Figura 23. Barco de alumínio de UF de Caieiras utilizado para a pesca esportiva na baía de Guaratuba.....	98

Figuras 24 e 25. Tanques-rede para viveiro de camarão utilizado para isca-viva na pesca esportiva (24); Armadilha e viveiro de garrafa pet (“covo”) para camarão “pitu” utilizado no fundo da baía de Guaratuba para a prática da pesca esportiva (25).	100
Figura 26. Entrada do sítio “Ostra Viva” em Cabaraquara onde há cultivo de ostras na baía de Guaratuba.	104
Figura 27. Casa flutuante do cultivo de ostras de morador de Caieiras em frente a ilha da Pescaria na entrada da baía de Guaratuba.	105
Figuras 28 e 29. Primeiras áreas de cultivo de ostras liberadas pela União como cessão de uso.	106
Figura 30. Porto de baixo com os ranchos ao fundo na localidade do Riozinho, baía de Guaratuba.....	108
Figura 31. Farinheira comunitária em funcionamento no sítio Riozinho.....	109
Figura 32. Áreas de uso comum no Riozinho para implantação de roça.	111
Figura 33. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares de acordo com as atividades praticadas.....	113
Figura 34. Faixa da Associação de São Joãozinho a frente da escola local.	115
Figura 35. Rede de pesca, batera e remos utilizados para a pesca no São Joãozinho. .	117
Figura 36. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no São Joãozinho de acordo com as atividades que praticam.	118
Figura 37. Atividade do “veludo” no São Joãozinho.	118
Figuras 38 e 39. Mercado Municipal de Guaratuba (38) e suas bancas (39).	120
Figura 40. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Descoberto de acordo com as atividades que praticam.	121
Figura 41. Ceva utilizada por nativos pescadores do Descoberto para a pesca esportiva na baía de Guaratuba.	122
Figura 42. Mudas de palmeira real na Fazenda Palmeira, no Descoberto.....	123
Figura 43. Sítio Empanturrado com igreja ao fundo.	125
Figura 44. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Cedro/Empanturrado de acordo com as atividades que praticam.....	127
Figura 45. Localidade do Cabaraquara ao sopé da montanha de mesmo nome.....	128
Figuras 46 e 47. Localidade do Porto Passagem, entre a montanha (46) e a baía de Guaratuba (47).	130
Figura 48. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Cabaraquara/Porto Passagem de acordo com as atividades que praticam.....	139

Figura 49. Rancho com canoas e bateras no Cabaraquara, expressando a pesca como importante atividade local.	140
Figura 50. Localidade do Parati com igreja e escola ao fundo desativadas atualmente.	141
Figura 51. Salto Parati no sítio Parati, baía de Guaratuba, Pr.	142
Figura 52. Localidade de Areinha no Rio das Ostras, baía de Guaratuba.	143
Figura 53. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Parati, Fincão e Areinha de acordo com as atividades praticadas.	148
Figura 54. Reunião do Conselho Gestor da APA de Guaratuba em novembro de 2012.	171
Figura 55. Reunião do Conselho Gestor da APA de Guaratuba em momento de resolução.	173
Figura 56. Sede da Colônia de Pescadores de Guaratuba (Z7) no bairro Piçarras.	178

Resumo

O intuito deste trabalho foi contextualizar o que hoje se chama de “participação social” ou “gestão participativa”, dentro da conservação ambiental ou socioambiental no Brasil, através da teoria social e política, principalmente sobre democracia participativa e deliberativa, suas críticas e complementações. Através do aporte da ação coletiva, teorias como “rational choice” e “common-pool resources” foram abordadas para explicar processos decisórios híbridos que ocorrem em outras esferas de decisão que não a esfera pública, oficial e institucionalizada. Um estudo de caso junto a populações “tradicionais” ao redor da baía de Guaratuba, litoral sul paranaense, indicou que as unidades familiares são a base de organização do sítio e da reprodução social do “nativo”, onde se estabelecem relações e regras de uso dos bens naturais comuns, baseada na diversidade de suas atividades e nas suas decisões diárias. Os sítios formam territórios das unidades familiares, mas não necessariamente os tornam “comunidades” harmônicas e auto-organizativas. Compreender esses processos é essencial para a atuação de agentes externos ou para a formulação de políticas públicas. O conselho gestor da APA de Guaratuba, locus oficial de participação social da arena ambiental, apesar de ser uma importante instância de decisão e consequente gestão dos bens naturais comuns na baía de Guaratuba, está aquém na deliberação e possui lacunas de representação da sociedade civil que na verdade só retratam uma herança histórica de conflitos e desacordos dos “nativos” com os órgãos e as leis ambientais que não ajudaram a construir efetivamente. Há mais de 20 anos da instituição da “conservação da natureza”, ressentimentos ainda estão latentes e tornam-se formas silenciosas de não legitimação desse modelo pela população local. A gestão formal participativa através dos conselhos gestores de Unidades de Conservação da Natureza tomada como imprescindível e legítima por órgãos públicos e ONG, muitas vezes acaba invisibilizando outras escalas de decisão e gestão dos bens naturais comuns, baseadas nas unidades familiares, ora escolhendo aquilo que puramente satisfaça suas necessidades de reprodução social e econômica, ora optando juntamente pelo uso comum dos recursos naturais, com suas regras, acordos, conflitos.

Abstract

This project aimed to contextualize what today is known on environmental or socioenvironmental conservation in Brazil as "social participation" or "participatory management", through social and political theory, mainly about participatory and deliberative democracy, its criticism and complementation. By having collective contribution, theories such as "rational choice" and "common-pool-resources" were used to explain the hybrid decision making process used on participative spheres of decisions other than the official and institutionalized public sphere. A case study of traditional population around Guaratuba Bay, Southern coast of Parana State, showed that familiar units are the foundation of locality organization and social reproduction of native population where relations and rules for the use of common natural resources were established based on pluri-activity and on their daily decisions. The localities constitute territories of familiar units, nevertheless they not necessarily become harmonious and self-organized communities. Understanding this process is essential for the action of external agents or formulation of public policies. The management council of Guaratuba APA (category of protected area according to Brazilian laws), official forum of social participation on environmental issues, despite representing an important body of decision therefore affecting the management of common natural resources on Garatuba bay, presents weak deliberation, having gaps on civil society representation. It only reflects an historical heritage of conflicts and disagreement between local community and environmental agencies and laws which didn't assist the process to be properly built. Over 20 years had pass since "conservation of nature" was introduced and resentments are still latent and become silent means of not legitimating of this model for local population. The "participatory management" through management councils of protected areas is taken as necessary and legitimate by public agencies and NGO, making invisible other levels of decision and management of common natural resources, based on familiar units, sometimes choosing what satisfies purely the reproduction of their economical and social needs, sometimes opting together for the use of common natural resources, with their rules, agreements and conflicts.

Apresentação Geral

Este trabalho é fruto de uma trajetória que iniciou há onze anos, quando recém-formada em biologia na cidade de Curitiba pela Universidade Federal do Paraná, a autora buscou outras experiências profissionais em terras bem mais longínquas, na Amazônia. A partir desse momento, seu contato com as populações ribeirinhas tradicionais, seu modo de ser e viver foram intensificados, culminando na elaboração de uma dissertação sobre ecologia e manejo de um importante recurso natural utilizado economicamente na região. De lá para cá, em trabalhos realizados ainda na Amazônia e depois voltando ao sul e à Floresta Atlântica, o anseio da autora por desvendar o lado humano e social da gestão dos recursos naturais fizeram-na acreditar que, conhecendo melhor os cânones da sociologia, da antropologia, estes a fariam compreender e atuar bem melhor na sua profissão, que agora já seria um híbrido entre diversas áreas do conhecimento, repleto de desafios. Atuar no *campo* das ciências sociais sem o *habitus* desta e talvez nem mais com o da biologia/ecologia, trouxe vários obstáculos, tanto o de adentrar no pensamento sociológico como o de descolar em parte do biológico. Mas talvez isso tenha ajudado tanto a não se apegar a algumas teorias que talvez na sociologia fossem imprescindíveis de serem abordadas, como de sempre analisar outros fatores que poderiam estar influenciando as escolhas teóricas ou as conclusões pós-empíria. Salvo a importância do tema aqui tratado e das importantes contribuições que essa tese possa ter tanto no campo das ciências sociais como no das ciências ambientais/naturais, sabe-se que o aprofundamento teórico em alguns momentos possa ter deixado a desejar, justamente por ser uma tese em área de fronteira e um campo tão aberto que às vezes torna-se difícil compreender o essencial.

A intenção desta pesquisa foi discutir algumas categorias de análise, como governança, gestão, participação democrática, ação coletiva, dentro do contexto dos bens naturais comuns desde uma realidade mais geral, até mais localizada, na região da baía de Guaratuba, litoral sul do Paraná. Está dividida em três partes sequenciais. Na primeira parte, houve um esforço de se fazer uma descrição dos modelos de gestão democrática universais, baseado nas teorias de democracia elitista, pluralista, liberal, participativa e deliberativa, e principalmente destes últimos dois. O intuito foi contextualizar o que hoje se chama de “participação social”, “participação democrática” e “gestão participativa”, entre outros termos, dentro da conservação ambiental ou socioambiental no Brasil. Isso porque muito se fala nesses assuntos dentro deste campo,

mas pouco se discute o que realmente eles significam dentro da teoria social e política e suas implicações, como se fossem conceitos sem conceituação. Juntamente agregam-se outros debates relacionados à antropologia rural, ao campesinato, a noção de comunidades, as populações tradicionais e a ação coletiva para compreensão de outras racionalidades e visão de mundo para além do discurso participativo e deliberativo.

A segunda parte é o trabalho empírico realizado na região da baía de Guaratuba e especificamente em nove sítios ali localizados onde vivem a grande maioria da população local rural. Por meio de entrevistas e observações do cotidiano público e privado dos sujeitos da pesquisa, o objetivo foi analisar a governança dos bens naturais comuns desta região através das práticas materiais e imateriais de reprodução social e uso dos recursos naturais, seguindo processos decisórios que se dão em duas das três categorias de análise aqui chamadas de espaço-sociais: da Unidade Familiar (UF), do Sítio (“Comunidade”) e da Região como uma arena. Através de um diálogo com as teorias democráticas participativas, teorias da antropologia rural, da ação coletiva, procurou-se compreender as formas de gestão dos bens comuns na UF e Sítios, desde as regras culturais até os acordos/decisões mais formalizadas, e se isso tudo estaria conectado.

Na terceira seção descreve-se o histórico e fundamentos da gestão ambiental pública (dos bens comuns) no Brasil, desde a criação de suas leis principais, sua forma de gestão e de planejamento da gestão e suas transformações ao longo do tempo. Em seguida, busca-se apreender como esta gestão se insere (ou não) dentro dos modelos universais de gestão democrática, principalmente em relação aos conselhos gestores de Unidades de Conservação da Natureza, instâncias de gestão participativa bastante proclamadas por órgãos ambientais públicos e ONG ambientalistas. O intuito foi fazer uma breve análise desses espaços no que se refere ao seu caráter democrático participativo ou também democrático deliberativo, como também suas lacunas. Aqui, as análises referentes à participação democrática no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, importante arena ambiental/socioambiental regional, deram suporte a toda essa discussão.

Em linhas gerais, as perguntas norteadoras dessa tese são: Seriam os modelos democráticos participativo e deliberativo eficazes para a gestão dos bens naturais comuns? Outras instâncias e racionalidades na tomada de decisão são visíveis e legítimas para a esfera oficial de “participação social”?

Nesse sentido, essas indagações foram ganhando corpo e consistência ao longo do processo investigativo, de tal maneira que permitiu focar com maior nitidez o núcleo central em torno do qual girou esta pesquisa, a saber: em que medida os aspectos organizacionais das estruturas sociais, captados por diferentes escalas aqui denominadas de escalas espaço-sociais (unidade familiar, sítio e “região”) e traduzidas em práticas materiais de gestão e apropriação dos bens naturais comuns, encontram resistência ou se adéquam aos instrumentos legais e institucionais que regulam o acesso e a gestão pública desses recursos? Por sua vez, outros componentes desse processo de reprodução social são constitutivos dessa dinâmica local e regional, tais como elementos culturais ou imateriais (memória, símbolos, formas de sociabilidade entre famílias e instituições) e as práticas materiais de reprodução social dos sítios e das famílias e indivíduos neles inseridos. São esses componentes que tecem as relações entre os atores sociais, públicos e privados, bem como suas ações coletivas, naquilo que representa possibilidades de consenso e de conflito. Ademais, buscou-se também identificar os motivos das dificuldades de construção do diálogo entre os atores envolvidos no processo de gestão dos bens comuns e acredita-se ter identificado alguns desses mecanismos, pela observação e levantamento de indicadores sobre as diferentes formas de percepção de cada um destes sujeitos sociais, o que será demonstrado ao longo deste trabalho.

Da mesma maneira, a sistemática das práticas materiais pluriativas, associadas aos diferentes tipos de organização social aqui estudados obrigaram a trabalhar com a noção de “hibridismo” das práticas e lógicas de gestão, encontrado das diferentes formas de participação nas instâncias de gestão política dos bens comuns.

CAPÍTULO I - Modelos de Gestão Democrática, ação coletiva e populações tradicionais em diálogo com a gestão dos bens naturais comuns

1. A democracia participativa e deliberativa

Em seus estudos sobre participação e teoria democrática, Carole Pateman (1992) apontou que era irônico que a ideia de participação tivesse se tornado tão popular se entre os teóricos da política e sociólogos políticos a teoria da democracia mais aceita era aquela na qual o conceito de participação assumia um papel menor (sua obra original foi de 1970).

Hoje, o debate contemporâneo sobre a democracia parece estar baseado em cinco modelos que se constituem pontos de referência, segundo Coelho & Nobre (2004). No primeiro modelo, “elitista”, de acordo com seu principal autor Joseph Schumpeter, democracia é a luta entre líderes políticos rivais, pertencentes a partidos e disputando o direito de governar. Então os únicos participantes integrais são os membros das elites políticas nos partidos e em cargos públicos; ao povo cabe apenas um papel secundário, o voto. O segundo modelo, “pluralista”, já consegue abarcar inúmeros grupos, representando diferentes interesses, onde o poder é arranjado de maneira não-hierárquica e competitiva. O ponto central do método democrático de Robert Dahl são as eleições onde há o controle dos líderes pelos não líderes. Porém Dahl (*apud* Pateman 1992) salienta que um aumento na taxa de participação do homem comum poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático.

No terceiro modelo, o “legal”, que tem como principais autores Friedrich Hayek e Robert Nozick, a defesa do Estado mínimo e do *laissez-faire*¹ são valores fundamentais da vida social. Modelo conhecido como a “nova direita” com fortes elementos do liberalismo. A teoria liberal representativa é a corrente teórica que se tornou hegemônica no século XX, baseada na representação e na agregação de interesses através do sistema eleitoral. O projeto neoliberal até defende uma ideia de participação, mas aquela na qual a sociedade, através de suas associações, ONG, age de acordo com as diretrizes do próprio Estado, que se desresponsabiliza pela realização das políticas sociais em função de um projeto de ajuste estrutural de redução de suas atividades. A participação solidária torna-se, portanto, vazia de conteúdo político, pois é entendida num contexto “privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social” (Dagnino, 2002).

Neste modelo, a relação entre burocracia e democracia é marcante. A necessidade fundamental da primeira levaria a perda de controle por parte dos cidadãos

¹“Deixai fazer”: expressão francesa, símbolo do liberalismo econômico, do capitalismo, onde o mercado deve funcionar livremente, sem interferência do Estado.

em função da contínua especialização do aparato burocrático. A perda deste controle sobre o aparato estatal seria recompensada pelo ganho dos tempos livres e do progresso inevitável das nossas sociedades de consumo (Pereira, 2007).

Já o quarto modelo, o “participativo”, ficou conhecido como a “nova esquerda” em contraposição ao modelo “legal”. Tendo em Carole Pateman, Nikos Poulantzas e C.B. Macpherson seus idealizadores, este modelo pretende superar as desigualdades materiais e os déficits de formação política da opinião, bem como ampliar a participação dos cidadãos nos processos decisórios. Importante ressaltar que suas teorias não buscavam substituir os mecanismos de representação, mas sim conjugar espaços de participação direta com a manutenção da representação política. Para Pateman (1992), o teórico por excelência da democracia participativa foi Rousseau, seguido por John Stuart Mill e mais recentemente G.D.H. Cole. A teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, provocando um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. Rousseau afirmava que certas condições econômicas eram necessárias para um sistema participativo, pois diferenças existentes não deveriam conduzir à desigualdade política, ou seja, nenhum cidadão poderia ser rico o bastante para comprar o outro e nenhum poderia ser tão pobre que tivesse que se vender, e para isso era vital na visão dele de que todo homem possuísse alguma propriedade. Considerava que a situação ideal para a tomada de decisões seria a que não contasse com a presença de grupos organizados, apenas indivíduos, pois os primeiros poderiam querer que prevalecessem suas “vontades particulares”. Caso fosse impossível evitar as associações organizadas dentro das comunidades, diz Rousseau, elas deveriam ser tão numerosas e de poder político tão igual quanto possível. Para Rousseau, a participação pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor.

Para Mill, além da importância da participação como instrumento educativo, que já havia sido colocado também por Rousseau, agrega-se aqui outra dimensão da teoria, a participação no local do trabalho encarado como participação política por excelência. Do mesmo modo que a participação da administração do interesse coletivo pela política local educa o indivíduo para a responsabilidade social, também a participação na administração do interesse coletivo na organização industrial favorece e desenvolve as qualidades que o indivíduo necessita para as atividades públicas. Dessa forma, a relação

empregador/empregado não poderia se sustentar a longo prazo, e alguma forma de cooperação deveria substituí-la, com administradores (governo) eleito por todo o corpo de empregados, da mesma forma que são eleitos os representantes a nível local. Para Cole, é a indústria que possui a chave que abrirá a porta para uma forma de governo verdadeiramente democrática, pois é na indústria que o indivíduo mais se envolve em relações de superioridade e subordinação. Os homens precisam cooperar em associações para satisfazer suas necessidades e assim começa a examinar os motivos que mantêm os homens juntos em uma associação e os modos pelos quais os homens agem por meio de associações, suplementando e complementando suas ações enquanto indivíduos isolados ou privados. Cole produz uma teoria das associações. Sociedade, como definida por ele, é um complexo de associações que se mantém unidas pelas vontades de seus membros. Se o indivíduo quiser se autogovernar, então ele não só tem de ser capaz de participar da tomada de decisões em todas as associações das quais ele é membro, como as próprias associações têm de ser livres e possuir igual poder político para controlar seus próprios assuntos.

Em síntese, a teoria participativa da democracia coloca que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente; também a existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia, apenas pela participação a nível local, no trabalho e em associações locais que o indivíduo poderia “aprender democracia”. Além disso, a democracia participativa torna-se um sistema auto-sustentado pelo impacto educativo (principal função) do processo participativo. Soma-se a isso seu efeito integrativo e de auxiliar na aceitação de decisões coletivas (Pateman, 1992).

O quinto modelo, “deliberativo”, apoiado em Bernard Manin, Jürgen Habermas e Joshua Cohen apresenta uma teoria explicitamente normativa da democracia, tendo como requisito a legitimidade dos processos democráticos, legitimidade essa dependente de procedimentos imparciais de deliberação. São válidas aquelas normas que poderiam receber a anuência de todos aqueles afetados por suas conseqüências. Habermas (1990, *apud* Avritzer & Costa, 2004) com a construção do seu modelo discursivo de esfera pública, onde o espaço público é insubstituível para a constituição democrática da opinião e da vontade coletivas, a mediação necessária entre a sociedade civil, de um lado, e o Estado e o sistema político, de outro, introduz um novo caminho dentro da teoria democrática, além do debate entre os elitistas e os participativos, que abre espaço para uma nova forma de relação entre racionalidade e participação. A fonte

da legitimidade política não pode ser, conforme Habermas, a vontade dos cidadãos individuais, mas o resultado do processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva. É necessário, portanto, que os cidadãos ofereçam argumentos racionais para os seus pares de forma a justificarem suas decisões. Esse é o processo que, operado dentro da esfera pública, estabelece a mediação entre o mundo da vida e o sistema político, permitindo que os impulsos provindos do mundo da vida² cheguem até as instâncias de tomada de decisão instituídas pela ordem democrática.

A sua principal contribuição foi a possibilidade de se resgatar um espaço público onde os indivíduos pudessem interagir e se posicionar de uma forma crítica perante o Estado, rompendo assim com a polarização dos debates entre as teorias elitista e participativa da democracia, em função da importância dada à construção argumentativa das preferências e não por meio de mera agregação de interesses (Pereira, 2007).

Este modelo da esfera pública de Habermas que não necessariamente constitui um espaço concreto e institucionalizado, mas sim uma rede de fluxos comunicacionais que se condensam em opiniões públicas (1997, p.92), apesar de fundamental para a teoria deliberativa, sofreu várias críticas e complementações, como o reconhecimento da importância dos “new publics” (Cohen & Arato 1992), “counterpublics” (Fraser 1992, 2002), “diasporic publics” (Gilroy 1993) e “deliberative publics” (Avritzer & Costa 2004), além das propostas de Young (2002) e Dryzek (2000).

Para Fraser, a ideia de uma esfera pública nacional única e abrangente não considera as relações assimétricas de poder que marcam, historicamente, os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas. A esfera pública apresenta mecanismos de seleção que implicam a definição prévia dos atores que serão efetivamente ouvidos e dos temas que serão tratados como públicos. Nesse contexto, minorias étnicas, grupos discriminados e mulheres (os contrapúblicos - “counterpublics”) são excluídos a priori ou merecem um lugar subordinado na esfera pública. Gilroy faz referência ao espaço cultural do Atlântico negro, formado no âmbito da diáspora africana iniciada com a escravidão moderna. Escravos negros e depois seus descendentes que possuíam a dança e a música como forma de sua constituição, performance e organização, também foram excluídos do processo de construção da

² A canalização dos fluxos comunicativos provindos do mundo da vida para a esfera pública é operada, fundamentalmente, pelo conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado a que se denomina sociedade civil (Habermas 1990, *apud* Avritzer & Costa, 2004).

política, política essa regida pelo império do homem branco, da palavra, pela separação entre performance e racionalidade.

A preocupação de Habermas com a defesa do caráter institucional do Estado de direito, onde a sociedade civil produz influência política, mas não decide nem implementa políticas, levam-no a subestimar completamente as estruturas de participação pública. Em toda a sua discussão sobre espaço público, faltam referências à necessidade de horizontalizar os processos decisórios, de conectar os processos de discussão e deliberação pública, conferindo poderes efetivos aos diversos atores sociais como realmente “deliberative publics” (Avritzer & Costa 2004).

Duas propostas alternativas são colocadas no intuito de não restringir a participação dos indivíduos pelo discurso público. Young (2002) vai sustentar a proposta de uma democracia comunicativa, baseada em outras formas de comunicação para além da argumentação racional, tais como o cumprimento (*greeting*), entendido como a forma comunicativa que antecede a troca de razões durante a discussão; a retórica, entendida como a troca de argumentos, mas direcionada especificamente para uma audiência e com um estilo e tonalidade próprias, e por último a narrativa ou o testemunho, entendidos como um mecanismo de partilha de experiências de vida. Dryzek (2000) amplia a noção de democracia comunicativa para democracia discursiva, chamando a atenção ao fato de que a retórica pode coagir a audiência ao manipular suas emoções. As formas de comunicação utilizadas na democracia discursiva não poderão promover algum tipo de coerção e deverão ser capazes de conectar a experiência particular de um indivíduo, grupo ou categoria com algum princípio mais geral. Assim, afirma que “levar a diferença a sério significa atentar às diferentes identidades e aos diferentes tipos de comunicação que as acompanham, recusando-se a liquidá-las em nome de uma razão pública unitária” (Dryzek 2004, p.51).

Dessa forma, poder-se-ia constatar que os modelos participativo e, principalmente, o deliberativo, com suas críticas e complementações, seriam formas eficazes de se constituir a real participação da sociedade nas tomadas de decisão. E mais, poderiam ser consideradas formas não-hegemônicas de democracia em contraponto com os modelos hegemônicos de democracia representativa elitista ou liberal. Mas será que são modelos que realmente rompem com as exclusões e a não participação social nas tomadas de decisões do Estado, ou seriam só rearranjos de uma ordem já estabelecida?

2. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns³: o fim do caminho ou outras possibilidades?

No Brasil, a abertura da gestão pública à participação da Sociedade Civil na elaboração de suas políticas públicas, institucionalizando práticas participativas inovadoras que marcam rupturas com a dinâmica predominante, ultrapassando as ações de caráter utilitarista e clientelista, aumentaram nos últimos dez anos, segundo Jacobi (2004). Mesmo assim parecem ainda não fazer diferença, a população utiliza muito pouco ou quase nada os canais disponíveis para participar e quando participam, muitas vezes, é com uma visão imediatista. A grande maioria da população não tem conhecimento sobre os mecanismos existentes e com a falta de credibilidade e a falta de continuidade administrativa que ainda prevalece, a população perdeu a noção da consistência das políticas e do seu alcance (Jacobi 2004).

Outro estudo, de 2008, coloca que após 15 anos de experimentação de práticas de participação institucionalizadas em contraponto aos padrões tradicionais de formulação e implementação das políticas, pela inserção de novos atores, temas, conflitos e interesses, mudanças efetivas às vezes estão muito longe das expectativas que motivaram a criação dessas novas práticas, ocupando ainda lugar marginal nos processos decisórios que envolvem a definição das políticas em suas áreas específicas. As relações entre governo e sociedade são marcadas por uma enorme assimetria de recursos – organizacionais, informacionais, financeiros, educacionais, dentre outros – que limita, em muito, as possibilidades do exercício da autonomia. Os atores sociais entram no jogo político em condições marcadamente subalternas (Tatagiba & Teixeira 2006). Mas reconhecer esse diagnóstico mais geral já não basta. É preciso avançar na análise além das observações mais simplistas e retratar com traços mais definidos os contornos dessas novas instâncias participativas (Teixeira & Tatagiba 2008).

Na gestão ambiental, os impactos das práticas participativas, apesar de controversas, apontam para uma nova qualidade de cidadania, que institui o cidadão como criador de direitos para abrir novos espaços de participação e deliberação sociopolítica (Jacobi 2004). Apesar das barreiras que precisam ser superadas para

³ Trata-se de recursos naturais que não são providenciados, como peixes, águas superficiais e subterrâneas e florestas. Bens comuns são uma classe de recursos que podem ser identificados através da característica da subtração, ou seja, a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro. Uma segunda característica é a dificuldade ou até impossibilidade de se excluir potenciais usuários ou controlar o acesso dos mesmos (Schmitz *et al.* 2009). O termo bem comum é empregado, também, em referência exclusiva ao regime de propriedade comunal (FEENY *et al.*, 2001, p. 21). Emprega-se aqui “bem natural comum” em uma percepção mais ampla do termo “recurso natural”, pois este pode indicar apenas uma visão utilitarista da natureza.

multiplicar iniciativas de gestão que articulem eficazmente a democracia com a crescente complexidade dos temas, para Jacobi (2004) justificam-se todos os esforços de fortalecimento do espaço público e de abertura da gestão pública à participação da sociedade civil.

Segundo Ruffino (2005) a gestão do uso dos recursos naturais representa a mediação de interesses e de conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais alteram, com suas práticas, a quantidade do recurso e do meio ambiente. Da mesma forma, define como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes dessas práticas. O estabelecimento de regras de uso dos recursos não é, portanto, meramente uma questão de aplicação dos conhecimentos científicos obtidos. Representa a mediação de interesses econômicos, políticos e culturais, e ocorre em determinado contexto social, político, espacial e temporal.

Nesse sentido se discutem sistemas de gestão nos quais instituições de representação civil, incluindo as organizações de base, possam gerir os recursos de forma conjunta com as instituições governamentais, responsáveis por áreas naturais protegidas, como as Unidades de Conservação da Natureza (UC)⁴. Sistemas de “gestão participativa” são entendidos, portanto, como mecanismos de gestão no qual se articulam Estado e sociedade civil organizada. A função da sociedade é exercida em nível local, através de mecanismos conjuntos de tomada de decisão. A proposta é que a participação popular, vista como parte integrante do desenvolvimento, seja considerada como base para a tomada descentralizada de decisões. Dentro deste contexto entram em cena os conselhos gestores de UC, instâncias bastante proclamadas (principalmente pelo poder público e por alguns setores da sociedade civil, como as ONG) de participação democrática, de governança.

Para Rodrigues (2008) os Conselhos Gestores em Unidades de Conservação, espaços públicos de participação, são entendidos como palcos onde são travados os pactos coletivos necessários à gestão ambiental das unidades de conservação da natureza. Já Rahnema (1995) argumenta que é o poder local não convencional, e não a participação promovida por agentes externos (como a participação da base em conselhos gestores), que possui caráter de resistência ao sistema dominante. Para ele, a

⁴ As UC são áreas naturais criadas primordialmente para proteção e conservação da biodiversidade, com categorias e objetivos específicos, desde uma perspectiva de proteção integral da natureza, permitindo apenas usos indiretos (como turismo, pesquisa e educação ambiental) até uma perspectiva de uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais pela população local (SNUC 2000).

participação pode acabar negando tais poderes locais e favorecendo o próprio sistema que atores populares procuram modificar.

Parte dos sujeitos que participam desses espaços públicos, ou que não participam: os nativos, os pescadores artesanais, extratores tradicionais, lavradores, constituem uma dinâmica anterior, a da unidade familiar, e que vai influenciar toda a lógica de atuação desses sujeitos nas dimensões seqüentes, de “comunidade” e região (associações, conselhos gestores). Segundo toda a literatura do campesinato, a unidade familiar/ grupo doméstico possui características e relações sociais de extrema importância para compreender estes grupos em instâncias diversas, apesar das características específicas destes grupos e dos diferentes nomes pelos quais se reconhecem ou são denominados por um agente externo.

Na diversidade dos grupos sociais brasileiros surgem as “comunidades”. A visão romantizada das “comunidades” cria nas agências uma expectativa de consensos, acordos e coletivismo que não necessariamente acontecem. Por isso, muitas vezes ocorre o fracasso dessas experiências atuais (como manejo comunitário, associativismo, gestão participativa) que não incorporam na sua agenda, por exemplo, toda a dinâmica do campesinato. Também se cria nas agências certa expectativa de que precisa existir um modelo democrático oficial de decisões que é explicitamente o participativo (o espaço público de tomada de decisão) e não se percebe como outras formas de decisão também são efetivas e importantes. Decisões pessoais, posições estruturais específicas, regras da natureza e de reprodução social, conflitos internos e com agentes externos fazem com que os sujeitos estejam negociando e decidindo o tempo inteiro, sem necessariamente fazerem parte de uma arena pública de debate.

Nesse sentido, essa tese pretende mostrar que existem diferentes níveis de decisão, ou seja, diferentes esferas onde se dá a gestão dos bens naturais comuns e não só necessariamente na organização formal, oficial e institucionalizada pelo Estado. Para captar essa gestão em outras dimensões, utiliza-se aqui o aporte teórico da ação coletiva.

3. A gestão dos bens naturais comuns através da ação coletiva

Algumas considerações acerca da ação coletiva, sob as teorias de Mancur Olson, “Tragédia dos comuns” de Garrett Hardin, Neo-Institucionalismo de Mary Douglas, e da teoria baseada nos “common-pool resources” de Elinor Ostrom precisam ser colocadas para se compreender outros níveis de negociação e decisão.

A obra de Mancur Olson, “A lógica da ação coletiva”, de 1965, juntamente com a obra de Anthony Downs, “Uma teoria econômica da democracia”, publicada originalmente em 1957, compõe um dos mais importantes trabalhos pioneiros no campo geral que veio a se tornar conhecido como a teoria da “escolha racional”. O que caracteriza a abordagem é o esforço de tratar os problemas da política e da ação coletiva com a perspectiva e o instrumental próprio da economia, destacando-se o suposto da racionalidade (econômica, instrumental) dos agentes. Neste aspecto, o sujeito consciente do fim, está o tempo inteiro calculando os meios de chegar a este fim, escolhendo sempre aquilo que maximize seus próprios benefícios.

Segundo Olson (1965), quando há objetivos econômicos envolvidos, espera-se que os grupos de indivíduos com interesses comuns ajam por esse interesse tanto quanto se espera que os indivíduos isoladamente ajam por seus interesses pessoais. Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal. Mas os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses só agirão para promover seus interesses comuns ou grupais, se o número de indivíduos do grupo for realmente pequeno ou se houver coerção ou algum outro dispositivo especial que os faça agir. Neste sentido, grupos grandes só agirão coletivamente a base de uma coerção ou de algum incentivo individual à parte. Os grupos pequenos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor do que os grandes, pois nestas situações as pessoas têm mais chances de se conhecerem e se autorregularem.

Dentro da perspectiva da escolha racional, outro teórico, o biólogo Garrett Hardin em 1968 reforçou a lógica dos indivíduos de maximizarem seus próprios benefícios ao colocar que o destino dos recursos de uso comum seria sua degradação, pois cada um focaria em suprir suas próprias necessidades egoisticamente.

Em contraposição a teoria da escolha racional, Mary Douglas em sua obra “Como as instituições pensam” de 1998, coloca que os indivíduos contribuem, sim, para o bem público com generosidade, até mesmo sem hesitações, sem a intenção óbvia de obter um benefício próprio, baseados nos valores institucionais ao qual o indivíduo está atrelado e dos quais sofre influência.

Também Ostrom (1990) aponta casos de gestão coletiva de sistemas de bens naturais comuns bem sucedidos por longos períodos explicando porque os indivíduos não se comportam sempre como o previsto por Olson (1965) e Hardin (1968). Pequenos

grupos locais e populações maiores são capazes de criar instituições, elaborar as regras necessárias e garantir o respeito dos envolvidos em relação ao uso de bens comuns, sem maximizar egoisticamente benefícios próprios, tendo como fim a degradação dos bens comuns utilizados.

Nessa linha, estudos da ação coletiva em torno dos bens naturais comuns muitas vezes focam em características dos participantes e no manejo do ecossistema (Futemma *et al.* 2002). A análise social dos participantes ajuda a descobrir os fatores que levam a participação nesses empreendimentos locais, assim como o interesse individual em participar (Ostrom, 1998) e a habilidade do grupo em se organizar (McCay & Jentoft, 1998). Uma análise ecológica do manejo do ecossistema ajuda a desvendar como as características de um recurso influenciam o tipo de sistema de apropriação que é designado (Schlager *et al.*, 1994) e como o arranjo institucional local influencia a sustentabilidade da gestão coletiva de bens naturais (Berkes, 1989; Gibson *et al.*, 2000).

Para Ostrom (1990, p. 90), a gestão de bens comuns, dentre eles, os recursos naturais, por longos períodos, baseia-se num arranjo institucional que, geralmente, é composto de vários elementos tais como: assembléia, negociação, decisão, acordo, regras, monitoramento, sanções e instâncias de fácil acesso para a resolução de conflitos (princípios de instituições de sistemas duradouros).

Um dos exemplos da contribuição teórica da autora é o desenho de oito princípios necessários para se estabelecer arranjos institucionais robustos e de longa duração, voltados à gestão dos bens comuns (Ostrom, 1990): 1. Fronteiras claramente definidas; 2. Congruência entre regras de apropriação e de provisão (dos recursos) levando-se em conta as condições locais; 3. Arranjos coletivos que permitem a participação da maior parte dos beneficiários (do manejo de recursos de uso comum) nos processos de tomada de decisão; 4. Monitoramento efetivo por monitores que fazem parte ou relacionam-se diretamente aos beneficiários; 5. Sanções crescentes para beneficiários que não respeitam os acordos coletivos; 6. Mecanismos de solução de conflitos baratos e de fácil acesso; 7. Reconhecimento do direito de organização (por exemplo, da parte do Governo); 8. Empreendimentos articulados na forma de rede, em diferentes níveis, mas com pequenos arranjos institucionais de grupos locais na base (para o caso de grandes áreas de recursos comuns, como por exemplo, extensas florestas ou pastagens). Para Ostrom (2002), quanto maior o número desses princípios presentes em um dado arranjo institucional, maior a probabilidade de sucesso e duração dos

acordos coletivos de co-manejo e, conseqüentemente, de longevidade das instituições envolvidas.

Mas um arranjo fixo, negociado, decidido e documentado em ata como única forma de gestão pode perder força, em favor da imagem da interação de um grupo de atores com diferentes interesses e, na forma “mais tradicional” da gestão, da existência de um conjunto de regras e valores consuetudinários, baseado na “lei do respeito” (Schmitz et al. 2009). Era dessa maneira que funcionava a roça dos caiçaras e a pesca nos lagos da Amazônia e no mar, praticados em áreas de livre acesso (Berkes, 1987; Diegues, 2001).

A gestão coletiva de bens comuns depende da atuação de múltiplos atores no mesmo território. Como tipo ideal, o objetivo é garantir o uso dos bens por um largo período de tempo. Porém, a superposição de interesses pode ser motivo de conflito. Mesmo a gestão exclusiva por populações tradicionais nem sempre tem por fim a conservação de recursos (Hames, 1987).

Schmitz et al. (2009), estudando a “gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil” definiram gestão coletiva de bens comuns como o resultado de um processo de interação de indivíduos ou grupos para uso desses mesmos bens. O arranjo institucional existente para este fim pode ser, por um lado, composto por um conjunto de regras e valores consuetudinários, cujo acatamento é garantido através da “lei do respeito”, sem necessariamente passar por um acordo negociado. Por outro, consideram, também, a gestão com procedimentos mais formais, como associação, assembléia, negociação, decisão, acordo, regras, monitoramento, sanções, assim como leis, governos e conselhos. Para Ferreira (2004) as regras e sanções devem ser compreendidas como sinônimos de pactos sociais (Schmink & Wood, 1992), tanto no nível dos grupos sociais locais (que habitam áreas protegidas), quanto pactos sociais institucionalizados, que representam as leis e o padrão de ação dos agentes que atuam nas instituições públicas.

Futema et al. (2002), estudando a ação coletiva em sistemas com pronunciada heterogeneidade ecológica e social, colocam a importância de uma análise não só dos participantes da ação coletiva formal, mas daqueles que não participam, a fim de compreender os fatores que fazem com que os indivíduos não contribuam à uma ação coletiva. Com isso, uma análise a partir da unidade doméstica/familiar é tão importante quanto uma abordagem nas escalas de comunidade, região.

A Baía de Guaratuba, localizada no litoral sul do Paraná, pode ser considerada um Sistema Ecológico-Social (segundo teoria dos Sistemas Ecológicos-Sociais – SES - de Ostrom, 2009), pois é um ambiente natural de importante biodiversidade e com bens (recursos) naturais utilizados pelo homem, como os recursos do manguezal (caranguejos, ostras, mariscos), peixes, água, terra. Uma diversidade de atores sociais como os nativos, pescadores artesanais, maricultores, turistas, utilizam esses bens naturais comuns. A governança desses recursos parece ser permeada por diferentes tipos de ação (gestão) coletiva, já que aliado a essa diversidade de atores, há o fato da Baía de Guaratuba estar inserida em uma Unidade de Conservação da Natureza de Uso Sustentável, administrada por órgão ambiental estadual, com base na Lei Federal do SNUC (Brasil, 2000). Diante desta realidade, acordos baseados em conhecimento tradicional, em valores consuetudinários, parecem coexistir com uma série de regras e sanções institucionalizadas e aplicadas a área.

Partindo das diferentes abordagens de ação (gestão) coletiva colocadas anteriormente (basicamente “escolha racional” e “common-pool resources”), em relação aos bens naturais comuns, e das diferentes categorias de análise (unidade familiar, comunitária, região), aqui chamadas de espaço-sociais, as seguintes perguntas são colocadas:

- 1) Até onde a governança dos bens naturais comuns está sendo feita por um ou outro tipo de ação (gestão) coletiva?
- 2) As diferentes esferas de gestão dos bens naturais comuns, analisadas aqui através das escalas espaço-sociais, são visíveis e legítimas umas às outras?

4. As Escalas espaço-sociais

4.1 Unidades Familiares

A teoria do campesinato aponta temáticas que são importantes para se analisar esse contexto das Unidades Familiares: uma outra racionalidade, a possibilidade de formas de produção não capitalistas dentro do sistema capitalista em que a base é o trabalho familiar, o não-salário, uma moralidade específica que sem entendê-la não se compreende esses grupos.

O campesinato, segundo Woortmann (1990), é constitutivo de uma ética camponesa, uma ordem moral, percebida nas relações dos homens entre si e com as coisas, principalmente a terra. Não se baseia numa análise “economicizada”, onde o

camponês é visto apenas como um “pequeno produtor”. A lógica camponesa é formada por um sistema de valores que vão além da lógica do mercado. A terra não é apenas um fator de produção, mas patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Melhor que falar em camponeses, o autor aborda a campesinidade, “como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos”. Propõe-se um gradiente contínuo, desde um extremo de máxima até outro de mínima campesinidade, ao longo do qual se movem os pequenos produtores. Terra, família e trabalho são categorias relacionadas, uma não existe sem a outra e se vinculam a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia.

O trabalho tem um caráter familiar. Nas comunidades camponesas que se organizam pelos princípios do parentesco, as necessidades de trabalho durante o pico são satisfeitas através da reciprocidade. Nas situações onde não operam plenamente os princípios de parentesco e reciprocidade, se recorre ao assalariamento. Mas ele não nega o trabalho familiar, é acionado para evitar a ruptura desse modelo. Supre deficiências quantitativas do grupo doméstico e possibilita o trabalho familiar durante todo o ano agrícola.

Heredia (1979) ressalta a relação de oposição entre a casa (unidade de consumo) e o roçado (unidade de produção), mas essa relação não é apenas de oposição, é uma relação tensa e ambígua, mais próxima do tipo oposição complementar. Oposição porque é a casa que consome o produto do roçado e complementar porque sendo a casa o espaço necessário e fundamental é ela que dá sentido a existência do roçado, e, nesse contexto, a casa é a representação da família. Quanto ao significado do homem na família e, conseqüentemente, na casa, para a autora, a casa é o lugar da mulher, mas sendo o homem o provedor da casa (através do trabalho no roçado), a casa não é concebida sem a presença do homem sendo ele a personificação da autoridade doméstica.

As atividades no roçado, na medida em que possibilitam a produção de bens essenciais para o consumo familiar, são consideradas trabalho, em oposição às ligadas à casa, não reconhecidas como tal. A oposição casa-roçado delimita a área do trabalho e do não-trabalho, assinalando os lugares feminino-masculino relativos a essa divisão (Heredia 1979), além de falar da honra do pai, sempre respeitado como autoridade máxima, a quem cabe “dar a direção” independentemente da sua idade, nunca subordinado.

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (Woortmann 2009).

Garcia Júnior (1990) mostra como as regras de transmissão de patrimônio procuram contrapor o fracionamento cumulativo da propriedade, determinando que alguns membros da família migrem. Esta é uma contribuição importantíssima de Garcia, a percepção de que: *"a reprodução social de novas unidades domésticas de pequenos produtores passa pela transformação de parte dos filhos em outras categorias sociais (...) por paradoxal que pareça: faz parte da estratégia de reprodução da família camponesa, enquanto tal, que uma parte de si mesma se transforme em não-camponesa."* A migração pode ser tanto sazonal, visando a acumular recurso para possíveis compras de terras, quanto definitiva.

Além da migração, Moura (1978), apresenta o sistema de herança embutido nas sociedades rurais, como aspecto fundamental para a reprodução das famílias de agricultores. O entendimento de como se realizam as dinâmicas de domínio de terras entre famílias acopladas a tratos matrimoniais desenrolados entre gerações e no interior de uma mesma geração, demonstra como as regras locais de herança possuem lógica própria e não podem ser pensadas separadas da honra, reciprocidade, hierarquia. Essas categorias se interpenetram na constituição da ordem moral chamada por Woortmann de campesinidade.

O modelo tipicamente agrícola de campesinato, descrito pelos autores anteriormente citados, colaboram e são de fundamental importância na compreensão da Unidade Familiar, mas não abarcam toda a diversidade de práticas materiais e imateriais que esses grupos sociais possam ter, como as terras e espaços de uso comum e as práticas extrativistas ligadas ao ambiente terrestre e aquícola (Arruti, 1997; Almeida, 2009; Diegues, 2001, 2005).

Com todas essas informações, fica claro que pensar os sujeitos locais é bastante complexo, e que, por exemplo, a dinâmica de uma “comunidade” e a participação social ou a não participação desses sujeitos em espaços públicos (como conselhos gestores de UC) são carregados dos valores presentes nos espaços domésticos. A família como um espaço de sociabilidade, vai além da harmonia “pregada” em seu discurso público; também é um espaço de tensão e decisão.

4.2 “Comunidades”

O termo “comunidades” carrega uma harmonia de uma herança tanto das ciências sociais como da Igreja Católica (como apresentado a seguir a partir de discussões feitas na disciplina de antropologia rural da Prof. Dr. Liliana Porto no Programa e Pós-graduação em Antropologia da UFPR). Mas o que se observa na prática muitas vezes é a divergência e o conflito implícito e explícito baseado nas relações de parentesco, hierárquicas e de poder características de uma categoria social base, o camponês, e seus conflitos com agentes externos.

Segundo Reis (2005), apesar da conotação de comunhão que o termo comunidade traz consigo e dos consensos informais ou tácitos que estes grupamentos possam representar, são comuns as divergências internas. Seja se tratando da utilização dos recursos, do uso do território ou da organização social, os povoados são regulados pelas relações de parentesco entre as famílias dominantes (mais antigas, numerosas ou prestigiadas) e as demais (Gillingham, 1999 *apud* Reis, 2005). Muitas dificuldades referentes à organização de um novo modelo político de caráter institucional, quer no movimento popular católico, quer nos movimentos ambientais mais recentes, dizem respeito ao choque entre o padrão tradicional baseado nos laços de parentesco, prestígio e poder e os modelos alternativos que se almeja estabelecer.

4.2.1 A idéia de “comunidade” nas ciências sociais

A visão de uma comunidade como "redentora" e tipo "ideal" de convivência humana permeia muitas das visões e idéias da sociologia clássica, bem como a dicotomia entre comunidade e sociedade. O termo comunidade, embora já empregue por Aristóteles como expressão de uma totalidade de indivíduos ligados por laços sociais, só no século XIX, devido aos processos de desagregação das comunidades tradicionais, se elabora numa conceitualização mais alargada e aprofundada de comunidade, ainda que polissêmica e susceptível de interpretações diferentes e até contrastantes. Na formação da Sociologia como ciência, no século XIX, comunidade constituiu um dos conceitos chave para a compreensão e a explicação da sociedade tradicional e da sua transição para a sociedade moderna.

Um dos primeiros mentores do conceito de comunidade foi Tönnies (*apud* Töttö 1995), que estabelece pela primeira vez a distinção entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), sendo uma definida em contraponto da outra. Tönnies procurou criar um conceito de comunidade "pura", idealizada, oposta ao conceito de sociedade,

criada pela vida moderna, corruptível. A comunidade - assente ora no território comum (casa, aldeia, região), ora na partilha da mesma língua, crença, etnia, corporação eclesiástica ou profissional - representa uma entidade social de identidade e interconhecimento, onde os atores sociais são vistos no seu todo. Fundem-se as vontades e se entrelaçam as relações sociais primárias face a face, relações estas perpassadas de laços personalizados de intimidade e emoção, bem como de regras de coerção e controle sociais. Já, porém, a sociedade, composta por associações de diversas índoles, constitui um agregado social de base racional e voluntária, cuja adesão pressuporia um ato voluntário e livre dos indivíduos e cujas relações se definiriam como fragmentárias e segmentárias, impessoais e secundárias. As normas e o controle social se dão através de convenção, lei e opinião pública. Seu círculo abrange metrópole, nação, Estado e Mundo.

Vários têm sido os autores que analisaram o processo da transição da comunidade para a sociedade: desde o liberalismo individualista e utilitarista (Mill 1970), passando pelos evolucionistas como Spencer, até aos funcionalistas como Durkheim (*apud* Aldus 1995), que, de modo análogo, mas menos otimista, apresenta a distinção entre solidariedade mecânica, específica das sociedades tradicionais, e solidariedade orgânica, própria das sociedades modernas. Durkheim acredita, como Tönnies, na natureza da dicotomia entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. Admite também que aquela desenvolve-se primeiro e, a segunda, é seu fim derivado.

No entendimento de Weber, o conceito de comunidade baseia-se na orientação da ação social. Para ele, a comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional.

"Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal- baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes". (Weber 1987:77)

Em Weber, comunidade e sociedade não são mais necessariamente alternativas de integração do indivíduo nas estruturas sociais, nem tampouco conceitos que se excluem mutuamente, ou ainda, que se opõe frontalmente. Para Weber, a maior parte das relações sociais tem em parte o caráter de comunidade, em parte o caráter de sociedade. A idéia de comunidade moderna começou a se distinguir da *Gemeinschaft* töniesiana, baseada nas relações familiares, para um conceito de comunidade

identificado com diversos aspectos, como a coesão social, a base territorial, o conflito e a colaboração para um fim comum.

4.2.2 A idéia de “comunidade” na Igreja Católica – as Comunidades Eclesiais de Base

A história das comunidades eclesiais de base (CEB), que adquirem uma vida mais autônoma nos anos de 1970, mistura frequentemente a existência de comunidades com raízes na tradição (“capelas”, comunidades rurais, novos bairros nas periferias urbanas formados por migrantes...) com a ação de agentes de pastoral “modernos” (bispos, padres, irmãs e leigos formados pela Ação Católica, às vezes assessores teólogos e sociólogos). Curiosamente as CEB se desenvolveram no período autoritário, atraindo um sem-número de agentes sociais. Durante os governos militares, os mecanismos de comunicação civil com as esferas superiores da vida pública foram estrangulados (partidos, mídia, etc.) e as oposições armadas percorreram um caminho de tragédias. O movimento sindical, que no passado constituía a coluna vertebral das mobilizações populares, foi violentamente reprimido. Em suma, reduziu-se a um mínimo a participação cívica, estancando assim o ímpeto participativo gerado na década anterior. Uma saída restou para que olhassem numa outra direção: para baixo e para o plano local, justamente para as “comunidades”. Se agir sobre a sociedade como um todo já não era possível, quem sabe então as transformações pudessem ser preparadas, numa outra escala de tempo, trabalhando-se pelas “bases” do “edifício” social (Coutinho, 2009).

Originadas na Cidade de Nísia Floresta em Pernambuco nos anos 60, as Comunidades Eclesiais de Base logo se espalharam por todo o Brasil, principalmente nas décadas de 70 e 80, contando quase sempre com a participação de uma população majoritariamente pobre (Pinheiro, 2007). Através do *método ver-julgar-agir* buscam olhar a realidade em que vivem (VER), julgá-la com os olhos da fé (JULGAR) e encontrar caminhos de ação impulsionados por este mesmo juízo à luz da fé (AGIR). A ação encontra respostas variadas segundo as circunstâncias, transcendendo os limites das igrejas. Estas comunidades impulsionaram também a criação de clubes de mães, associações de moradores, inserção no movimento operário, e outras iniciativas que fortaleceram o movimento social.

Reis (2005) em seus estudos sobre as reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas coloca que o termo

“comunidade” encontra suas origens nas ações missionárias das pastorais religiosas locais da Igreja Católica e organismos ligados a ela. As localidades passaram a ter uma unidade política de referência baseada nos contratos informais de convivência comunitária e fortalecimento da base para discussão e formalização de acordos. A conotação de harmonia e coletividade que a expressão comunidade transmite, resulta assim, da orientação da igreja católica e do trabalho de base. Neste modelo, os representantes são eleitos pelo voto por toda a comunidade para assumir a responsabilidade política pelos grupamentos. As agências atuantes na região reconhecem e apropriam-se desta estrutura para desenvolver seus contatos e ações junto à população do interior. Entretanto, o que se observa nas comunidades é, de fato, um antagonismo de interesses e conflitos de várias ordens.

4.2.3 Populações, Povos e Comunidades Tradicionais – a construção de uma definição?

Na Portaria nº 22 de 1992, do IBAMA, que criou o Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, estabeleceu a seguinte definição: “comunidades que tradicional e culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis”. Já a Lei nº 9.985 de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades e Conservação (SNUC), ao definir reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, indiretamente abordou o conceito, sendo populações tradicionais aquelas cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, ou cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvido ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Sendo sua atividade produtiva muito dependente dos ciclos da natureza, não criam grandes concentrações, e as áreas que habitam, tendo uma baixa densidade populacional, são as mais preservadas entre as áreas habitadas do Planeta. Foi esta a primeira razão pela qual os ambientalistas tiveram sua atenção voltada para esses povos (Esterci 2008). Atualmente, pesquisas realizadas dentro de Reservas Extrativistas mostrando a produção de novas cidades dentro delas, apontam que essa relação já não é mais tão linear.

Sobre esta relação das áreas naturais protegidas e populações tradicionais, a bióloga e antropóloga Débora Lima (2002) coloca:

“Associado ao modelo de Unidade de Conservação é introduzido o conceito de ‘populações tradicionais’ para identificar um segmento populacional que necessita de reconhecimento político. Para isto e, seguindo uma terminologia internacional se decide inventar uma tradição com identidade ecológica, de modo a reconhecer uma população camponesa cuja dominação é difícil. Trata-se de uma minoria não reconhecida, principalmente pelo fato de não possuir uma identidade étnica distinta da população dominante. Embora a maioria dos indivíduos para os quais a categoria ‘população tradicional’ se aplica sejam descendentes de índios e negros, ou a memória dessa descendência foi perdida ao longo das gerações, ou não querem assumir uma identidade étnica que os diferencie do padrão dominante do que seja o ‘brasileiro’. Por outro lado, o estereótipo racial atribuído a essa mesma população enfatiza sua descendência de índios e negros. A um só tempo o estereótipo os aproxima e os distingue dos tipos considerados ‘puros’, ao lhes conferir o status ambíguo e pouco valorizado de população ‘misturada’, além de pobre.”

Além do arcabouço legal, vários outros autores nas ciências sociais já geraram definições acerca das “populações ou comunidades tradicionais”. Na definição analítica dos antropólogos Cunha & Almeida (2001) populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

Em clássica abordagem sobre o tema, Diegues (1994; Diegues & Arruda, 2001) elenca características que ajudam a identificar quem seriam os povos e comunidades tradicionais: a) dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transferido por oralidade de geração em geração; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda

que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; g) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativas; h) tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente, onde há uma reduzida divisão técnica social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final; i) fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; j) auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta.

Importante é atentar para o fato de que no Brasil, antes de ser difundida a noção de populações tradicionais, esses povos ou grupos já eram conhecidos através de uma multiplicidade de outros termos que, ora indicavam sua atividade econômica mais visível, ora indicavam sua origem étnica, ora se referiam aos espaços que habitavam ou a aspectos de sua cultura e modo de vida. Eram pescadores, seringueiros, babaqueiros, quebradeiras de coco, índios, quilombolas, varjeiros, ribeirinhos, caiçaras... (Esterci, 2008).

Mais recentemente, o Decreto nº 6.040 de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais definiu povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. De maneira bem sintética, esta definição contempla várias das características enumeradas por Diegues.

Segundo este autor e seus seguidores, grupos sociais excluídos da modernização, denominados tradicionais, são essencialmente conservacionistas e aliados naturais na manutenção da biodiversidade, graças a uma combinação secular de adaptação cultural e valores éticos. Essa abordagem já sofreu ordens de oposição no Brasil. Uma delas, através da socióloga Ferreira (1996, 1999, 2005, 2007) argumentando que essa abordagem naturaliza os sujeitos sociais, além de ser politicamente excludente, pois

restringe o direito à permanência nas áreas protegidas e à repartição dos benefícios da conservação da biodiversidade a um grupo específico e minoritário de residentes. Além disso, recoloca e aprofunda clivagens importantes entre os próprios grupos nativos, provocadas na maioria das vezes por disputas pré-existentes pelo poder na comunidade.

Também em oposição a esse essencialismo da relação entre populações tradicionais e o meio ambiente, de Diegues, Cunha & Almeida (2000; 2001) destacam que o conservacionismo não se resume a um conjunto de práticas, mas é também uma ideologia. Há muitos grupos sociais que mantêm regras para restringir o uso de recursos por razões práticas, e outros agregam a estas, razões ideológicas fortalecidas por valores e tabus reproduzidos por rituais costumeiros. Como tendem a ser portadores dessa ideologia conservacionista, as populações tradicionais se qualificam como parceiros para a conservação da biodiversidade. Aqui o termo tradicional é utilizado como categoria analítica, distintiva de sujeitos políticos capazes de se comprometer com práticas associadas à noção de sustentabilidade.

O termo populações tradicionais apresenta a dificuldade da própria noção de pensar essas populações como tradicionais, o que pode sugerir que elas possam ou queiram permanecer nas mesmas condições em que viviam ao serem assim classificadas. Mas tradição não quer dizer imutabilidade, e sim certa experimentação com o passado e o presente, como coloca Woortmann (1990):

“A trajetória camponesa não é linear. Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstituir a tradição. A estrada principal que conduz à modernidade (individualização, secularização, racionalidade) abre variantes que reconstroem a ordem tradicional, ou a exarcebam... Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação; manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (p.16-17).

Atualmente, independente destes diferentes apontamentos, dos essencialismos, das oposições, essas populações são sujeitos sociais portadores de uma categoria jurídica e essa categoria jurídica – tradicionais - produziu visibilidade, novas relações sociais e novas formas de acessar políticas públicas.

4.3 Região

A região é o palco, arena, onde unidades familiares, sítios, diferentes sujeitos coletivos interagem ou não para uma determinada ação, sendo neste caso aqui avaliada a ação (gestão) coletiva da região da Baía de Guaratuba.

Aqui, entende-se arena através de um conceito híbrido utilizado por Ferreira (2012), através das teorias de Ostrom (1990,1994) e Hannigan (1997), principalmente para analisar conflitos relacionados a múltiplos usos sobre um mesmo recurso natural que colocam em ação múltiplos agentes, múltiplos interesses e interpretações muitas vezes divergentes. De Ostrom (1990) é possível emprestar a noção de arena, definida como situações nas quais um determinado tipo de ação coletiva ocorre, e cujos resultados nem sempre podem ser antecipados, sendo na maioria das vezes circunstanciais (Ferreira 2011). Os participantes e uma situação de ação interagem entre si, sendo afetados por variáveis exógenas e produzindo resultados que, por sua vez afetam os participantes e as situações de ação. A situação de ação refere-se ao espaço social onde os participantes com diversas preferências interagem de muitas maneiras diferentes que produzem resultados (Ostrom 2005).

Para Hannigan (1995 *apud* Ferreira 2012) a arena é o estabelecimento político (political establishment no original) no qual os atores dirigem as suas exigências àqueles que são responsáveis pela tomada de decisão, na esperança de influenciar o processo político. Neste conceito de arena, estariam presentes diversos palcos, nos quais os atores sociais moldam e definem suas escolhas. Como local simbólico as arenas não são nem entidades geográficas nem sistemas organizacionais. Elas descrevem as ações políticas de todos os atores sociais envolvidos em uma questão específica. Em outras palavras, os grupos sociais em uma arena política tentam maximizar a sua oportunidade de influenciar o resultado do processo de decisão coletiva, através da mobilização de recursos sociais (principalmente políticos, financeiros e humanos) (Ferreira, 2012).

Assim, o conceito de arena proposto por Ferreira, transita entre as decisões e ação coletiva e os diversos palcos para a atuação de múltiplos agentes. Identificou-se na região pesquisada uma arena pública produzida pelos conflitos e possibilidades em torno da institucionalização da conservação da natureza na baía de Guaratuba, o Conselho Gestor da APA de Guaratuba. A análise desta arena formada por órgãos governamentais, ONG, moradores da região e outras instituições é o foco nesta esfera de decisão.

CAPÍTULO II - Processos decisórios na Baía de Guaratuba, PR: a gestão dos bens naturais comuns e as escalas espaço-sociais

1. O Município de Guaratuba: aspectos históricos e atuais

O único livro na biblioteca municipal de Guaratuba que conta um pouco da história desse município data de 1952 e foi elaborado por um ex-prefeito, Joaquim da Silva Mafra. Logo no começo do livro ele aborda a ave que deu nome a cidade, o Guará, e que era excessivamente abundante e por isso o nome Guaratuba. A população do município era de 4.477 habitantes no período que governou a cidade (1948-1951), sendo 950 na sede. A população rural, maioria, estava distribuída entre os sítios e povoados da região: Prainhas, Passagem, Ribeiro, Cabaraquara, Rio Alegre, Pinheiros, Cerco Grande, Caminho Novo, Parati, Fincão, Caçada, Rio dos Meros, Palmeiras, Palmeirinha, Cubatãozinho, Limeira, Canavieiras, Ribeirão Grande, Guarajuva, Zoadá, Furta-maré, Rasgado, Rasgadinho, Rio Preto, Morro Feio, Salto Cubatão, Rio do Meio, Vitória, Taquaruvu, Rio do Melo, Pai-Paulo, São João, Araraquara, Tinga, Estaleiro, Jundiaquara, Riosinho, São Joãozinho, Empanturrado, Descoberto, Cedro, Rio do Saco, Rio das Garças, Buguassu, Morro Grande, Araujo, Rio Saí, Boa Vista, Santo Amaro, Rio da Praia, Pedra Branca do Araraquara e Alto Itararé.

Em 1765 Dom Luís Antônio, então governador da capitania de São Paulo achou ser de grande conveniência a criação de uma povoação entre as Vilas de Paranaguá e a do Rio São Francisco, por ser porto abundante de peixes, ter suficiente barra, havendo também minas de ouro, pelo que se fazia muito preciso quem as defendesse (Mafra, 1952). Assim convidou 200 casais para cultivarem as terras descobertas. Em 1771, o sítio chamado Guaratuba foi elevado para Vila de São Luis de Guaratuba da Marinha, onde já havia as casas e uma igreja. Nessa ocasião eram acesas fogueiras nas ruas à noite para servirem de iluminação. A ideia de uma vila era para congregar todos os “dispersos”, ou que viviam em sítios, para morarem em povoações “civis” em que lhes pudessem administrar os “sacramentos”. A igreja matriz começou a ser construída em 1768 e em 1771 estava finalizada, mas ainda sem forro e assoalho, tendo como padroeira Nossa Senhora do Bom Sucesso. Mas foram na verdade os índios carijós os habitantes primeiros de Guaratuba e que viveram por séculos até a chegada dos primitivos povoadores (Mafra, 1952). Os realtos históricos informam que os carijós (pertencentes à grande família Tupi-Guarani) tinham intensa relação com a costa, principalmente por meio da pesca (Ipardes, 2001).

Em 1772, conforme narrativa descrita no livro, a primeira sesmaria passa pelo conselho, pela câmara municipal: “... morador nesta vila e tinha famílias para acomodar e por que no rio do Cedro distrito desta vila já tinha principiado para fazer

suas roças e que nos requeria em nome de Sua Magestade lhe concede-mos meia légua de terras na paragem do rio do Cedro correndo deste seo sitio pelo rio dentro e fazendo fundos para outro rio chamado Empanturrado (...) Concedemos em nome de Sua Magestade fidelíssima aos Suplicantes e seos descendentes toda a terra declarada na dita sua petição com condição somente de pagar os dízimos a Deus dos frutos que da dita terra colher na forma do estilo e ordens de sua Magestade. (...)”

O capitão Miguel de Miranda Coutinho foi o tronco originário das principais famílias citadinas que formaram o crescimento demográfico de Guaratuba, com preponderância tanto na via administrativa como também na comercial e agrícola. No final do século XVIII a produção agrícola era baseada na farinha de mandioca, feijão, milho, arroz, além da salga dos peixes. No começo do século XIX os moradores da vila de Guaratuba fizeram representação ao conselho levando ao conhecimento das autoridades da época que não era útil vir pessoas de diferentes distritos pescarem os peixes dos mares de Guaratuba, com redes, pelos poucos peixes que os mares tinham.

Saint’Hilaire (naturalista francês que percorreu o Brasil, aqui chegando em 1817) descreveu a cidade de Guaratuba em 1820, então vila, com cerca de 40 casas, sendo quinze delas formando um semi-círculo na margem da enseada, de frente pra baía e as outras por trás destas, ao redor da praça onde ficava a Igreja Matriz (Figura 1). A maior parte dos habitantes, em torno de 900 pessoas, era mestiça de portugueses com índias. Definiu-os como preguiçosos, muito pobres, vivendo quase unicamente de peixe seco e farinha de mandioca. O vestuário consistia em um calção de algodão, uma camisa e um chapéu redondo de aba estreita, passando grande parte de suas vidas na água, conduzindo suas “pirogas” (embarcação) com extrema agilidade. Saint’Hilaire fez ainda o seguinte relato sobre a região de Guaratuba: *“Não creio, entretanto, que os pobres que abrigam essas tristes palhoças, sejam tão desgraçados quanto se poderia pensar. Descendentes sem dúvida dos antigos mamelucos, eles não têm previdência; eles pensam no dia, e no seguinte talvez. O clima é quente, o mar lhes fornece abundante alimento. O mundo é para eles tão estranho quanto eles o são para o mundo”*.



Figura 1. Vila de Guaratuba no século XIX e início do século XX. Fonte: mj.natalino.zip.net.

Depois de sessenta anos da sua fundação, Guaratuba ainda não contava com uma escola, por volta de 1830, “o pessoal da Governança” começou a mobilizar-se e somente em julho de 1838 nomeou-se o primeiro professor de Guaratuba: João Francisco de Sant’Ana Neves e em 1848 a primeira professora: Ana Maria de Freitas.

Em 1847 a farinha de mandioca foi exportada (pelas famílias Miranda, Rocha e Neves) em grande quantidade para Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá e Rio Grande do Sul. Cobravam-se vinte réis por alqueire de farinha exportada. Em 1895, na arrecadação da vila sobre imposto de exportação se destacou a arrecadação sobre o arroz pilado, a aguardente, as esteiras de peri, se concluindo então que havia mais comércio na zona rural do que na sede do município.

Em 1875 o promotor público de Paranaguá iniciou os trabalhos de classificação dos escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Foram classificados 125 escravos naquela época, tendo o registro escrito de setenta deles no livro de Mafra (1952). Eram 53 mulheres e 17 homens, classificados apenas pelo primeiro nome, com idade variando de 12 a 50 anos e de propriedade dos seus senhores especialmente das famílias Miranda (36 escravos) e Freitas (11 escravos). Nesse período também foi relatada a presença dos bugres (índios): *“bravos gentios inconformados, que teimavam de não abdicar de seus direitos de donos da Terra de Santa Cruz. Nômades, vagueavam por todos os lados, como selvagens aterrorizando os habitantes do sítio”*.

Com o regime republicano que se iniciou em novembro de 1889, as Câmaras Municipais, que até 1828 eram os Conselhos Municipais, foram transformadas em Intendências Municipais, compostas não de vereadores, mas de Vogais. A constituição de 91 restabeleceu as Câmaras Municipais criando ainda o cargo de Prefeito. Em 1892 assume o prefeito de Guaratuba, Manoel Antonio de Souza.

Os engenhos de arroz dos séculos XIX e XX eram a forma de manter certa economia do município. O arroz era pilado em engenhos movidos à força hidráulica e depois vendido nas praças de Paranaguá e Curitiba. Existiram engenhos de arroz, de comerciantes família Mafra, na Prainha, Cabaraquara, Rio Alegre, Pinheiros e Caminho Novo. Esses engenhos tinham uma produção mensal de cerca de trinta sacos de arroz pilado, de sessenta quilos.

Em 1917 foi organizado o primeiro hotel por iniciativa de um coronel, chamado “Guaratuba Balneário Parque”. Em 1929 foi instalada a luz elétrica na vila, sem duração efetiva, nova rede de energia foi inaugurada em 1951. Com a revolução de 30, depois sucessivos prefeitos nomeados pela intervenção do Estado, Guaratuba perdeu sua autonomia e foi anexada ao município de Paranaguá. Transformada num simples distrito, ficou abandonada pelo Estado durante nove anos, restabelecendo seu caráter de município em 1947, com a volta do regime democrático. Seu primeiro prefeito a partir daquele momento foi Berilo Padilha, quem exerceu o cargo por trinta dias, sendo então substituído por eleição pelo Joaquim da Silva Mafra (o próprio autor do livro que contém esses relatos aqui descritos).

Em julho de 1949 foi fundado o Iate Clube de Guaratuba, adquirindo um terreno em frente a baía, onde foi construída a sede. Após vários embates com os governos estaduais que se sucediam acerca de uma estrada que tirasse Guaratuba do isolamento que reclamavam seus moradores, em 1950 foi inaugurada a estrada que ligava Guaratuba a Santa Catarina no governo de Moyses Lupion.

A partir dos anos 50 do século XX, e mais intensamente dos 60 e 70, teve lugar o estabelecimento dos balneários ao longo da orla sul do litoral do Paraná, que compreende os atuais municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Constataram-se ações por parte do governo estadual que melhoraram as condições de salubridade, e construiu-se uma estrutura viária de acesso, elementos fundamentais para viabilizar esse novo uso do espaço costeiro. Conformou-se assim, a partir de 1970, a faixa de ocupação urbana balneária, com a “desordem” própria de uma urbanização acelerada que desconsiderou as condicionantes físicas, sociais e ambientais, e que não

deu tempo para montar a infra-estrutura e serviços necessários de maneira a garantir condições básicas de saúde pública e qualidade de vida, tanto para os turistas como para a população permanente (Sampaio, 2005; Pierri, 2003).

No final dos anos 1960, políticas fiscais incentivaram as atividades agroflorestais, dando lugar à constituição de grandes latifúndios com exploração de madeira e palmito, cultivo de café e criação de búfalos. Até o início dos anos 1980, isso estimulou o desmatamento de vastas áreas de floresta e a expulsão de grande quantidade de agricultores. A partir dos anos 1980, os governos federal e estadual implantaram uma política de proteção da natureza que consistiu em criar unidades de conservação e regulamentar certas atividades agrícolas e pesqueiras (Pierri *et al.*, 2006). A política foi exercida e com ela a ebulição de diversos conflitos com a população local residente.

Guaratuba hoje tem 32.095 habitantes (IBGE, 2010), sete vezes mais do que relatou Joaquim da Silva Mafra em 1952 (Tabela 1). Naquela época a maioria da população vivia na área rural, atualmente 89,8% residem na área urbana e apenas 10,3% em domicílio rural (IBGE, 2010).

Tabela 1. População do município de Guaratuba ao longo das décadas.

	1952	1970	1980	1991	2000	2010
População	4.477	9.734	12.183	17.998	27.257	32.095
Residente Total						

As atividades econômicas mais importantes no momento, segundo o número de pessoas ocupadas em Guaratuba, é o comércio, a construção civil e o sistema agricultura/pecuária/produção florestal/pesca/aquicultura (IPARDES, 2012) (Tabela 2). Na produção agrícola destaca-se a banana (Tabela 3).

Tabela 2. População Ocupada no município de Guaratuba segundo as atividades econômicas – 2010.

Atividades Econômicas	Número de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.586
Indústrias extrativas	11
Indústrias de transformação	923
Eletricidade e gás	20
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	109
Construção	1.694
Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	2.454
Transporte, armazenagem e correio	330
Alojamento e alimentação	936
Informação e comunicação	90
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	101
Atividades imobiliárias	94
Atividades profissionais, científicas e técnicas	205
Atividades administrativas e serviços complementares	696
Administração pública, defesa e seguridade social	885
Educação	792
Saúde humana e serviços sociais	350
Artes, cultura, esporte e recreação	362
Outras atividades de serviços	288
Serviços domésticos	986
Atividades mal especificadas	975
TOTAL	13.885

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Tabela 3. Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola no município de Guaratuba- 2011.

Produtos	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/há)	Valor (R\$1000,00)
Arroz	590	3.152	5.342	2.364
Banana	3.165	77.326	24.432	35.569
Cana-de-açúcar	37	1.295	35.000	194
Feijão	36	25	694	30
Mandioca	200	3.000	15.000	450
Milho	30	57	1.900	19
Tangerina	6	108	18.000	48

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

2. A Área de Proteção Ambiental (APA) e a Baía de Guaratuba, Pr

A porção oriental do Paraná é a região com maior índice de cobertura florestal do estado, cujos aspectos fisiográficos associados lhe conferem uma paisagem impar. Situada na parte sul dessa região está a APA de Guaratuba (Figura 2), abrangendo os municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Tijucas do Sul e São José dos Pinhais, que compõe um cenário natural bastante preservado, abrigando grande parte dos remanescentes da Floresta Atlântica paranaense. A APA de Guaratuba foi criada em 1992 pelo decreto estadual nº 1234 com aproximadamente 200 mil hectares, sendo que 65% da área ficam sobre o município de Guaratuba. Seu plano de manejo foi instituído em 2003 e sua administração/gestão é de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná (IAP)⁵ com apoio do Conselho Gestor desta APA.

Área de Proteção Ambiental, conforme consta no Artigo 15 da Lei 9985, é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Na APA de Guaratuba, as áreas compreendidas como antropizadas com atividades agropecuárias, silvicultura e com urbanização, representam pouco mais que 5% do total, as áreas em estágio de recuperação com floresta em estágio inicial de sucessão⁶ representam 10,97% e em estágio intermediário de sucessão 12,46% da área total. Constitui uma área de ampla diversidade paisagística, passando por um gradiente altitudinal da Planície Litorânea, Serra do Mar e parte do Primeiro Planalto Paranaense com características naturais peculiares, onde ocorrem diferentes sistemas sociais, econômicos e ambientais (Silveira & Oka-Fiori, 2007).

⁵ O Instituto Ambiental do Paraná é uma autarquia instituída em 1992 vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMA) e tem como missão proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade (IAP, 2013).

⁶ Floresta em diferentes estágios de recuperação da sua cobertura original.

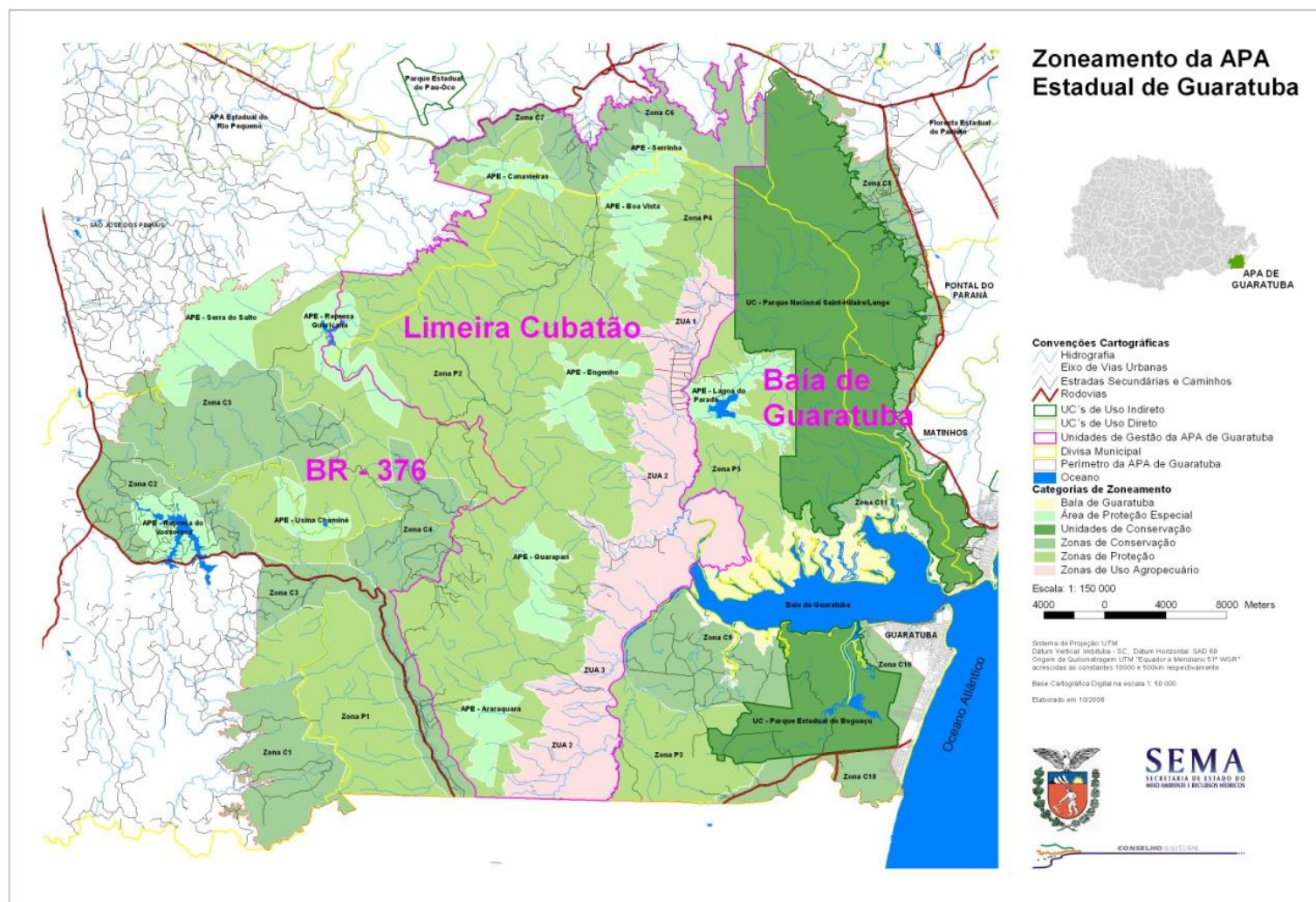


Figura 2. Localização da APA de Guaratuba, Paraná, Brasil. Fonte: SEMA, 2006.

Dentro deste cenário a Baía de Guaratuba destaca-se por ser um complexo estuarino⁷ de extrema importância, onde coexistem extensos manguezais preservados, concentrações urbanas, populações tradicionais, pesca artesanal e comercial, além de atividades de recreação e turismo.

Em um estudo recente realizado pela ONG “The Nature Conservancy” e pelo Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais (GIA) da Universidade Federal do Paraná (Pereira *et al.*, 2008) foi construído participativamente o “Plano de Conservação e Gestão da Baía de Guaratuba (PCA – Baía de Guaratuba, PR), utilizando uma metodologia desenvolvida por esta ONG, o CAP (Conservation Action Plan) ou PCA (Planejamento para a Conservação de Áreas), para identificar prioridades de conservação em áreas importantes para a biodiversidade. Fazem parte deste “PCA – Baía de Guaratuba, PR”, sete alvos de conservação, seis alvos naturais (peixes, camarão, manguezal, bocas de rios, áreas de brejo e águas estuarinas) e um alvo cultural – pescador (a) artesanal (Figura 3). As principais ameaças aos alvos e conservação, segundo este estudo, são a sobrepesca/muita extração, as práticas ilegais, a falta de ordenamento pesqueiro, a perda de características culturais e a falta de organização dos pescadores e moradores das comunidades ribeirinhas (Figura 4).

Ainda, o PCA coloca que apesar da Baía de Guaratuba ser considerada um ambiente bem preservado em relação a outras baías no Brasil, a situação geral das ameaças para o local do estudo é “muito alta”. Para conter estas ameaças, estratégias de gestão e conservação para a Baía de Guaratuba foram delineadas com base em cinco objetivos gerais: 1) Promover o ordenamento do uso dos recursos naturais na Baía de Guaratuba por meio da gestão participativa; 2) Identificar e apoiar as linhas de pesquisa prioritárias com vista a subsidiar o processo de ordenamento; 3) Incentivar e ordenar o turismo local; 4) Ampliar e melhorar o sistema de saneamento básico e 5) Otimizar o Sistema de Fiscalização (Pereira *et al.*, 2008).

⁷ Sistema que apresenta características estruturais típicas de um ambiente de ingressão marinha, dependente de interações entre o sistema de drenagem de água doce continental e as condições das marés. A heterogeneidade espacial e temporal de seus condicionantes abióticos confere uma notável diversidade de sistemas naturais, como restingas, manguezais, marismas, pradarias marinhas, costões rochosos e planícies de maré (Lana *et al.*, 2001).

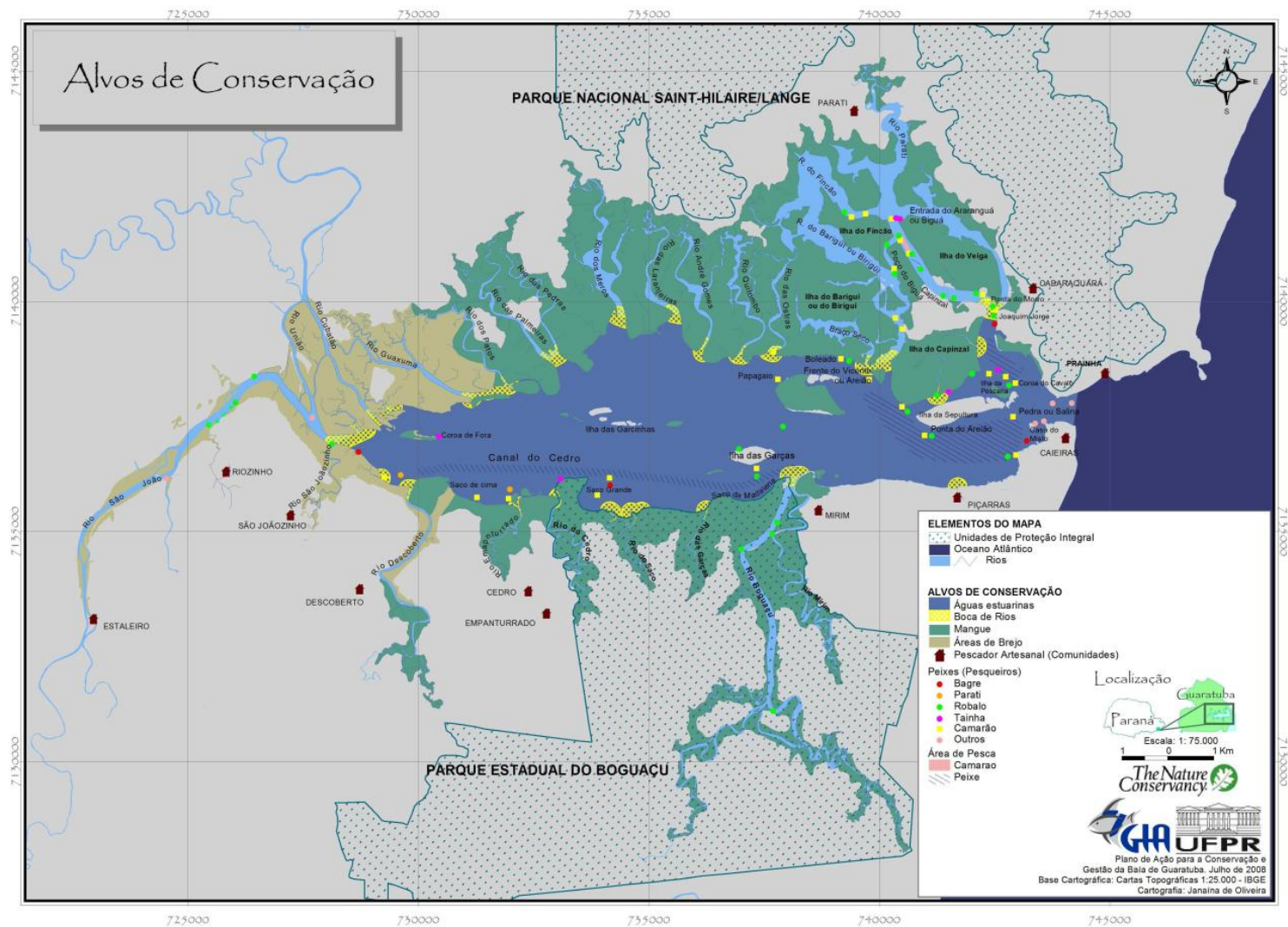


Figura 3. Visualização da Baía de Guaratuba (PR) com seus alvos de conservação, segundo Pereira *et al.*, 2008.

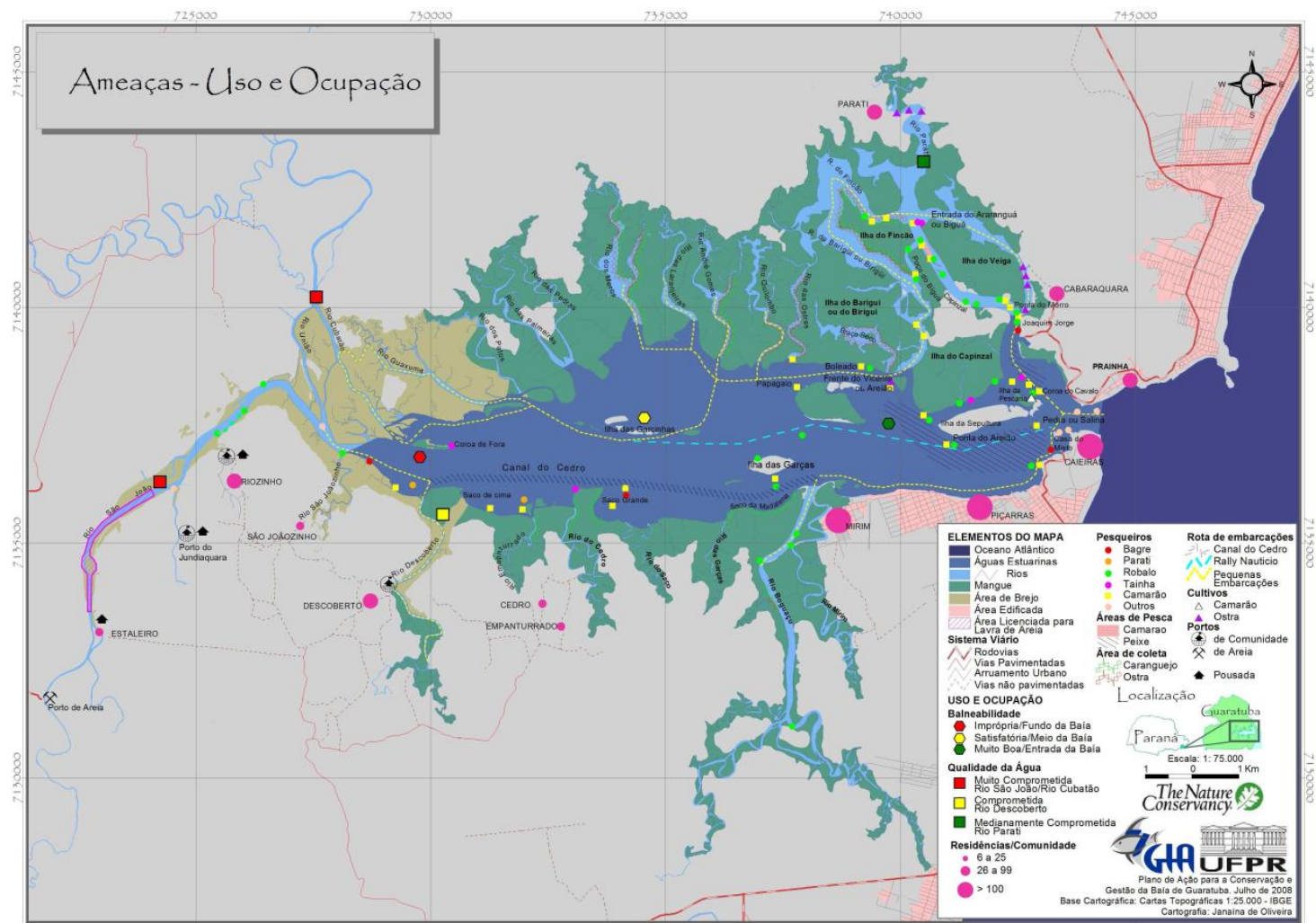


Figura 4. Mapeamento das principais ameaças aos alvos de conservação da Baía de Guaratuba, segundo Pereira *et al.*, 2008.

Segundo Sonda (2002), as populações do interior da Baía de Guaratuba podem ser caracterizadas como “tradicional caiçara”, dado que praticam agricultura de subsistência empregando utensílios de trabalhos manuais simples como foice, enxada e facão. Para as lavouras de mandioca e milho, cultivadas sem agrotóxicos, contam com a força de trabalho familiar, cooperação interfamiliar e relações de compadrio. A autora continua afirmando que a população caiçara⁸ na APA de Guaratuba é constituída por famílias, em sua maioria posseira, cujos membros se auto identificam como agricultores ou lavradores, com predominância nos cultivos de banana e mandioca, caracterizados como agricultura camponesa, cuja produção é estruturada na família e possui um funcionamento bem particular definidos pela produção simples da unidade familiar (Sonda, 2002). A pesca artesanal e o extrativismo vegetal são também importantes atividades geradoras de renda para essas famílias no interior da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba (Balzon, 2006).

Já para Ferreira (2010) a maioria das famílias das comunidades do interior da baía de Guaratuba descende do cruzamento entre índios com portugueses, autodenominam-se colonos, sitiantes ou nativos e dificilmente referem ao lugar que residem como floresta, mas sim, área rural (2010). O número de famílias nas comunidades é superior ao número de propriedades em função dos filhos que se casam e constroem suas casas na mesma propriedade dos pais (Tabela 4). Sabendo que, em geral essas propriedades são pequenas (média 0,7 ha) e herdadas, em alguns casos, pela sexta geração, faz com que ocorra uma forte relação de parentesco (Ferreira 2010).

⁸ Entende-se por comunidades caiçaras populações litorâneas que apresentam ligações com a terra por meio de lavoura de subsistência, pesca e extrativismo, relação de parentesco e ajuda mútua (DIEGUES, 1983).

Tabela 4. Caracterização das comunidades do interior da Baía de Guaratuba, Pr. SR = sem registro de posse; C = certificado; E = escritura.

Características	Comunidades			
	Riozinho	São Joãozinho	Descoberto	Empanturrado/ Cedro
Número de habitantes	170	120	150	216
Número de residências	53	26	50	60
Número de propriedades	32	19	37	20
Tamanho da propriedade (média; ha)	0,9	0,7	0,5	0,9/3,0
Renda Familiar (média; R\$)	390,00	200,00	260,00	145,00
Situação Fundiária	97% SR 3% C	97% SR 3% C	97% SR 3% C	80% SR 17% C; 3% E

Fonte: Ferreira, 2010.

O acesso às comunidades da parte sul da baía (interior), Descoberto, Riozinho, São Joãozinho, Estaleiro, Empanturrado e Cedro pode ser feito pela estrada de Garuva (à esquerda, entre os quilômetros 19 e 20 da rodovia) e depois por uma estrada de chão, com aproximadamente 15 km. Em grande parte da estrada, ocorre nas margens o plantio de pinus (em diferentes estágios de crescimento). Essas plantações pertencem a uma empresa catarinense de empreendimentos florestais, chamada “Comfloresta”, que por volta dos anos 70 se instalou na região. Atualmente, parece que o pinus tornou-se uma espécie exótica⁹ invasora do local, pois além das áreas de plantio intencional, diversos exemplares passaram a modificar a paisagem de Floresta Atlântica (Pereira *et al.*, 2008) (Figura 5).

⁹ Espécie exótica refere-se a uma espécie, subespécie ou táxon inferior, introduzido fora da sua distribuição natural no passado ou presente; inclui qualquer parte, gametas, sementes, ovos ou propágulos dessas espécies que possam sobreviver e posteriormente reproduzir. Uma espécie exótica se torna invasora quando a sua introdução e/ou propagação ameaça a diversidade biológica (<http://www.cbd.int/decision/cop/?id=7197>).



Figura 5. Plantação de pinus ao longo da estrada que leva às localidades do fundo da baía de Guaratuba, Pr. Fonte: a autora do trabalho, 2012¹⁰.

Na entrada da baía de Guaratuba, porção norte, estão as comunidades de Porto Passagem, Cabaraquara, Parati, Fincão e Areinha. Porto Passagem é uma localidade ao lado do ferry-boat que liga Caiobá a Guaratuba. Passando este local e o iate clube Caiobá, por uma estrada asfaltada entre as montanhas e o manguezal, chega-se a localidade do Cabaraquara. Mais a frente ainda está o Parati, Fincão e Rio das Ostras. O acesso a esses lugares se dá por barco; até existe uma estrada de chão que liga Cabaraquara ao Parati, mas ela está sem condições de ser utilizada por um veículo.

Já margeando a área urbana de Guaratuba, ficam as localidades de Caieiras e Mirim. Caieiras é acessada por uma curta estrada asfaltada a partir do ferry-boat em Guaratuba, sendo uma praia de pescadores e turistas. No lado oposto à Caieiras, localiza-se o Mirim, um bairro da periferia de Guaratuba, onde estão inseridos pescadores e outros nativos que migraram da região rural de Guaratuba.

3. Pesquisa de campo

O trabalho de campo junto às unidades familiares e localidades/sítios¹¹ iniciou-se em abril de 2011 e se estendeu até julho de 2012. A abordagem das pessoas e unidades familiares seguiu uma lógica aleatória, mas com alguns critérios. Primeiro procurou-se pessoas já conhecidas pelo pesquisador e as lideranças locais (atuantes em

¹⁰ Todas as fotos desta parte em diante possuem como fonte a própria autora da tese em trabalho de campo durante o período de 2011 e 2012.

¹¹ Os sítios e as localidades foco deste estudo podem ser localizados no mapa da Baía de Guaratuba (Figura 3), fonte de Pereira *et al.*, 2008, pelo ícone nomeado de “pescador artesanal (comunidades)”.

Conselhos Gestores de UC, presidentes de associações de “comunidade”) para que a inserção na localidade fosse menos impactante possível. Depois se conversou com pessoas que se encontrava pelo caminho, pela rua, pelo porto, na frente de casa e que tinham disponibilidade naquele momento para interagir. As conversas seguiram entrevistas semi-estruturadas¹² e gravadas quando possível, com depoimentos e história oral de vida e da coletividade. Observações diretas da ação cotidiana e pública dos sujeitos sociais também foram registradas em diário de campo.

Em relação às Unidades Familiares e os sítios, foram feitas 74 entrevistas tentando-se alcançar 25% das residências de cada localidade escolhida para este estudo (Tabela 5), totalizando em torno de 111 horas de conversas, além da observação direta da ação cotidiana dos sujeitos sociais. As conversas duravam aproximadamente de 1h a 3hs, se estendendo para um almoço, uma andada no quintal, na roça, uma ida até o porto, uma volta de canoa, barco ou rabeta, tornando a entrevista em alguns momentos praticamente uma abordagem etnográfica. O foco foi a unidade familiar como um todo, e mesmo muitas vezes tendo mais de um integrante da família participando da conversa, foi possível estabelecer o indivíduo onde o contato, a interação e quantidade de informações obtidas se destacaram. Foram abrangentes os grupos de idade aos quais essas pessoas fazem parte (Figura 6), abarcando possivelmente as múltiplas formas de ser e de viver a Unidade Familiar.

¹² No anexo encontra-se o roteiro de campo utilizado nas entrevistas. Cabe aqui ressaltar que em nenhum momento a pesquisadora ficou com este roteiro impresso em mãos, na hora que conversava com as pessoas, seguindo-o enfaticamente. Pelo contrário, as conversas eram guiadas pelos sujeitos, a partir de uma pergunta inicial feita pela pesquisadora (que geralmente tinha a ver com quais atividades produtivas eles praticavam). As questões do roteiro estavam na memória da pesquisadora, acessando-a quando a conversa precisava de uma questão ou estímulo para continuar. Foi muito mais um exercício de ouvir e de interagir do que de cumprir com a listagem de questões do roteiro.

Tabela 5. Total do esforço de campo por localidade da região da baía de Guaratuba.

Localidades	Residências	Nº entrevistas esperadas (25%)	Nº entrevistas realizadas
Riozinho	53	13	13 (25%)
São Joãozinho	26	6	5 (19,2%)
Descoberto	50	12	10 (24%)
Cedro/Empanturrado	60	15	11 (18,33%)
Cabaraquara	50	12	12 (25%)
Porto Passagem*	15	4	2 (13,33%)
Parati**	38	9	7 (18,4%)
Fincão + Rio das Ostras (Areinha e Caçada) +	2 + 4 + 11	1 + 1 + 2	1 + 1 (25%)
Quilombo***			
Caieiras****			4
Mirim*****	50	12	8 (16%)

* Porto Passagem a princípio não foi colocado no projeto de tese, pois se desconhecia por parte da autora deste trabalho que as pessoas que ali viviam eram tão enraizadas no local, achava-se a princípio que era um local que teria sido formado a partir do ferry-boat e da sua localização. Mas a surpresa foi descobrir que o local é habitado há gerações, constituindo-se também uma “comunidade” característica da baía de Guaratuba. Diante disso, apesar de não se ter alcançado os 25% padrão, acredita-se que o que foi levantado é satisfatório.

** Apesar de serem 38 casas que formam a comunidade, apenas 11 são de moradores, várias casas estão abandonadas e outras são de pessoas de fora, mas que não moram no local. Como a metodologia foi focar as entrevistas nos moradores, o total de sete entrevistas na verdade ultrapassa em muito os 25% estipulados.

*** O resultado obtido é satisfatório, apesar de não se ter alcançado os números esperados, pois no Quilombo atualmente são apenas pessoas de fora praticamente que frequentam o local. Parece ter um morador nativo, mas não se conseguiu chegar até a localidade, pois a pessoa que iria conduzir quando soube que lá havia muitas pessoas tirando palmito atualmente, preferiu não ir ao local.

**** Caieiras originalmente estava no trabalho, mas não se tinha ao certo o número de pessoas que residiam no local. Conversando com morador da região, são aproximadamente 200 casas, metade de pescadores e outra metade de turistas (veranistas). A questão é que esses pescadores, quase todos, praticam a pesca em alto-mar somente, o que se achou que estaria fora do escopo e área de estudo deste trabalho. Com isso, priorizaram-se apenas unidades familiares que tinham uma relação direta com a baía de Guaratuba, fosse pescando, como maricultor ou liderança local. Nesse sentido esta localidade entrou na análise apenas das unidades familiares como um todo, pois se achou que não foram entrevistadas pessoas/unidades familiares suficientes para descrever e analisar um contexto de “comunidade”.

***** Segundo dados da Prefeitura de Guaratuba (SIABMUN / SMS) são 400 residências que formam o bairro do Mirim, mas como ficaria inviável amostrar 25% desse total, definiram-se como foco de atuação as residências que possuem uma relação direta com a baía (pescadores, extratores) segundo essa própria

fonte de dados. Nesse sentido esta localidade entrou na análise apenas das unidades familiares, pois se achou que não foram entrevistadas pessoas/unidades familiares suficientes para descrever e analisar um contexto de “comunidade”/ bairro como um todo.

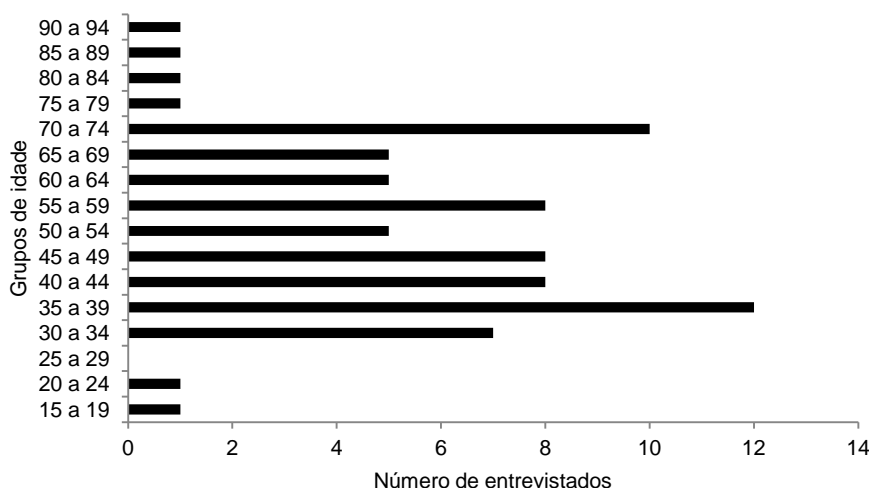


Figura 6. Distribuição dos entrevistados nos grupos de idade. Divisão dos grupos de idade baseada em IBGE, 2010.

Em relação às Associações e formas de representação intercomunitárias, bem como a atuação do Conselho Gestor da APA de Guaratuba, também foram observados 28 eventos coletivos de negociação entre diversos sujeitos sociais, principalmente dentro do espaço do Conselho Gestor da APA de Guaratuba (82% desse total). As reuniões do Conselho Gestor da APA de Guaratuba foram observadas desde fevereiro de 2008 até dezembro de 2012.

4. A Unidade Familiar Pluriativa: lócus de reprodução social e de gestão dos bens naturais comuns

Inicialmente, quando foi construído o escopo deste projeto de tese, tinha-se uma definição de Unidade Familiar (UF), baseada em leituras de antropologia rural como Woortmann (1990; 2009), Heredia (1979), Garcia Júnior (1990), Moura (1978), Diegues (2001) bem como em discussões teóricas que ocorreram na disciplina de antropologia rural do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPR, ministrada pela professora Liliana Porto em 2010. Com o andamento do trabalho em

campo, a empiria, esta definição foi se refinando e se reestruturando para melhor compreender a dinâmica das unidades familiares aqui pesquisadas (Tabela 6).

Tabela 6. Definições de Unidade Familiar.

Definição inicial de Unidade Familiar	Definição de Unidade Familiar pós-empiria
Espaço primário de sociabilidades e de reprodução social do camponês, formado basicamente pela casa e pelo roçado, sendo o camponês uma categoria social constituída de uma ética onde terra, família e trabalho estão relacionados, uma não existe sem a outra e se vinculam a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Normalmente estas unidades se inserem em contextos sociais mais amplos – redes de parentesco, de vizinhança, religiosas, de produção, etc.-, que fazem com que não sejam pensadas como “unidades isoladas”.	Espaço primário de sociabilidades e de reprodução social do “nativo” ¹³ , formado basicamente pela casa, pelo roçado e pelo rancho ¹⁴ , sendo o “nativo” uma categoria social constituída de uma ética onde terra, água, mangue , família e trabalho estão relacionados, uma não existe sem a outra e se vinculam a valores e a dinâmicas organizatórias centrais, como a honra, a hierarquia e os ciclos da natureza . Normalmente estas unidades se inserem em contextos sociais mais amplos – redes de parentesco, de vizinhança, religiosas, de produção, de gestão dos bens naturais comuns , etc.-, que fazem com que não sejam pensadas como “unidades isoladas”.

As 74 UF pesquisadas mostram uma forte ligação com o lugar onde vivem, ou por nascerem no local, pela sua família estar ali há várias gerações e/ou por ser local se sociabilidade e sobrevivência. 50% dos entrevistados focais¹⁵ das UF nasceram no próprio local onde residem atualmente, “nativos” do local, termo este colocado por

¹³ Os moradores ao redor da baía de Guaratuba que nasceram nos seus diferentes sítios se autodenominam e se autoidentificam como “nativos”, também sitiantes e colonos, mas principalmente “nativos”. O nativo pode ser de uma localidade específica, como também nativo da baía de Guaratuba como um todo. Os filhos de moradores que vieram recentemente “de fora” e que nasceram em algum local da baía de Guaratuba não são considerados nativos, ou seja, além de nascer no local precisa ter como ancestral a cultura indígena misturada à europeia, ou seja, o “caiçara” das regiões litorâneas do sul e sudeste do Brasil, descrito em outros trabalhos.

¹⁴ Local onde se guarda as embarcações e os petrechos de pesca

¹⁵ Indivíduo onde o contato, a interação e quantidade de informações obtidas se destacaram na entrevista, quando havia mais de um integrante da família participando da conversa, pois o foco era a unidade familiar como um todo.

alguns dos próprios moradores. 70% da outra metade, mesmo não tendo naturalidade daquele local onde estão residindo, vieram de outras localidades, muitas vezes bem próximas, da própria região ao redor da baía de Guaratuba (e assim são considerados por eles mesmos como nativos da região da baía de Guaratuba e não especificamente daquela localidade, mas continuam sendo nativos). Apenas 13,5% das UF moradoras da região são naturais de cidades como Guaratuba, Paranaguá, Curitiba, do norte do Paraná, São Francisco do Sul em SC e Brasília. Dos entrevistados focais das UF “nativos”, aproximadamente 40% já possuíam um vínculo com aquele espaço (localidade/sítio/comunidade) há gerações, de uma a quatro, até onde foi possível resgatar esta historicidade pelos próprios sujeitos da pesquisa.

As UF em geral são formadas por um núcleo familiar (casal e seus filhos), mas existem situações também em que mais de um núcleo familiar agrega ao primeiro, como filhos solteiros que já casaram, se separaram e trouxeram os filhos para morar junto aos avós, bem como casais (ou viúvos) mais idosos que moram com um dos filhos já casado. Normalmente residem na mesma casa, mas também há situação de morarem em casas distintas, mas completamente próximas. As UF se caracterizam por serem relativamente pequenas, em média 3,5 pessoas por UF¹⁶. Parece que a migração é um importante fator relacionado a esta realidade.

O local onde fica a casa, o quintal e em alguns casos a roça é posse¹⁷ não documentada, com exceção de poucos casos onde há uma declaração de posse ou apenas um recibo de compra e venda do terreno registrado em cartório. O rancho, local onde se guarda as embarcações e os petrechos de pesca, são barracos construídos no porto da localidade, por unidade familiar.

Os relatos sobre a migração nas unidades familiares são uma constante, seja a migração definitiva ou a temporária. Atualmente as migrações acontecem principalmente por motivos de casamento e trabalho; antigamente elas estavam mais relacionadas às dificuldades de acesso e de saúde, laços matrimoniais e depois às

¹⁶ No Paraná, a média é de 3,16 pessoas por família (IBGE, 2010)

¹⁷ Segundo o IBGE, posse é uma propriedade pertencente a terceiros, pela qual o produtor nada paga pelo seu uso (ocupação, posse ou cessão). Em uma análise bem mais aprofundada, segundo Fachin (1988), é importante superar a noção da posse como mera exteriorização da propriedade para que, como conceito autônomo, torne-se um fato com valor jurídico extremamente relevante. Isso significa fazer com que a posse seja entendida como uma forma atributiva da utilização das coisas, ligada às necessidades comuns de todos os seres humanos. A sua autonomia significa um contraponto à noção de propriedade concentrada e despersonalizada. Assim sendo, é preciso entender o seu conceito não como mero efeito da propriedade, não como encarnação da riqueza ou manifestação de poder, mas sim uma concessão à necessidade.

restrições no uso dos recursos naturais pela legislação ambiental. Muito comum é a migração entre as próprias localidades ao redor da baía de Guaratuba e também com a sede do município. A permanência de apenas uma parte dos filhos dos casais há uma ou duas gerações, permite que estes filhos se mantenham através das atividades de subsistência e de geração de renda no seu local de origem, o que talvez não fosse possível se todos os filhos permanecessem no sítio.

As crianças e jovens das UF estudam na própria localidade ou próximo dali até o quinto ano e depois vão para Guaratuba ou Matinhos estudar, quando não abandonam os estudos. Os pais, na sua maioria, estudaram a primeira e segunda série, alguns a terceira e quarta, além dos que nunca estudaram formalmente na escola. A educação formal era rígida, o professor chegava a colocar o aluno ajoelhado sobre o milho em sala de aula caso não obedecesse aquilo que era posto. Mas em casa, os pais também eram firmes, e a educação passava pelo sentido do aprender a trabalhar desde pequeno, ou seja, aquilo que propiciava a manutenção de suas necessidades básicas, o trabalho que alimenta, era o norteador de outras sociabilidades dentro da família:

“Quando eles eram tudo pequenininho eu ia pra roça e sempre iam tudo eles. Então eu fazia aquelas enxadinhas de madeira com cabinho pequenininho e lá eu ensinava. Ficavam olhando primeiro eu carpi, de repente levantavam e faziam a mesma coisa. Só fiz a primeira série, eu queria que meus filhos tivessem mais estudo que eu. Sei mal e mal escrever meu nome. Ler, devagarinho eu vou lendo...” (moradora do Parati, nativa do Porto Passagem, casada com nativo do Parati¹⁸).

A Unidade Familiar tem como mecanismo de sobrevivência e de reprodução social¹⁹ uma diversidade de atividades dentro do sistema produtivo e de extração e fora dele, para subsistência, auto-consumo (ou para o “*gasto*” da casa como dizem os “nativos”) e para geração ou incorporação à renda agregada a sazonalidade dessas próprias atividades. Sazonalidade esta condicionada ora pelos ciclos (regras) da natureza, ora pelas próprias regras e acordos culturais internos a UF, ora por regras institucionalizadas pelo Estado. Essa diversidade de atividades exercidas tem uma sazonalidade anual, mas também diária. A pesca pode acontecer só até comecinho da tarde, quando a maré começa a encher. Já quando a maré enche cedo, o nativo acaba

¹⁸ Preferiu-se neste trabalho descrever algumas características das pessoas entrevistadas, mas não identificar seus nomes (ou dar-lhes nomes fictícios), para não expô-las desnecessariamente.

¹⁹ Silva & Albuquerque (2004) destacam as questões da demografia, da família e da organização política como importantes para se pensar a reprodução social. Alencar (2005) ao analisar as condições de vida de algumas comunidades de várzea do Alto Solimões, destaca alguns aspectos importantes da reprodução social: as estratégias econômicas adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução; o grau de dependência de recursos naturais para a subsistência; as maneiras tradicionais de gerir tais recursos; os tipos de conflitos socioambientais envolvendo o controle do acesso aos mesmos.

voltando cedo. Quando volta, pega a roçadeira e vai roçar o quintal, o terreno, o caminho, ou vai “*gravetá*” (catar lenha) pedacinhos de lenha pela estrada para pôr secar o peixe; ou vai carpir uma roça de aipim.

Sobre as diversas atividades, percebe-se a importância desta prática dentro de um contexto econômico que é ao mesmo tempo frágil (pois não se tem a certeza de uma renda fixa) e estratégico, pois baseado nas diferentes opções de exploração de recursos naturais que o ambiente da baía de Guaratuba propicia, torna-se um meio de permanência e resistência dessas UF neste local:

“Eu trabalho nesse cultivo de ostra, trabalho em pesca, trabalho na roça, ... não tenho como trabalhar só numa coisa, porque a gente não tem um ganho fixo. Então todos os benefícios da gente são fracos (nativo do Parati, integrante da diretoria da associação de moradores do Parati).”

As atividades “*pro gasto*”, para o consumo da casa, somam treze, sendo as mais representativas a pesca e a farinha associada à roça. Já as atividades ligadas à renda familiar compõem um total de trinta e sete, sendo a pesca a mais presente nas UF (Tabela 7). A economia das unidades familiares é baseada na diversificação de atividades e na utilização de estratégias econômicas que combinam a exploração de diferentes recursos e também em diferentes épocas (verão/inverno/temporada). O somatório da renda gerada por cada uma delas, juntamente com aquilo que é para auto-consumo, permite a reprodução das famílias.

As decisões tomadas pela família ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral (Schneider, 2003). Dentro dessa perspectiva, a unidade familiar torna-se uma instância de gestão dos bens naturais comuns, pois a todo o momento está tomando decisões acerca de qual recurso (bem natural comum) utilizar e como utilizá-lo.

Tabela 7. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares estudadas que praticam as atividades “*pro gasto*” e para geração de renda (n = 74 unidades familiares).

Atividades “ <i>pro gasto</i> ”		% (UF)	Atividades geradoras de renda		% (UF)
1	Pesca	71,62	1	Pesca	44,59
2	Farinha	45,95	2	Caranguejo “ <i>Pegado</i> ”	36,49
3	Roça	44,59	3	Aposentadoria	28,38
4	Quintal (frutíferas, horta)	31,08	4	Farinha	24,32
5	Criação de animais	27,03	5	“Tecido”	20,27
6	Caranguejo “ <i>Pegado</i> ”	22,97	6	Pesca Esportiva	17,57
7	Cipó	5,41	7	Funcionalismo Público	14,86
8	Criação de abelha nativa	2,70	8	Isca viva	10,81
9	Isca viva	2,70	9	Cultivo de ostra	9,46
10	Marisco	2,70	10	Casero	8,11
11	Ostra	2,70	11	“Veludo”	8,11
12	Aquicultura de água doce	1,35	12	Caranguejo “ <i>Tirado</i> ”	8,11
13	Agente fiscal de meio ambiente ²⁰	1,35	13	Criação de animais	6,76
			14	Quintal (frutíferas, horta)	6,76
			15	Restaurante/vendinha	6,76
			16	Marinheiro	5,41
			17	Ostra	5,41
			18	Palmeira	5,41
			19	Aluguel de quarto	4,05
			20	Criação de abelha nativa	4,05
			21	Garçom/garçonete	4,05
			22	Marisco	4,05
			23	Peixaria	4,05
			24	Cozinha e Faxineira	2,7
			25	Pesca em mar aberto	2,7
			26	Ponto no Mercado Municipal	2,7
			27	Turismo de passeio	2,7
			28	Auxílio idoso	1,35
			29	Atravessador	1,35
			30	Cabo eleitoral	1,35
			31	Carpinteiro naval	1,35
			32	Costura	1,35
			33	Catador de latinhas	1,35
			34	Lixeiro	1,35
			35	Pedreiro/Carpinteiro/Marceneiro	1,35
			36	Roça	1,35
			37	Roçadeira	1,35

²⁰ Agente fiscal de meio ambiente é uma atividade voluntária, não caberia a priori em nenhuma das categorias propostas na tabela acima, pois não é uma atividade para auto-consumo e nem para geração de renda, mas a título de visualização, preferiu-se deixá-la na primeira coluna.

4.2 A pesca

A pesca para a maioria das unidades familiares ao redor da baía de Guaratuba é praticada para a subsistência e cerca da metade revertida para a comercialização. Vários moradores relataram a tênue relação entre aquilo que é consumido na casa, doado para parentes e vizinhos e aquilo que é vendido, ou seja, há o sentimento da importância de garantir o consumo da unidade familiar primeiramente e decide-se por isso. Dessa forma, a pesca, intercalada com as diversas outras atividades, torna-se desde diária, passando de duas a três vezes por semana ou somente no final de semana, até “às vezes, só *pro gasto*”, como comentou uma senhora do sítio Riozinho, ou seja, só quando acaba o peixe ou quando dá vontade de comê-lo.

A pesca acontece o ano inteiro, podendo-se pescar peixes como acará, parati, caratinga, tainhota. No Parati, um nativo que pesca “*pro gasto*” e pra vender a R\$3,50 o peixe fresco e R\$10,00 o defumado, todo final de semana na feira do produtor em Guaratuba, pesca todo dia em média 8 Kg de peixe. Mas a pesca também é sazonal, dependendo dos ciclos reprodutivos de alguns animais, já que falando em um ambiente de estuário (a baía e Guaratuba), essa sazonalidade na ocorrência de algumas espécies é marcante (Chaves & Bouchereau, 1999; Chaves *et al.*, 2002; Pina & Chaves, 2005). Hoje em dia, a principal espécie pescada com essa característica, segundo os próprios pescadores, é a tainha (*Mugil platanus*), nos meses de maio, junho e julho, chegando no fundo da baía começo de julho. Nessa época, um experiente pescador do Riozinho, na sua canoa a remo e uma tarrafa (Figura 7), consegue pegar de 20 a 25 Kg de tainha em uma manhã, um pouco para o consumo e o resto ele vende a R\$6,00 ou R\$7,00 o quilo. Há dias também que não se consegue “*matar*” nada. Para uma moradora do Parati, tainhota é filha da tainha que vem de fora, desova e deixa a tainhota no rio. Quando chega o mês de abril, dá um “*rebojo*” e elas vão embora, se criam lá fora, em mar aberto e depois vêm entrando para a baía, já pesando em torno de dois quilos.



Figura 7. Pescador do Riozinho com batera a remo e tarrafa.

O que torna a pesca sazonal, além das questões naturais e ecológicas intrínsecas das espécies encontradas, também são questões de ordem legal e da modernidade. Um jovem de Cabaraquara comentou que dentro da baía é liberada a pesca da tainha de 01 de junho a 01 de agosto²¹. Ele pesca da linha imaginária da baía para fora²². Sexta, sábado e domingo não pesca porque vem muito banhista, gente “*de fora*”, de Matinhos, e como ele pesca de rede (malha 08 para parati e malhas 11 e 12 para tainha com seu barco a motor, 15 HP de potência), prefere não pescar e deixar para o pessoal “*de fora*” que pesca de vara. Outro senhor, morador antigo da região, disse que em novembro fecha a pesca do robalo²³, não podendo pescá-lo nem de linha de mão e nem de rede; o bagre também não pode pescar com rede a partir dessa época, por quatro meses, agora de linha de mão, “*dá pra matar*”.

Mas nem sempre foi assim: regras institucionalizadas pelo Estado e as mudanças vindas com a modernidade. No passado, as regras que valiam eram da própria natureza, ou os acordos, regras internas a própria família, como a divisão de tarefas entre gêneros,

²¹ Segundo a Portaria nº 115 do IAP de 2007, no art. 2º “nos meses de junho e julho, exceto finais de semana e feriados, será permitido aos pescadores profissionais realizar a pesca da tainha em toda a baía de Guaratuba, com uso de redes simples, com malha superior a 10 cm, na modalidade de lanço”.

²² Segundo a mesma Portaria descrita anteriormente, o artigo primeiro proíbe o exercício da pesca com o emprego de redes de quaisquer tipos na baía de Guaratuba, permitindo somente aos pescadores profissionais, o uso de rede na terça parte da baía em direção a sua entrada.

²³ A Resolução nº 16 da SEMA de 2009 proíbe a pesca do robalo-flecha e robalo-peva nos meses de novembro e dezembro no litoral paranaense, permitindo nesse período apenas a modalidade pesque e solte dos pescadores amadores esportivos. Proíbe ainda a pesca profissional nos rios Cubatão, São João e Guanxuma localizados na baía de Guaratuba.

o poder da autoridade masculina, o suprimento das necessidades da unidade familiar primeiramente, bem como o que era acordado entre parentes, vizinhos.

Memórias²⁴ e o discurso da abundância na pesca: estratégias, acordos, regras e rupturas

Conta-se que antigamente no Parati, havia apenas um pescador (que tinha rede, canoas, nativo do local), e todos os outros nativos daquele lugar, vizinhos, pescavam com ele, uma vez por mês. Era uma rede de arrasto, 10 ou 15 pessoas pescavam em três canoas, sendo que uma canoa era só para trazer o peixe pescado. Naquele tempo era necessário dar somente dois lanços²⁵ durante o dia que vinha peixe para todo o sítio e para repartir com quem precisasse. Cada um tinha sua canoa para sair viajar, mas para pesca era só um pescador (que eles consideravam por possuir os petrechos de pesca). Vinha pescada, mirabaia, de tudo. Faziam o quinhão, de repartir tudo que pescavam entre o pessoal que ajudou a pescar e o dono dos petrechos, e o “*meio*” que sobrava daquele tanto era para repartir com a “comunidade”. Eram 30 kg para um, 30 kg para outro, muito peixe. Secavam o peixe (a cambira)²⁶ (Figura 8) para o mês inteiro, levavam vender porque não davam conta de comer. Não existia geladeira, alguém tinha geladeira a querosene.



Figura 8. Cambira feita pelos nativos para secagem do peixe.

²⁴ Através da metodologia da “história oral” o que se tem ao final do processo não é uma história objetiva, baseada em documentos, mas uma subjetividade, pois ao recordar e contar sobre o passado, ao mesmo tempo já se está o interpretando (Portelli, 1996).

²⁵ Solta a rede de canoa por fora e quatro pessoas em cada ponta, por terra (na lama) vão puxando. Pescavam entre “as cruzeiras” (local de referência de orientação para os pescadores do Parati) onde tinha um poço fundo. A pesca tinha que ser na maré seca. iam puxando a rede até vir para o seco (lama); pegavam com a mão mais de 300 Kg de peixe. Não pescavam para dentro da baía porque era muito longe para quem sempre ia a remo. Naquele tempo, (décadas de 70 e 80) quem tinha canoa a motor no Parati eram apenas duas famílias.

²⁶ Processo de secar (defumar) o peixe dependurado em cima do fogão a lenha ou do fogo de chão.

Esse tipo de pesca aconteceu até aproximadamente 48 anos atrás, segundo nativo do Parati que contou essa história, de 53 anos, integrante da diretoria da associação de moradores do Parati. Juntavam o pessoal, marcavam a pesca na lua boa, na maré boa. Mas esse tipo de pesca acabou por causa da ganância, segundo ele. De uns tempos em diante começou a aparecer *“umas pessoas mais gananciosas”*, falando para o pescador, dono dos petrechos, que ele deveria tirar um quinhão para a rede e para a canoa, para comprar cabos, chumbos, fios, pois as pessoas só iam pescar com ele e não o ajudavam em nada em relação aos materiais de uso. Depois de algum tempo o pescador começou a tirar um *“quinhãozinho”* para rede, para comprar uma tinta, uma cola para canoa, e todo mundo concordava. *“Mas olha o que Deus fez pra ele: marcaram uma pesca, pegaram só cinco balaies de peixe no dia, só, no mês. Daí ele disse: ‘agora nós vamos ficar uns dois meses sem pescar, vamos levantar a rede pra nós fazer um guaju pra remendar a rede’.* Aí a mulher dele falou: *‘vice, antes de você começar a tirar quinhão pra rede não estava acontecendo isso, olha já o que está acontecendo’.* Aí quando foi um dia, marcaram a pesca, 400 balaies de bagre num lanço. Foram dados cinco viagens de canoa motor pra trazer o peixe. Repartiram com todo mundo, com outras colônias. Aí ele (o pescador dono dos petrechos) falou: *‘A partir de hoje em diante eu não vou pescar mais, porque esse foi um castigo e um exemplo pra mim. Se eu não tivesse tirando quinhão de rede e de canoa não teria acontecido, de atraso da pesca do pessoal daquele dia e agora vem um castigo desse’,... que ele achou que foi coisa demais e ele sentiu que foi uma prejudicação pra ele e pra todo mundo, porque era coisa demais, você não ia vencê, se o pessoal não tivesse trazido pra terra aquele peixe ia apodrecer tudo, e assim mesmo foi enterrado 40 balaies de peixe. Ninguém suportou vencê a doação de peixe. Daquele dia em diante acabou a pesca dele, nunca mais.’*

Interessante é que essa história pode ser considerada um mito de origem, uma explicação do porque das mudanças na pesca em relação ao passado e também uma idealização deste mesmo passado. O pescador dono dos petrechos de pesca não deixa de pescar quando ele não pega mais peixe, mas quando ele pega tanto peixe que aquilo se estraga e ele percebe isso como um enorme castigo, porque ninguém, Deus não poderia deixar que alguém pegasse tanto peixe assim pra ficar se perdendo. Ou seja, parece que essa narração é um contraponto ao discurso ambiental ou de quem é de fora, de que eles (os nativos) precisam ser controlados, para que os recursos naturais não se escasseiem com suas práticas. Na verdade o “mito de origem” indica o contrário, enquanto estavam apenas os nativos ali, as coisas caminhavam bem.

Já outro morador do Cabaraquara (nativo do Parati, da mesma família do pescador dono dos petrechos da história contada acima, 48 anos, integrante da diretoria da associação de moradores no Cabaraquara) conta que eram duas pessoas do Parati, da mesma família, que tinham rede de arrasto. Quando não ia com estas pessoas pescar, pescava sozinho de tarrafa e linha de mão. Nativo do Empanturrado (senhor de 63 anos) relatou que a pesca com rede de arrasto era praticada nos sítios por ali também, ao sul da baía de Guaratuba. Eram seis pessoas, três em cada canoa. O cabo da rede era de cipó. Somente um primo dele é que tinha a rede de arrasto no Empanturrado. Tocava a buzina de madrugada, parecida com um berrante de boi e aquelas pessoas vinham fazer o arrasto. Dividiam igual o peixe entre eles, mas a rede também “*ganhava o quinhãozinho*”. Outro vizinho que não fosse pegava um litro de cachaça e ia esperar os pescadores no porto, este também ganhava o seu “quinhão”. No São Joãozinho, Jhundiaquara e Descoberto também existiram as pessoas que somente elas tinham a rede de arrasto no local onde viviam.

Antigamente, também se pescava nos rios da baía de Guaratuba sem rede, sem nenhum petrecho de pesca, era pescaria de “porombobó”, herança indígena. Pegava-se a canoa grande na boca da noite e o lampião a querosene ou feixe de lenha e “*ia facheá*”. O rio enche e depois de tardezinha a maré “vaza” (esvazia), então o peixe ficava ali nos galhos do manguezal. Era só colocar o remo por debaixo da “galharada”, “chuchava” (sacudia, cutucava), que o peixe assustava, vinha por cima da canoa, batia na esteira de piri²⁷ estendida perpendicularmente na canoa e caía parati, tainhota e outros tipos de peixes. Outros moradores antigos do Riozinho, Cabaraquara e Descoberto comentaram sobre alguns petrechos usados no passado para a pesca: caniço, vara de bambu com fio do tucum (um tipo de fibra vegetal extraída de uma palmeira), rede de fio cachorrinho, espinhel²⁸ feito da embaúva (uma árvore comum das capoeiras, pioneira de florestas em regeneração). Mesmo com essa variedade de artefatos de pesca, contam os mais antigos que a pesca antigamente não era para comercializar, só “*pro gasto*”, mesmo porque não tinha para quem vender.

“Então foi uma época de fartura na baía (se referindo às décadas de 40 até 60-70 do século passado), toda hora que você ia ou ia mar aberto,

²⁷ Planta herbácea típica dos brejos da baía de Guaratuba.

²⁸ Espinhel é uma corda de 100, 200, 300 metros, de três em três metros um anzol, põe isca e deixa na água, parada ou na “poita” ou uma vara de cada lado. Coloca no começo da enchente quando a maré começa a encher. Quando a maré para, vai lá e visita, tira o peixe que tem. Isca de volta e deixa ali e aproveita aquela vazante. Quando começa a maré de volta a encher, vai lá e dá outra corrida. E vai pescando assim, a noite inteira ou o dia todo.

tinha tudo isso aí, porque não era explorado né. Você ia na baía, dava um lancinho lá, uma tarrafada e pegava 30-40 kg de peixe. O que tinha nessa baía de Guaratuba aqui ninguém acredita, tinha linguado, pijeri, robalão, pescada amarela, badejo, garoupa, parambiju, corvina, pampa, miraguaia, enxova, pescada membeca, pescada branca. Camarão branco pescava pro consumo da casa e pra iscá, o parati a mesma coisa, tainhota a mesma coisa. Peixe grande você ia botar o espinhel, pegava dois, três peixes, o que ia fazer com mais peixe? Pra quem você vai vender? Seria no mercado, Guaratuba naquela época era uma vila, não era uma cidade né. Então se vendia um pouco de peixe, outro pouco trazia. Limpava, salgava ele. Se queria um peixe fresco era fácil de pegar, se queria um esfumaçado, aí tinha também né. Então era só pro consumo mesmo” (pescador de Caieiras, nativo do Parati, 65 anos).

Outra característica da pesca em tempos mais antigos era sua prática quase que exclusivamente pelos homens. Como comentou um senhor de 71 anos cuja família era nativa do Cabaraquara e uma das primeiras a se estabelecer ali:

“Só o meu pai ia pescar, a minha mãe não. Minha mulher também não ia. Era coisa de macho ir pescar... mulher cuida da casa, ajuda na roça.”

Outro tipo de pesca que acabou foi a pesca da tainha através do “espia”. Havia um senhor de Guaratuba, dono de uma sorveteria, que o pessoal pescava pra ele, os petrechos eram dele. Pagava o pessoal só no final da temporada da tainha, mas tinha o “chefe”, patrão dos pescadores, um outro senhor que ganhava um quinhão a mais. Durante os meses de maio, junho e julho, os pescadores traziam para casa duas, três tainhas e o “chefe” não descontava do pagamento. Faziam a cambira e todo ano eram seis pessoas do Cabaraquara que pescavam só com ele. O resto do ano pescavam parati, sozinhos mesmo. Havia o espia que ficava “trepado” em quatro paus fincados no mangue, com uma escadinha, só olhando (espiaando) quando o peixe “*buia*” (boiava); assobiava e o pessoal já entrava na canoa. O patrão era o que remava na popa para cercar o peixe, tinha o proeiro que ia ao remo também e o chumbreiro que só ia jogando chumbo. Agora com motor não precisa, na época precisava porque era no remo. O patrão e o espia eram os dois que ganhavam mais, o “quinhão” deles era maior, “*era uma responsabilidade mais séria*”. Atualmente, não existe mais espia na baía de Guaratuba, tudo é caceio²⁹.

²⁹ Rede de espera fica atravessada de um lado ao outro do rio, perpendicularmente, deixa uma noite, fica no fundo e põe peso de barro. Quando é atravessada paralela ao mangue, que não fica no fundo, é o caceio. Tem o lanço (redondo) batido, que coloca rede e fica batendo com o remo na água pra tainha, parati. Bate para o peixe correr para a rede: este tipo de pesca é mais novo, antes era só o arrasto.

Pesca e as mudanças com a modernidade

Segundo um morador de Cabaraquara (nativo do Parati, 48 anos, integrante da diretoria da associação de moradores na localidade), o governo lançou uma lei³⁰ proibindo a pesca de arrasto na baía de Guaratuba, *“proibiram porque prejudicava muito a baía, não era bom”*. Então veio o caceio e lanço batido. Os pescadores passaram a usar esse tipo de rede, na verdade tiveram que aprender a usar esses outros tipos. *“Quando a gente comprou a rede de caceio, dava um lanço, pegava 300 paratis e vinha embora. Hoje em dia você fica o dia inteiro pra matá 20 kg de peixe”*. Primeiramente a grande maioria vivia também da plantação, da lavoura, hoje em dia, no Cabaraquara, apenas uma única família trabalha com essa atividade. *“Aí tem uma lei do Parque³¹ que não pode plantar. E o pessoal do sítio não puderam plantar mais, aí venderam e vieram pra cidade, e a maioria hoje em dia fica na pesca. Tem muito pescador. De primeiro, camarão branco que dava na baía pessoal pegava com a mão, nem tarrafa usava. Faziam peneira mesmo de palha, de cipó, saíam pro rio, janeiro, fevereiro, época que o camarão já está grande e pegavam muita coisa. Essas leis vieram de uns 20 anos pra cá. Isso começou da primeira vez que o Jaime Lerner³² entrou pra governador”*. Os relatos aqui dão a entender que no imaginário dos moradores ficou a percepção de que eles foram seguidamente obrigados a cumprir as legislações sem muito direito de resposta, sem participar desse processo inicial de decidir qual era o melhor caminho para a conservação da região e que iria influenciar diretamente na sobrevivência e reprodução social da população humana que ali vivia.

O abandono da pesca para viver só da roça também aconteceu, mas muito menos presente nas narrativas. Moradora do Cabaraquara (nativa do Empanturrado, 30 anos, casada com nativo do Cabaraquara) comentou que antigamente ela pescava junto com o marido, agora não pescam mais. *“Ía pescar, ah, porque o IBAMA, ah, porque a florestal (polícia), um estresse, mas vivia da pesca e da roça”*. Pararam de pescar faz uns dez anos e decidiram ficar só com a roça. Diz ela que com a pesca não se sobe na vida, fica a noite toda, se molha, é cansativo e às vezes só consegue pegar “pro gasto”. A roça não, afirma a jovem moradora, se você plantou já é dinheiro garantido.

³⁰ Portaria n° 12 do IBAMA de 2003 que define os métodos, modalidades ou petrechos de pesca permitidos para pescadores profissionais nas áreas estuarinas e lagunares do Estado do Paraná.

³¹ O Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (PNSHL) foi criado pela Lei Federal 10.227, de 23/05/2001. Situa-se na porção sul da Serra do Mar paranaense, fazendo divisa com a baía de Guaratuba, com a planície litorânea e com o vale do rio Cubatãozinho.

³² O primeiro mandato do governador Jaime Lerner foi em 1995.

As mulheres começaram a participar mais da pesca. Antigamente, praticamente a mulher não pescava, ia pra roça com o homem depois que ele vinha da pesca. *“Hoje em dia mulher pesca porque gosta de pescar, né! Hoje até um homem lava roupa, naquele tempo o serviço da mulher era lavar roupa, louça, fazer comida. Mulher era pra plantar e pra colher e o homem pra derrubar, roçar. Mulher carpia também”* (fala de um morador e nativo do Riozinho, 71 anos, uma das lideranças tradicionais da localidade).

Outras mudanças também foram relatadas em relação à pesca por este mesmo morador. Para ele a pesca diminuiu porque os peixes ficaram assustados com tanto barulho na água e se esconderam e também porque “lá fora” (no mar aberto) pescam de rede e não deixam o peixe entrar para a baía. Também os “comedios” dos peixes, locais de baixo³³ onde tem bacucu³⁴ desapareceram e então os peixes sem “comedio” (local para comer) desaparecem.

“Naquele tempo tinha peixe grande aqui no rio, existia mero, cação grande, coruvina grande..., esses peixes sumiram, acabou. Sumiu porque não tem comedio para eles. Vinha um cardume e comia em cima da moqueira, do bacucuzal. A gente ia para Guaratuba na época a remo e a gente tinha medo de ir por causa do boto, de tanto boto que tinha, por causa dos peixes, tinha muitos peixes, e agora não, até o boto acabou-se. Não tem peixe, não tem boto”.

Resumindo:

“Mudou muito! Quando meus filhos eram pequenos já tinha mudado. Eles conheceram um pouco né (se referindo a esse modo mais antigo de viver), mas já tinha mudado bastante já”.

O único morador da Areinha, no Rio das Ostras, 62 anos e nativo do Rio Alegre, disse que aprendeu a pescar com seu pai, de tarrafa e linha, hoje ele continua pescando de tarrafa e canoa a remo, o motor é usado só para viagem. Relatou que antes tinha muito peixe, hoje se pesca bastante e mata pouco. Pesca ali por perto do lugar onde mora, mas não no rio, pois não é permitido. Assim como já descrito anteriormente, ele também afirma que o que diminuiu o peixe (na quantidade e variedade) dentro da baía foi a pesca fora da baía, “na boca da barra” (ou seja, na entrada da baía). Completando, coloca que ainda existe o peixe parati dentro da baía porque é peixe de cardume e não o pescam “na boca da barra”, lá fora.

³³ Ambientes rasos que compõem a baía de Guaratuba formados por substrato lamoso.

³⁴ Marisco (Molusco)

Um antigo morador e nativo do Descoberto, com 70 anos, comentou que matavam o peixe em abundância: bagre, robalão, pejerave, caranha, paru, pampa, raia, linguado, corvina, terezinha.

“Temo que agradecer a deus que não passemos um dia de fome. É mesma coisa que agora, pois a pessoa que era preguiçoso, não gostava de trabalhar, sofria! Quem gostava de trabalhá vivia mais e passava mais tranquilo. Nós ia no mar pescá, trazia caranha, pejerave, às vezes um mero também junto, bagre, betara, tudo peixe bom que hoje não existe.”

Outro relato sobre as mudanças na abundância do pescado vale a pena relatar:

“Pescaria boa aqui acho que não existe mais. Pescaria boa era quando você chegava lá e vinha com 70, 80 kg de pescada branca, vinha cação, vinha saltera. Hoje você vai, mata 15, 20 kg de peixe..., pra quem pescou tanto peixe antes... é uma pescaria boa porque pegou, mas em comparação com os outros tempo, as pescaria tá fraca” (pescador de Caieiras, nativo do Parati, 65 anos).

Outro motivo narrado para explicar a diminuição dos peixes é o grande barulho que o ferry-boat (balsa)³⁵ faz (Figura 9), afugentando os peixes que vinham de fora da baía. Acarãha, badejo, pescada, bagre sari, betara, sardinha eram muito pescados, hoje não se consegue pescar estes tipos de peixes. Atualmente o que é pescado é tainha, acará, robalo, *“essas coisas que cria por aqui mesmo, mas o peixe que vinha de fora... a pesca do camarão também arrasta tudo, acaba com tudo”*.



Figura 9. Travessia do ferry-boat pela baía de Guaratuba, Pr.

³⁵ De 1959 para 1960 foi implantado o serviço de ferry-boat para a travessia da baía de Guaratuba pelo DER. De 1966 a 1981 entraram em operação quatro ferry-boats e depois mais 2 barcos. Em 25 de outubro de 1996, o sistema passou a ser realizado através de empresa concessionária. (DER/PR, 2012)

Ainda sobre os conflitos, problemas relacionados a pesca, nativo do Fincão (atualmente morador do Cabaraquara, 74 anos) fala de uma tal “evolução”, que fez com que diminuísse a quantidade e variedade de peixes da baía de Guaratuba. Completando o pensamento do pai, o filho diz que essa “evolução”, se referindo ao progresso, aumentou muito o número de pescadores na baía. *“Antigamente quando nós éramos pequenos (hoje ele tem em torno de 30 anos), não se via quase pescador nenhum na baía. Agora, Guaratuba aumentou muito e foi tudo povo de fora que veio. Então Guaratuba não tem meio de renda, o pessoal chegava ali, mandava fazer uma baterinha, comprava três, quatro panos de rede e era o meio de sair e ganhar o pão. Esses barcos que pegam camarão pegam 30 quilos e matam cerca de 100 quilos de peixe pequeno. Aí o pescador vai lá, com sua rede malha 11, malha 12, mas os camaroeiro passa lá e vai diminuindo tudo os filhote de peixe.”* Se referiu também a “evolução” como as grandes embarcações que vão erodindo o mangue e assoreando os rios. Embarcações de turistas (Figura 10) mas também embarcações dos “grandão”, os que fazem as leis. Sobre isso, um outro pescador de Caieiras comenta:

Lancha como teve sábado, um raly, aquilo é uma coisa que o próprio meio ambiente (se referindo a polícia ambiental, IAP) não devia permitir. Uma lancha daquele porte, daquele tamanho é pra ser em mar aberto, lá fora. O primeiro motorzinho a gasolina que nós compremo tinha 4 HP, meu pai comprou porque era cansativo ir no remo, pra nós foi novidade, comprei motor! ... nem banzeiro não fazia, nem onda! Quando aquela ondinha da embarcação passava, aquilo era uma pulaceira de peixe sabe, camarãozinho, já sentindo o movimento das ondinhas que fazia. Você imagina hoje essa lancha o que faz quando passa, onde vai parar a larva do camarão, a larva do peixe, tudo quanto é alevino? Nossa madeira nativa tá tudo em cima do barranco e eu acho que nesse ponto tem muito erro da capitania, os caras tem que ter um limite, uma lei da capitania que diminuísse a embarcação, passar em marcha lenta, porque às vezes tem criança, tá descarregando um camarão, um peixe, arrisca até você cair na água. A própria autoridade, eles não tão olhando a classe do pequeno. Tão dando cobertura... A capitania, da onde que eles saem? do iate de Caiobá! do iate de Guaratuba!



Figura 10. Barco de turista na entrada da baía de Guaratuba.

Interessante o discurso de um pescador nativo de Santa Catarina, mas já morador de Caieiras há 30 anos, que não coloca como causas da diminuição do peixe só o que está “lá fora”, mas o que é praticado dentro da baía também.

“Antigamente, a pesca do parati se pescava só nos baixios, nas coroas, hoje não, tão fazendo uma rede com dois, três panos de altura que cerque um cardume, a rede atraca no fundo e cerca. Então a retirada vai ser maior (comparado com antigamente). Então a diminuição no futuro vai ser gradativa. Só que muitos acham que não, que não vai acabar nunca... o que Deus deixou aí pro homem... só que quando Deus deixou pro homem era meia dúzia de homem”.

Com tantos conflitos e problemas relacionados a pesca na baía de Guaratuba, várias normas, legislações foram construídas, postas e muitas vezes impostas pelos órgãos ambientais federais e estaduais.

“Aqui chega a época de pesca a gente vai. Ah, eles dizem, tem defeso não sei do quê, tem defeso do robalo, tem defeso da tainha, tem defeso do camarão, mas a gente não recebe nada disso né! Se tem defeso e não deixam a gente matar, do que que a gente vai viver? Se a condição da gente é essa, a vida, eles tem de dar uma defesa pra gente também! A gente paga a colônia de pescadores direitinho..., então a nossa luta é assim..., a gente mais se esconde dos guardas...”(discurso de uma moradora do Parati, nativa do Fincão, 55 anos, casada com um nativo do Parati).

As leis federais e estaduais normalmente limitam o que pode ser pescado pela época do defeso, ou seja, período em que fica proibido pescar determinada espécie, ou limitam pelo tipo de petrecho que pode ou não ser utilizado em determinada pesca, ou ainda pelos locais permitidos ou proibidos. Praticamente todos os entrevistados concordam que precisa ter o defeso, mas eles muitas vezes criticam a época de alguns

deles, bem como a forma como eles são construídos, pelas pessoas do poder público, sem a participação dos próprios pescadores, trazendo confusões e dúvidas na interpretação das leis por estes sujeitos, e também o fato de eles ficarem desprovidos de alguma assistência enquanto eles não podem pescar, o que normalmente acontece com as leis estaduais. Nesse contexto, a narrativa de um nativo do Parati, morador do Cabaraquara, expressa muito bem o que consta no imaginário dessas pessoas:

“Um nativo pra pescar faz um investimento, compra batera, mais motor, mais a rede, vai gastar de 10 a 12 mil reais. Só que se você vai pescar, uma hora ou outra você dá um vacilo de passar fora do limite que ELES (se referindo ao IBAMA, IAP e afins) marcam, que ELES determinam, aí tomam seu aparelho e aplicam a multa. Aí eles querem que você pague essa multa, sendo que tomam seu aparelho de pesca... Tem o limite, mas ELES... aqui a gente entende por rio, que seria as cabeceiras de água doce e pra eles tudo isso aqui (apontando para um braço da baía que passa na frente do Cabaraquara) é rio. Isso aqui não é rio (é braço, diz outro senhor que está junto na conversa), é apenas um desvio de mar. Aí que deu a confusão! Pra nós isso aqui é mar! Aí não pode pescar tainha aqui na frente porque é rio, só pra frente da Piçarras e aí tem que ir até lá pescar”.

A fala de outro senhor nativo do Rio Alegre, só reforça essa questão:

“ELES (se referindo aos que fazem as leis) não vêm conversar com a gente velho, uns caras que nunca embarcaram numa batera. Só querem conversar com gente novo”.

Na pesca na baía de Guaratuba, exceto os pontos dos “espias” (na travessia do ferry-boat, na época que havia essa pesca da tainha), parece não terem existido donos de pontos de pesca, lugares em que já havia um acordo baseado na “lei” do respeito de que ali era local de pesca de um único pescador, conforme já observado em outros lugares com os “mestres” de pesca, que são depositários de um conhecimento maior sobre o mundo natural que lhes permite um acesso privilegiado a recursos móveis e migratórios, como na pesca de “marcação”, de “caminho e cabeça” ou os pontos de lanço (Diegues, 1992; Maldonado, 1993; Cunha *et al.* 2004). Cada um decidia e continua decidindo onde quer pescar desde que chegue primeiro naquele lugar. Mas recentemente, foi introduzido um tipo de pesca na baía de Guaratuba trazida por uma pessoa “de fora”, de Santa Catarina, e incorporada por alguns nativos, a pesca de ceva para pegar tainha na vara. Neste tipo de técnica, usada na pesca esportiva, existem lugares de pescaria que possuem “donos”, outras pessoas não podem pescar ali. Outra forma de se colocar regras de onde pode e onde não pode pescar, foi muito bem expressada por um morador e nativo do Riozinho, 77 anos, quando perguntado se no mar, na água, no rio existia alguma divisão entre os pescadores de dizer “eu uso aqui e o senhor usa lá”. Ele falou:

“Aqui na baía pra pescar, pescam em qualquer lugar. Só quem pôs essa divisão agora foi o IBAMA, ou não sei quem trabalha com isso aí. Não deixa pescar, é proibido. Como o Rio Boguaçú, ali ninguém pode pescar com rede ou com tarrafa, que é proibido pelo IBAMA. Mas pra pescar, pode pescar em qualquer lugar. Pode ir daqui pescar lá em Guaratuba, de Guaratuba vem pescar aqui, o ano inteiro no rio São João”.

Vários nativos pescadores relataram a questão da divisão atual do pescado quando se pesca com um “camarada, companheiro” (um vizinho, um compadre, um parente). Se antigamente puderam existir diversas formas de divisão, desde as mais igualitárias, até outras que dependiam de quem era dono dos petrechos de pesca, atualmente fica bem marcado que o quinhão é dividido em três, sendo que o dono da embarcação, da rede, leva duas partes do quinhão, por causa da manutenção desses equipamentos, do gasto com combustível. *“É dividido em três partes, não são em partes iguais, entedeu?! Se não tem rede, não tem gasto nenhum, então ganha 1/3 né”*.

As permanências hibridizadas

Diante de um cenário de muitas mudanças na estrutura e dinâmica da atividade de pesca do nativo da baía de Guaratuba, uma forte relação de saber e de diálogo de saberes³⁶ entre os que pescam e a natureza que cerca os não-humanos³⁷ que são pescados, constituem parte das permanências em torno dos nativos. Um jovem pescador do Riozinho (de 16 anos, de uma família fundadora da localidade), que divide suas atividades entre ir pra escola durante a semana e final de semana pescar e levar o turista para pescar também, quando perguntado sobre as regras, se existia acordos do tanto que podia ser pescado, o que o fazia parar de pescar, se era a quantidade já pescada, ou o tanto que ele queria levar para casa, ele simplesmente respondeu: *“O limite para pescar é o horário da maré. A maré precisa estar meio correndinho, não pode estar parada, aí o peixe bate, você sente ele bater. A maré parou aí o peixe já se esconde”*. Ou ainda: *“... maré de lua é bom pra pegar robalo, maré de quarta já não dá, só de noite. A pesca do robalo é em maré de lua, cheia, nova, quando a maré está correndo. Fico uns seis dias durante essa lua pescando. Pesco de caceio, maré que leva...”* (fala de um pescador do Mirim, liderança local, nativo de Caieiras).

³⁶ Leff (2006) reconhece o valor e originalidade de saberes milenares ou seculares na construção de um novo modelo de conhecimento, propondo uma dialogia com estes sujeitos e entre diferentes atores sociais.

³⁷ Latour (2004) considera tanto os atores humanos como os não-humanos em suas análises políticas. Ambos fazem parte da mesma sociedade ou do mesmo coletivo.

E a lista destas relações continua. Nativa do Porto Passagem (48 anos, moradora do Parati e casada com nativo integrante da diretoria da associação de moradores desta localidade) apoiada por relatos também de pescadores do Mirim, de Caieiras, comentou que para conseguir pescar a tainha precisa ventar nordeste, leste, “*de lá pra cá*”, e então o peixe se aproxima da costa, entra para a baía para desovar. Algumas voltam quando dá o vento de terra que é o noroeste, outras não, elas vão e “*garram*” um rio mais fundo onde tem piri para o peixe “*se acomodar*” e ficam lá toda vida. Por isso, segundo ela, que conseguiram pescar tanta tainha em setembro de 2011, já fora da época dela ou porque não se pescou praticamente nenhuma tainha no ano de 2012 dentro da baía de Guaratuba nos meses de maio a julho, simplesmente não ventou o vento que precisava.

A fala de outro pescador de Caieiras (nativo do Parati, 65 anos) deixa claro que este diálogo entre humanos e não-humanos permanece:

“Tá pescando com um tipo de rede com a maré, aí muda a maré, aquela rede já não pesca, tem que pescar com a outra. É uma imensidão de água, mas na verdade o canal é pouco. É mais baixio. Porque o peixe é engraçado sabe, ele pega a baía bem clara, limpa, salgada, ele some. Porque nos rios da baía tem os poço e o peixe fica ali, vai pro baixio, come, porque vai a manjuva, vai o parati..., quando a maré dá de começa a baixar, ele desce pro canal e poço. Com a maré de quarta, mais fraquinha, a gente pesca mais de pé, então a gente põe rede pra pescada... O robalo é predador, ele vê movimento já tá em cima. Pescada amarela quando é grande é pescada amarela, quando é pequena é pescada calafate. Pega quando vai pescar em canal, só vai pescar em ponta de poço de pedra. Já é pesqueiro de pescada calafate e pescadinha vermelha. Só que de baía é a pescada vermelha e a calafate. Quando fica de 8 kg pra cima já é pescada amarela”.

É claro que todo esse conhecimento e respeito do nativo pelo ambiente em que vive é permeado de outros cenários que influenciam totalmente esta relação, como já descrito anteriormente no item “Pesca e as mudanças com a modernidade”: a legislação ambiental, o progresso, a presença dos “de fora” e os conflitos que se constituíram. Ou seja, o limite para pescar ainda é o horário da maré e o comportamento do peixe frente a eventos naturais e sua própria biologia que o pescador conhece tão bem, mas também hoje limita o pescador aquilo que é proibido ou permitido pela legislação (e que agora se tornou outro tipo de conhecimento, o pescador precisa conhecer essas regras, leis, normas) e a quantidade dos estoques pesqueiros que vem diminuindo. O conhecimento do nativo, suas regras e ações atualmente é um híbrido entre aquilo que foi passado de geração em geração tradicionalmente e aquilo que foi posto pela modernidade. Longe desta relação ser tranquila, ela é carregada de tensões e que faz com que continuamente

a Unidade Familiar tenha que tomar decisões a cerca de sua reprodução social e de sua inserção/participação ou não em outras instâncias.

Pesca e suas interrelações: algumas conclusões

Os relatos de atividades coletivas de pescaria guardados na memória dos mais antigos, como a pesca de arrasto e de espia, narradas anteriormente, e os acordos coletivos de distribuição deste pescado, o “quinhão” de cada um, baseados no respeito, no que é justo e suficiente para a sobrevivência e nas relações sociais tradicionais estabelecidas, deram espaço para uma pesca mais individual (ou com um companheiro: o filho ou a filha, a esposa, o compadre, o vizinho) e para garantir necessidades de sobrevivência e de reprodução da unidade familiar. Come-se o peixe, mas também se vende o peixe para comprar outros tipos de alimentos outrora produzidos, combustível, pagar uma conta de luz, ter acesso a bens materiais.

A mulher ganha mais espaço e autonomia pra participar dessa atividade (hoje, elas acompanham seus maridos, ou até vão pescar sozinhas ou com suas comadres) e com isso, contribuem nas decisões familiares. A pesca então acaba se tornando um evento mais familiar e de garantia de permanência destes sujeitos nesta condição, de família, de nativos, de pertencer a uma relação intrínseca com o ambiente natural e ir se articulando (muitas vezes de forma tensa) com as novidades que vão surgindo. Isso se resume bem na fala de um morador do Mirim: *“Pesca, depende da época, depende da maré, depende do tempo, depende do pescado que você vai buscar, e agora depende do que pode pescar”*.

Algumas regras e acordos mudaram, outros permaneceram, outros ainda foram incorporados, a noção de coletivo já não é tão forte, os conflitos são imensos. Mas permanece a pesca (aliada às outras atividades já listadas aqui) como importante promotora da reprodução social do nativo da baía de Guaratuba e de suas decisões diárias, em maior ou menor grau, dependendo da dinâmica de cada unidade familiar.

4.3 A Roça e a Farinha

As roças, pequenos espaços de terra cultivada essencialmente hoje em dia com aipim, mandioca e suas variedades, são, em sua maioria, terras de posse ao redor da casa e/ou de uso comum de um conjunto de UF (Figura 11). A roça e o feitio da farinha foram atividades muito mais intensas no passado, inclusive com outras variedades como principalmente o arroz, mas ainda continuam vivas como forma de reprodução da

família e de sua sociabilidade. Se cerca da metade das unidades familiares entrevistadas as produzem para garantir o consumo da família, ainda é expressivo o número de famílias que comercializam seu produto final, a farinha de mandioca. Quilos de farinha são consumidos por mês, aquele que não a produz, com certeza vende o peixe ou outro suor do seu trabalho para comprá-la. Se não houver a farinha para misturar com o “salgado” (o peixe ou a carne) ou com o feijão, parece que a refeição do nativo não foi tão satisfatória assim.

“Joga a banana no prato, moe a banana, joga uma ou duas colheres de farinha, daí joga o caldo e faz o pirão, aí põe o peixe de ladinho”.
(narração de uma moradora do Parati, nativa de Porto Passagem, 48 anos)



Figura 11. Roça de uma Unidade Familiar no Riozinho.

Cada família possui a sua roça, uma ou várias em estágios diferentes de crescimento. Até quatro anos se diz que dá para deixar a mandioca braba (crespa) de baixo da terra, depois não prestaria mais. O aipim, se passar de dois anos na terra, fica uma farinha ruim, sem goma. Tem mandioca braba e aipim, mas “*tudo é mandioca*”. Aipim pode comer, mandioca braba é só para fazer farinha. A crespa dá uma mandioca (o próprio tubérculo) lisa e o aipim é mais “*caranquechento*”. A farinha quando é “*pro gasto*”, também é distribuída entre os filhos que não moram mais no sítio. Como se fosse uma forma de manter certa ligação entre membros da mesma família que estão dispersos. A comercialização é feita na própria localidade, mas principalmente em mercadinhos e mercearias da cidade de Guaratuba e Matinhos. Em torno de 30 kg a 170 kg de farinha, de R\$3,50 a R\$ 5,00 o quilo, são comercializados a cada vez que se faz

farinha, uma vez por mês que é o mais comum, algumas vezes no ano ou toda semana que é o menos comum de se encontrar.

Desde a roça, até chegar à farinha, praticamente dois anos depois, uma sequência de tarefas precisam ser executadas.

“Por exemplo, se nós planta em setembro, dum ano, aí no outro setembro do outro ano nós vamo cortá a rama. Agora quem mora na terra do barro não, não faz isso, lá não, com oito meses já tira o aipim, né! Agora aqui não, aqui é dois ano. E a gente não usa o adubo, né, é só uma terrinha” (morador e nativo do Riozinho, 55 anos).

Aquele morador cujos filhos já migraram ou não tem a quem recorrer ajuda, provavelmente deixará de fazer a roça, pois sozinho o serviço é muito pesado, segundo a própria constatação da população local.

Morador do Cabaraquara (nativo do Fincão, 74 anos), comentou que a melhor lua para plantar seria da nova pra crescente. Mas existem várias plantações que plantar na “lua forte” não seria o mais adequado: “...*banana, cana, rama (aipim), abóbora, milho, pepino é na lua cheia pra mingunte, pra não bichá. Se plantar muito na força crescente ela vem bonita, mas bicha*”.

Antigamente o sistema de plantio dos nativos era tradicionalmente a roça de coivara (Adams 2000, Peroni 2004), iniciando-se a plantação pela derrubada da mata nativa e queima dessa vegetação. Atualmente a matriz é a mesma técnica, só que algumas mudanças estão ocorrendo, por questões ambientais de conservação dos remanescentes de Floresta Atlântica em áreas naturais protegidas, as Unidades de Conservação da Natureza (SNUC 2000). Hoje os nativos sabem que as penalidades para quem derruba e queima a vegetação nativa são duras, mas de qualquer forma eles precisam continuar plantando como forma de garantia de subsistência e reprodução familiar.

Sendo assim, eles estão se adaptando, uns com mais facilidade, outros nem tanto e há muitas situações ainda em que a desistência da atividade foi a forma encontrada de resolução desse impasse. Para os que continuam na atividade, além dos que a praticam no modo tradicional, alguns acordos já foram estabelecidos com órgãos públicos ambientais que fizeram os nativos reinventarem suas técnicas.

“A primeira plantação a terra era mato bruto... agora não pode arrancar mato bruto, nós cultiva agora só onde dá caporinha assim baxinha (capoeira)³⁸. Eles falaram que a gente pode cultivar, só não deixar a madeira ficar muito grossa. A gente vai carpindo, depois

³⁸ Mata em estágio inicial de recuperação/regeneração.

passa a enxada e planta. Agora é perigoso fazer queimada grande. Faz acero de um metro e meio da beirada pra não passar fogo pro mato, deixa um espaço só na terra, mas com vento fica difícil. Agora a gente aprendeu, amontoa o mato, aí vai queimando ali, num dia bem paradinho de vento, nunca tivemos nada de prejuízo assim.”(moradora do Parati, 48 anos, esposa de integrante da diretoria da associação de moradores do local).

Essa realidade está fazendo com que se plante no mesmo lugar por muitos anos seguidos, sem permitir o sistema rotativo do modo tradicional, já que não se pode mais derrubar a “*madeira bruta*” (as árvores grossas). Assim, o tempo de espera para que a mandioca fique no tempo bom de arrancar tem aumentado, bem como o rendimento da farinha tem diminuído.

Da rama plantada até o produto final, o trabalho continua. Arrancar a mandioca, carregá-la nas costas até a casa de farinha, raspar, lavar, “*relá*” (ralar) e imprensar para escorrer a água (Figura 12), para então “*forneá*” (Figura 13). A casa de farinha pode ser encontrada do modo mais rústico (totalmente utilizando bens naturais) (Figura 14), até formas mais modernas, de alvenaria. No Parati, a casa de farinha de uma das unidades familiares é feita o telhado com palha de guaricana³⁹ (*Geonoma schottiana*) e as paredes com madeira (galhos) de jacatirão⁴⁰ (*Tibouchina* sp.), esta última sem nenhum tipo de beneficiamento. Para construir o teto de guaricana foram 4.600 palhas tecidas em cinco dias, com ajuda da filha que aprendeu tudo com muito orgulho. Cada troca desse teto leva onze anos.

“A gente nunca destrói do que a gente precisa. Ano que vem vai lá no mesmo lugar e tira a mesma quantidade de palha. A gente tem que usar o tanto que usa. Faz um trançado de cipó, põe a palha, cócha ela, pequeno com pequeno, grande com grande. Duas grandes, uma pequena. Pra assentá a palha, pra reforça e não entrar água é colocado em cima dela folha de jerová/indaiá do morro. A casca do cipó imbé é que amarra. Do indaiá você corta os brotão só, não o que é o nascimento dele, os do lado” (dono da farinheira, nativo do Parati, 53 anos, integrante da diretoria da associação de moradores do local).

O feitiço da farinha, excetuando-se três casas de farinha visitadas onde havia o forno mecanizado que funciona a energia (Figura 15), é praticamente manual, com ajuda de alguns elementos para facilitar o processo, como a prensa mecânica, não mais com o tipiti (uma espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar a mandioca ralada), mas a maioria ainda feita em madeira bruta,

³⁹ Palmeira encontrada em locais úmidos e sombreados da Floresta Atlântica.

⁴⁰ Árvore pioneira da Floresta Atlântica.

talhados artesanalmente a prensa e o fuso (parafuso de madeira que faz a pressão na prensa). Segundo alguns moradores o segredo da farinha é a quantidade de tempo que a “*massa*” (mandioca já ralada) fica enxugando na prensa (a farinha que é feita e torrada no mesmo dia não fica boa, tem que ter o descanso) e o tempo de “*forneá*” (torrar a farinha). Isso que vai diferenciar a farinha fina da grossa.



Figuras 12, 13, 14, 15. Prensa talhada manualmente para escorrer a água (12); forneando a farinha (13); casa de farinha rústica (14); forno mecanizado para o feitiço da farinha (15).

Memórias dos cultivos

Vários antigos moradores relataram a forte presença da roça de arroz que parece ter acabado totalmente há 20 anos. Na cidade de Guaratuba havia um engenho para descascar arroz do Máximo Jamur, então os nativos plantavam para vender. A produção de arroz foi parando, segundo alguns moradores, porque foram morrendo os mais

velhos, ficando os mais novos, alguns foram para a cidade, outros para a pesca, até que se acabou.

Fazia-se guaju ou “*matirão*” (mutirão) para plantar roça de arroz. A roça era plantada num dia só, os homens na enxada, as mulheres atrás plantando. O guaju era uma troca de favores, de força de trabalho. Já no “*matirão*” o combinado, acordado, era uma grande festa para os trabalhadores ao final do dia, o fandango.

“O guaju, você me ajuda e eu te ajudo, o matirão eu convido aí 20, 40, 60, 80, 100, cento e poucas pessoas na época e aí colocava uma roça de arroz no caso ou mesmo que fosse a mandioca. Toda aquela gentarada ali na foice, no machado, um roçando, um derrubando, fazia aquele matirão,... é mutirão né, mas o linguajar aqui é matirão. Então... e aí o que que era o pagamento daquilo ali...,um baile! Comida, bebida, tudo por conta dos donos da roça. E aí já emendava com o fandango” (narração de um morador do Descoberto, 54 anos, nativo do Tinga, localidade subindo o Rio São João).

Também existia o “*pixirão* (mutirão) *de batida*” de arroz, onde o arroz, depois de colhido, era desprendido do cacho pela “*batição*” dos sapatos dos convidados, pisando no arroz. Era o fandango batido. O dono da roça na época da colheita, quando via que ia dar muito arroz já chamava o pessoal e “*cortava de meia*”: se eram colhidos dois sacos, deixava um para o dono da roça e levava o outro para casa.

Fazer roça de “*rama*” (aipim, mandioca) era a partir do mês de agosto. Roçava o mato, derrubavam-se as árvores maiores, queimava tudo aquilo para depois plantar. O arroz era em outubro, novembro em diante; acará e banana também. Nos meses de março a junho já se cortava o arroz. Depois de três, quatro até sete anos plantando no mesmo local, a terra ficava fraca e deixavam-na descansar por no mínimo quatro anos. Nesse período o mato já crescia novamente, a “*capora*” (capoeira). Então era só roçar e passar o fogo, as cinzas, o carvão restante era o que sustentava a terra.

Na roça de mandioca ou aipim naquela época também se plantava juntamente o feijão, o milho, o pepino, a melancia. Havia plantação de café. Conta um morador do Riozinho que seus pais iam até Alexandra (hoje é conhecida como estrada de Alexandra-Matinhos, que liga a BR277 até o município de Matinhos) colher café, deixavam a canoa onde atualmente sai o ferry-boat, do lado do Porto Passagem, e iam caminhando até o local da plantação.

Mas a roça nunca foi uma atividade isolada, ela sempre fez parte de um leque de atividades que o nativo executava, intercalando a roça, a pesca, a caça. Nativo do Parati, morador atual do Cabaraquara, declarou que até as décadas de 70, 80, a sobrevivência do pessoal era a plantação: banana, aipim, arroz. Compravam mesmo era o açúcar, às

vezes porque a maioria fazia o melado, o trigo e o sal. Pescavam com fartura uma vez a cada 15 dias, defumavam, porque não tinha comércio forte de peixe naquela época.

O passado das roças sempre é narrado pelos nativos como um momento de fartura, de alegria, de tranquilidade, uma idealização desse passado. Da mesma forma que na pesca, a agricultura praticada por essas famílias no decorrer do tempo foi sendo cerceada por questões ambientais e de expropriação dessa população pelo turismo, por empresas madeireiras. Nesse contexto, as UF precisaram e precisam continuamente tomar decisões acerca da continuidade ou não dessa atividade. Alguns acordos informais já foram estabelecidos com os órgãos ambientais, através de algumas UF “mais participativas”, mas esta informação não chega a todas as UF, como por exemplo, poder fazer roça, mas desde que em áreas já abertas, sem cortar árvores grossas, com acero para o fogo não se espalhar. Dessa forma o clima continua sendo de desconfiança, medo e de desinformação por grande parte da população local, que ainda trabalha com a roça, na hora de tomar decisões relacionadas a esta atividade.

4.4 Caranguejo

Diferentemente da pesca e da farinha, que possuem pelos nativos a lógica do consumo em primeiro plano, o caranguejo é visto muito mais como um produto de comercialização (pelo número de unidades familiares entrevistadas que praticam essa atividade) e de agregação a renda familiar, do que algo imprescindível para o consumo da casa. Alguns até relatam que realmente não gostam de comer o caranguejo, seja pelo gosto ou pela dificuldade em comê-lo. E como a época de pegá-lo (ou tirá-lo) corresponde a um período bem definido, durante os meses de dezembro a fevereiro, coincidindo com a “temporada” dos turistas no litoral, essa relação é estreitamente sazonal e dependente. Como relatou um morador do Cabaraquara (nativo do Descoberto, 66 anos):

“Caranguejo desde o começo foi esse negócio, tinha caranguejo, mas não tinha pra quem vender. Aí hoje tem pra quem vender, mas o caranguejo não acaba, é muita coisa de caranguejo”.

Mas outro morador do Cedro (85 anos, nativo do Rasgadinho, localidade no interior de Guaratuba) conta como era antigamente (em torno da década de 70):

“A época de tirar de primeiro era o ano inteiro, agora nem pode fazer isso aí né! Ali pelo mês de outubro o caranguejo tá mole, muda a casca. Agora é proibido tirar caranguejo. Tirado era cinco cruzeiro a dúzia do caranguejo, pegado ele valia um. Eu não era de comer caranguejo, vendia em Matinhos e em Guaratuba”.

Existe muito forte a distinção entre “tirar” e “pegar” caranguejo. O “tirado” não é muito bem visto pelos outros nativos que apenas “pegam”, além de ser uma prática que estaria contra a legislação ambiental vigente⁴¹; e o “pegado” é aquele que está dentro da lei, pego só na andada⁴², macho, acima de sete centímetros (Figura 16). O “tirado” é tirar da toca, do buraco, normalmente cortando-se a raiz das árvores do manguezal para conseguir tirar o caranguejo.



Figura 16. Caranguejo “pegado” na baía de Guaratuba.

“Pegar” ou “tirar” caranguejo é um evento desde familiar até coletivo, pois sem a ajuda de algum companheiro, a atividade fica bem difícil de ser executada. Isso porque o manguezal é extenso e a probabilidade de se perder dentro dele é grande. Normalmente vão três (com variações: ou duas, ou quatro) pessoas da mesma unidade familiar ou de relações de parentesco, vizinhança e compadrio. Uma das pessoas permanece na canoa, batendo com o remo no próprio barco ou em um galão (tambor, balde) orientando quem entra no mangue a não se perder (Figura 17).

O lugar do homem e da mulher nessa atividade fica bem demarcado, ainda mais se a mulher estiver em idade já um pouco avançada, pois no mangue é necessária certa

⁴¹ A Portaria nº180 do IAP de 2002, proíbi a utilização de instrumentos ou ferramentas cortantes para captura do caranguejo-ucá.

⁴² Entende-se por "andada" o período reprodutivo em que os caranguejos saem de suas galerias e andam pelo manguezal para acasalamento e liberação de larvas (Portaria nº 52 do IBAMA de 2003). O período da andada no Estado do Paraná corresponde ao período em que o caranguejo não está no defeso, de 1º de dezembro a 14 de março (Portaria nº180 de 2002 do IAP).

agilidade e força. Desse modo, é comum as mulheres relatarem que quando saem para o mangue atrás de caranguejo, elas acabam ficando mais na função de “bater” na canoa.

Em um período de andada do caranguejo no verão de 2011 para 2012, foi possível observar, percorrendo a baía de batera do Parati até o Rio das Ostras, várias mulheres desempenhando esta função a beira do manguezal. Da mesma forma, observou-se que cada embarcação, na sua maioria batera com motor rabeta, estava parada num ponto diferente do manguezal da baía de Guaratuba. Pode ser que o mangue ainda seja bastante grande para a quantidade de pessoas que extraem caranguejo dele e por isso não há mais de um barco no mesmo ponto, mesmo assim parece implícito que onde já há alguém “pegando” ou “tirando”, o ponto é daquele que chegou primeiro e outra pessoa apenas tem que respeitar isso e ir para outro lugar.

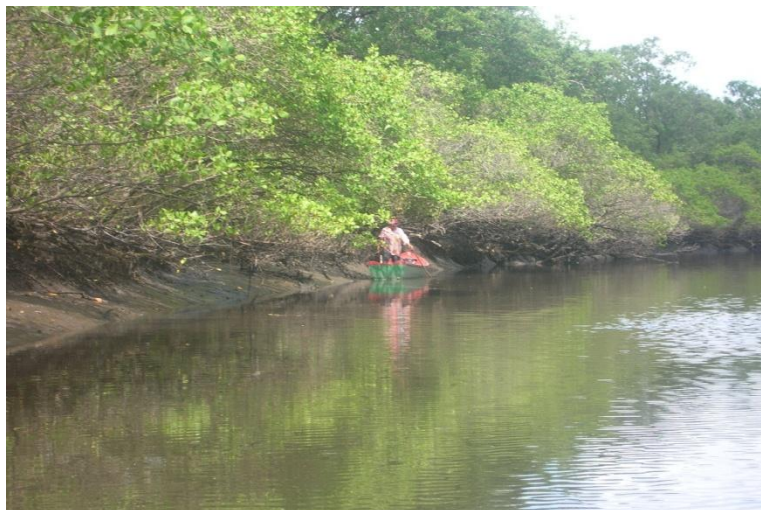


Figura 17. Prática de extração de caranguejo onde uma pessoa permanece no barco batendo o remo para as pessoas que estão no mangue não se perderem.

O caranguejo anda na lua cheia e na lua nova, porque são luas fortes, que atraem, e na andada é que o caranguejo sai para acasalar, segundo moradores da região. Se a primeira lua que ele andar for a nova, irá andar sempre bem na nova. Se for a cheia, só irá andar bem na lua cheia. Em cada andada (em cada lua nova ou cheia), cada unidade familiar pega em torno de 50 dúzias de caranguejo (com variações) e o que limita a quantidade que trazem do mangue é o horário da maré (pois de tarde a maré já enche a partir das 15hs em luas fortes), o cansaço causado pelo esforço físico na lama e a quantidade encomendada. Quando o caranguejo é “tirado”, extraem-se no máximo oito dúzias no dia, pois a atividade torna-se muito mais difícil.

A divisão dos caranguejos extraídos entre as pessoas da canoa ou da batera é igual. Mesmo que fique apenas uma pessoa com a função de sinalizar no barco, divide-se igual entre todos que participaram, seja “batendo”, seja “pegando” ou “tirando”. Às vezes também é feito o revezamento entre quem está no mangue e quem fica no barco. O interessante é vender tudo junto o caranguejo e então se divide logo o dinheiro, pois ficar de repente esperando um preço melhor faz com que muitos caranguejos já morram dentro de três a quatro dias confinados.

A comercialização é feita na própria localidade, para pessoas “de fora” ou vende-se para o “patrão do caranguejo”, normalmente de Santa Catarina, que vai até o sítio buscar. Apesar de ser um atravessador, relata uma moradora do Riozinho que isso é bom, pois não se tem gasto pra ir vender em algum outro local e nem se corre riscos de encontrar com a polícia ambiental. Apesar de não pegar as fêmeas e os pequenos, diz ela que ninguém fica medindo o caranguejo na hora que está “pegando”, já que é um bicho arisco, para ter certeza que está dentro da medida estipulada pela legislação.

Quando quem encomenda busca na comunidade, o valor da dúzia do caranguejo varia de R\$ 6,00 a R\$ 12,00. Quando é vendido nas próprias “vendinhas” dos sítios, ou na casa das pessoas, o valor é de R\$10,00 a R\$12,00. Existe também a diferenciação no valor entre o que é “pegado” e o que é “tirado”. Como o “tirado” é mais dificultoso de extrair do mangue e mais arriscado, paga-se em torno de R\$ 5,00 a mais a dúzia deste comparado com o “pegado”. Também se leva para vender o caranguejo nos mercados municipais de Guaratuba e Matinhos e peixarias.

Alguns problemas e conflitos relacionados à extração do caranguejo no manguezal foram narrados por alguns moradores. Apesar de se ter a percepção de que ainda existe muito caranguejo no manguezal da baía de Guaratuba, também é perceptível que a quantidade deles, bem como seu tamanho, vem diminuindo:

“Cresceu demais o movimento daqui né, ... Com mais movimento, a galera que pega caranguejo, tira caranguejo... e aí tem mercado, tem ponto em Guaratuba que tudo vende, Piçarras, Mirim cresceu barbaridade. Na temporada aquilo ali é um formigueiro. A baía pequena, não dá tempo dos bicho crescer...”

Morador do Mirim (54 anos) comentou que na “temporada” de 2011 para 2012 teve muito caranguejo andando, tem ano que anda bem, tem ano que não anda muito. No verão anterior, de 2010 para 2011, havia andado pouco. Já era final de janeiro de 2012 e ele disse que na próxima lua iria andar bem pouquinho, pois já havia andado super bem durante três luas fortes anteriores. Mas, dono de peixaria, para ele quando

anda bem não é bom, pois qualquer pessoa pega caranguejo no mangue e vende na beira da estrada, por qualquer preço. Inclusive os jovens ali do Mirim para comprar droga, relatou. Então ele acaba vendendo pouco na peixaria, já que cobra mais caro.

Outra questão levantada e de extrema importância para se pensar na legitimidade das regras que são construídas é a naturalização daquilo que é legal como o mais correto e o caráter abstrato da norma. Segundo observação de algumas pessoas da região, se o “tirado” que é proibido por lei, estraga o mangue, o “pegado”, que é permitido, pode prejudicar as populações de caranguejo, uma vez que as pessoas pegam muito mais por ser mais fácil de extrair, chegando até a estragar, morrer, porque não conseguem vender com tanta oferta do produto.

“... o tirado prejudica menos, como é mais difícil, sempre se tira menos do que se tivesse pegando. Mas também o estrago no mangue é maior, porque pra tirar o caranguejo é preciso cortar uma parte do mangue, das raízes das árvores, para facilitar a tirada” (morador do Descoberto, 54 anos).

Segundo os dados mostrados anteriormente na Tabela 7, cerca de 36% das UF “pegam” caranguejo e 8% “tiram” caranguejo. A decisão dos nativos por “tirar” ou “pegar” caranguejo vai depender da oferta do produto, das suas necessidades financeiras, do tempo que ele dedica aquela atividade e da importância que ela tem dentro do seu contexto familiar e da sua escolha de correr ou não o risco de estar na contramão da legislação ambiental vigente. A decisão em vender o que é extraído para um atravessador ou direto para um consumidor faz parte também dessa lógica.

4.5 Quintal e a criação de animais

No quintal, espaço constituído principalmente pela mulher, como uma extensão da casa, agregam-se as atividades de horta (folhagens, verduras, legumes e plantas medicinais) com plantação de algumas árvores frutíferas (como bananeiras, limoeiros, abacateiros, mamoeiros) (Figura 18). Apesar de apenas cerca de 30% das UF terem o costume de cultivar e cuidar de uma horta, de frutíferas, esta se constitui uma atividade essencialmente de auto-consumo. Raras são as famílias que comercializam hortaliças ou bananas. Já a criação de animais (principalmente galinhas, galos, perus, gansos, mas também porco e vaca), apesar de ser uma atividade também ligada ao quintal (os animais ficam confinados em cercados ou criados soltos durante o dia, ultrapassando os limites do quintal), é feita tanto pelas mulheres como pelos homens. Como nos produtos do quintal, na criação de animais, basicamente há produção para alimentação,

seja a carne, sejam os ovos. Muito pouco é comercializado. Alguns (como os gansos) são até criados “*só pra bonito*”, ou seja, não são nem consumidos, nem vendidos, apenas cria-se porque faz parte de quem mora no sítio fazê-lo.



Figura 18. Quintal com horta e frutíferas na localidade de São Joãozinho, baía de Guaratuba, Pr.

Uma família do Parati comentou que o adubo que utilizam no quintal é a própria casca de ostra e marisco que jogam nos troncos das plantas, depois de comê-los. Outro casal, nesse caso do Descoberto, em idade avançada e com problemas de saúde, relatou que não criam galinhas e nem possuem horta. Isso faz com que comprem carne em Guaratuba a cada 15 dias, exceto quando alguém da localidade pesca bastante e eles podem comprar peixe. Como no momento da entrevista era a época do caranguejo e o pessoal estava concentrado nessa atividade, estava difícil para eles comerem peixe. Nesse caso, torna-se clara a importância da estrutura da UF para poder executar as atividades básicas, como a pesca. Se por algum motivo esta estrutura não der conta de garantir o abastecimento familiar e nem as relações de reciprocidade entre as UF colaborarem nesse processo, outras formas de assegurar a sobrevivência serão acionadas.

4.6 “Tecido” e “Veludo”

O tecido corresponde ao feitiço de artesanato com fibras vegetais (principalmente o cipó preto - *Philodendron melanorrhizum* -, mas também a taquara, envira, piri) para comercialização, ou seja, tecer o cipó, o que originou o nome da atividade pelos próprios nativos. Já o veludo é o nome dado a algumas espécies de musgo (*Sphagnum*

sp) que são extraídas e apenas são secas para vender a atravessadores cujo destino final é principalmente floriculturas (para enfeites e substrato de vasos, arranjos). Essas atividades ocorrem principalmente em unidades familiares ao sul da baía de Guaratuba e acabam complementando a renda do nativo. Há atualmente, entretanto, algumas UF nas quais a principal fonte de renda tornou-se o tecido e/ou o veludo, principalmente quando estas pararam de se dedicar a roça. Morador do Cedro relata que ele e sua esposa iniciaram na atividade de extração de veludo há 16 anos (Figura 19) e que desde lá, assim como para a pesca, sempre tiveram a percepção que chegando a determinado local não podem retirar todo o musgo que encontram, é preciso deixar um pouco para crescer novamente e sempre tê-lo. Mas segundo ele, algumas pessoas nativas que começaram a se dedicar mais recentemente a atividade, por causa de um morador de fora que se tornou um atravessador do produto, “*não entendem, tiram tudo*”. Comentou também que o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) há algum tempo estava para colocar algumas normas e legalizar a atividade, mas ainda não existiam estudos técnicos suficientes e desde então ele não ficou mais sabendo sobre os resultados disso. Outra moradora do São Joãozinho comentou que do lugar onde eles tiram o veludo, dali pouco tempo, já está todo cheio novamente de musgo. Isso porque o que vai caindo da mão deles já vai “*nascendo*” novamente. Mas diz ela que há pessoas que pegam todo o veludo que encontram, “*raspam tudo*”, sem deixar nada, não nascendo mais naquele local. O saco do musgo depois de seco é vendido para o atravessador que vai até o sítio buscar por R\$3,50 a R\$5,00, dependendo do tamanho do saco e tipo de musgo; o de cor avermelhada é mais caro por ser mais difícil de achá-lo. Existem pessoas que coletam diariamente, cerca de 10 sacos de musgo, da beira da estrada, do mato, até cerca de 10 km de distância.



Figura 19. Espécie de musgo (“veludo”) espalhada no quintal de um morador do Cedro para secagem.

A extração do cipó preto já é uma atividade bem mais antiga. Contam alguns moradores que iniciaram nesta atividade há 50, 60 anos, que antigamente eles apenas tiravam o cipó, o beneficiavam, mas não chegavam a tecer, vendiam quilos de cipó para uma fábrica em Guaratuba. Nessa época existia até mutirão entre as UF para beneficiar o cipó. Depois de um tempo (cerca de 20 anos atrás) já teciam cerca de 1.000, 1.500 peças, ensacavam e em um barco a remo levavam para Guaratuba e mais recentemente para Garuva. Conta um antigo extrator que chegando certa vez em Garuva, falou para o patrão que não dava mais para levar o produto até lá, muito custoso e se ele quisesse tecido teria que ir buscar no próprio local. A partir de então o comprador, o atravessador, vai até eles. Alguns moradores hoje acabam comprando o cipó, a R\$1,00 o quilo bruto, para ser beneficiado e tecer, principalmente aqueles mais velhos, onde a força física já não ajuda a ter toda a agilidade para andar no mato e extrair o cipó, bem como para aquelas UF onde o tecido é apenas mais uma atividade, um complemento, não a principal ou uma das principais atividades. Compra-se cipó do Rasgado, Rasgadinho (localidades mais para o interior da APA de Guaratuba), bem como de Santa Catarina, uma vez por mês, em torno de 50 Kg. Já para aquelas famílias onde o tecido é a principal ou uma das principais atividades, extrai-se o cipó do mato pelo homem da UF, sendo a mulher apenas uma acompanhante ou não nessa etapa, chegando

a trazer por mês de 50 a 150 kg de cipó do mato. Para um morador nativo do Parati, que usa o cipó imbé (*Philodendron* sp) (Figura 20) apenas para confeccionar utensílios utilizados em suas tarefas diárias, como o cesto para carregar mandioca, lavar ostra e fazer o “covo” (uma espécie de armadilha para capturar peixe), extrai do mato cerca de 50 kg de cipó a cada três meses. Disse ainda que aprendeu com seus pais que precisa esperar seis meses para tirar o cipó da mesma planta, dando tempo para a planta se recuperar e rebrotar.



Figura 20. Confeção de utensílio doméstico com o cipó imbé no Parati.

Depois do cipó coletado, ele precisa ser descascado e raspado para ficar fino e poder ser utilizado (Figura 21). Essa ainda é uma atividade bem masculina, sendo que a mulher já participa da parte de raspar. Na etapa de tecer o cipó para confeccionar cestinhos, pequenos objetos, a mulher entra em ação, junto com as crianças e adolescentes da UF, cabendo ao homem um papel secundário (ou ele simplesmente não participa desta fase). Fazem aquilo que conseguem diariamente ou semanalmente, se dedicando a isso nas horas vagas ou demarcando um período do dia específico para isso, pois não existe quantidade estipulada, o comprador vai passando nas casas e comprando tudo o que a família conseguiu produzir naquele mês. Nas famílias que se dedicam mais a isso, o comprador passa uma vez por semana. O valor pago a cada peça produzida a princípio parece bastante baixo, de R\$0,14 a R\$0,45 por cestinha, dependendo do tamanho e modelo. É o comprador que fornece o fundo da cesta, uma espécie de compensado de madeira (Figura 22). Mas como foi observado em uma UF do São Joãozinho, que havia tecido 100 cestinhas em uma semana, ao valor de R\$0,45, e que receberia naquela semana R\$45,00, parecia ser um valor humilde, mas bem importante

para ajudar na renda. Há meses que também conseguem produzir cerca de 1.000 peças⁴³. Já outro morador do Descoberto, que tem na pesca esportiva sua principal atividade, junto com sua esposa e filhos, relata que com o tecido eles conseguem tirar no ano de R\$2.000 a R\$5.000 e que pedem ao comprador para fazer o pagamento do ano inteiro de uma só vez, como se aquele dinheiro funcionasse como uma pequena poupança.

Mesmo sendo um baixo valor pago pelo comprador/atravessador ao produto feito com cipó, os nativos acham que vale a pena a atividade, pois ela ajuda a complementar a renda ou às vezes acaba sendo a única renda obtida por um determinado período, sendo garantido que o que fazem tem saída e recebem por isso na mesma hora que entregam o produto. Algumas discussões feitas pela Universidade Federal do Paraná em torno de agregar valor ao produto deles e comercializarem diretamente ao comprador para que não fique parecendo uma relação desigual e injusta entre quem produz e quem comercializa, trouxe a seguinte reflexão por parte de um dos moradores do São Joãozinho: *“Isso tudo é muito bonito, mas eu só largo do jeito que estou fazendo hoje se me prometerem que de outro jeito eu vou ter o mesmo retorno, na mesma hora”*.



Figura 21



Figura 22

Figuras 21 e 22. Processo de descascar e raspar o cipó preto (21); Confeção de cestas (“tecido”) com cipó preto (22).

No tecer cipó e coletar veludo também parece que a todo tempo os sujeitos estão decidindo sobre como deve ser esta atividade. Decidiram no passado a não ir mais até o

⁴³ Para maiores informações sobre a atividade extrativista de cipó e musgo e sua cadeia produtiva na área rural de Guaratuba, ver os trabalhos de Balzon (2006), Valente (2009) e Ferreira (2010).

local de venda, mas pela presença de um atravessador que fosse até eles. Decidem diariamente por extrair/coletar tudo que encontram ou deixar um pouco para regeneração. Vendem o que tecem a preços tão baixos, e mesmo parecendo ser vítimas do processo, do capitalismo, o que em parte não deixa de ser, decidem por ser assim, pois é mais uma atividade dentre tantas outras (essencial claro, mas não dependente), ou então, mesmo sendo praticamente a única atividade que gera renda, tem-se a certeza daquele dinheiro toda vez que o artesanato é feito, mesmo sendo pouco. Decide-se por esta certeza.

4.7 Pesca Esportiva e Isca Viva

A pesca esportiva e a isca-viva são atividades relacionadas, uma não existe sem a outra e são essencialmente atividades geradoras de renda dentro da UF. Apesar de serem poucas UF (cerca de 17%; n=13 UF) que trabalham com a pesca esportiva, ela é uma atividade bem marcante na baía de Guaratuba e de grande visibilidade, pois aciona uma outra categoria social nessa dinâmica, o turista, com toda a sua cultura e valores de um outro espaço, o urbano. Nesse sentido, a família que consegue se preparar e se organizar para agir dentro deste ramo precisa de um investimento inicial importante, na compra de barcos de alumínio, motores de potência em torno de 15, 25 HP, e equipamentos de segurança (Figura 23). A pesca esportiva ocorre principalmente no inverno, a partir de março (mas ocorre no verão também), com a pesca do robalo e da tainhota/tainha na ceva (pescaria descrita anteriormente). Cada pescaria de um dia inteiro, com o guia (o nativo que pilota o barco e que também tem o conhecimento sobre os pesqueiros) combustível e isca-viva ou a ceva inclusa para pegar o peixe, custa para o turista (pescador amador) de R\$100,00 a R\$250,00. É difícil passar uma semana sem que o nativo não consiga fazer ao menos uma pescaria esportiva.



Figura 23. Barco de alumínio de UF de Caieiras utilizado para a pesca esportiva na baía de Guaratuba.

A pesca esportiva talvez seja uma das atividades aonde o contato com o moderno, com o que vem de fora é mais intenso, pois o tempo todo que durar aquela pescaria, o nativo estará interagindo com a pessoa “de fora”, com seus costumes, seus valores e seu dinheiro. E como *turista é bom porque traz dinheiro* (como disse um dos moradores do Riozinho), agradá-lo é fundamental. Então o que é pescado naquele dia pelo nativo é entregue ao turista para que ele fique feliz e volte sempre. Mas todos os nativos entrevistados que praticam a pesca esportiva também pescam para auto-consumo, em outros momentos. E especificamente no Riozinho e Cabaraquara, conversando com jovens moradores, praticar esta atividade e ter através dela um meio de obter renda, faz com que mesmo sendo atraídos pelo meio urbano, queiram permanecer no local onde residem, porque gostam de morar e trabalhar ali e enxergam boas perspectivas de continuar nessa situação.

O conhecimento e as regras do nativo na pesca tradicional são repassados para a pesca esportiva, os pontos onde pode se encontrar o robalo: *“em lugar de tranquera, onde tem pau, fundo, em poço; às vezes fica no baixo também, mas em lugar de tranquera, nas beiradas”* e as formas de gerir o local: *“Se está pescando num lugar desse e chega outro pescador... nem chega né, já vai para outro lugar”*.

Normalmente a pesca esportiva por parte do nativo é uma atividade masculina, cabe à mulher outros elos dessa cadeia do turismo, como preparar o almoço ou o lanche da volta da pescaria quando a UF tem atrelado a isso uma vendinha ou um pequeno

restaurante ou mesmo uma pousada. Mas essa divisão do trabalho por gênero não é tão rígida. Foi possível observar em umas das localidades, Porto Passagem, que a mulher também leva o turista para pescar, inclusive algumas pescadoras amadoras preferem que seu guia seja uma mulher.

Sobre o impacto que a pesca esportiva pode ter nos estoques pesqueiros, um morador de Caieiras comenta que a pesca esportiva, por ser de linha, vai demorar muito para causar um impacto. No caso dos finais de semana com muito movimento, segundo ele com cerca de 200 lanchas pescando na baía de Guaratuba, bastaria fazer uma cota da quantidade de peixe que o turista poderia levar. Já cota para a pesca profissional, segundo ele, não funcionaria, pois não tem como controlar isso quando se pesca de rede. O que cai na rede, geralmente morre. O pescador não iria devolver se passasse da cota. Sobre este assunto, também outro morador de Caieiras afirma que o peixe com menos de 35 cm⁴⁴ quando é pescado por quem ele leva pra pescaria, é devolvido na água: *“Tem que preservar um pouco também né”!*

Para este mesmo morador a pesca esportiva deveria ser mais incentivada na região do Riozinho, Descoberto, com pousadas, restaurantes dos próprios nativos. Mas segundo ele falta política pública direcionada, para não vir alguém de fora com capacidade financeira, se instalando no local, montando estruturas e ganhando dinheiro e o *“pequeno”* (nativo) nada.

Em relação à isca-viva, atividade que começou cerca de 13 anos atrás na baía, o funcionamento da atividade ocorre da seguinte maneira: pesca-se o camarão com gerival, por exemplo, e coloca-se em tanques-rede até o momento de ser comercializado (prática essa da entrada até o meio da baía) (Figura 24) ou pega-se através de uma armadilha com garrafa pet onde o camarão entra pela boca da armadilha atraído por um pedaço de peixe já deteriorado em seu interior e não consegue sair (antigamente pegava-se camarão na beira do rio/baía com um balaio feito de cipó) e então esses camarões ficam confinados a esta espécie de viveiro de garrafa pet, chamado de *“covo”* pelos moradores do fundo da baía. No covo o camarão fica engordando, ou seja, se alimentando, até o momento de ser utilizado em uma pescaria esportiva (Figura 25). Dentro do *“covo”* é comum utilizar também um pouco de piri ou braquiária (espécie

⁴⁴ Segundo a Instrução Normativa MMA nº53 de 2005, o tamanho mínimo de captura de espécies estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil para pescadas é de 25/30 cm, robalo peva 30 cm, robalo flexa 50 cm e para a tainha 35 cm.

exótica inserida na região rural de Guaratuba para pastos e que chega ao fundo da baía carregado pelos rios) para simular o ambiente desses animais.



Figura 24



Figura 25

Figuras 24 e 25. Tanques-rede para viveiro de camarão utilizado para isca-viva na pesca esportiva (24); Armadilha e viveiro de garrafa pet (“covo”) para camarão “pitu” utilizado no fundo da baía de Guaratuba para a prática da pesca esportiva (25).

Existe uma diferenciação entre o camarão que é utilizado no fundo da baía, chamado de “pitu” (*Macrobrachium brasiliense*), o camarão de água doce, e os que são utilizados na entrada e meio da baía: o camarão branco nativo (*Litopenaeus schimitti*) e o camarão branco exótico (*Litopenaeus vannamei*). A questão desses dois últimos no que se refere a isca-viva é complicada, pois na época que o camarão branco da baía está no defeso (não podendo capturá-lo), que é justamente durante o verão, época de grande demanda da isca-viva, o morador da baía de Guaratuba não pode utilizá-lo, sendo direcionado, se quiser permanecer na atividade, a utilizar o camarão exótico *L. Vannamei*, que segundo conservacionistas, uma ameaça para a fauna e ambiente local. Desta maneira, o impasse torna-se recorrente: os moradores continuam comercializando este produto e o órgão de licenciamento e gestão (o IAP) com dificuldade para definir sobre o assunto. Uma tentativa de discussão desse tema foi iniciada no Conselho Gestor da APA de Guaratuba, mas não houve continuidade até o momento.

Sobre todo esse contexto e problemática, um vendedor de isca-viva de Caieiras desabafa:

“A maioria é contra, acha que eu não poderia estar vendendo esse camarão agora, que é exótico, que não sei o quê. Se fugir, vai comer todo o outro. Proibir, porque proibir? Porque é exótico? Hã, porque é exótico: eu sou exótico, você é exótica, um é filho de italiano, outro...

não sei do quê! Agora o porquê, é pesquisa! Ah ... o GIA⁴⁵ tem, então faz o seguinte, pega o GIA e faça pesquisa pra saber realmente se pode ou não pode, se vai afetar ou não. O (xx) fez a monografia dele embasada no camarão né, tá, tão aproveitando aquilo pra quê? Serviu pra um livro, um monte de escrito pra tar guardado em algum lugar? Na biblioteca? Falei pro (xx) tem que chamar o cara, ele sabe o que tá acontecendo, ele pode discutir, eu não posso discutir com o pessoal do IAP sobre isso, mas ele pode. Então tem que começar a fazer isso.”

“Cultivadores” da baía de Guaratuba, em torno de nove famílias que praticam a atividade o ano inteiro com o camarão-branco, colocam que mesmo na época do defeso deveria ser liberada para eles a pesca do camarão, porque eles pegam “*pra vivo*”, cerca de 500 a 1.000 camarões por dia para atender o turista, pescador amador na temporada, que seria uma quantidade bem menor em relação aos que pegam “*pra morto*” (às vezes 30 kg de uma única vez que seria mais do que o camarão utilizado durante uma semana inteira para isca-viva). Já para aqueles que buscam no camarão uma renda extra na temporada, especialmente logo depois que termina o defeso, 15 de fevereiro, em torno de 20 pessoas, para esses, segundo os “cultivadores”, não deveria ser permitido a captura, pois mesmo pescando o camarão com petrecho que pode, acabam fazendo o arrasto que não é permitido dentro da baía. O camarão deveria ser liberado só dali dois meses do estipulado pela Portaria do IBAMA de 1994, segundo um “cultivador” e pescador de Caieiras, pois seria o momento que o camarão-branco estaria saindo da baía para o mar aberto, e assim ele poderia escapar mais fácil se fosse pego só perto do canal. Morador e nativo do Riozinho expõe que quando não se tem pra quem vender o camarão para isca-viva, eles não pegam mais, para não estragar, pois o camarão morre rápido. Outra nativa do Porto Passagem comentou que no tanque-rede (viveiro), conforme vão passando os dias, os camarões vão morrendo. Então ela e seu marido sempre estão cuidando porque aqueles que vão morrendo eles já pegam para utilizar na alimentação. Mas pescador do Mirim comentou que para ele, quem acaba com o camarão-branco na baía é justamente o pessoal que pega para trabalhar com isca-viva. Conflito estabelecido, o que realmente está faltando, segundo os moradores que trabalham com a isca-viva, é que eles tivessem todo o aporte e tecnologia para estarem realmente criando o camarão-branco, sem precisar pegar dos próprios estoques da baía de Guaratuba.

⁴⁵ Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais, vinculado a UFPR, que desenvolve pesquisas e trabalhos de extensão sobre maricultura, produção de organismos aquáticos, entre outros.

4.8 Cultivo de ostras, maricultura

O histórico sobre a atividade de cultivo de ostra na baía de Guaratuba se sobrepõe em muitos momentos com a própria história de vida de alguns produtores. E começa com uma família vinda de fora, de Brasília, que resolveu viver em Cabaraquara e com toda a rusticidade que o nativo vivia há 25 anos atrás (conforme narração da própria família). Vivendo da pesca, do extrativismo do manguezal, tentavam comercializar no mercado municipal a ostra que passavam dois dias no mangue tirando em duas, três pessoas. Quando conseguiam vender bem era a R\$2,00 a dúzia, mas normalmente só conseguiam vender por R\$1,00 se não quisessem perder tudo. Toda essa situação foi desestimulando a família que decidiu então mudar essa história em prol de se conseguir viver em um lugar tão bom, que eles gostavam tanto, mas que sem dinheiro era impossível. Depois de idas e vindas do filho mais velho para Brasília em busca de uma solução para seus questionamentos pessoais e de uma solução para se instalar um cultivo de ostra (já que a Emater havia tentado em meados da década de 90 montar um processo de cultivo e havia feito alguns experimentos com a ajuda de seu pai, mas tudo muito rústico ainda) ele conseguiu um contato que iria então dar um início de solução para esta família. Segundo essa pessoa contatada, a técnica estava em Santa Catarina, tão perto deles e eles nem imaginavam, mas não existia essa aproximação, as informações não eram tão fáceis de serem buscadas, como hoje com a internet e tantas outras formas de comunicação. No verão de 1995 para 1996 essa pessoa que trabalhava na ONU e que por isso teve contato com a tecnologia foi para o Cabaraquara auxiliar esta família e em 1996 foi instalado o primeiro cultivo de ostras da baía de Guaratuba. Chegaram a ir para Santa Catarina aprender algumas coisas, trazer equipamentos; fizeram o cultivo juntos, depois repartiram, uma parte mudou de dono e assim as coisas foram caminhando.

Depois disso, eles não precisavam mais vender a R\$1,00, já vendiam por R\$3,00 a dúzia, pois se não vendessem traziam para o cultivo novamente, as ostras não se estragavam. Começaram a vender nos mercados, fizeram muita propaganda, divulgação, em alguns momentos em parceria com algumas instituições e projetos como o Cultimar⁴⁶. Não existia esse comércio e eles conseguiram abrir isso.

“As pessoas olham hoje em dia como isso aqui tá e acham que tudo foi feito de uma maneira mais rápida, com menos degraus, que tudo isso aqui foi implantado de uma forma pra ganhar dinheiro, e não foi

⁴⁶ Projeto de extensão da UFPR desenvolvido através do GIA, com o intuito de fortalecer a cadeia produtiva da ostra.

assim. E é por isso que brigo, eu sou tão enfático na pessoa que eu sou, de brigar, de não deixar a coisa se desvirtua da ideia, da história, porque foi muito... foi uma trajetória que teve uma magia universal que fez com que a coisa acontecesse. Uma coisa não só puramente monetária. Foi movido pela melhoria de vida, pela necessidade, claro que tem a parte legal, de amar a natureza, de trabalhar em prol da natureza, de viver em comunhão com a natureza, mas o que move o homem é a necessidade. Foi feito pra gente ganhar dinheiro e poder sair daquela vida difícil e melhorar de vida. Tudo tava dando certo, a ostra nativa se adaptou bem ao cultivo. Mas mesmo assim a economia local não ajudava. No verão, ah, o pessoal vinha aqui, comprava ostra, mas no inverno voltava tudo a mesma história. Passava necessidade no inverno até muito pouco tempo atrás. As pessoas não vinham no inverno, esses últimos anos não, mas aí já mudou a região, a região começou a mudar, o turista começou a vir aqui, mesmo que fosse no verão, as pessoas começaram a vir muito no Cabaraquara. A gente fez muita propaganda na televisão. Só aqui, em um ano, vinham todas as emissoras do Paraná fazer reportagem aqui... o primeiro cultivo de ostras do Paraná, com toda uma história, com uma família que veio de fora. E durante alguns anos a gente foi muito divulgado na mídia televisiva. E as pessoas vinham conferir e depois chamavam outras pessoas. E aí começou esse negócio de vir pessoas aqui sem parar. Aí foram abrindo os outros restaurantes, outros estabelecimentos, algum tempo depois. No começo foi só a gente mesmo trazendo o turista pra cá. Aí depois as coisas começaram a tomar essas proporções que é hoje. Aí a gente já tinha mais dinheiro de como era antes. Comecei a empregar pessoas, no verão especialmente. Nos últimos anos no inverno começou a vir gente também, três anos pra cá que a coisa ficou mais interessante. Do que eu sonhei lá trás, da minha parte pessoal com certeza tá realizado, eu consegui o que eu busquei, muito mais na verdade. Hoje eu vivo das ostras, com minha família e tudo... então muito mais do que eu imaginei e do que a gente pensou a gente conquistou. E Cabaraquara se tornou muito mais do que um dia a gente pensou. Agora da parte técnica ainda não é o que a gente quer. A gente ainda tem todas essas dificuldades do trabalho o que por enquanto ainda põe em jogo, em risco, todo o trabalho que a gente fez. Se não melhorar a tecnologia, como é que a gente vai viver de ostra?" (Morador "de fora" e produtor do Cabaraquara, 38 anos).

Apesar de todo esforço e todo comércio que se abriu em torno da ostra, existe uma questão fundamental que pode inviabilizar o processo como hoje é feito: a forma de se conseguir os juvenis (sementes) de ostra para se cultivar. Hoje em dia a maior parte das sementes ainda vem do próprio extrativismo do manguezal da baía de Guaratuba, além de uma pequena parte que é produzida em laboratório ou coletada no próprio ambiente aquático dos cultivos. Neste contexto, as críticas aos produtores e aos órgãos de extensão ou assistência técnica é que na verdade o que se faz na região é uma engorda de ostra extraída do manguezal e não um cultivo.

Hoje, a família que iniciou esta história vende em média 4.000 a 5.000 dúzias ao ano e conseguiram agregar muito mais valor ao produto em vez de ter uma grande produção. Vendem a dúzia a R\$12,00 no próprio estabelecimento (Figura 26):

“E aí esse já foi um trabalho do Prof. xx que elucidou a gente. Há muitos anos atrás, Prof. xx falou pra mim que se a gente não tem uma grande produção, a gente tem que ter um preço alto. E isso ficou marcado na minha cabeça. Eu queria uma grande produção como todo mundo visiona sempre, mais, mais. Vamo produzir mais, pra ganhar mais dinheiro, vamo produzir mais, mais! Só que aí a gente começou a ver que a gente não conseguia produzir mais, não tinha como. Então vamos aumentar o preço”.



Figura 26. Entrada do sítio “Ostra Viva” em Cabaraquara onde há cultivo de ostras na baía de Guaratuba.

Após dois anos de instalação do primeiro cultivo de ostra na baía de Guaratuba, a PUC (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) instalou em Caieiras (em 1998) o CPPOM (Centro de Propagação e Produção e Organismos Marinhos) que atuava em dois projetos principais, a produção do robalo para repovoamento da baía de Guaratuba e a produção da ostra nativa (*Crassostrea rhizophorae*) para desenvolvimento da ostreicultura no litoral do Paraná. Salvo resultados importantes de pesquisa, este Centro e seus projetos foi alvo de muitas críticas. “O que era para ser um projeto que beneficiasse o pequeno produtor tornou-se um empreendimento para grandes empresários e acabou não indo muito longe”, comentam moradores de Caieiras. O CPPOM hoje é gerido pela Prefeitura de Guaratuba e restaram alguns poucos produtores em Caieiras que estimulados na época em que o CPPOM iniciou,

começaram a acompanhar os trabalhos do Centro, construíram seus próprios cultivos (Figura 27) e hoje continuam na atividade, às vezes bastante estimulados, outras, bem desanimados.



Figura 27. Casa flutuante do cultivo de ostras de morador de Caieiras em frente a ilha da Pescaria na entrada da baía de Guaratuba.

Concomitante a todo esse processo, os produtores então de Cabaraquara, Porto Passagem, Parati e Caieiras (uma junção de moradores “de fora”, nativos e pessoas “de fora”) começaram a se organizar em torno de uma associação, a Aguamar, pois precisavam de alguma forma tentar um diálogo mais formal com o IBAMA para que suas áreas de cultivo fossem liberadas, legalizadas, já que estando os cultivos sob e sobre as águas da baía, cabia ao IBAMA a sua fiscalização e gestão no que diz respeito a questão ambiental. Hoje, uma das conquistas dessa organização e das suas parcerias com Universidades, órgãos de assistência técnica, instituições públicas, foi a liberação das suas áreas de cultivo em abril de 2011, depois de seis anos de entrada no processo e após 15 anos de início da atividade, como cessão de uso de áreas da União por vinte anos para a maricultura (Figuras 28 e 29). Foram as primeiras áreas marinhas legalizadas no país, o que se torna um marco histórico para a atividade e para esses produtores. Contudo, as dúvidas de como gerir estas áreas que na visão de alguns produtores são públicas e privadas ao mesmo tempo, a falta de credibilidade e

constância de pessoal e atuação que o MPA (Ministério de Pesca e Aquicultura)⁴⁷ atualmente está passando aos produtores, juntamente com um gargalo da produção e da sustentabilidade da atividade que é a forma de aquisição das sementes, ainda torna todo esse cenário incerto.



Figura 28



Figura 29

Figuras 28 e 29. Primeiras áreas de cultivo de ostras liberadas pela União como cessão de uso.

A história narrada sobre a origem dos cultivos de ostra na baía de Guaratuba em Cabaraquara pode ser vista como uma instigante história de coragem, persistência e empreendedorismo. Mas muitos foram os conflitos que surgiram dessa nova relação entre os moradores nativos da baía de Guaratuba e os “de fora”. Não deixar mais o nativo utilizar o manguezal para pegar caranguejo, por exemplo, na faixa que agora fazia parte dos domínios do novo morador, ou pescar perto dos cultivos, criou uma situação tensa que na visão do morador “de fora” prejudicou a convivência com a população nativa, criando ressentimentos. Os nativos não acreditavam que alguém “de fora” tinha chegado não deixando mais eles fazerem o que sempre fizeram tradicionalmente. E agora também, com áreas marinhas de cultivo liberadas e delimitadas legalmente, talvez alguns conflitos se estabeleçam ou se estavam latentes tornem a estarem presentes por situações de uso comum ou livre acesso aos recursos naturais; os grupos locais que não aderirem à atividade da maricultura, ao serem barrados nessas áreas em suas atividades de pesca e extração de caranguejo, estarão na verdade sendo expropriados de forma silenciosa.

⁴⁷ O Ministério da Pesca e da Aquicultura é um órgão da administração federal direta e, entre as várias competências definidas pelo decreto 6.972/09, é responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola, transformando esta atividade econômica em uma fonte sustentável de trabalho, renda e riqueza (fonte: <http://www.mpa.gov.br/index.php/ministeriompa/estrutura>).

Alguns desacordos entre os maricultores que na maior parte das vezes não são explícitos dentro da própria associação, alimentam sonhos de projetos individuais em busca de apoio financeiro que não precise estar necessariamente numa associação para se conseguir, fortalecendo o (cultivo do) indivíduo, a família, e não a associação como um todo. Ou seja, a associação é importante para conquista de direitos, mas nem tanto e nem sempre.

Expectativas colocadas por instituições de fomento e de apoio técnico e de marketing à atividade, que a maricultura familiar seria principalmente uma alternativa de renda, na visão de um produtor de Caieiras alternativa é pra quem tem bastante dinheiro, que pode investir na atividade e se der certo deu, se não, ele não vai perder muito. Mas pros pequenos produtores, para o nativo, não pode ser uma alternativa, precisa ser a renda mesmo. E aí inseguranças que se perpetuam ao longo do tempo em relação a forma de aquisição da ostra (semente), roubos de suas estruturas e impasses com órgãos ambientais e normativos, desanimam enormemente esses potenciais produtores.

5. Os sítios: ações coletivas familiares e interfamiliares

5.2 Riozinho

5.2.1 Estrutura e Organização

A primeira informação sobre o número de residências do Riozinho, 53, foi a partir do trabalho de Ferreira (2010) sobre os limites e as possibilidades do extrativismo para as comunidades rurais de Guaratuba. Já o programa “Farinheiras no litoral do Paraná”, em artigo postado em 2011 em seu blog (<http://farinheirasdolitoral.blogspot.com.br>) consta um total de 42 casas, sendo sete de turistas. Baseado nesta última informação seriam então 35 casas de moradores e sete de pessoas “de fora”, que compraram terrenos dos nativos, mas não moram no local, visitam a passeio irregularmente.

A localidade tem energia elétrica e a água vem de poço, cada casa tem o seu e também o poço que passa na rua, feito pela prefeitura. No Riozinho tem o porto de baixo e o porto de cima. No porto de baixo são cinco ranchos principalmente da família Carneiro, no porto de cima tem os ranchos da família Leite e Degues (Figura 30).



Figura 30. Porto de baixo com os ranchos ao fundo na localidade do Riozinho, baía de Guaratuba.

A base da organização do “sítio” são as unidades familiares, que possuem alto grau de parentesco entre elas, mas a princípio com três famílias mais marcantes e que construíram laços familiares e de respeito entre elas: Leite, Carneiro e Degues.

A organização mais formal ocorre através de uma associação comunitária que foi constituída a partir de um esforço da Universidade Federal do Paraná do Litoral para colocar em funcionamento uma farinheira comunitária construída há cerca de 10 anos pelo governo do estado do Paraná. Atualmente a única ação da associação é em relação ao funcionamento da farinheira, que está sendo utilizada apenas por duas unidades familiares que moram próximas a esta estrutura (Figura 31). Em observação de certa reunião em abril de 2011 entre integrantes da Universidade e treze pessoas da comunidade, na sua maioria homens, foi possível perceber pelas falas certo receio entre os nativos de perder tempo para cuidar das coisas de uma associação, tempo este que poderiam estar trabalhando para si. Parece que eles estão o tempo inteiro fazendo o cálculo do que vale mais a pena frente a sua sobrevivência e reprodução social e assim vão tomando suas decisões. Inclusive não participar de processos que são tomados como óbvios parece ser uma decisão baseada numa escolha racional. Toda essa situação reforça que a base de organização deles é a unidade familiar. Gerou-se um clima de incerteza e insegurança em assumir uma associação, como seus possíveis gastos

também. De qualquer forma, como ter uma associação formalizada era imprescindível para ter o apoio da Universidade e eles poderem futuramente comercializar a farinha de acordo com normas da vigilância sanitária, os presentes ficaram de se reunir em outro momento para decidir a diretoria da associação, e foi o que realmente fizeram posteriormente. Fica claro aqui que a busca por um modelo padrão de desenvolvimento e organização por agentes externos, dentro de normas universais de produção, bem como organizar-se via associação, é tomado como imprescindível para a inserção destas populações na modernidade, na democracia. Entretanto, falta certa sensibilidade em perceber que existem outras formas de organização e decisão dentro daquele espaço que precisam ser compreendidas e incorporadas como legítimas também para a sociedade. Se só forem aceitas no mercado as farinhas que estiverem dentro dos padrões da vigilância sanitária, respaldadas por uma associação, como ficam os diversos casos de pessoas que moram isoladas ou mesmo dentro de uma localidade, mas sem associação formal e que há anos/gerações produzem e comercializam a farinha artesanal feita em suas próprias casas de farinha rústicas? Não poderiam mais comercializar? Não poderiam mais consumi-la? Onde estaria a democracia? A diversidade? Será que a diversidade é pôr um “selinho” no produto e vender numa loja chique? Ou os sujeitos terem o direito de escolher inclusive se querem ou não participar desses processos, e também o direito de terem seu modo organizacional respeitado?



Figura 31. Farinheira comunitária em funcionamento no sítio Riozinho.

Em outra ocasião (final de 2011) organizou-se no Riozinho uma reunião por uma ONG conservacionista que tem atuação local para escolha dos representantes dessa localidade para atuar no Conselho Gestor da APA de Guaratuba. Depois de muitas

explicações de como era importante que as pessoas ali participassem desse espaço público, foram praticamente escolhidas duas pessoas sem a vontade própria delas, num tom de brincadeira claro, mas o fato é que ninguém queria se comprometer e para não sair sem respostas, foram definidas duas pessoas, um rapaz em torno de 35 anos, solteiro e que talvez não tivesse tantos compromissos familiares assim, pois todos os homens casados que estavam ali, nenhum quis se comprometer; e outra mulher com aproximadamente 35 anos também, casada, dona de uma vendinha/restaurante, mas que no momento o marido não estava para dizer que ela não participaria, já que depois assim o fez. Ela chegou a ir em uma reunião do Conselho da APA, mas depois esteve ausente, pois o marido achou melhor ela não participar. Já o rapaz continua indo regularmente.

5.2.2 Memórias do passado

“Aqui toda vida foi Sítio Riozinho. A Copel inventou o termo Colônia Riozinho”.

A partir dessa fala de um antigo morador do Riozinho, ratificada por diversos outros nativos ao redor da baía de Guaratuba que usam a palavra “sítio” para se reportar ao local onde vivem e não “comunidade”, foi que se escolheu o termo para se referir a estas localidades estudadas neste trabalho.

O histórico de formação do sítio Riozinho parece estar baseado em duas famílias que se estabeleceram ali já há seis gerações, uma mistura naquela época de migrantes europeus com indígenas locais. Eram dois irmãos, um fez o porto de cima e o outro o porto de baixo do sítio. Além disso, a comunidade também era dividida entre os que moravam na ponta do Riozinho e os que moravam na vizinhança.

As casas eram de ripas de madeira quase sem beneficiamento e telhados de palha. Dormia-se em camas de piri, chamadas de “tarimba”. Basicamente a alimentação era a caça e a pesca.

No Riozinho existiu o mutirão para plantação de arroz e mandioca aliado ao fandango no final do trabalho. Pais dos mais antigos moradores atuais é que faziam o batido com o tamanco, o bailado. Tinha o tocador de viola e o de rabeca. Os instrumentos eram feitos de cedro e outras madeiras que tiravam da mata e a corda era de arame que compravam. Nas festas de antigamente não vinham pessoas “de fora”, eram todos do próprio local. Antes no Riozinho tinham as festas de São João, do Bom Jesus, Santo Antônio, de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora do Rocio. Em agosto ainda é feita a Festa de Bom Jesus, que um dos moradores mais antigos organiza

no sítio. Ele é o festeiro, compra foguete. Vem o capelão que reza algo parecido com um terço, tem torneio e baile a noite.

5.2.3 Terra, uso comum, conflitos, acordos

A área atrás dos quintais das casas do Riozinho é de uso comum tradicionalmente (Figura 32). As terras de uso comum são de quem chega para roçar primeiro. Mas o acordo para demarcar que algum pedaço será de tal pessoa ou família, é apenas roçar a frente de uma mata e isso já quer dizer que toda aquela área ali vai ser de quem roçou inicialmente. Só que depois de dois, três anos quando a área de roça é abandonada e vem a capoeira (“capora”), qualquer outra pessoa pode derrubar aquela área (mata em regeneração) novamente para fazer roça. Este é um acordo coletivo que foi construído tradicionalmente. Mas há conflitos também em relação a este acordo, mais recentemente um morador nativo da localidade resolveu cercar um pedaço de terra atrás do seu quintal que é de uso comum das famílias do Riozinho e vender para pessoas “de fora”. Outras pessoas do Riozinho percebendo isso tentaram conversar com ele, fizeram uma reunião, mas ele não compareceu. Como represália, em um guaju, com as próprias enxadas, as pessoas já foram derrubando a cerca de arame que ele havia colocado.

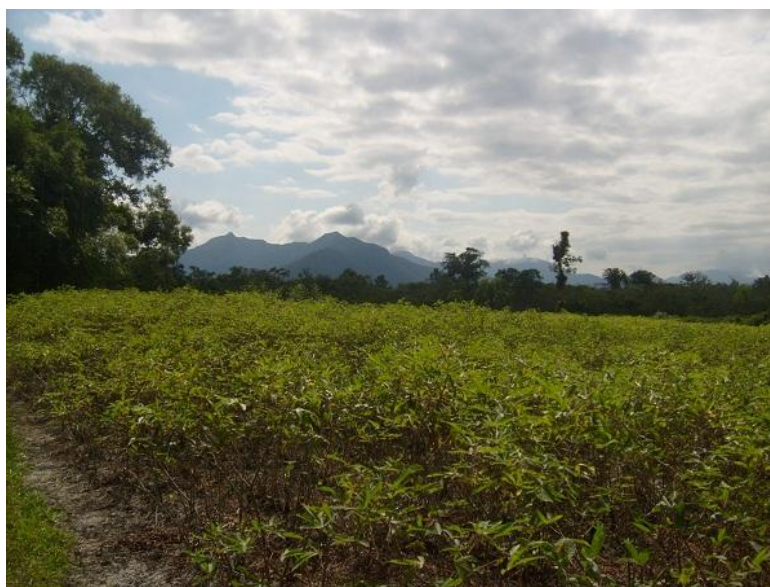


Figura 32. Áreas de uso comum no Riozinho para implantação de roça.

Com a chegada da empresa madeireira Comfloresta na região, vários conflitos se sucederam em relação à questão fundiária, pois várias áreas que até então eram dos nativos, passaram a pertencer à empresa de formas não muito lícitas segundo os

moradores. Um antigo morador do Riozinho comentou que ele não deixou a Comfloresta comprar, pegar toda a área do Riozinho porque teve conhecimento com o pessoal “de fora” que a empresa não tinha o direito de pegar as terras deles e então conseguiu “peitar” a Comfloresta que como ele disse “*deixou eles (moradores do Riozinho) ficarem com uma parte das terras*”. Só que naquela época, década de 70, moradores do Riozinho não conseguiram projetar que dali um tempo, seus filhos, netos iriam usar a terra também e a área precisaria ser maior para o plantio. Hoje o espaço se tornou bem pequeno para todos, vários descendentes acabaram migrando e os que ficaram ainda contam hoje em dia com as restrições ambientais de uso da terra.

Diante desse cenário, uma junção de esforços de uma ONG conservacionista que atua no local e do governo estadual, via ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências), tentaram recentemente (última reunião foi em 2011) um processo de esclarecimentos sobre algumas questões de regularização fundiária e um início de processo de regularização. Houve reuniões no sítio onde o advogado requisitado colocou que se cada qual tivesse sua terra demarcada, ficaria mais fácil depois os netos terem acesso a terra. Primeiramente pareceu algo importante aos olhos dos nativos, ficar legalizado com a sua posse de terra para ter mais segurança para a família. Mas depois, alguns pensando melhor, chegaram à conclusão que a regularização do terreno iria diminuir as terras que hoje eles têm para plantar, já que são todas de uso comum, e regularizando cada um teria direito só a um pedaço. Então mesmo existindo a possibilidade de um reconhecimento de direito, eles mesmos já perceberam que na verdade podem estar atestando uma legislação que limita e não que garante direitos. Este impasse pode ser visto como uma forma de resistência ou de tentativa de manutenção de tradicionais formas de gestão coletiva nos usos dos bens comuns.

Ao mesmo tempo está ocorrendo uma ação judicial de 2011 da própria Comfloresta de usucapião, excluindo já algumas áreas dos sítios Riozinho, São Joãozinho e Nhundiaquara. Mas se o governo entende como devolutas essas áreas e legaliza as áreas atuais dos sítios e da Comfloresta, acaba sendo condescendente com toda a irregularidade da empresa (segundo moradores) da época que expropriou a população local, pois as áreas originais dos sítios vão muito além do que hoje a Comfloresta cedeu. Diante deste cenário, por enquanto o processo todo está parado.

Outro acordo que foi tradicionalmente construído foi a questão dos portos do sítio, onde há o respeito ao espaço particular do rancho de cada unidade familiar, mesmo sendo um local de uso comum. Há consenso de que é um espaço de uso comum

para saída e chegada de barco da baía, mas há uma organização, baseada na UF. Já houve uma situação onde a pessoa “de fora” que comprou o terreno perto de um dos portos queria pegar o porto para ela, sem deixar os nativos usarem. Os nativos se mobilizaram em acionar a marinha e o porto continuou a ser utilizado por eles.

5.2.4 Diversidade de atividades

No Riozinho, as principais atividades de subsistência segundo a percentagem de unidades familiares entrevistadas que as praticam são o complexo roça/farinha e a pesca, seguidos da criação de animais, quintal e caranguejo pegado. Já as principais que geram algum tipo de renda são: caranguejo pegado, farinha, funcionalismo público, seguidos da pesca, isca viva e tecido (Figura 33). Isso não quer dizer que sejam as que mais geram renda em valores, porque, por exemplo, a pesca esportiva movimenta um montante expressivo, já que cada pescaria gira em torno de R\$200,00 para o turista, mas ainda são poucas as unidades familiares que a praticam.

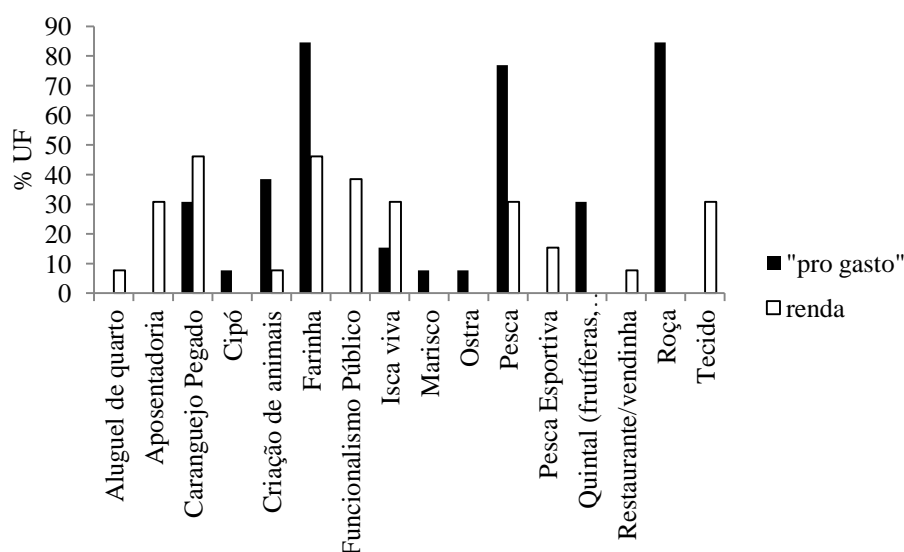


Figura 33. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares de acordo com as atividades praticadas.

Essa é a localidade com maior número de pessoas trabalhando como funcionários públicos sejam na escola ou na manutenção da estrada de chão que liga a região até a estrada de Garuva-Guaratuba. É expressivo para estas pessoas como este ganho fixo e certo mensalmente traz uma segurança para as UF. Mesmo com essa certeza, as famílias continuam praticando as outras atividades mais tradicionais, como a roça, o feitiço da farinha, a pesca. O guaju para fazer roça de mandioca/aipim ainda é

praticado neste local, manifestando relações sociais e símbolos, acordos construídos tradicionalmente, forte relação com a terra onde moram. A partir do mês de agosto até outubro uma sequência de guajus é praticada, reafirmando essa intrínseca relação de troca e reciprocidade entre as pessoas e unidades familiares que ali moram.

No Riozinho se faz farinha todo final de mês, a roça ainda é expressiva e se tira por mês 5 a 6 sacos de mandioca, não retirando toda mandioca de uma vez. É possível ter roça todo ano já pronta para fazer farinha, pois tem aquela que estão arrancando, a outra que está crescendo e que ano que vem já poderão mexer e por fim a que foi plantada no ano corrente, que dará novamente mandioca no final de 2 anos de cultivo. Faz-se a farinha no final do mês porque como muitas das famílias ali possuem ou um funcionário público ou um aposentado, a venda da farinha na cidade de Guaratuba juntamente com o recebimento do salário no final do mês, propicia a aquisição de uma farta compra no mercado para atender suas necessidades mensais de consumo que não são supridas pelo que eles mesmos produzem ou extraem.

Apesar de muitas farinheiras já estarem desativadas, o feitio da farinha, além de ser o momento de fabricação de um produto consumido internamente na unidade familiar, como comercializado, também é um momento de expressão de sociabilidades e de consolidação de alguns laços sociais naquela localidade. Nem todas as unidades familiares possuem casa de farinha e dessa forma, laços de parentesco, compadrio e vizinhança fazem com que distintas unidades familiares nesse momento estejam unidas, conversem sobre as últimas novidades, se atualizem dos acontecimentos, troquem experiências, causos, fortaleçam suas relações, suas trocas, seus acordos.

Dentro deste contexto, a farinheira comunitária talvez seja difícil de ser incorporada pelos nativos, porque o feitio da farinha vai além de uma atividade produtiva, revela o modo de ser e de viver do nativo (a ética do nativo).

A pesca dos nativos ocorre principalmente perto da foz do Rio São João e no fundo da baía. Como a roça é uma atividade muito presente neste local, ocorre uma sazonalidade quase que diária entre a roça e a pesca. De manhã se vai pescar e a tarde para a roça. As relações de comercialização do Riozinho com Cubatão (localidade rural de Guaratuba muito conhecida pela produção de banana) são expressivas, vende-se peixe e farinha para eles.

5.3 São Joãozinho

5.3.1 Estrutura e Organização

Segundo os dados de Ferreira (2010) são 26 residências que compõem o sítio São Joãozinho⁴⁸. A localidade possui uma associação formalizada, que só foi institucionalizada pelo incentivo e apoio da UFPR litoral: “Associação da Comunidade Caiçara Rural de São Joãozinho” (Figura 34). Duas pessoas, um homem (de 70 anos) e uma mulher (em torno de 60 anos) representam o sítio no Conselho Gestor da APA de Guaratuba desde 2009. Mas o senhor que participa deste Conselho, apesar de ter entrado animado no começo, hoje já sente sinais de cansaço, pois aquilo que realmente eles precisam, segundo ele, o mais importante, que é ter a terra legalizada pra eles plantarem, eles não estão tendo retorno. Relatou que já está desestimulado, vê a Comfloresta indo nas reuniões do conselho, conseguindo suas autorizações para tirar madeira e eles nada conseguiram ainda em relação à regularização das suas terras.



Figura 34. Faixa da Associação de São Joãozinho a frente da escola local.

5.3.2 Memórias do passado

Um dos mais antigos moradores do São Joãozinho conta que a trajetória de sua família ali no local começa em Santa Catarina, onde seu avô abandona suas terras por causa da grilagem que os expulsou de lá. Chegando à região rural de Guaratuba, primeiro se estabelece num local chamado Castelhanos para depois chegar até o São Joãozinho. Chegando lá, apenas uma família, “Miranda”, habitava aquele espaço. Havia

⁴⁸ Mais detalhes sobre o São Joãozinho ver tese de Márcia Ferreira (2010).

um senhor dessa família muito educado, respeitado, que veio “de fora” e que logo depois faleceu. As filhas do avô catarinense ficaram pelo caminho, casaram. Uma delas estabeleceu laços matrimoniais com nativo do Parati e depois permaneceu em São Joãozinho, após sucessivas migrações entre essas duas localidades. Nessa época viviam da pesca, da caça, da farinha, da lavoura de arroz, milho, feijão, do palmito. Açúcar era artigo de luxo. Era tudo mais “pro gasto”, não tinham pra quem vender. As crianças trabalhavam pesado junto aos pais. Depois começaram a vender feixe de lenha e o palmito. Guaratuba até então era chamada de vila, depois que fizeram a estrada ligando a Garuva que começou o movimento. A partir daí começaram a conseguir aos poucos vender a farinha também.

Essa estrada, a rodovia PR-412, foi inaugurada em agosto de 1973. Construída no início dos anos de 1970, implantada provavelmente nos anos de 1950, com seixos rolados de uma jazida a céu aberto, segundo dados do DER/PR (2012). Provavelmente este cenário reforçou a vinda da empresa catarinense Comfloresta para a região, fundada em 1971. Nativos contam que os impasses com esta empresa foram grandes, pois por eles serem posseiros, sem documentação do terreno, pessoas simples, mas vivendo na região há décadas, não conseguiram barrar as formas, segundo os moradores, não muito lícitas de acesso dessa empresa a terra. O sítio então ficou confinado a poucas terras que sobraram para eles. Processos de desterritorialização, conflitos agrários, fizeram então parte deste contexto. Mesmo com poucas terras, os moradores continuaram plantando, mas depois com as leis e os órgãos ambientais mais presentes, alguns desistiram totalmente da atividade.

Um morador atual do São Joãozinho, mas que viveu parte de toda essa historicidade descrita acima, relata que hoje a vida está melhor em alguns aspectos, acesso aos lugares, saúde, energia, comercialização. Mas em contrapartida, não poder plantar, fazer roça, isso piorou muito. Acaba desabafando ao falar que para os filhos dele é até mais fácil uma alternativa, aprender a fazer outra coisa, mas para ele que a vida toda fez aquilo, não poder fazer roça é muito complicado, é tirar o sustento, é não poder fazer aquilo que sabe fazer bem.

5.3.3 Terra, conflitos e Acordos Atuais

Com poucas terras para plantio, novas dinâmicas são estabelecidas e com elas os conflitos entre nativos do próprio sítio em relação à demarcação do terreno e entre nativos e compradores de terra “de fora”.

Apesar de todo o conflito travado com a Comfloresta, outro morador que ainda consegue fazer uma pequena roça, relata sua insatisfação com a empresa falando que eles estão “no meio” da Comfloresta, que falta terra para eles plantarem, pois foram deixados apenas dois alqueires para cada morador. Falou que terra seca é uma parte pequena, a maior parte é banhado, mas ao menos ele consegue tirar o “veludo” dali. De qualquer forma foi feito um acordo recentemente com a empresa que o possibilitou aumentar sua plantação: *“Eles deixaram eu planta lá. Eles vieram aí, disseram na casa da minha sobrinha que podia planta, eu fui planta. Lá no meio da comfloresta que eu plantei, eu fiz um fogo lá a noite. Era uma antiga terra que eu já plantava já”*.

5.3.4 Diversidade de atividades

No São Joãozinho, as principais atividades de subsistência segundo a percentagem de unidades familiares entrevistadas que as praticam são a pesca (Figura 35), o quintal (com suas frutíferas e horta) e a roça, seguidos da farinha e da criação de animais. Já as principais que geram algum tipo de renda são o tecido e o veludo, acompanhados da aposentadoria (Figura 36). O tecido e o veludo aparecem como atividades mais recentes e de forma a suprir uma necessidade de renda que foi bastante cerceada com a diminuição do feitiço da roça e farinha pelos nativos (Figura 37). Mesmo assim, moradores do São Joãozinho acabam participando de guaju para plantar “rama”, mas não é o guaju entre eles próprios e sim com moradores do Riozinho, essa troca então ocorre mais com os moradores do outro sítio, bem próximo a eles do que entre eles mesmos.



Figura 35. Rede de pesca, batera e remos utilizados para a pesca no São Joãozinho.

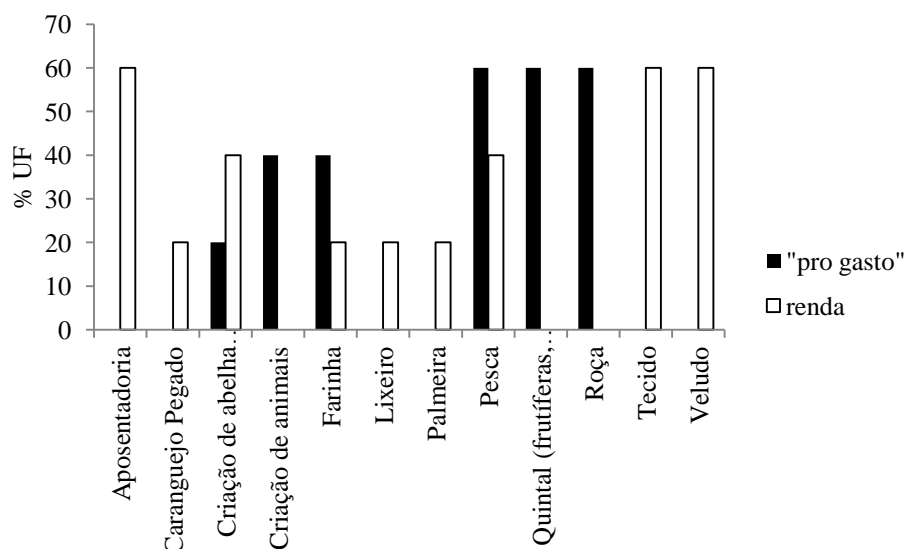


Figura 36. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no São Joãozinho de acordo com as atividades que praticam.



Figura 37. Atividade do “veludo” no São Joãozinho.

5.4 Descoberto

5.4.1 Estrutura e Organização

Segundo os dados de Ferreira (2010) são 50 residências que compõem o Descoberto. As duas famílias com maior número de descendentes e mais antiga é a “Galdino” e “Cordeiro”. Mas várias outras compõem o espaço e a dinâmica do lugar. Existem também as casas dos turistas que compraram terreno dos nativos, pessoal “de fora” ou “vindor” como era chamado antigamente aquele que vinha de outro lugar que não fosse a região da baía de Guaratuba.

O Descoberto não tem uma associação formal, morador não tão antigo do local acha que nunca deu certo a formação da associação por falta de união das pessoas dali. E chegou até a fazer um comentário sobre a possibilidade de uma horta comunitária: *“uma horta comunitária não funciona aqui no sítio por causa do seguinte, eu não vou tratá, eu não vou planta pra fulano comer. Outra coisa, uma horta, qualquer sitiante de nós aqui pode ter uma hortinha em casa, não precisa ter uma horta comunitária, é bonito no lugar, bem visto, mas cadê o interesse! Eu não vou lá tratar porque não tenho tempo, por causa do meu serviço, então não funciona!”*. Fica claro nessa narração que a base da organização do local é a Unidade Familiar e que talvez tentativas externas de “comunitarismo” não dessem certo por uma lógica familiar que já existe. O sistema democrático das associações de base como forma institucionalizada de organização, inserção, reivindicação e participação em outras esferas parece ter uma recusa silenciosa na região. Parece que o modelo universal não pode ser apenas incorporado, como se a sua aceitação e eficácia fossem óbvias e como se não existissem outras formas possíveis de institucionalizar um sistema de práticas, valores e regras. Para Berkes, por exemplo, instituição é reduzida a regra; a regra e a organização social pra fazê-la ser cumprida.

O Descoberto teve um representante no Conselho Gestor da APA de Guaratuba, de 2006 a 2008 (um senhor de 54 anos, nativo da região e produtor de farinha), que depois desistiu de atuar. Disse que perdia um dia de trabalho e tinha que tirar os custos de alimentação e gasolina do seu próprio bolso, ao menos se fosse dada a alimentação já ajudava, segundo ele, mas isso na época não acontecia (hoje o conselho gestor já consegue arcar com os custos da alimentação de todos os conselheiros, recurso esse que vem do próprio IAP). Outro motivo da desistência foi que no Descoberto ninguém nunca se interessou em ir conversar com ele sobre o que acontecia nas reuniões deste Conselho, isso então o desanimou. Na verdade, até quando ele começou a ser conselheiro, disse que o pessoal comentava que a partir daquele momento era necessário ter cuidado com ele, como se ele fosse “dedurar” as pessoas do local para o órgão ambiental. Não chegou à época a falar com a presidente do Conselho (funcionária do IAP) que queria sair, simplesmente abandonou a representação. Algum tempo depois a pesquisadora de uma ONG que atua na região veio perguntar pra ele se podia colocar outra pessoa no seu lugar e ele disse que sim. Foi então que as pessoas do São Joãozinho assumiram a função, apoiadas por uma professora/pesquisadora da UFPR Litoral.

5.4.2 Memórias do passado

“Tinha um andarilho que tava sendo procurado e foi descoberto por aqui e aí o nome do lugar ficou ‘Descoberto’”.

Há o relato de pessoas que vieram de navio de outro país e aqui se estabeleceram junto com nativos da região. No Descoberto também existiu a plantação de arroz, os mutirões e guajus. Dançavam batendo o arroz, dançavam o batido, era o fandango. Em qualquer santo também, cantavam a novena e depois era a dança. Como disse um antigo morador da região: *“De primeiro tinha união, aí daquele que não roçasse um pedaço de caminho...”*.

Em outra época também se não tivesse uma terra e quisesse plantar, “arforava” um pedaço de terra de alguém (não era arrendamento que chamava). Não era pago em dinheiro, dava-se uma porcentagem do que produzia para o dono da terra.

A comida de caça era farta: veado, cateto. O cateto vinha até a roça comer mandioca. Parece que agora a percepção de um senhor nativo é que está tudo mais difícil, fazendo referência ao passado onde eles eram “liberto”.

Quando começou a se comercializar o peixe, no antigo mercado municipal de Guaratuba, a beira da baía onde hoje é o estabelecimento comercial “Santo Canto”, era só chegar com um balaio de peixe, 30 kg, 50 kg, que então havia o encarregado para pesar aquele peixe na balança. Sobre aquela quantia pesada, pagava-se um dízimo para o mercado. Esse era o controle feito para que qualquer pescador que ali chegasse pudesse vender no varejo. Hoje, o mercado municipal já está em outro lugar e existe as bancas que são específicas de pessoas, famílias, locais (Figuras 38 e 39). Como disse um morador do Descoberto: *“Não é para qualquer um mais”*.



Figura 38



Figura 39

Figuras 38 e 39. Mercado Municipal de Guaratuba (38) e suas bancas (39).

5.4.3 Diversidade de atividades

No Descoberto, a pesca e a roça lideram as atividades mais utilizadas para subsistência pelo número de UF entrevistadas que as praticam. As atividades que geram renda são quatorze, sendo as mais expressivas o caranguejo pegado, pesca esportiva e tecido, seguidas do caranguejo tirado, funcionalismo público e pesca para comercialização (Figura 40).

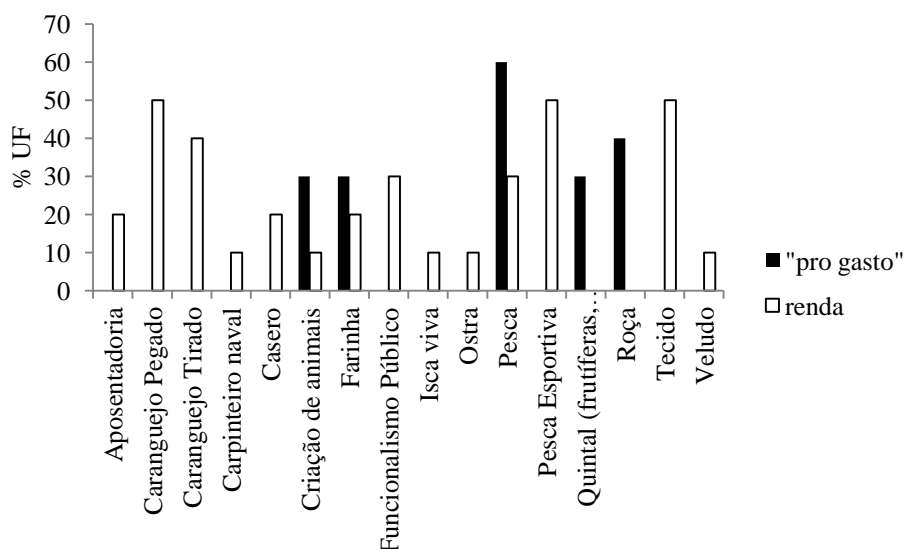


Figura 40. Distribuição da porcentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Descoberto de acordo com as atividades que praticam.

A pesca esportiva é caracterizada pela pesca “de ceva”, única localidade da baía de Guaratuba que realiza essa técnica há cinco anos. Coloca-se um pouco de pão com ração num saco ralo (igual esses sacos de cebola) e deixa no fundo da água, isso atrai a tainhota que vem se alimentar ali (Figura 41). Faz-se dois dias de ceva, a tainha se acostuma a ir ali, depois de dois dias leva-se o turista pra pescar no local, de vara. Na época que isso começou tinha turista que pescava cento e cinquenta a trezentos peixes num único dia. *“Daí eu fui um deles que comecei a falar pra eles: ‘olhe, isso aí mais pra frente vai fazer falta! Pra continuar sempre assim, o que vocês faz, põe uma cota cada pescador, porque aí sempre vai ter’. Mas nada foi aceito”* (fala de um morador). Hoje já se percebe que a quantidade pescada diminuiu bastante ou se passa semanas sem conseguir pescar. Comentam que quando se pega a tainhota na ceva, precisa-se logo limpá-la e guardá-la, se não o peixe fica com gosto de ração.



Figura 41. Ceva utilizada por nativos pescadores do Descoberto para a pesca esportiva na baía de Guaratuba.

Conversou-se com quatro UF que praticam este tipo de pesca e outra que pratica a pesca esportiva sem a ceva, mas que ainda tem vontade de fazê-la. Aonde tem a ceva fica demarcado e acordado que ali é um ponto de pesca exclusivo daquele pescador. Então a baía de Guaratuba começa a ter “donos” de pontos de pesca, o que até então não ocorria, a não ser os poucos pontos de “espia” que existiram em outras épocas. Um dos pescadores tem cinco pontos de ceva nos rios Guanxuma e Patos. Outro possui oito pontos no rio Descoberto, Guanxuma, André Gomes, Quilombo. Há conflitos entre alguns desses pescadores, inclusive parentes, de não se falarem mais, por causa do preço que é praticado diferenciado entre eles e faz com que a clientela não seja tão fiel assim, indo para aquele que cobra mais barato.

Contou uma moradora, esposa de um “dono” de ponto de ceva, que o IBAMA liberou a ceva, mas só com pão e ração e podem-se pescar no máximo doze tainhas por pescador. Ela disse que concorda com isso, pois quem pesca vai consumir e não vender, então está bom.

Em relação à roça, um produtor de farinha do Descoberto falou que ele faz guaju, que no último que ele fez vieram vinte pessoas do Riozinho ajudá-lo, mas as duas pessoas do próprio Descoberto que participaram foi pago a diária, pois no Descoberto não existe o guaju entre eles e essa reciprocidade. Para ele o pessoal do Descoberto não é unido como no Riozinho. Contou também que antes vendia farinha a R\$ 0,80 para um dono de mercado em Guaratuba e ele sempre queria pagar tudo em mercadoria. Começou a embalar a farinha em saco de um quilo e vender nos mercadinhos,

mercearias, 20 kg em um lugar, 40 kg em outro e então já conseguia vender a R\$ 2,50 o quilo. “*Eu passei a ganhar dinheiro*”. Mas ele tinha um carro para levar até a cidade, diferente de muitas pessoas ali na região que dependem de vender para uma pessoa só.

Abordou também outras relações sociais na localidade que ocorrem em relação à roça e o feitiço da farinha. Existem pessoas que plantam, mas acabam não fazendo a farinha, então ele pega a mandioca e ele mesmo faz a farinha, dando metade da farinha produzida para quem era dono da roça. Agora quem é dono da roça, não tem casa de farinha e vai fazê-la na sua casa de farinha, ele cobra 5 kg por saco de farinha produzido. Ele acha que assim não explora ninguém. Diferente, diz ele, da vendinha que existe ali no sítio que está arrendada pra uma pessoa de Guaratuba que acaba praticando preços absurdos na comercialização de produtos como a carne de frango.

No Descoberto é expressivo o número de unidades familiares que “pegam” ou “tiram” caranguejo. Um dos moradores do local possui uma banca de venda de produtos no mercado municipal de Guaratuba e isso faz com que essa relação de comercialização /atravessador, parte dela, ocorra entre os próprios nativos: os que extraem do mangue e aquele que compra deles para revender.

Há na região do Descoberto, apesar de não ter aparecido nas entrevistas, três pessoas “de fora” que plantam palmeira real, pupunha e imperial, para comercialização do palmito e das próprias mudas (Figura 42). Quando têm bastante serviço empregam em torno de seis pessoas do local, quando diminui o trabalho, ficam com duas, três pessoas.



Figura 42. Mudas de palmeira real na Fazenda Palmeira, no Descoberto.

Há um clima de desconfiança e de conflitos internos (relacionados a pesca de ceva, aos limites das propriedades, a relação com vizinhos) bastante presente entre os moradores do Descoberto, representado até nas falas recorrentes dos nativos de que ali não há união entre as pessoas. Inclusive há o discurso de que a maioria dos jovens ali “*estão todos perdidos: drogas, bebidas*” e que no ônibus escolar que leva os jovens todo dia para estudarem em Guaratuba a partir do sexto ano, ocorrem manifestações dessa realidade.

5.5 Cedro/Empanturrado

5.5.1 Estrutura e Organização

Conforme dados de Ferreira (2010), o Cedro e Empanturrado possuem conjuntamente 60 residências. Na realidade esses dois locais ficam lado a lado, separados fisicamente apenas por um pequeno córrego. Há dois terrenos de pessoas “de fora” (Curitiba e Guaratuba) que utilizam apenas para lazer. Além desses, há outra pessoa “de fora” que utiliza o terreno para plantação de palmeira (pupunha e real) e outro morador “de fora” que na verdade ficou como presidente da associação local. A diretoria foi formada, a associação registrada em cartório, só que fizeram uma única reunião. Na visão dos moradores a associação está parada, sem nenhuma atuação.

5.5.2 Memórias do passado

Parece que há uma divisão dos crentes para o Cedro e os católicos no Empanturrado. Ao lado da casa de um senhor morador do Empanturrado há uma pequena igreja bem antiga que simboliza muito da história do local (Figura 43). Foi construída pela falecida avó desse senhor, Maria Verônica Pereira, uma africana, “*negra, cabelo bem engruvinhadinho, baixinha*”, que morreu com 130 anos. Conta sua bisneta moradora do Empanturrado, que a “*velhinha africana*” carregou pedra para construir a Igreja Matriz em Guaratuba. Depois deste feito ela foi viver no Empanturrado e fez a Igrejinha dali também, pois quando saiu de Guaratuba, ela havia ganhado o “Divino” e a “Trindade” e fundou ali a Igreja. Até hoje, uma vez por mês, tem uma celebração ali com a presença do padre de Guaratuba. Além dessa descendência africana, contam os antigos a presença de descendência italiana também.

O senhor comentado acima, até hoje participa da romaria da Festa do Divino Espírito Santo⁴⁹, ele é um dos foliões que vão passando nos sítios durante três meses rezando, tocando, cantando. O pai dele já era da romaria.



Figura 43. Sítio Empanturrado com igreja ao fundo.

Antigamente também existia mutirão e guaju para fazer roça no local e os nativos realmente praticavam mais a roça. Mas segundo uma moradora, o guaju acabou porque os mais velhos foram morrendo e os mais novos não se interessaram em continuar. Mas como comentou um antigo morador de 85 anos: *“Se eu tivesse um matinho, uma caporinha e fosse liberto como de primeiro, garanto que eu tinha uma mandioquinha”*. Se referindo também às restrições ambientais que o impediram a continuação dessa prática. Como se eles estivessem presos na sua própria terra, sem poderem plantar. Também relataram algumas histórias de brigas e assassinatos nos sítios em baile de “matirão”.

Fora as restrições ambientais, com a chegada da Comfloresta na região em torno de 1975, percebem hoje os moradores que esse acontecimento trouxe coisas boas e ruins. Com a Comfloresta veio a estrada, a energia. Mas ela também “tomou” muitas terras que eles usavam ou poderiam vir a usar para a roça.

⁴⁹ Conta a lenda do Divino Espírito Santo que um velho pescador, ao ver-se perdido em alto mar, rogou ao Divino Espírito Santo que o guiasse até terra firme. Uma luz o conduziu até um lugar seguro. Com o despoitar do sol deparou-se com uma caixa, nela havia uma pomba dourada, símbolo do Divino Espírito Santo. Tomou o rumo da vila, onde a notícia se espalhou. A imagem foi levada à uma fonte de águas cristalinas que brotava da montanha. Foi lavada, deixando nas águas suas virtudes, para o alívio das dores e enfermidades. A imagem, mais tarde, foi levada para o altar da igreja matriz, de onde desapareceu misteriosamente.

5.5.3 Terra, Patrimônio, Uso comum, Conflitos, Acordos

Foi comum o relato de moradores que cederam, dividiram parte do seu terreno para os filhos quando casaram e assim há uma ajuda mútua para roçar o terreno e fazer roça de mandioca. Através deste acordo, onde a terra é vista como patrimônio, (pois mesmo dividida ela tem o valor de agregar, de permanência, de união) é possível a manutenção e reprodução social daquelas unidades familiares. Mas também houve relatos conflituosos de depois ter que comprar de volta do filho a terra, pois este queria vender a sua parte a uma pessoa “de fora”, estranha a eles.

O interessante foi notar, especialmente com um exemplo no Cedro, que além da terra como patrimônio, a canoa, a batera nesses sítios entre a terra e o mar torna-se patrimônio também, pois é aquilo que com muito sacrifício também permite a reprodução social da família. E sendo um material relativamente durável, pois é feito de madeira⁵⁰, garante ser passada de pai para filho, de tio para sobrinho.

Os conflitos com quem migrou e depois quer retomar o terreno e vender para alguém “de fora” sendo que outros herdeiros permaneceram faz com que moradores acabem indo atrás de algo que comprove sua existência e domínio ali, como relatou uma senhora que agora tudo o que ela vende é com nota fiscal do produtor, da Emater, servindo como comprovante de que ela vive daquela terra e assim fica mais difícil do irmão dela que mora em Guaratuba tomar a parte do terreno do pai que ela herdou.

Outro conflito e consequente negociação envolvendo essa categoria social “de fora” foram relatados por uma moradora que trocou de terreno no próprio Cedro. Ao redor de onde ela morava anteriormente, todas as terras dos nativos foram compradas por R\$ 500,00, R\$1.000,00 para plantar palmeira real e pupunha. Pressionada pela situação ela fez um acordo com este comprador, pois não queria sair do sítio, e trocou seu terreno por outro que a pessoa “de fora” já tinha na localidade, um pouco mais afastado dali.

Acordos em relação ao uso comum do espaço às vezes são sutis de serem percebidos. A princípio, no Cedro e Empanturrado, os portos acabam ficando atrás das casas, e pertencem às unidades familiares que zelam por aquele espaço, assim como seus ranchos. Mas durante uma entrevista, dentro da casa de um senhor, percebe-se que

⁵⁰ Segundo um morador do Descoberto, que constrói batera (ou “bateia” como chamavam os antigos), normalmente é utilizado o cedro, por ser uma madeira pesada e durável. A batera se distingue da canoa (que é feita de apenas um tronco de árvore, “um pau só”) por ser construída com madeira já beneficiada, as tábuas. A canoa é feita de madeiras mais pesadas e mais duráveis como o cedro, o araribá, canela preta, peroba e cajarana ou com madeiras menos duráveis e mais leves como o guapiruvu, guarataia e pau de óleo.

alguém está chegando perto da casa, é um morador que pede licença ao dono da casa (e do porto) para poder usar o porto e esta é concedida. Há um acordo informal, que mesmo pertencendo aquele espaço a alguém, pode ser utilizado por outros, desde que minimamente respeitado o ritual (e o acordo) de pedir licença.

5.5.4 Diversidade de atividades

A pesca e o feitorio da farinha, tanto para o próprio consumo da UF como para comercialização, são as principais atividades do Cedro/Empanturrado em relação a sua ocorrência (Figura 44). O cultivo de frutíferas e da horta também se torna uma importante atividade para subsistência da UF. Outras atividades se destacam para geração de renda: a aposentadoria e o caranguejo pegado.

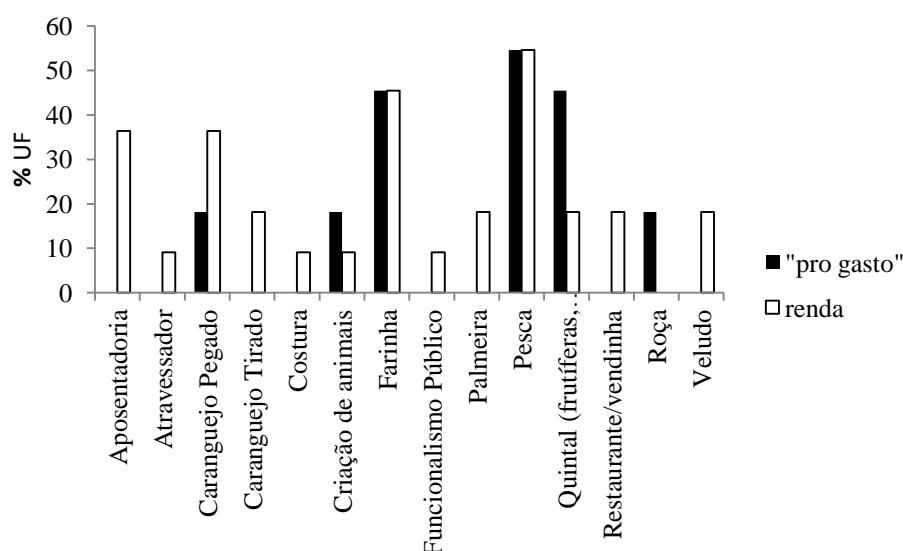


Figura 44. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Cedro/Empanturrado de acordo com as atividades que praticam.

No Cedro/Empanturrado há duas formas de relações sociais que se destacam na comercialização do peixe. Nativos que acabam vendendo o pescado na própria localidade para as unidades familiares onde há algum aposentado, ou seja, poder de compra. E nativos que vendem o pescado para um senhor de Guaratuba, mas morador atual do Cedro, dono de uma “vendinha” no sítio. Esta relação com o dono da “vendinha” fica mais intensa e desigual no feitorio da farinha. Nativos ajudam este senhor a fazer a farinha na casa de farinha de um dos nativos e em troca recebem produtos da “vendinha” e a possibilidade de comprar a farinha a R\$ 4,00, já que ela é revendida para

outras pessoas a R\$ 5,50. Ou seja, um sistema de aviação⁵¹ onde o produtor fica sempre dependente da pessoa que o “explora”.

5.6 Cabaraquara e Porto Passagem

5.6.1 Estrutura e Organização

Segundo o atual presidente da associação do Cabaraquara, o local possui em torno de 50 casas, que começa logo em seguida ao Iate Clube Caiobá (Figura 45). Há dois anos ele é presidente da associação, mas a comunidade não tem se reunido muito e participa pouco. Coloca que o maior problema da comunidade é a falta de saneamento básico, as casas tem uma fossa, mas não a séptica. Comentou que um morador “de fora”, que cultivava ostras neste local, gastou R\$6.000,00 para fazer um sistema de saneamento no sítio dele.

Já uma moradora do local, nativa do Parati, 49 anos, chegou a comentar que a única comunidade desorganizada era o Cabaraquara, parecia que ali ninguém gostava de ninguém.

“Tem várias pessoas que vieram de fora, que não são pessoal daqui. A comunidade é desorganizada por falta de união do pessoal daqui e não porque já tem o pessoal de fora”.



Figura 45. Localidade do Cabaraquara ao sopé da montanha de mesmo nome.

Uma moradora “de fora” (43 anos) faz parte da diretoria da associação, um cargo secundário e disse que já teve vontade de pegar a presidência da associação junto

⁵¹ Fornecer mercadoria a alguém em troca de outro produto, com endividamento contínuo.

com o marido, pela pouquíssima participação do pessoal nativo dali, mas acabaram desistindo. Pela segunda vez consecutiva essa moradora é quem representa o Cabaraquara no Conselho Gestor do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange⁵². Comentou que da primeira vez foi dado um curso por uma ONG que atuava na região e foi feita uma votação para escolha dos representantes. Havia sete pessoas da localidade fazendo o curso e por alguns jovens menores de idade terem votado nela, ela acabou ganhando, o que já gerou uma indisposição com os outros moradores e nativos que não concordaram com isso. Em 2012 para a renovação dos representantes deste Conselho ela fez alguns cartazes avisando a data da reunião na comunidade para escolha do novo conselheiro, foi colando em alguns lugares, mas quando foi voltando dessa função, já tinham tirado os cartazes, ou seja, talvez uma forma de expressar certo repúdio a ela ou aos “de fora”, a função que ela exerce e a própria existência do PARNA SHL. De qualquer forma a reunião foi feita com ela, o marido, um vizinho também “de fora” e a família do caseiro dela e representantes do ICMBio só para oficializar a permanência dela na cadeira de conselheira. Ou seja, na verdade o Cabaraquara possui um representante no Conselho que não é legitimado pela população local, e mais, essa população em geral não parece reconhecer também esse espaço do conselho como legítimo para eles. A representação por uma moradora “de fora” conseguiria abarcar toda a complexidade e diversidade da forma de viver do nativo para poder falar por ele?

Um discurso de um morador “de fora” expressa bastante da estrutura e dinâmica do local e o que se pensa sobre os nativos dali:

“Eu faço parte de comunidade, comunidade pesqueira, ribeirinha, de agricultores. Cabaraquara tem essas características, desde as pessoas mais abastadas até quase na miséria. Primeiro: o representante que eles escolhem, ele faz o que ele quer e a comunidade também não se movimenta pra saber o que o representante está fazendo ou não. Se o representante está ali, a comunidade já se acomoda. Pronto, não precisa mais fazer nada que o representante faz tudo. Pessoal do Parati é a mesma coisa, Sr. ... tá lá, se ele vai ou não resolver as coisas, está ótimo, ninguém se mexe. Se as comunidades não tem uma voz ativa, não reclamam de nada, vai ser colocada a lei... A culpa não é só do governo, não é só da comunidade. Eles (a comunidade) não podem dizer que são totalmente ignorantes, não são índio, índio vai pra reserva, fica na reserva, vai viver de índio, se não é índio, tem que tentar viver na sociedade, não interessa se é pobre, se é rico”.

Porto Passagem é uma localidade ao lado do ferry-boat, na estrada que vai para o Cabaraquara até antes de chegar ao Iate Clube Caiobá. Uma pequena vila de 15 casas

⁵² Espaço público de participação de diferentes atores sociais envolvidos com esta área natural protegida por lei.

segundo moradora do local e em torno de outras seis casas de pessoas “de fora”. Ali se estabeleceram descendentes de uma única família, “Feliciano”, com antecedentes europeus há pelo menos cinco gerações (Figuras 46 e 47).



Figuras 46 e 47. Localidade do Porto Passagem, entre a montanha (46) e a baía de Guaratuba (47).

5.6.2 Memórias do passado

Um senhor de 71 anos conta que seu bisavô, o “velho Souza”, casou com a primeira moradora do Cabaraquara, a dona Alexandrina. Nessa época, com certeza a mais de cem anos atrás, era só mato. Aconteceu uma enchente no local que rolaram as árvores do morro e vieram parar no pilar da casa dela. A quantidade de madeira que parou ali fez com que dona Alexandrina fizesse açúcar um ano inteiro utilizando aquela madeira como lenha. Repete-se aqui o discurso nativo da abundância, da riqueza do passado e da idealização deste em relação ao presente. O pai deste senhor de 71 anos nasceu no Cabaraquara, mas depois acabaram migrando para uma região de Paranaguá, pois levavam de canoa a remo o arroz para vender lá. Foi onde este senhor nasceu. Depois de algum tempo, já há 65 anos (em torno de 1947) retornaram para o Cabaraquara porque começou a aparecer uma notícia de que lá havia muito peixe, caranguejo, marisco, ostra. Não era possível passar fome neste local.

Havia o fandango todo sábado, o batido, a valsa. Vinham os mais velhos fazer o batido com os tamancos, tinham os tocadores dali também. Juntavam todos, iam para a roça e plantavam num único dia. Homens na enxada e as mulheres atrás plantando a rama. Depois se fazia uma macarronada, a massa do macarrão era caseira, com muito peixe frito. De noite, todo mundo se arrumava e vinha para a dança. Faziam o quentão

fervendo juntos a cachaça, gengibre e casca de laranja. A localidade de Rio Alegre ao lado do Cabaraquara recebeu esse nome porque quase todo sábado havia fandango lá, um lugar muito animado.

Cerca de 40 anos atrás havia no local uma olaria onde rapazes e moças do local trabalhavam, ainda existe atualmente uma chaminé de tijolos, o que restou dessa construção. Era da família Abage de Guaratuba, que tinham comprado ou invadido aquela terra, segundo moradores. Mas segundo outra moradora “de fora” toda a região ali pertence à Igreja, Mitra Diocesana de Paranaguá, através da Irmandade Nossa Senhora do Bom Sucesso. Segundo ela, depois que comprou o terreno de oito posseiros da região, quando foi regularizá-lo descobriu que aquelas terras foram doadas para a Igreja na época das capitânicas, e então ela comprou da Igreja também logo após.

No ano de 1986 foi aberta uma estrada que ligaria o Porto Passagem (ao lado de onde fica o embarque e desembarque do ferry-boat) até o Iate Clube Caiobá. Segundo alguns moradores, o iate foi um benefício para a região, porque com ele veio a estrada asfaltada, os restaurantes, o transporte, o turismo. A luz já havia, pois a transmissão veio de Matinhos por um caminho através do morro.

Um antigo morador que migrou do Descoberto para o Cabaraquara há 46 anos, comentou que ali nessa época havia apenas três casas, inclusive uma delas do dono do bailão que até hoje existe e funciona. De lá para cá uma sequência de migrações de famílias vindas da própria região da baía de Guaratuba (Rio Alegre, Fincão, Parati, Cedro, Empanturrado) há 25, 30, 35 anos atrás em busca por maiores facilidades de acesso aos lugares e saúde e depois há 15, 13 anos atrás pelas restrições ambientais, fizeram do Cabaraquara tanto um local de nativos como nativos migrantes da própria região da baía de Guaratuba. A fala de uma nativa do Empanturrado (30 anos, produtora de farinha no Cabaraquara) que participou desse processo de migração explicita isso:

“Dava uma febre e quando chegava em Guaratuba já era tarde demais. Morria com 1 ano, 8 meses, 2 anos. Aí pegava canoa e vinha pra Guaratuba, não tinha estrada. Talvez por isso pensavam em vir pra cidade, porque em relação a alimento lá não faltava. O que se imaginava de fruta, comida, lá tinha. Nós não tinha vaca, mas tinha o vizinho que tinha, então todo dia nós ganhava leite. Quando falou que tinha vendido assim, eu olhei pra cana: ‘Ai não vou chupá mais cana’, eu fiquei triste. São coisas que marca a vida da gente e a gente não esquece nunca. Não dependia nada da cidade, a não ser a questão do hospital né!”

E Cabaraquara era escolhida por ser um meio termo, nem a cidade, nem o sítio, um lugar no meio do caminho, onde era possível manter de certo modo o ethos nativo,

mas ao mesmo tempo acessar aquilo que a modernidade oferecia e outras vezes impunha. A fala a seguir expõe um pouco dessa experimentação em torno das décadas de 80 e 90:

“A gente ia pescar a noite e dava pra contar no morro quantas roças tinha, pessoal fazia fogueira a noite. O morro era só roça e hoje em dia não tem mais. Nos dois meses de temporada, deixava a roça prontinha, porque no verão o mato cresce mais rápido, e vinha pro mangue tirar caranguejo, ostra, tinha bastante comércio. Vendia na praia de Matinhos, Guaratuba. Tinha artesanato também, cipó, esteira. A mandioca tem tempo pra gente plantar e tempo pra consumo, usar ela. Então nesse intervalo tinha outras atividades que dava para você trabalhar. Que era a pesca ou era a temporada com ostra, mexilhão, caranguejo. Vai pro mangue e tem a quantia. Mexilhão é por litro, primeiro tinha lata de azeite, hoje em dia é garrafa pet. Então o pessoal encomendava pra revender 200 litros de mexilhão, 6 dúzias de ostra, 50 dúzias de caranguejo. O revendedor estipulava quanto eles tiravam. Por semana, ou sexta-feira, ou fim de semana”.

Outro tipo de migrantes se juntaram aos primeiros, aqueles realmente “de fora”, de Curitiba, de Brasília, que há 14, 20, 25 anos atrás resolveram deixar a cidade grande em busca de um outro estilo de vida junto a um ambiente mais natural e tornaram-se moradores, mas “de fora”. E consigo trouxeram também o seu modo de ser e de viver. Cabaraquara tem então esta característica de agregar e conflitar no mesmo local o tradicional, o moderno e o que está em movimento, não de uma forma tão dicotômica, mas num gradiente de experimentações.

Mas a migração nem sempre foi um processo tranquilo, muito pelo contrário, repleta de desafios, de conflitos. O sitiante, estando mais próximo da cidade, às vezes não conseguia administrar o novo e suas consequências, como o alcoolismo e novas relações sociais que acabavam desagregando a unidade familiar. E o cidadão, agora longe da cidade grande, às vezes era difícil se adaptar e incorporar a lógica local.

“Meu pai quando chegou aqui... madeira a vontade, peixe a vontade, foram bem aceitos pelos nativos, saiam pescar juntos, havia aqueles mutirões nas casas das pessoas pra fazer farinha. Meu pai e minha mãe participavam. Essa forma de viver que hoje é mais difícil, mas que antigamente, vinte, trinta anos atrás...comia camarão quando queria, ostra, caranguejo, comia farinha da melhor qualidade aqui. Então você conseguia viver de uma forma muito... o tempo passava e você vivia dessa maneira, natural. Às vezes pra tirar uma árvore grande de dentro da mata levava uma semana. Tudo era num ritmo muito lento de vida e meus pais decidiram que estavam vivendo aquilo naquele momento. Meus pais começaram a se estabelecer aqui de uma forma muito rústica. As pessoas acham que quando eles vieram pra cá, já vieram com dinheiro, mas não foi nada disso. E aí o que é mais legal na história deles é que eles começaram a viver exatamente como as pessoas daqui viviam. A gente mudou a história

aqui atualmente, mas no começo a gente mudou a nossa história pra realidade daqui. A gente se adaptou a maneira de vida daqui. Claro que trazendo uma história cultural nossa, que a gente já tinha, dos grandes centros, da cidade. A gente se tornou ribeirinho mesmo. Meu pai ia pescar com pessoas da região. Sempre era uma divisão né, duas pessoas iam pescar, dividiam os custos, dividiam os lucros. Aí começaram a explorar o manguezal, construímos as nossas coisas tudo com recurso natural. As casas, a gente explorava mais a natureza sem restrição, nada predatório, de subsistência mesmo. Até as nossas construções foram relativamente tradicionais, feitas com as pessoas tradicionais da região. Acabamos nos tornando ribeirinhos e vivendo como ribeirinho, não tão bem como eles, (risos!!) porque a gente não tinha aquela tradicionalidade de gerações. Pra gente foi um pouco mais difícil porque a gente viveu como ribeirinho, mas não com todo o conhecimento tradicional que eles têm. Mas sobrevivemos muito e muitos anos do extrativismo e já fazendo um pouco de hortaliças. Mas quando os filhos cresceram e as coisas foram tomando outras proporções e a gente vendia ostra daquele jeito e não ganhava dinheiro nenhum, foi quando a gente falou assim: ‘não, alguma coisa tem que mudar’. Um lugar muito legal, mas precisa de dinheiro, se não a gente vai acabar indo embora. Já não era mais aquele jeito de viver, na lentidão, o mundo mudou muito rápido e acabou se chocando com a cultura... aí já veio iate clube, aí as coisas começaram a acontecer... aí a gente teve a ideia de que se a gente vivia de ostra, a gente tinha que dar um jeito de produzir, um jeito de melhorar o preço. Não podia vender tão barato” (narração de morador “de fora” do Cabaraquara, produtor de ostras).

5.6.3 Terra, Patrimônio, Uso comum, Conflitos, Acordos

A migração traz consigo mudanças e conflitos para o lugar deixado e para o lugar escolhido. Moradores que vieram da região ao redor da baía de Guaratuba, deixaram em seus locais de origem novos donos, normalmente “de fora”. Os que já vieram “de fora” trouxeram novos costumes. A primeira coisa que os “de fora” fazem é cercar seu terreno, delimitar o que é seu, privado, prática anteriormente não muito comum aos nativos, mesmo porque há muito a noção do espaço como coletivo, e há um acordo cultural, baseado nas relações tradicionais das famílias fundadoras da localidade, que mesmo sem cercas, sabe-se onde termina o seu espaço e começa o do outro. As negociações já haviam sido feitas no passado e passadas de geração em geração. Mas o cercar foi rapidamente incorporado pelo nativo, talvez como forma de se proteger e garantir seu espaço frente às mudanças que estavam acontecendo.

Normalmente nos sítios, tradicionalmente, há áreas de uso comum como: “áreas de caminho” (trilhas), portos, locais de lazer (campo de futebol, cachoeiras) que todos sabem que ficam dentro dos terrenos de alguns nativos, mesmo assim há o acordo implícito, de que as outras pessoas da localidade podem acessá-las sem problemas, haja

vista que a passagem é livre, sem cercas e o local foi tradicionalmente “construído” e respeitado como um espaço comum a todos. Com a chegada do pessoal “de fora”, alguns conflitos e novos acordos entraram no cenário.

Uma moradora do Cabaraquara vinda de Curitiba comprou alguns terrenos dos nativos e se estabeleceu no local. A área de manguezal que faz parte da propriedade dela sempre foi área de acesso (porto) dos moradores para o rio do Cabaraquara que deságua na baía. Ela tem um portão na propriedade dela que deixava aberto justamente para não proibir as pessoas de passarem por ali. Mas recentemente ela precisou ficar sozinha na sua casa e se sentiu mais segura mantendo o portão fechado e trancando-o. Mas combinou com os três vizinhos mais próximos a ela e que acessam a baía por ali de dar a chave do portão para eles passarem a hora que precisassem. Conversando com um dos vizinhos ele falou que quando ela comprou o terreno já existia o porto, então os novos moradores não poderiam mesmo fechá-lo. Mas o certo seria que eles tivessem dividido bem no meio, cercado cada lado e deixasse livre “o carrero” (a trilha que leva até o porto). De qualquer forma ele tem a chave para abrir o portão e relatou que por um aspecto é bom: para não ter invasão de pessoas estranhas. Mas comentou que na época que o terreno foi comprado houve a tendência de fechá-lo, mas não se conseguiu porque os nativos que pescavam se articularam para isso não acontecer. A princípio entregar a chave do portão só para três vizinhos supriu a necessidade de quem usa e usava tradicionalmente aquele porto, pois existem outros portos no Cabaraquara utilizado pelos outros nativos.

Uma das grandes queixas dos moradores dessa região é a questão de parte de suas terras de uso comum utilizadas para a roça fazerem parte agora do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. Mas as restrições para o plantio segundo moradores já vieram antes mesmo, com a APA de Guaratuba, o ITC, depois o IBAMA, a Força Verde e por último o Parque. Em uma conversa com um morador, ex-produtor de farinha, relatou uma resposta que ele deu ao órgão ambiental quando abordado por estar plantando em área do PARNA:

“A gente tá na área do Parque?, hã, ... foram vocês que construíram um parque em cima da nossa casa. Faz 200 anos que nós estamos aqui... Meu pai morreu com 90 anos, meu avô com 80 anos...”

As terras de uso comum utilizadas há gerações tornaram-se patrimônio daquelas unidades familiares, ali a família e o trabalho coexistiam enquanto valor e por isso é tão difícil até hoje, mais de 10 anos da criação do Parque, mesmo que a maioria tenha

parado de fazer as roças nos morros e até entendam a importância de uma área natural protegida por lei, que estas unidades familiares mudem o seu discurso ou aceitem este cenário de forma convicta. O imaginário dessas pessoas está bastante povoado de momentos de fartura, de alegria, de união, de tranquilidade quando remetem ao passado nostálgico das roças nos morros e das fogueiras que davam para contar da baía quando se ia pescar no final do dia. Mesmo que existisse o conflito interno entre as unidades familiares, pela visão dos nativos, ainda era um tempo melhor do que atualmente, e eles fazem questão de reforçar isso e de mostrar apenas o que era bom. Parece que todo o sistema de conservação e controle ambiental é visto ainda pela população local como repressão e desnecessário, pois parecem dizer nas entrelinhas que seriam eles mesmos os conservadores do meio ambiente.

A regra que os nativos tiveram que cumprir, de não poder mais derrubar novas áreas de floresta só é cumprida porque se instituiu uma lei acima deles, da qual só foram informados, sem participar deliberadamente da sua construção. Hoje se tenta incluí-los na sua implementação (como participantes de conselhos gestores dessas áreas protegidas, por exemplo), mas ressentimentos já criados ainda persistem como resistência a esse novo processo. Os valores que os moviam a fazer a roça e que ainda está no imaginário de cada um faz com que discurssem também que se tivessem uma terra liberada, legalizada, se fossem ainda “libertos”, voltariam a fazer a roça, praticamente com as mesmas técnicas, inclusive o mutirão. Ou seja, aquilo que não faz parte de uma construção pessoal e social, simplesmente não se consegue vivenciar como um valor. A conservação da natureza nos moldes modernos⁵³ não é um valor para o nativo. Talvez seja para as gerações futuras dali que não terão vivenciado a realidade da roça como forma de reprodução social de sua unidade familiar. Mas para o nativo que viu a “conservação da natureza” adentrar em seu espaço, em suas atividades diárias, em sua própria história de vida, sem dialogar com seus próprios saberes e sua forma de valorizar a natureza através do trabalho que garante a subsistência, para esse nativo restam só ressentimentos e a leitura do presente a partir da valorização do passado, negando essa “conservação da natureza” da sociedade moderna. Se as futuras gerações a incorporarem como único valor de natureza, estabelece-se então a primazia do poder

⁵³ Segundo o SNUC (2000), a conservação se dá pelo uso direto dos recursos naturais, com manejo, nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e pelo uso indireto, através do turismo ordenado e da educação e pesquisa científica nas Unidades de Conservação de Proteção Integral. No caso do PARNA Saint-Hilaire/Lange a lógica adotada então foi da conservação com o mínimo de interferência possível, já que o Parque é uma categoria de Proteção Integral.

público, da natureza exclusivamente como um valor conservacionista e de uma democracia pouco democrática. Perde-se a riqueza dos processos, das culturas, das histórias. Nega-se uma diversidade sócio cultural e uma participação social que também poderia ser em prol desse mesmo meio ambiente em favor de uma única visão hegemônica de mundo.

Em relação à terra outros momentos conflituosos aparecem no cenário local. Um nativo do Cabaraquara foi dividindo seu terreno, vendendo várias partes e recentemente quis fazer usucapião⁵⁴ do campo de futebol. A moradora “de fora” disse que ninguém na comunidade se manifestou por serem todos parentes, preferiram não se opor, pois era uma pessoa da família mais antiga do local que estava reivindicando isso. Só ela se opôs e o usucapião não saiu, e assim, segundo esta moradora, a comunidade não perdeu sua única área de lazer. Só que ninguém deu valor a sua atitude e por isso ela prefere viver a parte da comunidade pra não se chatear ainda mais. *“Eles não me reconhecem, eles acham que a gente é um intruso”*. Mas talvez os outros moradores não tenham se manifestado justamente por saberem que mesmo a área sendo de uso comum, originalmente ela era daquele antigo morador e ele tinha talvez o direito de pegá-la para fazer outro uso da terra.

Segundo esta mesma moradora “de fora” a Mitra Diocesana vende a terra para qualquer posseiro que queira se regularizar, dando um recibo de compra, mas nesse momento a terra ainda não fica desmembrada. Só depois que se conseguir o foro, pode-se registrar o terreno no cartório de registro de imóveis. O foro é conseguido depois de pagar uma taxa de ocupação marinha, onde parte da titularidade continua sendo da união.

Um evento de compra de terreno dos nativos foi narrado com ricos detalhes por esta moradora (de fora, 43 anos, representante da localidade em outras instâncias) Observa-se que o discurso é carregado de valores da cidade grande e pré-concepções:

“Se a gente não tivesse comprado ia virar um cortiço isso aqui, iam dividindo, dividindo... A pessoa tinha 7 ou 9 filhos e devia um monte no botequinho. Ele não sabia nem o que cobrar (pelo terreno). Oferecemos pra ele quatro vezes o que ele devia no botequinho. Abrimos uma conta pra ele no Bamerindus e demos o dinheiro. Fomos no tabelionato e fizemos um documento de transferência de posse. Depois, conversando com ele, dissemos que queríamos comprar outra parte, fizemos outro documento. Depois o vizinho, compramos dele

⁵⁴ Direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem, em decorrência do uso deste bem por um determinado tempo. Decorre da posse continuada e da sua função social que permite a aquisição originária do domínio (Namur, 2008).

mais um pedaço, depois outro disse que tinha divisa comigo, chamou-nos na delegacia, como se nós tivéssemos nos apossado do que era dele. Fizemos um documento da delegacia e quatro cheques nominais. Era o olho deles, ninguém tinha nada de documento. Ninguém sabia onde começava o seu terreno... só que depois de comprar a gente foi fechando. Por último compramos um pedaço para podermos transitar a noite sem topar com os bêbados do boteco, abrimos a estradinha e fomos multados, foi absolvido criminalmente, mas a multa tivemos que pagar. Então tem horas que desanima. Eu vivo enclausurada, não vou em casa de vizinho nenhum, não vivo a comunidade, não vou no bar... quando tem reunião da Associação eu vou”...

Imaginar o que foi pago por estas terras e ainda ser um discurso salvacionista, corresponde a uma forma de expropriação silenciosa dessa população. É como se eles tivessem direito a ser quem são, direito a diversidade, mas como pobres que precisam da caridade alheia.

Alguns outros conflitos se estabeleceram entre os nativos e os “de fora” em momentos de adaptação e conquista do espaço por esses últimos. Algumas consequências e impressões se enraizaram e são difíceis hoje de serem modificadas. A narrativa a seguir retrata o encontro de diferentes racionalidades:

“No começo a gente tinha muita amizade (com o pessoal do local), mas era uma amizade de uma caixa de cerveja por dia. Então existe aquela cultura de que o caçara é preguiçoso, só vai lá trabalhar empurrado; e aí se ele tem um benefício, alguém que goste deles, eles te sugam. Se você quer aprender a pescar, você vai ter que gastar bastante, no sentido de que... meu marido aprender a andar dentro dessa baía ele gastou muito, porque eles sugam pela amizade, faz de conta que tem uma amizade. Pra você aprender, você se tornou refém deles. Outra coisa... nós plantamos muito aqui, aí quando chegava no começo da manhã, começava a vir vizinho, ah como tinha muito, ‘ah, vê uma alface’, ‘veja um cheiro-verde’... e eu não tinha tempo de fazer almoço porque tinha que ficar indo lá buscar. Aí eu não tinha mais paciência. Um dia meu marido comprou um monte de semente. Aí a pessoa vinha e ‘ah, pode levar, mas leva aqui um pouquinho de semente também pra você plantar’,... nunca mais voltaram ... entenderam o recado! Nós nos afastamos porque você começa a se sentir bobo né. Eles foram percebendo que eles tinham passado dos limites...” (mesma moradora “de fora” citada anteriormente)

No Porto Passagem, antigamente, todo terreno até o Cabaraquara era posse da família Feliciano. Conta moradora (38 anos, nativa) que o iate fez um acordo com a SPU (Secretaria do Patrimônio da União)⁵⁵, cercou e está cuidando de todo o terreno.

⁵⁵ Secretaria que integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com suas superintendências regionais. Segundo o Decreto nº 7063 de 2010 do governo federal, compete a esta secretaria: I) administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação; II) adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União; III) lavrar, com força de escritura

Na época nem chegaram a falar com seu pai sobre isso, mas ele também naquele momento não se interessou em saber o que estava acontecendo. E assim permaneceu. As terras que a princípio seriam posse deles, hoje pertencem a um clube (iate). Observa-se aqui uma forma silenciosa de expropriação da população nativa por uma organização que conhece as regras do Estado, faz um acordo com este e ainda resta o discurso do “desinteresse” como forma de justificar a ingerência externa.

5.6.4 Diversidade de atividades

A atividade que mais se destaca para o consumo interno da UF é a pesca e depois a farinha (Figuras 48 e 49). Aproximadamente 36% das UF fazem a farinha “pro gasto”. Isso se torna interessante sobre o ponto de vista das relações sociais que são resignificadas. Antigamente no Cabaraquara havia 12 casas de farinha que funcionavam ativamente, hoje restou apenas uma em plena atividade semanalmente. Sobrando apenas uma, algo diferente está acontecendo. São duas UF que comercializam a farinha produzida no próprio Cabaraquara e acabam auto consumindo também, aquela que é dona da casa de farinha e outra que possui relação de parentesco muito próxima com a anterior e acaba comercializando parte de farinha produzida pela primeira, já que permanece com uma boa freguesia da época que produzia também. Já as outras UF que produzem a farinha “pro gasto”, fazem-na em farinheiras de irmãos e cumpadres do sítio Parati. Ajudam só no feitio da farinha e acabam ganhando uma parte da produção que é só para consumo interno da UF mesmo ou colaboram desde a plantação da rama em si. O que parece que aconteceu com Cabaraquara foi uma hibridização muito mais forte com a cidade do que as outras localidades (sítios) até aqui descritas. Várias pessoas migraram do Parati para o Cabaraquara por questões de maior facilidade e acesso a serviços, casamentos e restrições ambientais, adquiriram terrenos bem menores do que possuíam no Cabaraquara, mas continuaram suprimindo suas necessidades de farinha em acordo com os familiares e cumpadres moradores do Parati que ainda possuem suas casas de farinha e suas pequenas roças. Ao mesmo tempo em que o nativo

pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes; IV) promover o controle, fiscalização e manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público; V) proceder a incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União; VI) formular, propor, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União, bem como os instrumentos necessários à sua implementação; e VII) integrar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

decide migrar, ele também decide que não quer perder totalmente o vínculo com o sítio e com as relações sociais já estabelecidas.

Sobre a pesca, que é a atividade que mais ocorre por unidades familiares para subsistência, como ainda é uma importante atividade que gera renda, o discurso certa vez proferido por uma liderança da pesca na região, traz a impressão que a pesca está sendo invisibilizada, não se está dando o devido valor ou se desconhece a posição de importância que ela ocupa nas UF ao redor da baía de Guaratuba. Disse essa liderança local que Cabaraquara era mais cultivo de ostra, bem poucas pessoas praticavam a pesca ali. E na verdade o que ocorre é quase o contrário. O cultivo de ostras, assim como outras atividades (garçom/garçonete, marinheiro e pesca esportiva) que contribuem para a geração de renda nas UF são ali praticadas por aproximadamente 21% das UF, ao contrário da pesca que cerca de 30% das UF praticam-na para a comercialização e 71% para o gasto. Outras atividades também se destacam para geração de renda: a aposentadoria e o caranguejo pegado.

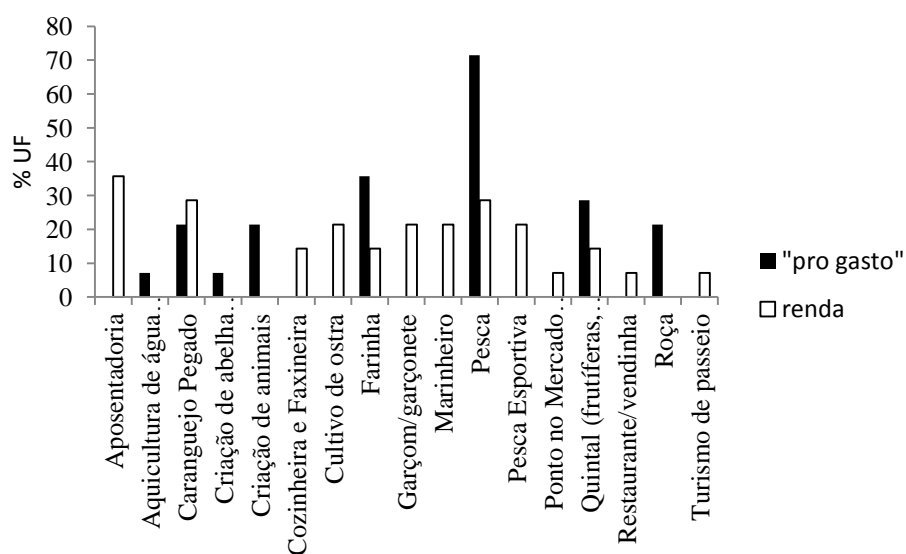


Figura 48. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Cabaraquara/Porto Passagem de acordo com as atividades que praticam.



Figura 49. Rancho com canoas e bateras no Cabaraquara, expressando a pesca como importante atividade local.

5.7 Parati, Fincão e Rio das Ostras

5.7.1 Estrutura e Organização

São 38 casas no sítio, segundo o atual presidente da associação de moradores e amigos do Parati, mas em campo apenas 11 delas estavam com moradores fixos, a maioria nativos do próprio Parati, se não, famílias “de fora” (três) que vieram do norte do Paraná. O Parati tem algo particular, alguns terrenos (dois) são de nativos que moram em outras localidades, como Cabaraquara, Prainha, mas que possuem “sítios” ali que utilizam final de semana para lazer, mas principalmente para não perder o vínculo com o lugar, reforçar suas relações de parentesco e praticar atividades como a pesca, a roça, a extração do caranguejo. Outros terrenos continuam sendo de alguns nativos, mas sem ninguém residindo lá atualmente (aproximadamente cinco) e há ainda situações de pessoas “de fora” (em torno de sete) que têm o terreno apenas para lazer. Já um cadastro territorial do ITCF⁵⁶ feito em 1988 acusou 22 ocupantes (residências) na localidade no total (Parati e Fincão) e onze áreas de roça em comum. É certo que de lá pra cá, parece que aumentaram o número de residências, mas das pessoas de fora (provavelmente os nativos dividiram seus terrenos e venderam para estas pessoas), pois em relação aos nativos, ocorreu um esvaziamento do local (Figura 50).

⁵⁶ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.



Figura 50. Localidade do Parati com igreja e escola ao fundo desativadas atualmente.

A Associação de Moradores e Amigos do Parati já teve dois presidentes (mulheres “de fora” que possuem terreno no local, mas não são moradoras) e atualmente um morador nativo (53 anos) está na função já há quatro anos. Mas parece que a maior participação nas reuniões fica por conta do pessoal “de fora”, que mora em Matinhos e bem pouco os próprios moradores. A própria diretoria da associação na sua maioria é composta por pessoas de Matinhos.

O Parati possui representação tanto no Conselho Gestor da APA de Guaratuba como no Conselho Gestor do PARNA Saint-Hilaire/Lange. No primeiro, a representante é uma pessoa “de fora”, que mora em Matinhos, professora e possui dois terrenos no Parati, um inclusive onde fica o salto Parati, área de lazer dos nativos, como ponto turístico de quem vai visitar o local (Figura 51). No outro conselho, o representante é o próprio presidente da associação, nativo do Parati. Moradores reclamam da participação do representante do sítio no CG da APA de Guaratuba, pois não têm o retorno desta pessoa sobre as reuniões e o que acontece no CG desta UC. Mas como na própria localidade não há alguém que se comprometa a ir às reuniões, acabou ficando esta pessoa de Matinhos mesmo como conselheira.

O atual presidente da associação, pela segunda vez está sendo o conselheiro do Parati no CG do PARNA SHL, conforme a escolha dos atuais representantes em reunião no sítio com moradores, simpatizantes e o ICMBio em maio de 2012, onde 17 pessoas participaram. Foi colocado pelo gestor da UC PARNA SHL na reunião de maio de 2012 do CG desta UC, onde foram empossados todos os novos conselheiros do poder

público e sociedade civil, que o Parati é o exemplo mais típico no conselho de comunidade que participa e reivindica seus direitos em relação a questão da estrada, questão fundiária, do porto, da escola. Mas em outra situação, no Conselho Gestor da APA de Guaratuba, é uma pessoa “de fora” que os representa, além se ser uma comunidade esvaziada dos nativos. Por que então seria um exemplo de comunidade participativa?

A escola do Parati não está funcionando, e até mesmo esse foi um dos motivos que fez com que algumas famílias migrassem para outros lugares. As seis crianças de UF que permaneceram ainda não estão em fase de iniciar o ensino fundamental, mas logo estarão e esta é a grande dúvida dessas UF, de permanecer ou não no local, caso a escola ali não voltar a funcionar. Conversando com uma moradora da Prainha, mas que ainda tem sítio no Parati e é nativa de lá, os pais ainda moram no local, ela disse que voltaria a morar no Parati, que quer voltar, mas se a escola voltasse a funcionar.

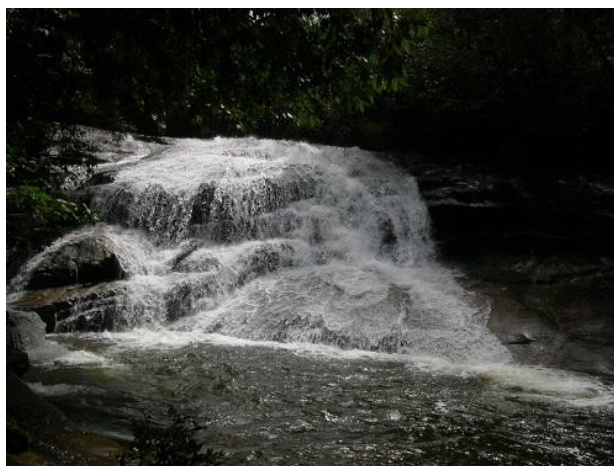


Figura 51. Salto Parati no sítio Parati, baía de Guaratuba, Pr.

No Fincão, localidade bem próxima ao Parati, inclusive há uma trilha antiga e pouco utilizada que liga esses lugares, há apenas um morador, nativo dali mesmo e outro terreno ao lado que foi vendido para uma pessoa de Curitiba há quase vinte anos atrás, tendo os antigos donos migrado para o Cabaraquara. O atual dono frequenta o lugar uma vez por mês para a prática da pesca esportiva.

Depois do Fincão vem um lugar chamado Caçada e logo após Areinha (Figura 52), estes últimos são locais a beira do Rio das Ostras. Na Caçada não mora mais ninguém, só há cerca de três terrenos, ainda com criação de animais e roça, utilizados final de semana por nativos dali, mas que agora moram em Guaratuba. Na Areinha ou “Ariinha” como diz o nativo, mora apenas uma UF, nativa do Rio Alegre e rio dos

Meros, mas já estabelecida ali há 50 anos. A continuação do caminho entre Parati e Fincão também vai até a Areinha, mas este último trecho está abandonado, foi roçado até a época que a escola do Parati ainda funcionava, depois não mais.



Figura 52. Localidade de Areinha no Rio das Ostras, baía de Guaratuba.

Após a Areinha, vem a localidade Quilombo e André Gomes. Parece que no Quilombo há apenas um nativo que ainda mora lá e mais de dez casas de pessoas e/ou moradores “de fora”, do bairro Piçarras de Guaratuba, que compraram os terrenos de nativo da região. Em André Gomes também ocorre esta situação, mas não foram informadas quantas residências ocorrem lá. A informação dada foi que no Quilombo só há caçador e palmiteiro. Apesar de não constatado na prática, diante deste possível cenário, não se priorizou a ida pela pesquisadora a esses locais.

Parati, Fincão, Rio das Ostras estão próximos e aqui são descritos conjuntamente não por acaso. Há uma percepção do espaço (utilizado) pelos moradores dessas localidades e do Cabaraquara onde a referência é “*as cruz*”, um ponto na baía de Guaratuba que direciona para quatro lugares: Parati, Fincão, Cabaraquara e o iate, indicando que estes lugares são a referência para o uso do espaço desses nativos e porque não dizer, do seu território. Utilização esta para a moradia definitiva e temporária, para a pesca, para o trânsito de embarcações, para o espaço de extração do manguezal, manutenção das suas relações sociais, de parentesco, de compadrio, de comercialização, de troca. Conversando com um nativo, complementou essa percepção do espaço, falando que para eles (moradores, nativos) é difícil entenderem os mapas que são mostrados em outras instâncias, como em conversas com IBAMA, ICMBio, IAP, pois na foto aérea, ou de satélite, os rios ficam todos cortados. Ou seja, a escala da imagem que é apresentada, mostrando toda a baía ou uma parte dela junto a área do

PARNA SHL, não dá todos os detalhes daquele local específico, “*as cruz*”, não sendo a mesma escala que é vivenciada no dia a dia pelos nativos daquela região. “*Como é que eu vou explicar pra um caboclo sobre o mapa se da forma como eles conhecem, com todas as entradas, nomes, não tão no mapa? Tem só o Rio Parati que só vai até um pedaço...*”, aqui o nativo está fazendo referência ao rio que quando fica mais estreito, com as suas voltas, meandros, aí já não aparece mais no mapa e é justamente aí que o mapa passa a não fazer sentido para eles, pois não contempla o que é vivenciado por eles diariamente.

Essa é uma forma de gestão local do espaço (aquilo que é utilizado, percebido, cuidado) que não é incorporada na gestão regional institucionalizada, a percepção dos próprios nativos sobre sua geografia, seu espaço, seu território, os nomes locais e a importância disso, para que eles compreendam o local deles e se compreendam quando em outras instâncias. Pode-se imaginar o quão humilhante é para um nativo a desconsideração sistemática do seu saber e ter o tempo todo que enfrentar ilustres doutores da academia, todos muito bem esclarecidos e respaldados pela linguagem universal da ciência e do discurso padrão racional da democracia? Além de enfrentar o seu status social mais baixo, a sua desvalorização social ou a sua valorização como um estereótipo: o ser “tradicional”, perdido no tempo.

5.7.2 Memórias do passado

Uma das famílias que hoje tem mais descendentes no Parati é a família “Freitas”. Eram 13 irmãos, as mulheres migraram, os homens permaneceram, alguns já faleceram. Cada um ficou com um direito de posse que o pai havia dado. O pai, com antecedência alemã, e a mãe, com antecedência ilhéu do nordeste do Brasil, se conheceram ali e compraram 120 alqueires de terra por 20.000 réis na época, ou seja, até em torno da década de 40 do século passado. Uma das irmãs migrou para trabalhar e pagar o terreno para os pais, acabou casando e ficou no Rio de Janeiro. Na época falou que não queria nada do Parati, que os pais ficassem com tudo e que seus irmãos morassem lá até o fim da vida deles. Não foi feito nenhum documento do pai doando terreno para os filhos, e agora recentemente quando foram fazer o pedido de direito de posse, houve muita confusão, porque alguns dos filhos ainda estavam lá e outros não. Conversando com um dos nativos de 53 anos, foi nostálgico ele lembrar de como aquele lugar era movimentado até os seus 18 anos, ou seja, em torno de 35 anos atrás. Tinha muita gente, festa, igreja, salão de baile. Tudo foi se acabando segundo ele, os

antigos iam saindo, deixavam os filhos, alguns morriam e os que ficavam não tinham o interesse de manter tudo aquilo.

Faziam roça de arroz e o pixirão de batida de arroz. O último pixirão de batida de arroz que se tem notícia foi há cerca de 45 anos atrás. Todos do sítio vinham e faziam uma “batição” de arroz até às dez horas da noite. A partir desse horário vinham as mulheres e até de madrugada fazia a noite dançante, sexta, sábado e domingo. Era o fandango batido, dançado. Eram batidos 50, 60 sacas de arroz em uma noite. Amontoava-se bem alto o arroz no meio da casa, com cacho ainda e era batido tudo com sapato, andando ao redor. Iam pisando no arroz, em fila. Cada rodada batia-se de cinco a seis sacos de arroz. Depois saía uma rodada de quentão, licor e assim continuavam até o horário das mulheres chegarem para dançar. Fazia-se a última rodada batendo arroz já com as mulheres e então chegava o violeiro, o gaiteiro, todos do lugar. *“Pegava um nó de bambu, um gomo, cheio de risco e do próprio bambu era tirado uma tala e fazia uma espécie de uma cuia....aquilo sim era um acompanhamento dos bons!”* Tinha rabeca e violino que eram feitos por lá mesmo. *“Tinha o catuto, igual a melancia que é plantada, e aí partiam ele...pegava uma madeira e amarrava o catuto cortado, passava uma corda de nylon por cima daquele catuto”.*

Que isso tudo ia acabar e outros tempos viriam já tinha sido até profetizado por um antigo morador já falecido, ele falava que viria um tempo que iriam tomar as terras do povo, que ninguém mais poderia queimar uma roça, cortar uma madeira, não se viveria mais sossegado. E hoje um morador atual fala que tudo está se cumprindo: não se pode fazer uma roça que se é multado ou vai preso porque está se destruindo a natureza. *“Mas o que Deus deixou pra pessoa viver manual, com certeza foi pra pessoa viver daquilo. Você corta uma madeira hoje, dali já nascem duas, três. Se você cortar com a motosserra aquela madeira já não brota. Se você corta com machado, todas elas brotam. Uma madeira cortada com o maquinário, ele tem um óleo e aquele óleo não deixa ativar a casca da madeira pra rebrotação.”*

5.7.3 Terra, Patrimônio, Uso comum, Conflitos, Acordos

Há conflitos no Parati em relação a terras que foram vendidas por nativos para pessoas “de fora”. A área próxima do salto Parati era de uma das famílias mais antigas dali, “Quintino”. Há cerca de 25 anos atrás eles saíram do Parati em direção ao Cabaraquara. Venderam as terras para uma pessoa de Matinhos, que revendeu posteriormente para o dono atual. Quando a família “Quintino” saiu de lá, explicou para

o então dono das terras que tinha caminho de porto que passava naquele terreno, tinha campo de futebol e um caminho que o pessoal passava para seguir em frente no sítio, ir até o salto. Era tudo liberado para as outras pessoas, mesmo ficando dentro dos terrenos, podia cercar em volta, mas era preciso deixar o caminho livre para não ter impedimento de passagem. Mas depois que o último dono comprou já foi colocando cerca em tudo, inclusive na entrada do salto Parati, local de lazer tradicionalmente utilizado pelos nativos. Até recentemente, este queria cobrar a entrada de qualquer pessoa que entrasse na propriedade, inclusive dos nativos. Mas diz um nativo do local que na época que esse terreno foi vendido eram 10 alqueires de terra que não chegavam a atingir o salto. Diz ele que o pessoal compra uma coisa e acaba marcando um pouco a mais do que realmente comprou. Antigamente se marcava os limites do terreno através de um acordo com o “confrontante”, uma linha imaginária, um bambuzal, uma pedra, para não ter perigo de um invadir o terreno do outro, mas não tinha cerca. *“E também não existiam conflitos por causa da terra. Tinha um respeito o pessoal antigo. Hoje em dia não tem tanto”*.

Conta outro morador do Parati que antigamente *“a confirmação de um respeito”*, ou seja, a garantia de um acordo ser cumprido entre duas ou mais pessoas era marcado por um fio de bigode arrancado na hora numa mesa entre quatro, cinco homens. *“Hoje não existe isso, é na caneta... você vai fazer um contrato, um recibo de qualquer coisa é na caneta. Um fio de bigode arrancado era o respeito antigamente”*.

Os conflitos em relação a terra tornam-se bastante presentes sobre as questões relacionadas a implementação do PARNA SHL, o que mais incomoda os nativos é o fato de não poderem mais fazer a roça como faziam antigamente. Contam que antes mesmo da criação do Parque houve uma tentativa do Estado, através do ITC, de regularizar as suas posses. Houve uma medição dos terrenos no começo da década de 90 para dar a cada posseiro seu pedaço de terra. Havia mais moradores nativos naquela época e foi feito um mapa com o nome dos donos inclusive com as áreas de roça marcadas nesse mapa⁵⁷. Depois daquela época cada um passou a trabalhar (fazer a roça) na sua área demarcada. *“Por exemplo, minha mandioca que estava no seu terreno, eu ia esperar o tempo de colher e pronto e aí passava a trabalhar só naquela área que realmente pertencia a pessoa. Passava a respeitar as divisas. Não prejudicou a roça porque o terreno era grande e a roça que a gente fazia lá nunca era roça muito*

⁵⁷ Teve-se acesso ao mapa pela pesquisadora junto ao ITCG.

grande”. O técnico do ITC na época dizia que o máximo era 10 alqueires que cada posseiro podia ter. *“Mas o governo só picotiu e não deu o título”*. Esta tentativa de regularização fundiária coincidiu com o plano ambientalista de criação de uma UC naquela região e por isso todo o processo ficou suspenso desde então. Boa parte da área medida para regularização dos posseiros foi abrangida pelo perímetro do PARNA SHL.

Um senhor nativo disse que quando iam fazer roça antes das áreas estarem demarcadas não acontecia nenhum conflito porque eram todos conhecidos: *“...já vem lá de baixo, como posso dizer, vem lá do umbigo”*. Ia fazer uma roça, todos os vizinhos ajudavam, mas segundo ele se tivesse como plantar ainda, com certeza existiria mutirão. Mas ele diz que o mutirão acabou antes mesmo das restrições vindas com o PARNA SHL: *“meio ambiente já dizia que não podia fazer roça grossa...”*, referindo-se às instituições que já estavam presentes na região antes mesmo do Parque: o IAP com a criação e implementação da APA de Guaratuba, a Força Verde, o IBAMA.

Outras relações conflituosas, brigas entre irmãos foram relatadas, segundo morador porque um sempre quer saber o que todos os outros estão fazendo no local. Então, apesar das situações de união e troca que são relatadas, situações não tão pacíficas assim também ocorrem não só com agentes externos, mas entre os próprios nativos.

5.7.4 Diversidade de atividades

Várias atividades “pro gasto” no Parati, Fincão e Areinha se destacam: a roça/farinha, a pesca, o caranguejo pegado e o quintal com frutíferas e horta. Já as atividades que geram renda as que mais ocorrem por unidades familiares são: caranguejo pegado, pesca, caseiro, marisco e ostra (Figura 53).

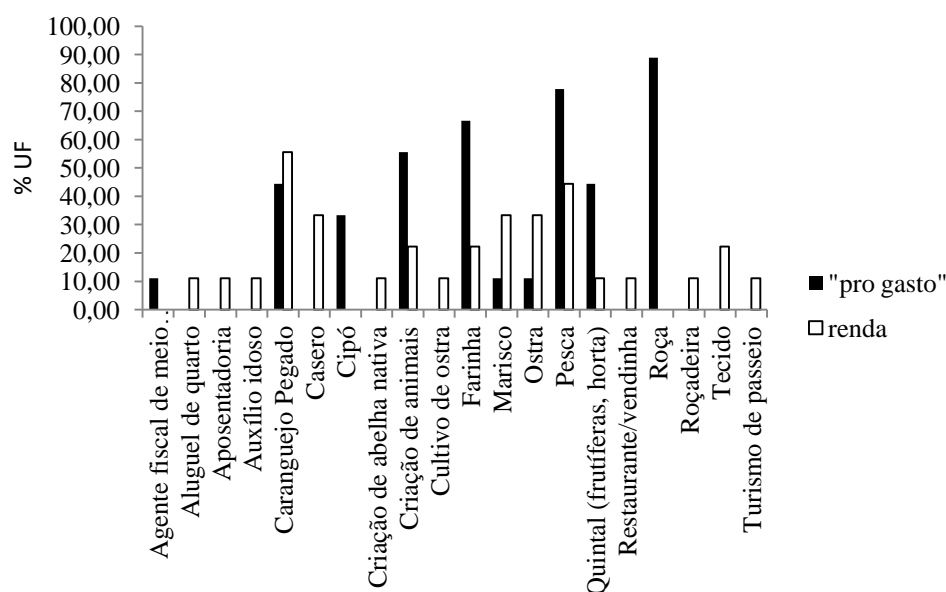


Figura 53. Distribuição da percentagem das Unidades Familiares entrevistadas no Parati, Fincão e Areinha de acordo com as atividades praticadas.

Relações de compra e venda de produtos entre os próprios moradores do Parati são marcantes, isso porque existe uma vendinha e restaurante no local e outra unidade familiar que possui uma banca de venda de produtos no mercado municipal de Guaratuba, que acabam articulando isso. A unidade familiar que possui uma barraquinha no mercado municipal em Guaratuba onde comercializa seus produtos todo sábado, também acaba em alguns momentos comprando produtos de outros nativos, como o peixe fresco ou defumado, para revender lá. Assim, conseguem dinheiro para pagar as suas contas ou às vezes só para comprar o “rancho”, que é feito por semana e não mensal, pois tudo depende do que conseguem vender no mercado municipal todo sábado. Com R\$ 80,00, R\$ 90,00 de compras conseguem passar bem a semana.

Na relação dos moradores com os turistas que saem do Iate Clube Caiobá, de Guaratuba, há um certo distanciamento. Estes vão de barco e levam tudo que precisam já no barco, inclusive o jetsky. Deixam o barco até onde conseguem entrar pelo rio Parati e depois pegam o jetsky e terminam de subir o rio até chegar à cachoeira. Outra categoria de turistas, os que interagem com as pessoas do local, que vão à vendinha, ao restaurante e compartilham do que os moradores têm a oferecer são famílias da região de Matinhos, de Caieiras, do Porto Passagem.

5.8 O Nativo

Os nativos residentes da baía de Guaratuba são definidos por outros autores como uma população caiçara⁵⁸ (Diegues, 1988; Sonda, 2002; Balzon, 2000; Ferreira, 2009), entendida como populações litorâneas que apresentam ligações com a terra por meio de lavoura de subsistência, pesca e extrativismo, relação de parentesco e ajuda mútua (Diegues, 1983). Segundo Adams (2000), o termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani “caá-içara” (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (Fundação SOS Mata Atlântica, 1992). Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988).

Mussolini (1980), estudando populações rurais do litoral do Brasil, especialmente do litoral de São Paulo no início da década de 50, as definiu como um tipo de vida fechada, com poucos contatos com o mundo de fora, resultando um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando uma intimidade entre o homem e seu habitat. Exímio conhecedor das plantas, seus usos, dos animais, dos fenômenos naturais ligados a terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto. Sobre a pesca, destacou sua forma de organização de trabalho que transcendia os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária. Ao redor da rede se estabelecia uma série de interações entre os moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, constituindo realmente um grupo local. Já na roça, a família se bastava com colaboração de um compadre ou amigo através do “ajutório” ou “troca dia”.

Marcilio (1986), estudando a população do município de Ubatuba na década de 70, no litoral norte paulista, definiu o caiçara como um camponês-pescador-pobre em vias de extinção pela perda de suas terras, mas de uma relação de respeito e equilíbrio com a natureza e de uma economia que atendia primeiramente as necessidades do grupo

⁵⁸ A população local não se autodenomina ou se autoidentifica como caiçara, mas sim principalmente como nativa. A autora deste trabalho sabe de toda a discussão que isso gera em torno de “identidade”, mas achou-se melhor não fazer esta discussão neste trabalho, pois só esse aspecto já daria uma tese. Mesmo assim, ao longo deste texto preferiu utilizar o termo “nativo” já que são assim chamados por eles próprios de forma geral.

doméstico. A família era a unidade básica e vital da existência: grupo de reprodução, de trabalho e de produção e consumo, tudo ao mesmo tempo. Estavam dispersos, quase sempre isolados uns dos outros, acabavam por se tornar quase uma autarquia, autossuficientes e independentes. A terra era um meio de vida, de trabalho e não um capital que devesse ser rentabilizado e por isso o pouco apego à terra pelo caiçara. A terra só tinha realmente valor enquanto estava produzindo alimentos para o camponês. Marcílio destaca ainda que o mar foi o grande meio de comunicação do caiçara e provedor de meios de subsistência, mas sozinho ele não teria permitido a existência da vila de Ubatuba. Foi na exploração da terra que o caiçara teve sua grande fonte de alimentos e recursos, bem como as origens de conflitos e tensões entre seus moradores. A partir da década de 70, deu-se então a destruição da economia caiçara e da expulsão dos posseiros tradicionais (roceiros-pescadores) pelos especuladores da capital paulista e das transnacionais do turismo.

No Paraná, na região de Guaraqueçaba, trabalhos de Cunha e Rougeulle (1989) e Rougeulle (1989) destacaram que no passado a roça e a pesca eram atividades desenvolvidas de forma conjugada, garantindo a sobrevivência das populações locais caiçaras. Com o tempo, assim como observado no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro por outros autores (Mussolini 1980), as gerações mais recentes deixaram de lado atividades tradicionais como a agricultura, caça e artesanato para se dedicar quase que exclusivamente à pesca. Trabalhos mais recentes, segundo Adams (2000), referem-se ao caiçara como pescador, que depende de sua roça apenas de forma acessória e possui todo um universo voltado para o mar, além de um domínio eficiente das técnicas de pesca e de manejo do ecossistema marítimo. Essa interpretação em parte continua sendo atual como observado nos trabalhos de Cunha (2003, 2009), Cunha *et al.* (2004), Ramires *et al.* (2007). Já o trabalho de Ferreira (2009) na região da baía de Guaratuba traz a discussão deste nativo também como agricultor/lavrador, dentre outras atividades praticadas.

De acordo com Adams (2000), as populações caiçaras eram constituídas, no passado, primordialmente por lavradores-pescadores, com raras exceções em comunidades dependentes essencialmente da pesca. Após a introdução do cerco e do barco a motor, em meados do século XX, essas comunidades passaram a dedicar uma parte cada vez maior de seu tempo às atividades da pesca, em detrimento da lavoura. Nem todos os lavradores-pescadores, porém, adaptaram-se bem às mudanças introduzidas pelo barco a motor. Em algumas vilas do litoral paranaense, constatou-se

que recém-pescadores, de família agricultora, não se integraram completamente ao mundo marítimo (Rougeulle, 1989). A disponibilidade de um grande número de recursos naturais, graças às características naturais da região, parece ter possibilitado ao caiçara-lavrador permanecer nesta condição sem precisar se transformar em pescador artesanal para garantir sua sobrevivência (Sales & Moreira, 1994).

Segundo os resultados obtidos neste estudo na baía de Guaratuba, cerca de 70% das unidades familiares praticam a pesca “pro gasto” e de 45% para geração de renda. A farinha é produzida respectivamente em cerca de 46% e 24% dessas UF. Ou seja, hoje em dia a pesca é muito mais presente na vida do nativo do que a lavoura, mas os relatos apontam para o fato de que no passado o feitiço da roça era muito mais intenso, mas ele sempre esteve acompanhado da pesca, como atividades complementares. E assim continua atualmente, mesmo com outras proporções. Conflitos de ordem fundiária com empresas madeireiras, pessoas “de fora” e com o próprio Estado por questões de normatização ambiental fizeram com que o nativo diminuísse seu esforço familiar na direção da implantação de áreas cultivadas. Mas isso não quer dizer que o nativo tenha desistido totalmente desta atividade ou que ela não seja mais importante pra sua reprodução social, ou ainda que esse nativo da baía de Guaratuba esteja passando por uma desorganização e desintegração social total da população. Segundo Adams (2000) é preferível considerar que esteja havendo uma reorganização social dentro de mais um dos vários ciclos econômicos e sociais vividos por estas populações. Mas isso não quer dizer que se deve assistir imóvel a essa passagem dessa população. Até quando conseguirão ser resilientes?

Na baía de Guaratuba o nativo precisou se adaptar aos novos cenários que foram sendo impostos em seu meio e dessa forma rearranjou e resignificou suas principais atividades de subsistência e econômicas. Não deixou de ser uma população tradicional, “caiçara”, já que essa categorização atualmente tem feito construir direitos, tem sido mobilizada como ferramenta política, mas as mudanças que passou o nativo ao longo do tempo e da modernidade tornou-o uma categoria híbrida, complexa.

Muitas das ditas "populações tradicionais" são, numa análise mais abrangente e teoricamente melhor embasada, populações camponesas, segundo Silva (2004). De acordo com essa autora, o caiçara é um camponês, pois se trata de um agricultor e/ou pescador cujo modo de produzir, visa em primeiro lugar o provimento da unidade familiar, utilizando totalmente ou parcialmente o trabalho desta unidade, e cujo

excedente da produção é comercializado, para a obtenção dos bens ou serviços que não possa produzir ou realizar e para manter ou ainda aumentar seus meios de produção.

Nesta pesquisa na baía de Guaratuba, várias atividades são essencialmente pra comercialização e geração de renda e não excedente de produção, mas isso não deslegitima o nativo, é por meio destas relações com o mercado que se consegue também manter as atividades tradicionais. O nativo tem roça de mandioca apenas para produzir farinha e desloca a atividade dele para o mar, para o extrativismo, complexificando toda esta relação. É como se esse deslocamento para o mar fosse uma resposta de maior plasticidade à expropriação (como se o mar fosse ainda uma fronteira aberta) que é uma reação diferente do camponês, que não tem outro recurso, ele vai ter que sair da terra ou lutar por ela. Então não dá para dizer que essas populações são simples e puramente camponesas, a relação com o mar é forte, é um espaço que não é facilmente delimitado como é a terra e não é facilmente expropriado, mesmo assim já há indícios de processos de delimitação e de expropriação, como no caso dos cultivos de ostras, dos impedimentos de pegar caranguejo ou pescar próximo dali, de como isso retira espaços de uso comum. A teoria do campesinato ajuda a pensar essas populações como sujeitos que possuem uma dinâmica própria, uma lógica de produção diferenciada (a diversidade de atividades produtivas, o trabalho familiar), mas eles não são camponeses puros, o extrativismo tem uma lógica diferente da agricultura. Assim como também não são simplesmente “povos do mar” ou “comunidades pesqueiras”. Estas populações vistas apenas como um pescador tradicional em estreita “harmonia” com a natureza, poderia condená-las a portar uma cultura estática, ahistórica e enfraquecida politicamente (Adams, 2002). Eles são nativos, híbridos.

5.9 A unidade familiar e os territórios dos sítios: sobre organização, decisões e hibridismos

Dentro das diversas opções que a UF tem de qual recurso usar e como utilizá-lo, já que aciona uma diversidade de atividades como forma de reprodução econômica e social, diariamente toma decisões acerca disso, baseadas no seu saber local e naquilo que é posto/imposto pela legislação ambiental. Se o nativo olha o tempo, a maré, pensa na época do peixe e vai para roça ao invés de pescar, está decidindo o tempo inteiro o que ele vai fazer, é capaz de escolha, de racionalidade, mesmo precisando (ou quando decide que não precisa) respeitar as normas ambientais que não ajudou a construir, que não ajudou a decidir sobre. Desta forma, o saber local, a diversidade de atividades e os

conflitos (internos, com normatização ambiental, com os “de fora”) são os fatores que atualmente mais influenciam nas “decisões do nativo/UF” acerca da sua gestão dos recursos naturais.

O território do nativo é construído no seu imaginário pela própria localização geográfica, o sítio, e pelo espaço utilizado tradicionalmente por gerações, seja a terra, a água, o mangue e que tem muito a ver com aquilo que garante o sustento, o espaço suficiente para alcançar suas necessidades de subsistência, de geração de renda, de relações sociais. Little (2002) define a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland, sendo qualquer território um produto histórico de processos sociais e políticos. A relação de um grupo social com o seu território se dá através do seu regime de propriedade e de posse, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

A percepção coletiva de território apesar de estar no imaginário dos nativos e na sua simbologia, não necessariamente vai instigar nos indivíduos uma propensão a se organizarem coletivamente formalmente. As associações dos sítios quando existem estão cheias de problemas, conflitos, dificuldades de organização e de manutenção do seu funcionamento, porque a dinâmica de trabalho e de sociabilidade é baseada na unidade familiar. A família é a organização social dos nativos. Há relações de reciprocidade, mutirões “históricos”, guajus atuais, mas desde que haja uma noção de pertencimento do recurso particular a unidade familiar primeiramente, o quinhão de cada um. Por exemplo: Você me ajuda na roça, eu vou te ajudar na sua, mas essa é da minha família e aquela é da sua família. Você vai me ajudar a fazer farinha, na minha casa de farinha, mas o acordo é que uma quantidade da farinha produzida é sua e outra quantidade é minha. Ajuda-me a pegar caranguejo, a pescar, dividimos o que cabe a cada um para o auto-consumo da família ou para venda e geração de renda para a Unidade Familiar.

Há o acordo coletivo pra uso comum da terra para fazer roça, mas a partir do momento que se defini o local específico de uma roça, a dinâmica é por unidade familiar, mesmo que haja relações de reciprocidade entre unidades familiares, parentes, como o guaju. Este acordo coletivo também vale em relação ao espaço da pesca. A princípio as águas da baía são uma mistura de uso comum e livre acesso, qualquer um

pode pescar em qualquer lugar que quiser, mas a partir do momento que já exista uma pessoa pescando em determinado local, ali passa a ser um território temporário daquela pessoa, daquela unidade familiar. Isso também acontece com a extração do caranguejo do manguezal.

Segundo uma pesquisa realizada pelo IPHAN (2012), sobre aspectos da pesca da tainha na ilha do Mel, litoral do Paraná, também a noção de família e a importância a ela atribuída traduzem aspectos da organização social deste grupo de pescadores desta ilha. As famílias permanecem como núcleos importantes de reprodução econômica e social pautadas pelas relações de parentesco.

A percepção de território (ou maritório⁵⁹ ou a junção dos dois) não é algo explícito, ele faz parte de uma rede de interações e de uso do espaço que não chega a excluir quem é de outro sítio ou quem é de fora, mas que gera uma situação de desconforto se esse lugar é ocupado. O interessante é que mesmo que se possa pescar por toda baía de Guaratuba, os sítios possuem alguns espaços de utilização do recurso que são marcantes, mesmo que sobrepostos com outros sítios.

Nesse contexto, a gestão dos bens naturais comuns na UF da baía de Guaratuba é um híbrido entre a “escolha racional” (fazendo constantemente o cálculo do que é mais vantajoso para a família para garantir sua reprodução social) e uma ação coletiva baseada no resultado de um processo de interação de indivíduos ou grupos para uso desses mesmos bens, criando as regras internas necessárias para garantir o respeito aos envolvidos e ao recurso (“common-pool resource”). Essa ação coletiva pode ser entre indivíduos de uma mesma UF ou entre distintas UF, dentro de um mesmo território de sítio ou entre territórios de sítios diferentes, sem romantizar ou idealizar essas populações locais, mas também sem tirar a importância do seu saber local e das suas regras/acordos construídos por gerações (e não instantaneamente em espaços públicos democráticos).

⁵⁹ Termo utilizado por Francisco Thér-Rios (2012), em seminário sobre Antropologia dos Pescadores Artesanais.

CAPÍTULO III - A esfera oficial das decisões e da participação social: a história ainda não acabou!

1. A gestão pública dos bens naturais comuns (história e fundamentos) e a participação social

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, instituiu o direito fundamental ao meio ambiente⁶⁰. O artigo nº 225 estabelece que *“todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...), impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”* (Brasil 1988). Mesmo anteriormente e principalmente após a Constituição foram criadas várias leis que buscam estabelecer as normas de uso dos recursos naturais, bem como seus instrumentos de gestão: Lei 4.771/65 que instituiu o Código Florestal; Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; Lei 7.735/89 criando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Lei 7.797/89 que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente; Lei 9.433/97 que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos; Lei 9.795/99 de instituição da Política Nacional de Educação Ambiental; Lei 9.985/00 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); Lei 11.284/06 sobre a gestão de florestas públicas; Lei 11.516/07 criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade⁶¹; Lei nº 12.651/12 que institui o Novo Código Florestal Brasileiro (Brasil 1965, 1981, 1989, 1997, 1999, 2000, 2006, 2007, 2012)⁶².

De 1965, com a instituição do código florestal até 2012, com a sua reestruturação, apesar de algumas brechas na legislação acerca da inclusão e participação social nas questões ambientais, o Estado, através de seus órgãos responsáveis por estas questões, focou e ainda foca grandemente a gestão pública dos bens naturais comuns (água, florestas, ecossistemas) no modelo “comando e controle”, baseado nos licenciamentos e fiscalizações. Em 2007 quando o governo federal cria uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, com o intuito de executar as ações do SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União, parece ter dado um passo importante de ao

⁶⁰ Os direitos fundamentais vêm dos direitos humanos que é um plano internacional consagrado desde 1948. Toda legislação infra precisa buscar concretizar os direitos fundamentais. O direito fundamental ao meio ambiente também é um direito difuso (não se consegue particularizar quanto de direito ambiental cada um tem) e se desdobra em princípios.

⁶¹ Essa Lei tratou-se de uma divisão da estrutura do IBAMA.

⁶² As normativas ambientais não se restringem aos exemplos citados.

menos questionar o modelo dominante, já que vem com uma outra proposta de atuação, tendo como um de seus alicerces a gestão socioambiental⁶³.

No Brasil, um dos principais instrumentos de planejamento, gestão e conservação dos recursos naturais é a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Conforme esta lei, as Unidades de Conservação da Natureza (UC) são entendidas como sendo “*o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*”. As UC dividem-se dicotomicamente entre aquelas que não podem e as que podem ser usadas diretamente: a) Unidades de Proteção Integral, que têm como objetivo básico preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. São constituídas em cinco categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e; Refúgio da Vida Silvestre. b) Unidades de Uso Sustentável, que têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. São organizadas em sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva da Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e; Reserva Particular do Patrimônio Natural⁶⁴.

⁶³ A missão do Instituto Chico Mendes é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Isso se dá através da gestão de Unidades de Conservação Federais, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais naquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. A gestão socioambiental tem como foco três áreas: a gestão participativa, a gestão de conflitos e a educação ambiental.

⁶⁴ Estação Ecológica (ESEC): tem especificamente como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; Na Estação Ecológica só são permitidas alterações dos ecossistemas no caso de: I) medidas que visem à restauração de ecossistemas modificados; II) manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica; III) coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas; IV) pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento (3%) da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares (1.500ha). Reserva Biológica (REBIO): tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Parque Nacional (PARNA): objetiva basicamente a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Refúgio da Vida Silvestre: tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou

Após uma UC ser criada por Lei ou Decreto, ela precisa ser implementada através da criação de um Conselho Gestor e da elaboração de um Plano de Manejo. A formação do Conselho Gestor de UC é prevista no SNUC. Conforme Decreto nº 4.340/2002 – que regulamenta o SNUC, em seu Artigo 17, as categorias de unidades de conservação poderão ter conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação (designado pelo ICMBio perante concurso público), o qual designará os demais conselheiros indicados pelos atores a serem representados. A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como, pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia, povos indígenas e assentamentos agrícolas. A representação da sociedade civil deve compor, sempre que possível, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica. A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais, ou seja, ao número de vagas disponíveis para uma categoria, corresponde número igual de vagas para outra categoria (Brasil, 2002). Os atores a serem representados são definidos para cada UC, com base no decreto descrito acima,

reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. ; Área de Proteção Ambiental (APA): é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. Floresta Nacional (FLONA): área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Reserva Extrativista (RESEX): é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Reserva de Fauna: é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

conforme mapeamento institucional que é realizado pela própria equipe/chefe da UC ou por consultoria externa (empresas, ONG). Até aqui uma série de decisões são tomadas para se implementar uma UC que parecem óbvias, mas que na verdade podem demonstrar um caráter instrumentalista e universalista que é a formação de um conselho gestor. Ou seja, basta apenas formar um conselho que se reduzem todas as divergências da arena ambiental a uma imparcialidade onde quanto mais um sujeito ajustar seus interesses individuais aos interesses coletivos, melhor será para o próprio sujeito. O que é singular, específico de uma região, de um coletivo, pode ser renunciado em prol de uma “felicidade geral”.

Cada UC deve dispor de um Plano de Manejo que é um documento técnico e político mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Neste documento também constam os Programas de Gestão/Manejo, com suas estratégias, constituindo-se deste modo o foco de atuação do órgão gestor da UC.

Uma das partes mais importantes do plano de manejo é o zoneamento que define setores ou zonas de uma UC com objetivos de manejo e normas específicas em termos de proteção e uso dos recursos naturais e culturais, benefícios e uso humano, usos para visitação e pesquisa, acesso, facilidades e desenvolvimento, manutenção e operações. Esta ferramenta permite proporcionar os meios e as condições para que os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (SNUC, 2000). Mas o que se observa na prática são os inúmeros conflitos com as populações residentes e/ou usuárias dos recursos naturais contidos nessas áreas a serem conservadas.

As zonas são definidas, basicamente, com os seguintes objetivos: 1) Proporcionar proteção para a biodiversidade (habitats, ecossistemas, processos ecológicos, espécies da fauna e da flora); 2) Garantir as áreas de uso das populações tradicionais; 3) Identificar áreas para a visitação; 4) Proteger regiões de interesse histórico-cultural e patrimônio arqueológico; 5) Identificar áreas degradadas para a sua recuperação; 6) Identificar áreas para manejo sustentável dos recursos naturais.

O Plano de Manejo então é o planejamento da gestão de uma UC. Alguns roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo de unidades de conservação foram construídos para direcionar, facilitar, padronizar e controlar este processo, a nível federal e estadual (Tabela 8). Basicamente, o roteiro auxilia na

elaboração de duas etapas do planejamento: o diagnóstico da UC, que consiste em caracterizar a situação atual da unidade de conservação e reunir as informações essenciais com o objetivo de embasar as decisões de gestão; e a identificação de estratégias, onde são elaboradas diretrizes e identificadas estratégias de gestão que possibilitem alcançar a missão e a visão de futuro da UC e os objetivos do Plano de Manejo.

Todos os roteiros partem da premissa de que uma das características do planejamento é que ele seja participativo, ou seja, que envolva a sociedade e incentive o comprometimento dos diversos atores sociais nas etapas deste processo e com a UC. A participação social seria fundamental para a consolidação das UC, para a sua proteção e para o alcance dos seus objetivos de conservação. As oficinas de planejamento participativo (OPP) constituem, segundo estes roteiros, a expressão máxima de um espaço de participação social, uma etapa básica e imprescindível para a elaboração (técnica) do plano de manejo da UC.

Na maioria das vezes, esta participação nos roteiros metodológicos é caracterizada como consulta, onde se leva em consideração a opinião dos atores sociais nas OPP (representantes do governo federal, estadual, municipal, representantes dos setores produtivos, ONG, populações tradicionais, agricultores), mas as decisões finais competem à equipe do planejamento (técnicos do órgão ambiental, chefe da unidade, analistas ambientais que trabalham na UC, consultoria contratada – empresa ou pessoa física) e não aos participantes das oficinas. Dependendo da categoria de manejo da UC em questão e da forma como se conduz a participação, pode ocorrer uma interferência maior da sociedade no resultado final das estratégias de gestão.

Os roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo de Unidades de Conservação federais são construídos e organizados pela instituição responsável pela gestão destas Unidades no Brasil, até pouco tempo o IBAMA, hoje, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) ou no caso de UC estaduais, pelo órgão ambiental estadual (secretaria de meio ambiente) ou por uma parceria entre estes órgãos públicos e outras instituições governamentais ou não-governamentais pertinentes (Tabela 8).

Tabela 8. Principais Roteiros Metodológicos construídos no país, Instituições que os elaboraram e ano de elaboração.

Roteiro	Instituições	Ano
Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental (APA)	IBAMA – Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre Colaboradores externos: ONG ambientalistas, Universidade, Instituições Públicas	2001
Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação ecológica.	IBAMA – DIREC (Diretoria de Ecossistemas)/CGEUC (Coordenação Geral de Unidades de Conservação)/COPUC (Coordenação de Planejamento de Unidades de Conservação). Colaboradores Externos: ONGs ambientalistas e Universidades.	2002
Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais	1ª Edição: IBAMA – Diretoria de Florestas – Coordenação geral de Florestas Nacionais.	2003
	2ª Edição: ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) – Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral/ Coordenação Geral de Unidades de Conservação de Proteção Integral/ Coordenação de Elaboração de Planos de Manejo	2009
Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável.	IBAMA – DISAM (Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental)	2006
Roteiro para elaboração de planos de gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS-AM) - Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais/ Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) Colaboradores externos: ONG ambientalistas	2007
Roteiro Metodológico para elaboração de planos de manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Pará	Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA) - DIAP (Diretoria de Áreas Protegidas)/ GTZ (Cooperação Técnica Alemã)/ Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil)/ Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia)	2009
Roteiro Metodológico para elaboração de planos de manejo: Parques Estaduais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas	Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) / Instituto Estadual do Ambiente (INEA) – Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) / Projeto de Proteção à Mata Atlântica (PPMA – RJ)	2010

Antes, durante ou depois que o plano de manejo é ou não constituído de forma mais ou menos participativa, um dos focos principais de atuação do próprio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é a participação social nos conselhos gestores (espaços públicos) dessas UC. Reforçando isso, recentemente no SIGE (Sistema Integrado de Gestão Estratégica) do ICMBio, uma ferramenta utilizada a partir de 2012 para monitorar os resultados institucionais, um dos indicadores de planejamento e desempenho no macroprocesso “Gestão Socioambiental”⁶⁵ é o número de reuniões de conselho realizadas e o percentual de presença dos conselheiros nessas reuniões. Apesar de ser uma preocupação com a participação democrática dos diversos atores sociais, estes indicadores numéricos indicam a princípio uma preocupação apenas quantitativa e não com a qualidade dessa participação social. Também os principais gargalos para o funcionamento dos conselhos de UC federais, elencados conforme “Diagnóstico dos Conselhos de Unidades de Conservação Federais”, elaborado pelo ICMBio em 2011, com questionários aplicados aos chefes das UC ou outros servidores do ICMBio, mostram ainda um processo não satisfatório, despontando: a “insuficiência de servidores na UC”, a “falta de capacitação da equipe da UC”, “logística complicada e cara”, “falta de interesse dos conselheiros” e “pouca efetividade das decisões”. Outros dados ainda desse diagnóstico vão na mesma direção: 42% das UC possuem conselho contribuindo efetivamente com a gestão da UC, segundo os próprios chefes dessas áreas, mas em 49% dos conselhos das UC há algum problema ou dificuldade de atuação (Tabela 9).

No relatório de gestão do ICMBio em 2010, das 310 unidades de conservação federais até então criadas, 188 possuíam seus conselhos formados (60,6%). Em 2010, foram criados 25 conselhos de UC, número 50% superior à média de criação dos últimos 10 anos (ICMBio/MMA 2010). Já no relatório de gestão de 2011, 71% (220) das UC estavam com seus conselhos gestores instituídos. Foram criados 28 novos conselhos em relação a 2010, número recorde estabelecido de criação no período de um ano (ICMBio/MMA 2011). Atualmente são 312 UC federais criadas. Destas, 233 possuem conselhos já formados (74,7%) e 114 (36,5%) dispõem de planos de manejo (ICMBio, 2012). Esses dados parecem indicar que há uma preocupação em se formar

⁶⁵ O Macroprocesso Gestão Socioambiental tem por objetivo promover a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa no contexto regional, estadual e nacional, baseada na participação social, no diálogo interinstitucional e no desenvolvimento e institucionalização de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade (ICMBio/MMA 2011).

primeiramente o conselho gestor da UC e este depois fazer parte do próprio processo de construção do planejamento da área, o Plano de Manejo. Mas o que se percebe na prática é que por questões de recursos financeiros, de pessoal, logístico, de conflitos de ordem fundiária, não se consegue fazer os Planos de Manejo dentro do prazo dos cinco anos que a lei coloca. A princípio, é menos custoso estabelecer um conselho gestor do que um Plano de Manejo.

Tabela 9. Atuação dos conselhos gestores na gestão das UC federais.

	Categorias de Atuação	% das UC
Contribuição efetiva na gestão	Bastante atuante com contribuições na gestão da Unidade.	33%
	Bastante atuante com contribuições decisivas na gestão da Unidade.	9%
Problemas ou dificuldades de contribuição	Bastante atuantes, mas sem contribuições na gestão da Unidade.	11%
	Pouco atuantes e sem muitas contribuições para a gestão.	15%
	Vem funcionando apenas para informarmos as ações da UC.	6%
	Desativados*	17%

Fonte: ICMBio, 2011.

* Conselhos que não haviam desenvolvido ações desde o início de 2010 até a atualização do diagnóstico feita em maio de 2011.

Os Conselhos Gestores são tomados então pelos órgãos públicos gestores das UC, pelas organizações não governamentais e outros atores sociais como uma instância máxima da gestão participativa na arena ambiental regional e consequentemente da gestão pública dos bens naturais comuns. Parece que a gestão participativa através dos conselhos gestores de UC surge como uma alternativa ao paradigma hegemônico de “comando e controle” (forma de centralizar o poder pelo Estado baseado nas normatizações e fiscalizações) da gestão ambiental pública, bem como ao modelo representativo elitista ou liberal da democracia. Mas exatamente em qual modelo de gestão democrática (governança) se inserem hoje os conselhos gestores das UC no Brasil?

Será que os modelos de gestão democrática existentes são suficientes para abarcar todas as complexidades e diversidades dessa interação sociedade & natureza em relação a gestão dos bens naturais comuns (como colocado no capítulo anterior)? Será que a participação social tão proclamada pelos órgãos públicos gestores de áreas naturais protegidas é suficiente para se garantir a pluralidade cultural e a diversidade de realidades e de instâncias que envolvem a gestão dos bens comuns?

2. Os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação da Natureza e sua inserção na teoria democrática

A discussão da gestão participativa através dos conselhos gestores no Brasil pelo campo ambiental passa por uma discussão teórica baseada na educação ambiental e na educação freiriana libertadora e emancipatória (Quintas, 2000; Loureiro, 2004; Loureiro *et al.*, 2005; Loureiro & Azaziel, 2006; Loureiro & Cunha., 2008; Limont, 2009). O que se pretende aqui é incorporar uma discussão a cerca da teoria de governança, de modelos de gestão democrática. Sabe-se que as categorias de análise teóricas aqui já descritas no capítulo I (teorias democráticas, sistemas de participação) são procedentes de teorias que foram formuladas em contextos históricos, sociais e políticos dos países nórdicos e que a simples transposição a situações locais deste estudo podem criar um ambiente interpretativo artificial, dando a impressão que essas teorias por se pretenderem universais comparam Washington, Paris e os Conselhos Gestores de UC no Brasil. Salvo essa consideração, a construção intelectual acaba sendo válida, pois muito se fala em participação social nos espaços públicos onde se trata da conservação da natureza e da diversidade socioambiental no Brasil e pouco se sabe o que isso realmente significa ou a construção histórica desse termo.

A legislação a cerca dos conselhos gestores de Unidades de Conservação da Natureza prevê que, em unidades de proteção integral (sem uso direto), os conselhos sejam consultivos, dados os limites de utilização dessas áreas já previstos em lei. No caso das unidades de uso sustentável, prevê explicitamente que o conselho seja deliberativo apenas em reservas extrativistas e em reservas de desenvolvimento sustentável, deixando em aberto as demais categorias, como as APA e RPPN. Mas já em documentos do ICMBio, como seus relatórios de gestão (2010/2011), trazem a informação que nas categorias de UC de uso sustentável (exceto RDS e RESEX) os conselhos sejam também consultivos. Essa dicotomia entre consultivo e deliberativo fica atrelada à legislação maior, que é o SNUC. As definições e restrições já se impõem

antes mesmo do conselho ser criado. Isso não significa que um conselho consultivo não possa deliberar sobre determinado assunto, mas desde que seja dentro dos limites de uso estabelecidos para aquela UC pela lei maior.

De acordo com as teorias democráticas vistas anteriormente (Capítulo I), os dois modelos de democracia que envolve a participação da sociedade além do voto e da representatividade são os modelos de democracia participativa e deliberativa. Pensando que os conselhos gestores de UC são espaços públicos, que seriam a fonte da legitimidade política, conforme Habermas, onde ocorre o resultado do processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva, e não de opiniões individuais e isoladas, estaríamos então falando de uma democracia deliberativa. Mas, se os conselhos consultivos (ou mesmo os deliberativos) forem constituídos apenas para ouvir ou informar os outros sujeitos sociais, mesmo sendo espaços públicos institucionalizados, poderiam alcançar apenas um efeito integrativo e participacionista (de aumento da quantidade de participação e não necessariamente da qualidade) e assim estariam dentro da racionalidade da democracia participativa. Conselhos deliberativos (ou mesmo consultivos), mesmo sendo já por denominação um espaço público apto a deliberar, só serão realmente deliberativos se permitir que os impulsos provindos do “mundo da vida” ⁶⁶ cheguem até as instâncias de tomada de decisão instituídas pela ordem democrática. Só haverá deliberação pública se os participantes estiverem dispostos a reconsiderar suas preferências em função da discussão, das novas informações e pretensões apresentadas por outros participantes do processo (Chambers, 2003). Se for apenas uma agregação das motivações e preferências individuais, considerando as preferências dos cidadãos como dadas, estamos falando de um modelo apenas participativo, mas não deliberativo (Pereira, 2007).

A esfera pública idealizada por Habermas onde são produzidos consensos que influenciam a esfera política sofre críticas, uma delas sustenta que a inevitabilidade do conflito não garante que os participantes dos processos deliberativos estejam dispostos a produzir consensos (Shapiro 2003).

Precisamos de um modelo democrático capaz de apreender a natureza do político. Isto requer o desenvolvimento de uma abordagem que inscreve a questão do poder e do antagonismo em seu próprio centro. (...) É por essa razão que o ideal de uma democracia pluralista não pode se alcançar um consenso racional na esfera pública. Esse consenso não pode existir. Devemos aceitar que cada consenso existe

⁶⁶ Segundo Habermas, o mundo da vida é o mundo cotidiano, das formas de reprodução cultural, societal e pessoal que são integradas através de normas consensualmente aceitas por todos os participantes.

como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre acarreta alguma forma de exclusão (Mouffe, 2006, p. 173-175; 2003, p.112-117).

Outras críticas e complementações ao modelo de esfera pública de Habermas, como o reconhecimento da importância dos “counterpublics” (Fraser 1992, 2002), “diasporic publics”(Gilroy 1993) e “deliberative publics” (Avritzer & Costa 2004), bem como da democracia comunicativa de Young (2002) e a discursiva de Drysek (2000) são muito importantes ao se analisar conselhos gestores de UC. Normalmente alguns sujeitos sociais participantes destes conselhos gestores de UC, são pessoas oriundas de uma racionalidade diferenciada daquela exigida para se fazer ouvir nesses espaços públicos. O discurso público racional pode não ser uma característica desses sujeitos, mas a narrativa ou o testemunho sim.

Além da ampliação desses processos deliberativos pela democracia comunicativa e discursiva, o outro desafio é elaborar teoricamente a conexão entre esses processos com outras formas de ação política que ocorrem dentro das esferas públicas (Pereira 2007), e mais ainda, conectar a esfera pública com o que acontece em esferas anteriores a ela, como a familiar.

Pretende-se a seguir analisar a atuação do Conselho Gestor da APA de Guaratuba como um caso empírico, seguindo metodologia descrita por Perissinotto & Fuks (2007) em relação a decisões forte e fracas e a metodologia de Pereira (2007) em relação a agregação ou reconsideração das preferências dos sujeitos. Busca-se, através desse estudo de caso, bases para se responder a questão de qual modelo democrático hoje se insere os conselhos gestores de UC e se esses espaços são suficientes para a “participação social” e gestão dos bens naturais comuns ou ainda se outras formas de decisão (ação coletiva) são visíveis e legítimas a esses espaços.

3. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba

As UC além de serem criadas pelo governo federal, também podem ser instituídas pelas instâncias governamentais estaduais e municipais. No Paraná já foram criadas, além das 13 UC federais (ISA, 2013), 68 UC estaduais, das quais 45 são de proteção integral e 23 de uso sustentável. Destas, 52% possuem PM (IAP, 2012) e 33,8% dispõem de conselho gestor formado (IAP, 2010).

Após dez anos de criação da APA Estadual de Guaratuba (1992) deu-se início seu processo de planejamento em 2002, culminando na elaboração do Plano de Manejo

(PM) em 2003 e sua aprovação pelo IAP conforme Portaria de 2007. O PM foi baseado no Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental (APA) (IBAMA, 2001) e no Termo de Referência fornecido pela SEMA/IAP/Programa Pró- Atlântica. Contratou-se uma empresa de consultoria com sua equipe técnica para a realização do trabalho que foi acompanhado pelo GAP (Grupo de Apoio ao Planejamento da APA de Guaratuba). Inicialmente o GAP foi composto pelos gestores da área (municipais, estaduais e federais), ou seja, representantes das prefeituras, funcionários do IAP (setor de licenciamento, fiscalização e unidades de conservação), IBAMA, SEMA/Conselho do Litoral, SEMA/PRÓ-ATLÂNTICA e BPFlo (Batalhão da Polícia Florestal). No decorrer do trabalho, em uma das oficinas de planejamento, foram escolhidos pelos participantes um representante e um suplente (da sociedade civil) de cada município da APA. Esses representantes passaram a integrar o GAP, com a incumbência de participar das reuniões e levar as propostas do PM até suas localidades.

Após a conclusão destas etapas que resultaram na proposta de uma versão do Plano de Manejo considerada apta à aprovação, houve uma manifestação das prefeituras e áreas rurais envolvidas, principalmente do município de Guaratuba, no sentido de reivindicar novas alterações e reforçar a necessidade daquelas não incorporadas ao PM. Esta manifestação foi justificada pela adequação do texto e do zoneamento às necessidades e peculiaridades locais, tendo em vista a contemplação das atividades agropastoris já existentes na APA. Com este contexto, o IAP, em conjunto com as prefeituras dos municípios envolvidos, promoveu uma nova discussão da proposta existente. Para tanto, um consultor técnico foi contratado para mediar tais adequações sugeridas pela sociedade civil local. Este novo processo de revisão e avaliação do Plano de Manejo envolveu reuniões em cada município, com a participação do IAP, de representantes das localidades rurais e das prefeituras e órgãos envolvidos. Após estas reuniões, várias discussões técnicas foram realizadas com o IAP e com o PróAtlântica, com a finalidade de apresentar os resultados obtidos e as adequações solicitadas. Durante estes encontros foram determinadas quais adequações poderiam ou não ser incorporadas ao PM. Posteriormente, e com um posicionamento do IAP perante todas as reivindicações da comunidade rural, foram realizadas duas reuniões públicas com o GAP, sendo que nestas reuniões aquelas adequações que geraram dúvidas ou não obtiveram um posicionamento específico do IAP, ou então necessitaram de melhores explicações técnicas de outros órgãos, puderam ser abordadas, discutidas e votadas em

assembleia. Ao final de cada uma destas reuniões foi aprovado o diagnóstico e o zoneamento da APA de Guaratuba, respectivamente.

Neste cenário de reivindicações e resoluções, aparece em cena um grupo de importante atuação no mercado regional e nacional: os agricultores, produtores de banana e arroz da região rural de Cubatão, Caovi, Limeira. Alguns sujeitos percebendo a importância e impacto que poderia ter uma UC sobre a sua produção, mobilizaram-se, atuando desde o GAP e nas manifestações de alterações no PM na cidade de Guaratuba, passando a atuar posteriormente no CG da APA.

No Plano de Manejo da APA de Guaratuba (2003) consta o Sistema de Gestão da mesma, constituindo-se como objetivos principais o desenvolvimento socioambiental, a proteção da diversidade cultural, da biodiversidade e de seus ecossistemas, o estímulo ao uso sustentável dos recursos naturais, utilizando-se uma estrutura de gerência compartilhada, integrada por Unidades de Gestão descentralizadas e orientadas pelos métodos de gestão participativa.

O Zoneamento Ecológico Econômico da APA de Guaratuba dividiu o território em 33 zonas, sendo condição necessária, mas não suficiente para viabilizar a efetiva implantação da estrutura gerencial da Unidade. Assim, foram criadas as três Unidades de Gestão: Unidade BR-376, Unidade Limeira-Cubatão e Unidade Baía de Guaratuba. Estas unidades foram definidas com base nas características ambientais, socioeconômicas-culturais e aspectos administrativos. O objetivo foi operacionalizar e descentralizar a gestão do território, permitindo agilizar o processo de cada região segundo suas peculiaridades e demandas.

Foi proposta então como forma de gerenciamento da APA a constituição de um Conselho Gestor, com atuação coadjuvada por três comitês locais, correspondentes às três Unidades de Gestão. O Conselho Gestor seria integrado por instituições governamentais, não governamentais e setores da sociedade-local organizada, observada paridade na representação e presidido pelo representante/funcionário do IAP. Cada uma das três Unidades de Gestão seria administrada por um Comitê Local subordinado ao Conselho Gestor e presidido por um funcionário do IAP, designado para a função por ocasião da instituição do Conselho. Os Comitês Locais seriam compostos por representantes do Poder Executivo dos municípios abrangidos pelas respectivas Unidades de Gestão, bem como representantes da sociedade civil que atuem e tenham interesse direto na APA.

Na medida em que esta proposta exigiria mudança cultural e organizacional no processo de gestão, previu-se um período de transição de até três anos entre aquele momento atual (2003) – em que a gerência da APA de Guaratuba estava sob a responsabilidade exclusiva de uma profissional do IAP-, e a instalação efetiva do modelo desejado de gestão compartilhada e participativa, com o Conselho e os Comitês Locais atuantes.

Sugeriu-se no Plano de Manejo que o período de transição fosse de até três anos, distribuídos em: Primeiro Ano – definição dos conselheiros do primeiro Conselho, por convite e realização de oficina para escolhas; encaminhamento e financiamento de projeto de atuação. Segundo e terceiro anos – gestão do primeiro Conselho; o terceiro ano deveria finalizar com a posse dos conselheiros sucessores, isto é, com a nova gestão do Conselho.

A partir dessas diretrizes, os Comitês Locais nunca foram organizados e instituídos. Já o Conselho Gestor da APA foi mobilizado durante o ano de 2005 pela própria gerência do IAP em Guaratuba (percorrendo os seis municípios em busca de coletivos que já estavam organizados), formado no final de 2005 e instituído pela portaria nº 22 de 08 de março de 2006, possuindo caráter deliberativo, com 30 representantes do governo e sociedade civil (de forma paritária) (Tabela 10), diversas competências⁶⁷ e vem reunindo-se frequentemente no intuito de auxiliar no processo de gestão da APA. Em 2006 as reuniões se transformaram em capacitações para os conselheiros reunindo-se ordinariamente a partir de 2007. A capacitação (dividida em quatro módulos) no ano de 2006 teve como foco temas relacionados ao SNUC, atribuições e limites do Conselho Gestor, discussão do regimento interno do Conselho, noções da legislação ambiental vigente, sobre licenciamento ambiental e fiscalização, noções de elaboração de projetos para captação de recursos e priorização de ações a serem implementadas pela APA (através da confecção da “FOFA”, uma metodologia de

⁶⁷ Atribuições/competências do CG da APA de Guaratuba segundo Regimento Interno: Aprovar e acompanhar a implementação e revisão do PM; Promover a integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; Divulgar ações, projetos e informações sobre a APA de Guaratuba; Fomentar a captação de recursos; Estabelecer as prioridades para a Compensação Ambiental; Zelar pelas normas de uso, propostas no Zoneamento Ambiental; Auxiliar a criação e instalação de comitês locais; Criar câmaras técnicas; Emitir pareceres sobre os usos e atividades classificados como permissíveis; Propor planos, programas, projetos e ações a órgãos públicos, entidades não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de garantir a proteção dos atributos ambientais, culturais e paisagísticos e a proteção dos recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável da região; Propor estudos técnicos; Buscar a compatibilização dos interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade.

diagnóstico participativo onde foram elencadas as fraquezas, oportunidades, fortalezas e ameaças da APA de Guaratuba).

Tabela 10. Representantes do governo e sociedade civil do CG da APA de Guaratuba, conforme portaria de 2006/regimento interno.

Órgãos governamentais	Sociedade Civil
Instituto Ambiental do Paraná - IAP	Representante da Colônia dos Pescadores e ou Associações
Batalhão de Polícia Florestal da Polícia Técnica BPFLO	Representante da Bacia de Canavieiras/Morretes
Empresa Paranaense de Assistência Técnica EMATER/SEAB	Representante da Bacia Cubatão/São José dos Pinhais
Secretária de Estado da Cultura - SEEC	Representante da Bacia São João/Tijucas
Secretária de Estado do Turismo - SEET	Representante da Comunidade de Castelhanos
SANEPAR	Representante da Comunidade de Pedra Branca de Araraquara
MINEROPAR	Representante da Comunidade do Descoberto
Conselho do Litoral - COLIT	Representante da Comunidade do Parati
IBAMA	Representante de ONG
Prefeitura Municipal de Guaratuba	Representante do setor de produção de Guaratuba
Prefeitura Municipal de Matinhos	Representante do setor de produção de Matinhos
Prefeitura Municipal de Morretes	Representante do setor de produção de Morretes
Prefeitura Municipal de Paranaguá	Representante do setor de produção de Paranaguá
Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul	Representante do setor de produção de Tijucas do Sul
Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	Representante do setor de produção de São José dos Pinhais

De 2007 até final de 2012 este Conselho se reuniu 33 vezes, sendo 25 delas observadas pela pesquisadora (Figura 54). Outro instrumento de coleta de dados utilizado foram as atas das reuniões ocorridas neste período. Estes documentos oficiais, mesmo sendo registros já filtrados das discussões que ocorreram em plenária, representam uma importante fonte de informação, que ao lado das observações diretas das reuniões, permitem ao pesquisador captar o “conselho em ação” (Perissinotto & Fuks, 2007).



Figura 54. Reunião do Conselho Gestor da APA de Guaratuba em novembro de 2012.

Em relação a participação dos conselheiros nas reuniões (considerando as 30 cadeiras), em média, estavam presentes aproximadamente 16 representantes em cada reunião ao longo dos anos de atuação do conselho, sendo praticamente metade destes do setor governamental e a outra metade da sociedade civil. Ou seja, além de uma paridade dada a priori pela normatização do espaço, esta também ocorreu na prática, com pequenas variações no decorrer do tempo. A SEET (Secretaria Estadual de Turismo), Prefeitura Municipal de Matinhos e Prefeitura Municipal de Morretes foram os representantes dos órgãos governamentais mais ausentes às reuniões. Os que estiveram mais presentes além do órgão gestor (IAP): Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (presente em 79,3% das reuniões), ICMBio (72,4%), Sanepar (65,5%) e Força Verde (Batalhão da Polícia Florestal – 65,5%). Já os representantes da sociedade civil que mais compareceram foram: Setor de Produção de Guaratuba, representado pela APAS (Associação Pró Agricultura Sustentável de Guaratuba) localidade do Cubatão/Caovi, comparecendo 96,5% às reuniões; representante da Bacia do rio São João (Tijucas do Sul) da localidade de São João de Baixo, com 89,6% de presença; comunidade do Parati (89,6%); Setor Produtivo de Morretes, representado pela AMORISA (Associação dos Moradores do Rio Sagrado) (82,7%); e ONG com 79,3% de presença. As representações mais ausentes da sociedade civil ficaram por conta do Setor Produtivo de Paranaguá (apenas 3,4% de presença); Setor Produtivo de Tijucas do Sul e de São José dos Pinhais ambos com 31% de presença; Comunidade do Descoberto, atualmente cadeira ocupada por moradores do São Joãozinho com 44,8% de comparecimento às reuniões; e com 48,2% representante da Bacia de Canavieiras/Morretes.

Quando consideramos a distribuição da participação dos segmentos por iniciar o debate, chama atenção a predominância do setor governamental sobre a sociedade civil. Além de identificar quem iniciou o debate, os dados coletados permitem também trabalhar com informação a respeito do ator que dá sequência ao debate. Os órgãos públicos iniciam mais o debate (cerca de quatro vezes a mais, na média, do que a sociedade civil) e essa distância cai pela metade na sequência do debate. A dinâmica do Conselho obedece a seguinte lógica: os atores estatais, principalmente IAP, seguidos das ONG iniciam o debate, em seguida entra novamente em cena o próprio IAP e com uma frequência um pouco menor, os representantes de comunidades e setores produtivos dos municípios. Parece estar havendo uma hegemonia da participação do próprio órgão gestor da APA no Conselho, o que pode até ser natural na hora de propor o debate, já que é o órgão gestor o próprio presidente do Conselho e quem organiza a pauta das reuniões, mas não necessariamente deveria ser o ator que mais aparece no momento de dar sequência ao debate. Em parte isso é explicado porque normalmente nas reuniões estão presentes de dois a três técnicos do IAP.

Aproximadamente 40% dos assuntos tratados no conselho não geraram discussão. Além disso, a contestação, tal como definida na metodologia de Perissinotto & Fuks (2007)⁶⁸, ocorreu em apenas 13% dos debates. Isso não significa, necessariamente, um esvaziamento da qualidade da experiência participativa no CG, considerando que vários pontos de pauta não visam ao debate, nem tampouco estimulam a contestação (informes, apresentação de projetos e programas de ONG, governamentais), enquanto outros entram direto em votação, como, por exemplo, alguns licenciamentos para anuência do conselho.

Quando ocorrem, as contestações são protagonizadas principalmente pelas comunidades/setores produtivos dos municípios e em menor frequência as organizações não governamentais. A análise revela então não apenas uma preponderância de três segmentos (gestores – IAP; ONG; comunidades/setor produtivo), mas uma polarização entre principalmente IAP e comunidades/setor produtivo. Esses três atores não são ativos apenas no sentido de participarem do debate, mas também porque são os que mais lhe conferem qualidade de confrontação de ideias.

A qualidade da deliberação pode ser avaliada em termos do tipo predominante de decisão. A prevalência de modalidades “fracas” (encaminhamentos e moção) e

⁶⁸ A presença de “contestação” refere-se à intervenção do segundo ator opondo-se explicitamente ao que primeiramente iniciou o debate.

intermediárias (aprovação⁶⁹), restando apenas um número reduzido de resolução (Figura 55) e de prestação de contas, indica que o CG da APA e Guaratuba é um conselho forte no debate, mas fraco em termos de deliberações (Tabela 11). O gestor da UC e integrantes do IAP sozinhos apresentam cerca de 40 % dos encaminhamentos propostos. Embora esse número não seja tão expressivo quanto o da iniciativa no campo do debate, ele consolida a liderança do gestor no processo decisório do Conselho.



Figura 55. Reunião do Conselho Gestor da APA de Guaratuba em momento de resolução.

Tabela 11. Qualidade das deliberações no CG da APA de Guaratuba.

Modalidade da deliberação	Tipos de Decisões	Quantidade (%)
Fraca	Encaminhamentos	35,20
	Moções	
Intermediária	Aprovações	11,73
Forte	Resoluções	7,14
	Prestação de Contas	
<i>Sem deliberação ou sem informação</i>		~ 46

⁶⁹ Segundo Perissinotto & Fuks (2007), “aprovação” é uma categoria genérica, de qualidade intermediária, que se refere a todas as decisões tomadas pelo conselho que não são de ordem meramente formal (como os encaminhamentos e moções), nem de ordem marcadamente substantiva, como as resoluções e a prestação de contas. A “resolução” é uma decisão do Conselho sobre determinado aspecto da política pública, que assume a forma de norma estatal. São “modalidades fortes” de decisão, com capacidade potencial para vincular os órgãos da administração pública e os agentes privados.

Além da identificação dos principais atores, da existência de debate e de contestação e dos tipos de deliberação, outra forma de se qualificar o processo decisório do CG é por meio da análise de sua agenda. A qualidade do processo decisório não depende apenas de “quem” e “como” se debate e se delibera, mas define também em termos de “o quê” ocupa maior espaço na pauta das reuniões.

Em termos de classificação mais ampla dos assuntos tratados pelo CG da APA de Guaratuba, há uma pequena predominância dos “assuntos públicos” em relação aos “assuntos internos”, mas não significativa, praticamente o conselho trata na mesma proporção os dois tipos de assuntos mais gerais. Entre os assuntos públicos, predominaram a solicitação de análise e anuência do conselho sobre os licenciamentos, e apresentações sobre programas e projetos governamentais e de organizações não governamentais. Houve alguns debates a respeito de políticas públicas na área ambiental, socioambiental, como a questão do ICMS Ecológico, mudanças no Plano de Manejo da APA (principalmente em relação a utilização de agrotóxicos/pulverização aérea e reflorestamento com espécie exótica), criação de nova UC na região, que geraram importantes resoluções de ordem substantiva e “prestação de contas”, mas não foram temas que prevaleceram na agenda do CG da APA. A presença/participação dos conselheiros, a organização das cadeiras e suas representações, a organização e elaboração do Plano de Ação do Conselho, bem como a formação e atuação das câmaras técnicas constituíram os principais assuntos internos da agenda do CG. Percebe-se que o CG da APA de Guaratuba utiliza bastante o seu esforço e tempo em questões voltadas principalmente para procedimentos internos e análise dos licenciamentos, dedicando-se menos a discutir e deliberar assuntos relacionados à área de política pública em que atua. Os grandes temas de pauta discutidos pelos conselhos deliberativos de UC conforme “Diagnóstico dos Conselhos de Unidades de Conservação Federais”, elaborado pelo ICMBio em 2011, com questionários aplicados aos chefes das UC ou outros servidores do ICMBio, indicaram como principais: “uso dos recursos naturais”, “plano de manejo” e “fiscalização”, ou seja, assuntos públicos, sendo que assuntos internos como a “função” e o “funcionamento do conselho” quase não foram citados. Em Perissinotto & Fuks (2007), analisando os conselhos municipais de saúde, assistência social e dos direitos da criança e adolescente de Curitiba, em todos há a prevalência da discussão em torno dos assuntos públicos, ocupados por temas substantivos, sem gastar muito do seu tempo em questões voltadas exclusivamente para procedimentos internos.

Segundo Pereira (2007), a deliberação só ocorre quando há uma reconsideração das preferências dos atores, e não apenas mera agregação destes interesses. Resolveu-se aplicar essa propositiva em forma de metodologia para o CG da APA de Guaratuba apenas para aqueles debates onde houve contestação, ou seja, quando foi registrado que a intervenção do segundo ator se opôs explicitamente a do que iniciou o debate. Desta forma, das 26 contestações que ocorreram em 30% delas os atores agregaram seus interesses, seja encaminhando propostas ou aprovações pela maioria. Já 23%⁷⁰ dos debates contestados os atores foram capazes de reconsiderar suas preferências, ou seja, mudar uma opinião e posição pessoal ou institucional em favor principalmente de uma resolução, na visão de Perissinotto & Fuks (2007), uma deliberação forte. Claro que “agregação de interesses” pode ter ocorrido em outros debates, não só onde houve “contestação”. Mas como parece implícito que “reconsideração das preferências” só poderia ocorrer após uma contestação, a análise para essas duas categorias foram delimitadas pela ocorrência desta. Seguindo então uma metodologia a partir de Pereira (2007) parece que o CG da APA de Guaratuba realmente delibera pouco.

As narrativas e testemunhos podem ser formas de expressão de sujeitos que possuem outra racionalidade diferenciada do discurso público racional. A presença desses momentos em espaços públicos demonstra uma democracia ampliada (Young 2002, Drysek 2000), para além da deliberativa. No CG da APA de Guaratuba, existiram sete episódios em 33 reuniões ocorridas até final de 2012 em que esse dispositivo comunicacional foi utilizado como forma de se fazer entender em momentos onde a racionalidade já não foi mais possível ou era a única forma de expressar-se em sua totalidade, seja frente a algum conflito ou como enfrentamento pacífico a um poder estabelecido. Tanto representantes de comunidade/setor produtivo, nativos da baía de Guaratuba ou região rural, narraram e testemunharam seus entroncamentos com empresas madeireiras, com a polícia florestal, acionando outras formas de dizer do seu descontentamento e do porquê estar participando deste conselho; como gestores e representantes do IAP também testemunharam de forma bastante emotiva, em momentos de forte conflito na plenária, seus descontentamentos com o pouco comprometimento dos conselheiros, perseguições sofridas e incompatibilidades com o órgão estatal ao qual respondem. Mesmo sendo estas narrativas outras formas comunicacionais e de expressão

⁷⁰ O restante das contestações ficaram “soltas” em plenária, foram colocadas por algum ator, mas simplesmente não sequenciadas, abafadas ou colocadas para serem discutidas em outro momento que não ali naquela reunião.

de desconfortos, conflitos estabelecidos, de resistência, de negociação, elas são pouco valorizadas e compreendidas pela plenária. Parece apenas que estão se estendendo no assunto, fugindo do foco e tomando um tempo precioso em que se poderia estar discutindo e encaminhando outras coisas.

Cabem aqui ainda algumas considerações acerca das representações e da falta delas, o que talvez justifique, junto com a primazia das deliberações fracas porque o CG da APA de Guaratuba ainda discute tanto assuntos internos em suas reuniões ordinárias. Aqueles sujeitos da sociedade civil que realmente se comprometeram em participar, assim o fazem com muita assiduidade (conforme os dados descritos anteriormente de percentagem de presença dos conselheiros nas reuniões), principalmente a representação da APAS, do São João de baixo, Parati e da AMORISA. Interessante ressaltar que nessas representações estão presentes aqueles grupos de produtores/agricultores que iniciaram sua participação neste processo desde o GAP (Grupo de Apoio ao Planejamento da APA de Guaratuba) e nas manifestações na cidade de Guaratuba para alterações no PM, consolidando sua participação no CG, desde sua implantação, sendo até as mesmas pessoas que se renovam no cargo. São grupos que já tinham uma organização social baseada na sua expressiva produção da banana, do arroz, na organização dos moradores e assim já haviam constituído formalmente suas associações. Sendo assim, já possuíam de certa forma um capital simbólico⁷¹ reconhecido pela sociedade guaratubana capaz de mobilizar recursos, pessoas e garantia de espaços. Apesar do CG da APA de Guaratuba ser uma propositiva estatal, que vem de uma política pública, ele também se forjou dentro de um contexto de luta social, daqueles agricultores familiares, pequenos empresários familiares, que não queriam parar de produzir como sempre haviam produzido, que se mobilizaram e até hoje participam ativamente e fazem com que a gestão da APA fique atenta às suas reivindicações, haja vista o processo de pulverização aérea que foi aprovado pelo conselho, provocando mudanças no PM. Mas eles são considerados por outras localidades ao redor da baía de Guaratuba como a “elite” das comunidades, e suas reivindicações são bem específicas em relação às suas necessidades.

Outras localidades/sítios como os analisados neste trabalho não são representados no CG da APA de Guaratuba ou há problemas, dificuldades em sua participação. A comunidade do Parati, mesmo tendo uma representante, esta é uma pessoa de fora, que tem terreno na região, mas não é moradora e nem nativa, ou seja, mesmo com todas as

⁷¹ Conforme Bourdieu (2000), o capital simbólico é uma espécie de poder ligado ao prestígio ou carisma que um indivíduo ou uma instituição tem em determinado campo.

suas melhores intenções, seria incapaz de apresentar e representar todas as demandas vindas dos nativos, dos moradores, suas especificidades, seus valores, sua cultura. Mas o nativo se recusa também a participar desse espaço público, como se não o reconhecesse como legítimo para as suas aspirações e para sua dinâmica de vida e de gestão dos bens naturais comuns, baseado na organização familiar e no suprimento de suas necessidades diárias. O representante da comunidade do Descoberto desistiu da cadeira, decidiu por não perder um dia trabalho. Essa é uma das justificativas mais utilizadas para a não participação, participar de uma reunião do conselho é perder um dia de trabalho, pois é o trabalho diário que rende seu sustento e reprodução social, diferente dos representantes dos órgãos estatais, que fazem coincidir atuação no conselho com período de trabalho. Quem assumiu a cadeira do Descoberto foi o São Joãozinho, apoiados por pesquisa/extensão da UFPR Litoral. Ou seja, eles foram impulsionados a assumir essa vaga por um agente externo e em toda reunião são de alguma forma orientados por este. A questão é: até que ponto estão ali por eles mesmos?

A cadeira da colônia de pesca nunca foi ocupada por um representante deste setor, e sim por uma liderança da Comunidade de Caieiras, filho de pescador e que depois passou a representar a Aguamar (Associação Guaratubana de Maricultores)⁷². O grande questionamento do órgão gestor sempre foi porque não se conseguiu algum representante da colônia de pesca (Figura 56) e como fazer para que os pescadores artesanais sejam mais organizados, como trazê-los para participar do conselho. A queixa mais comum é: o pescador artesanal/tradicional é uma classe desorganizada, difícil de lidar. Mas em conversa com liderança da colônia de pesca da região, parece que com o Estado também é difícil de lidar. Há quatorze anos a frente da colônia⁷³ narra os impasses com o IAP, conflitos e até situação de violência que os pescadores sofreram no passado por parte da polícia florestal. E contou das suas motivações para entrar na colônia na época: “*Fui presidente porque antigamente não tinha nem como pescar, era prendido, era batido*”. Para ele não há apoio do governo estadual para a pesca, aliás

⁷² A Aguamar surgiu em 2004 como forma de organizar a atividade que estava surgindo e os maricultores. Foi uma resposta também a algumas pressões que o IBAMA já vinha fazendo em relação a legalidade desta atividade em áreas públicas. Como a colônia de pesca não se identificou e nem apoiou esta nova atividade, criou-se a necessidade de institucionalizá-la via associação. Atualmente o presidente da Associação é um morador “de fora”, do Cabaraquara.

⁷³ Segundo atual liderança da colônia de pescadores de Guaratuba, esta existe há 50 anos. O primeiro estatuto foi feito em 1983, pois antes disso não havia número suficiente de associados cadastrados conforme normatização federal. Só foi registrado em cartório em 2001. O estatuto não foi construído pelos pescadores locais, apenas aprovado segundo o modelo da Confederação Nacional dos pescadores.

quem os “*defende*” acaba sendo o governo federal, através do MPA⁷⁴. Coloca que os maiores conflitos estão relacionados com a secretaria estadual do meio ambiente, limitando a pesca através de várias portarias das quais os pescadores não concordam muito, como por exemplo, a que proíbe o pescador artesanal de pescar de rede finais de semana e feriados, privilegiando o turista/pescador amador. Ou a que instituiu o defeso do robalo, época em que não se pode pescá-lo de novembro a janeiro, mas sem direito ao seguro-defeso. Outras vezes foram até chamados pelo Estado para discutir as normas, regras, antes delas serem instituídas, mas o que sobressaiu na discussão foi um descaso ao seu saber e as suas necessidades.

Nas atas da colônia de pescadores de Guaratuba até o ano de 1999 só eram registradas as mudanças de diretoria e situação financeira da colônia. A partir do ano de 2000, a primeira reunião já é registrada com as indagações dos pescadores ao prefeito e representante do IAP presentes do porquê de algumas leis criadas (sem o conhecimento deles) e de atitudes violentas e humilhantes por parte do IBAMA e principalmente da Polícia Florestal em relação aos pescadores locais. Pedem para que sejam mais bem tratados e que deixem o pescador artesanal, do sítio, pescar em paz. E assim as atas seguem sempre com esses conflitos e discussões sobre a pesca, às vezes com presença de órgãos públicos ambientais, prefeituras, vereadores e deputados, mas sem decisões, deliberações efetivas que pudessem ser verificadas através das atas.



Figura 56. Sede da Colônia de Pescadores de Guaratuba (Z7) no bairro Piçarras.

⁷⁴ Ministério de Pesca e Aquicultura

Diante deste cenário, a percepção da liderança de pesca é que “*meio ambiente*” não existe, referindo-se às políticas na área ambiental, o que existe para este sujeito são simplesmente pessoas que protegem e de outro lado, interesses particulares envolvidos. Concomitantemente opta por não participar do CG da APA de Guaratuba, pois o percebe como uma extensão do Estado que novamente só irá ouvi-lo, sem resultados efetivos. Ou seja, uma simples participação, mas sem real deliberação. Mas muitas também foram as críticas colocadas pelos nativos pescadores na região da baía de Guaratuba sobre a colônia e sua atual gestão quase que vitalícia, sendo a colônia uma instância para estes primordialmente para atender às suas necessidades trabalhistas e não realmente um órgão de defesa e organização da classe. Aqui vale ressaltar que são os pescadores tradicionais aqueles nativos discutidos anteriormente, ou seja, sujeitos que além de pescar praticam outras atividades, ou as praticavam num passado não muito distante e possuem a base de sua organização na família, talvez não reconhecendo a colônia de pesca como um órgão representativo de suas multi atividades, o que realmente não é, mas sendo capaz de ajudá-los naquilo que os auxilia a sustentar sua reprodução social, como acessar o INSS, aposentadoria, seguro-defeso, licença maternidade. Desse modo, a colônia acaba atuando mais como um despachante social do que como um órgão de organização e reivindicação da classe, classe esta que só existe no imaginário social, pois na prática há muitos conflitos internos, dispersão de ideias, mobilização de redes pessoais para acessar o Estado. Apesar da tentativa do IAP de inclusão da Colônia de Pescadores de Guaratuba na formação do CG da APA de Guaratuba esta não se efetivou, pois o conselho continua sendo visto como um órgão estatal, carregado de estereótipos, situações mal resolvidas, conflitos que persistem na prática e outros que se arraigaram tanto no imaginário popular que são difíceis de serem desenleados. Certa vez um pescador e maricultor de Caieiras, participando de uma reunião do conselho da APA expressou que deveria o Conselho ir até a comunidade, que ali naquele espaço reunindo elite de comunidade (Cubatão) e comunidade carente (São Joãozinho) não se iria resolver nada. Segundo ele, o conselho deveria ir até a comunidade ver se realmente a comunidade quer fazer parte daquele grupo, e não só a comunidade vir até o conselho, porque não virá; e depois disso também fez referência ao seu dia de trabalho perdido para estar ali. Ou seja, decide-se pela não participação em função da gestão das necessidades familiares e pelo histórico das relações problemáticas com os órgãos ambientais que inegavelmente no começo das suas trajetórias foram muito mais coercitivos e punitivos do que participativos, deliberativos, comunicativos, discursivos. Apesar do esforço do CG e do próprio órgão gestor da UC

(IAP) em discutir as cadeiras quase em todas as reuniões deste conselho, em incluir outras representações dos “nativos”, muitas localidades rurais, atores sociais locais ainda continuarão sem participar desse processo simplesmente porque não o reconhecem como legítimo. Eles não participam principalmente porque não acham importante participar ou porque participar significa que eles estariam validando e reconhecendo como autêntico todo o processo histórico de exclusão que sofreram, e não porque são apáticos, porque não são organizados ou porque não possuem cultura política⁷⁵.

O importante é uma aproximação mais real e atual (já não mais perdida na história e presente nas memórias) entre Estado e localidades rurais, os sítios, as pequenas vilas, os grupos de produtores/extratores. Uma relação face a face com as UF. Para isso é necessário tanto o Estado ir, como a sociedade vir. Um conhecendo e legitimando o outro e percebendo que não há instâncias superiores e únicas de decisão, mas todas, (seja a unidade familiar, o território do sítio com sua própria dinâmica, ou os espaços públicos) sendo reconhecidas e respeitadas como instâncias de gestão dos bens naturais comuns.

⁷⁵ Segundo Rennó (1998), vários autores contemporâneos dedicam-se ao estudo de cultura política. O tema geral dessas pesquisas é a importância de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político. Cultura política, segundo Almond (1990), é definida como o conjunto de orientações subjetivas de determinada população. Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. Para aprofundar no tema ver Rennó (1998).

Considerações Finais: resultados alcançados e algumas indagações

A dinâmica da Unidade Familiar é baseada na diversidade das suas atividades produtivas, com suas práticas materiais e imateriais, que garante sua reprodução social e é motivadora indispensável das suas decisões diárias. Os processos decisórios que ocorrem nas duas escalas espaço-sociais: a unidade familiar e o sítio (território) transitam entre a “escolha racional” e o uso comum de recursos baseado em regras e acordos consuetudinários que são diretamente influenciadas pela legislação ambiental moderna. É uma dinâmica complexa, mas que sem ao menos saber de sua existência pode-se levar diversos programas e políticas públicas ao fracasso, bem como essas populações à perda de sua diversidade sociocultural e a marginalidade em longo prazo, pois por enquanto elas resistem entre a tradição e a modernidade, ressignificando o nativo, agora híbrido. O sítio não é uma comunidade harmônica, auto-organizativa e sem conflitos, é um território social de relações familiares e entre as famílias, com seus graus de parentesco, compadrio e vizinhança produzindo acordos e divergências.

Nos conselhos gestores, espaços públicos a princípio de inclusão e participação social, segue-se uma linha de tentar incluir os anseios coletivos através da cartilha da representação. Subentende-se a priori que por ser o sítio um espaço coletivo muito delimitado, há uma organização e representação coletivas intrínsecas e por isso são escolhidas pessoas dos sítios que possam representar os valores e anseios de um determinado território. Mas sendo os sítios organizados com base na unidade familiar, seus valores, sua ética, é quase impossível que um representante deste sítio seja capaz sozinho de traduzir ou expressar toda a diversidade social e todos os conflitos que ocorrem nesta dimensão.

A governança dos bens naturais comuns na baía de Guaratuba transita por uma gestão onde há desde uma escolha individual, passando por um conjunto de regras e valores consuetudinários, que surgem dos costumes e práticas tradicionais de uma população nativa, cujo acatamento é garantido através do respeito, sem necessariamente passar por um acordo negociado; e também por um arranjo institucional, com procedimentos mais formais, como: associação, assembléia, negociação, decisão, acordos, regras, conselhos, governos, leis. Apesar de existirem esses distintos processos eles estão pouco integrados. A gestão é coletiva, mas as instâncias mais oficiais interagem pouco com as outras esferas e vice-versa. A gestão baseada na unidade familiar e no imaginário de território é parcial ou totalmente invisível às instâncias de

governança mais formais. As instâncias oficiais (sejam os conselhos gestores ou as associações formalizadas) parecem não ser legítimas para a população nativa.

O Conselho Gestor da APA de Guaratuba, espaço democrático, participativo, mas ainda fraco em deliberações, apesar de ser parte de uma esfera pública importante para a gestão dos bens comuns da baía de Guaratuba, não é suficiente para abarcar os impulsos provindos do mundo da vida⁷⁶, dessa complexa interação entre sociedade & natureza e da pluralidade cultural e espaço-social que envolve essa relação.

Para além da representação em conselhos gestores e associações comunitárias, se a gestão dos bens naturais comuns da baía de Guaratuba não estiver vinculada à lógica da escala “unidade familiar”, pode estar na verdade apenas reproduzindo um modelo “harmônico” e simplista de comunidade e também modelos de gestão democrática apenas agregativos. Não são considerados os conflitos inerentes às “comunidades”, nem sua dinâmica baseada na Unidade Familiar. Força-se muitas vezes uma organização baseada no associativismo e um cuidado “comunitário” como condicionantes que não existem a priori. São agregadas as preferências dos indivíduos, tomadas como dadas, como se não pudesse haver uma reconsideração das preferências dos sujeitos sociais em função da discussão e da prática.

Percebe-se um reforço dos mecanismos mais individualizados das famílias como forma de gestão dos bens naturais comuns da baía de Guaratuba e a intervenção e controle do Estado com uma legislação complexa, muitas vezes seletiva e excludente. Ou seja, a princípio formas de gestão dos bens naturais comuns como o uso comum das terras para a plantação ou o uso do espaço das águas e do mangue baseado no respeito de quem chega primeiro para pescar ou extrair caranguejo, apesar de não serem regras conscientes e explícitas de manejo/gestão **coletiva** dos bens comuns para quem as pratica, assim o são, mas se tornam invisíveis frente a outras formas de gestão que prevalecem, como a legislação ambiental. Invisíveis para o Estado, porque na prática elas continuam existindo e resistindo de alguma forma. O que existe atualmente na baía de Guaratuba já é um híbrido de gestões, o que com certeza é bem comum em diversas regiões do país e talvez também bem pouco consciente por todos que a praticam: Estado com suas leis, conselhos gestores, comunidades, unidades familiares. Talvez o que fosse necessário em situações como essa, seja um modelo teórico também híbrido, que recolha diferentes tipos de situações concretas e não seja revelador apenas de uma

⁷⁶ Segundo Habermas, já descrito anteriormente.

característica típico-ideal. Não seria mais o ponto principal da discussão se a “tragédia dos comuns”⁷⁷ ocorreria ou não sem algum tipo de interferência do Estado, mas se através de uma governança híbrida, multiescalar (unidade familiar, “comunidade” e região), ora integradas, ora mantendo sua independência, valorizando as multi atividades, qual seria o destino: ainda a “tragédia dos comuns” ou uma gestão coletiva com um bom desempenho e resultado para todos os interessados? Se os modelos de democracia existentes não dão conta de abarcar toda a diversidade e complexidade desses processos, não se pode achar que acabou a história, que a democracia é o ponto final e não existe nada para além dela.

Dessa maneira, a análise não buscou privilegiar a existência de virtudes possíveis existentes em determinados modelos de gestão, de participação coletiva ou de políticas públicas. Foram identificadas, de início, algumas teorias que tentavam explicar de uma maneira plausível a existência desses mecanismos, ao longo de experiências sociais concretas recentes, a fim de verificar na pesquisa como ocorriam essas dinâmicas no contexto do litoral sul paranaense. Desta forma, não se buscou reivindicar antecipadamente esta ou aquela teoria como sendo a melhor para entendimento dessas práticas. Neste sentido, a posição teórica aqui tem sido mais heurística, ou seja, não se necessitou de antemão partir de uma posição teórica rígida, mais a favor desta ou daquela teoria. Posições extremadas e muitas vezes unilaterais sejam estas a favor da “tragédia dos comuns”, que revela uma concepção catastrofista sobre os recursos naturais (visão individualista da teoria de Hardin), ou da gestão coletiva dos mesmos em benefício de uma sustentabilidade virtuosa (visão coletivista da teoria de Ostrom), mostraram-se insuficientes para uma explicação cabal dos processos políticos e sociais da gestão sobre os recursos naturais da baía de Guaratuba, o que nos autoriza a extrapolar para algumas alegações mais inclinadas e reivindicar um modelo teórico híbrido em que seja possível levar em conta a singularidade histórica e cultural dessa região, com suas articulações escalares entre o local, o nacional e o global.

⁷⁷ A superexploração e a degradação é o destino em longo prazo dos bens comuns por uma população humana sempre crescente e de interesses exclusivamente individuais (Hardin, 1968).

Referências Bibliográficas

- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia** **43 (1)**: 145-182. 2000.
- ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência** **25(3)**: 143-150. 2000.
- ADAMS, C. Identidade caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**: 27-43. 2002.
- ALDUS, J. O Intercâmbio entre Durkheim e Tönnies quanto à Natureza das Relações Sociais. In MIRANDA, Orlando. **Para Ler Ferdinand Tönnies**. Edusp. São Paulo. 1995.
- ALENCAR, E. F. Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso das comunidades da várzea do alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, D. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. MMA/IBAMA. p.59-99. 2005
- ALMEIDA, A. W. B. Terra de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: Godoi, E. P. *et al.* (org). **Diversidade do campesinato: Expressões e Categorias**, vol 2, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD. 2009.
- ARRUTI, J. M. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana** **3(2)**. 1997.
- AVRITZER, L. & COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina. **Dados** **47(4)**: 703-728. 2004.
- BALZON, D. R. Avaliação econômica dos produtos florestais não madeiráveis na Área de Proteção Ambiental – APA – de Guaratuba, Paraná. **Tese (Doutorado em Ciências Florestais)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.
- BERKES, F. Common-property resource management and Cree indian fisheries in Subarctic Canada. In: McCAY, B. J.; ACHESON, J. M. (eds.). **The question of the commons: the culture and ecology of communal resources**. Tucson: The University of Arizona Press, 1987. p. 66-91.
- BERKES, F. **Common property: Ecology and community-based sustainable development**. London: Behaven Press, 1989.
- BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 133-161, 2000.

- BRASIL. Casa Civil. Lei Federal nº 11.516/07 de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de ago. de 2007.
- BRASIL. Casa Civil. Lei Federal nº 12.651/12 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de mai. de 2012.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria** nº 133/94, de 08 de dezembro de 1994. Institui a época do defeso de todos os tipos de camarões em áreas estuarinas do Estado do Paraná. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de dez. de 1994.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria** nº 12/03, de 21 de março de 2003. Define os métodos, modalidades ou petrechos de pesca permitidos para pescadores profissionais em áreas estuarinas do Estado do Paraná. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de mar. de 2003.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria** nº 52/03, de 02 de outubro de 2003. Institui o defeso do caranguejo-uçá nas regiões sudeste e sul do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de out. de 2003.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº 4.771/65, de 15 de setembro de 1965. Dispõe sobre a criação do Código Florestal Brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de set. de 1965.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a criação da Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 de set. de 1981.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. de 1988.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº 7.735/89, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a criação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de fev. de 1989.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº 7.797/89, de 10 de julho de 1989. Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de jul. de 1989.

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria n° 22/92, de 10 de fevereiro de 1992. Criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de fev. de 1992.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal no 9.433/97, de 08 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a criação Política Nacional dos Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de jul. de 1997.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal no 9.795/99, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a criação da Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de abr. de 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal no 9.985/00, de 18 de julho de 2000. Instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de jul. de 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei Federal** n° 10.227, de 23 de maio de 2001. Cria o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de mai. de 2001.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Decreto no 4.340/02, de 22 de agosto de 2002. Regulamentação de artigos do SNUC. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de ago. de 2002.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa** n° 53/05, de 24 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de nov. de 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal no 11.284/06, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de Florestas Públicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de mar. de 2006.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal no 11.516/07, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de ago. de 2007.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto** n° 6.040/07, de 07 de fevereiro de 2007. Instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 de fev. de 2007.
- CHAMBERS, S. Deliberative Democratic Theory. **Annual Review of Political Science** 6. 2003.

- CHAVES, P. & BOUCHEREAU. Biodiversité et dynamique des peuplements ichthyiques de la mangrove de Guaratuba, Brésil. **Oceanologica Acta** **22 (3)**: 353-364. 1999.
- CHAVES, P.; PICHLER, H. & ROBERT, M. Biological, technical and socioeconomic aspects of the fishing activity in a Brazilian estuary. **Journal of fish biology** **61**: 52-59. 2002.
- COELHO, V.S.P. & NOBRE, M. **Participação e Deliberação. Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora 34. 2004.
- COHEN, J. & ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge (MA): MIT Press. 1992.
- COUTINHO, S. R. Comunidades Eclesiais de Base: Presente, Passado e Futuro. Interações : **Cultura e Comunidade** **5(6)**:183-196. 2009.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon. **Deadalus** **129(2)**: 315-338. 2000.
- CUNHA, M. C. & ALMEIDA, M. de. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo, Instituto Socioambiental. 2001.
- CUNHA, L. H.. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: diálogo entre saberes e percepção ambiental** **7**. p. 69-76. 2003.
- CUNHA, L. H. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** **20**: 50-67. 2009.
- CUNHA, L. H. O. & M. D. ROUGEULLE. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná)**. São Paulo. Estudo de caso. PPCAUB-USP. 78. 1989.
- CUNHA, L. H. O.; M. D. ROUGEULLE & VON BEHR, M. F. Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba, Paraná. In: **Série Documento e Relatórios de Pesquisa** **3**. São Paulo: NUPAUB/USP. 2004.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Riode Janeiro: Paz e Terra. 2002.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.J. & PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: Dagnino, E.; Olvera, A.J. &

- Panfichi, A. **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. Unicamp, Paz e Terra. 2006.
- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ. **Linha do tempo DER/PR: principais realizações**, 2012. Disponível em <<http://www.der.pr.gov.br>>. Acesso em: 15/09/2012.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo : Ática, 1983.
- DIEGUES, A. C. S. et al. Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais: O Caso das Comunidades Caiçaras. **Documento apresentado na IV Conferência da IUCN**. São José, Costa Rica, 1988.
- DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP. 1994.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 97-124.
- DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP. 2001.
- DIEGUES, A. C. O cotidiano do caiçara sul paulista. Modo de vida, usos e costumes. **Enciclopédia Caiçara, vol 2**. São Paulo: HUCITEC – NUPAUB/USP. 2005.
- DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo, 161p. 1998.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. Edusp, São Paulo. 1999.
- DRYZEK, J. **Deliberative democracy and beyond liberals, critics, contestations**. New York: Oxford University Press. 2000.
- ESTERCI, N. Populações Tradicionais. In: Instituto Socioambiental & Ministério da Cultura. **Almanaque Brasil Socioambiental**. 2008.
- FACHIN, L. E. **A função social da posse e a propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural)**. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Tradução André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 17-42. (Original: 1990).

- FERREIRA, L. C. A Floresta Intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais)**. Universidade Estadual de Campinas. 1996.
- FERREIRA, L. C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente & Sociedade** 2(5): 35-54. 1999.
- FERREIRA, L. C. Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade** 4(7): 105-118. 2005.
- FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade** 7(1): 47-68. 2004.
- FERREIRA, L. C.; CAMPOS, S. C.; CREADO, E. J.; MENDES, A. B. V. & CAROPRESO, C. Encontro das Águas: Dinâmicas Sociais e Biodiversidade na Amazônia Brasileira. **Teoria e Pesquisa** 50 16(1): 15-37. 2007.
- FERREIRA, L. C. Prefácio In: CREADO, E.S.J. **Lugares de vida, espaços de lembrança: conflitos e restrições socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM)**. São Paulo: FAPESP/ ANNABLUME, 2011.
- FERREIRA, L. C. A equação dinâmica entre conflitos sociais, recursos naturais e desastres ambientais: o estado da arte e uma proposta teórica. In: **Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS**, Belém, 2012.
- FERREIRA, M. R. Comunidades rurais de Guaratuba – Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável. **Tese (Doutorado em Ciências Agrárias)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: Calhoun, C. (org.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge (MA): MIT Press. 1992.
- FRASER, N. **Transnationalizing the public sphere**. Nova York, manuscrito inédito. 2002.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Dossiê Mata Atlântica**. São Paulo, 1992.
- FUTEMMA, C.; CASTRO, F. de; FORSBERG, M. C. S.; OSTROM, E. The emergence and outcomes of Collective Action: an institutional and ecosystem approach. **Society & Natural Resources** 15 (6): 503-522, 2002.

- GARCIA JR. A. O Sul: Caminho do Roçado. Brasília/São Paulo: Editora UNB/Marco Zero. 1990.
- GIBSON, C. C.; McKEAN, M. & OSTROM, E. **People and forests: Communities, institutions, and governance**. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- GILROY, P. **The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness**. Cambridge (MA): Harvard University Press. 1993.
- HAMES, R. Game conservation or efficient hunting? In: McCAY, B. J.; ACHESON, J. M. (Eds.). **The question of the commons: the culture and ecology of communal resources**. Tucson: The University of Arizona Press, 1987. p. 92-107.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia – entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1 e 2. 1997.
- HANNIGAN, J. **Environmental sociology: a social constructionist perspective**. 2. ed. London/New York: Routledge. 1997.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science** **162**: 1244-1248. 1968.
- HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Missão e Atribuições**. Disponível em <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=348>> Acesso em 26/02/2013.
- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Unidades de Conservação Estaduais**, 2012. Disponível em <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>> Acesso em 26/02/2013.
- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Planos de Manejo**, 2012. Disponível em <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>> Acesso em 26/02/2013.
- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Atos Legais de Formação dos Conselhos**, 2010. Disponível em <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58>> Acesso em 26/02/2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. **Roteiro**

- Metodológico para a gestão de área de proteção ambiental, APA.** Brasília: Ed. IBAMA, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Ecossistemas. **Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica.** Brasília: Ed. IBAMA, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Florestas. Coordenação Geral de Florestas Nacionais. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais.** Brasília: Ed. IBAMA, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental. **Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Ed. IBAMA, 2006.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de Gestão**, 2010.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Ministério do Meio Ambiente **Relatório de Gestão**, 2011.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico dos Conselhos de Unidades de Conservação Federais**, 2011.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instituto divulga metas globais de desempenho**, 2012. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-geral/3212-instituto-divulga-metas-globais-de-desempenho.html>>. Acesso em 22/02/2013.
- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo: parques estaduais, reservas biológicas e estações ecológicas.** Rio de Janeiro. INEA. 2010. 116 p.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico: município de Guaratuba.** IPARDES, 2012.
- INSTITUTO PARANAENSE DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Paranaguá. **A pesca da tainha na Ilha do Mel: territorialidades, sociabilidades e técnicas.** Curitiba: Superintendência do IPHAN no Paraná, 148 p. 2012.

- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Programa Monitoramento de Áreas Protegidas, 2013.** Disponível em <<http://uc.socioambiental.org/unidade-da-federação/ucs-federais-por-uf-no-brasil>> Acesso em 26/02/2013.
- JACOBI, P.R. A gestão participativa de Bacias Hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços públicos colegiados. In: Coelho, V.S.P. & Nobre, M. **Participação e Deliberação. Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Editora 34. 2004.
- LANA, P.C.; E. MORONE; R.M. LOPES & E.C. MACHADO. The Subtropical Estuarine Complex of Paranaguá Bay, Brazil, p. 131-145. In: U. SEELIGER & B. KJERFVE (Eds). **Coastal Marine Ecosystems of Latin America.** Berlin, Springer-Verlag, 360p. 2001.
- LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** Bauru, SP: EDUSC. 2004.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.
- LIMA, D. M. 2002. Ética e Política Ambiental na Amazônia contemporânea. **Boletim Rede Amazônica 1(1).** Rio de Janeiro.
- LIMONT, M. Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais. **Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia 322.** Brasília, 2002.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação 7(1): 37-50.** 2004.
- LOUREIRO, C. F. B. *et al.* **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBAMA / IBASE, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e "inclusão social": problematização do paradigma analítico linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social.** São Paulo: Garamond, 2006. p. 115-129.
- LOUREIRO, C.F.B. & CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade 11(2): 237-253.** 2008.

- MAFRA, J. S. **História do município de Guaratuba**. 1952.
- MARCÍLIO, M. L. **Caçara: Terra e População**. São Paulo: Pulinas/CEDHAL. 1986.
- McCAY, B.J. & JENTOFT, S. “Market or community failure? Critical perspective on common property research”. **Human Organization** **57**: 21–29. 1998.
- MILL, J. S. **Principles of political economy**. London: Penguin Books. 1970.
- MOUFFE, C. Cidadania, democracia e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade** **3**: 11-26. 2003.
- MOURA, M. **Os Herdeiros da Terra**. São Paulo: Hucitec. 1978.
- MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caçara**. São Paulo: Paz e Terra. 1980.
- NAMUR, S. Posse e Propriedade na Contemporaneidade. **EOS – Revista Jurídica da Faculdade de Direito – 1(4)**: 212-227. 2008.
- OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965. 186 p.
- OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280 p.
- OSTROM, E. “A behavioral approach to the rational choice theory of collective action”. **The American Political Science Review** **92**: 1-22. 1998.
- OSTROM, E. Reformulating the commons. **Ambiente & Sociedade** **10 (1)**: 1-21. 2002.
- OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science** **325 (5939)**: 419-22. 2009.
- PARANÁ. **Decreto Estadual** n° 1.234/92, de 27 de março de 1992. Declaração da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. **Diário Oficial**, Curitiba, PR, 27 de mar. de 1992.
- PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Portaria Estadual** n° 22/06, de 08 de março de 2006. Institui o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 08 de mar. de 2006.
- PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Portaria Estadual** n° 103/07, de 04 de junho de 2007. Aprovação do Plano de Manejo da APA de Guaratuba. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 04 de jun. de 2007.
- PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Decreto Estadual** n° 115/07, de 02 de julho de 2007. Proíbe o exercício da pesca com o emprego de redes de quaisquer tipos, na baía de Guaratuba. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 02 de jul. de 2007.

- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Resolução Estadual** n° 016/09, de 30 de março de 2009. Proíbe a pesca nos meses de novembro e dezembro das espécies de robalo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 30 de mar. de 2009.
- PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. Portaria Estadual n° 180/02, de 07 de outubro de 2002. Institui normas protetivas à captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 07 de out. de 2002.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1992.
- PEREIRA, M. A. G. Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes, diferenças e desafios. In: Dagnino, E. & Tatagiba, L. **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos editora universitária. 2007.
- PEREIRA, L. A.; MELLINGER, L. L., DREYER, M.; DIEDERICHSEN, A.; CHATWIN, A. & OSTRENSKY, A. Plano de Conservação e gestão da baía de Guaratuba. **Relatório técnico**. TNC/GIA, 2008.
- PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. Recursos, influência política e cultura cívica nos conselhos gestores de Curitiba. In: Dagnino, E. & Tatagiba, L. **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos editora universitária. 2007.
- PERONI, N. Ecologia e genética da mandioca na agricultura itinerante do litoral sul paulista: uma análise espacial e temporal. 246 p. **Tese (Doutorado em Biologia Vegetal)** - Instituto de Biologia, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2004.
- PIERRI, N.; ÂNGULO, R. J.; SOUZA, M. C. & KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Editora UFPR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente 13**: 137-167. 2006.
- PINA, J.V. & CHAVES, P. T. A pesca da tainha e parati na Baía de Guaratuba, Paraná, Brasil. **Acta Biológica Paranaense 34 (1, 2, 3, 4)**: 103-113. 2005.
- PINHEIRO, M. B. As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres: notas iniciais de pesquisa. **Anais do II Seminário Nacional: movimentos sociais, participação e democracia**. UFSC, Florianópolis. 2007.
- PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo 1(2)**: 50-72. 1996.
- QUINTAS, J. S. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: **Quintas, J.**

- S. (Org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: IBAMA, p. 11-19. 2000.
- RAHNEMA, M. Participation. In: **The development dictionary.** Joannesburg: Witwatersrand University Press, Zed Books, Londres, 1995.
- RAMIRES, M.; MOLINA, S. M. G. & HANAZAKI, N. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. **Biotemas** **20(1)**: 101-113. 2007.
- REIS, M. **Arengas & Picicas: Reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas.** Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. 178p. 2005.
- RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB** **45**: 71-92. 1988.
- RODRIGUES, C. L. Abordagem participativa e arranjos institucionais voltados à conservação da Mata Atlântica. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS.** Brasília, 2008.
- ROUGEULLE, M. D. Pescas Artesanais de Guaraqueçaba. In: **Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3, 1.** São Paulo: PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN. 281-88. 1989.
- RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia.** Manaus: Ibama, 135p. 2005.
- SAMPAIO, R. Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense. **Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)**- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.
- SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987.
- SANT'ANA, D. Transformações sociais em uma comunidade camponesa do litoral sul do Paraná: territorialidade, estratégias de resistência, práticas materiais e parentesco. **Dissertação (Mestrado em Sociologia).** Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.
- SCHLAGER, E.; BLOMQUIST, W. & TANG, S. Y. "Mobile flows, storage, and self-organized institutions for governing common-pool resources". **Land Economics** **70(3)**: 294-317, 1994.
- SCHIMINK, M. & Wood, C. **Contested Fronteiers in Amazonia.** Columbia University Press. Columbia. 1992.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. & SILVA-JUNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade** **12 (2)**: 273-292. 2009.

- SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** **51 (18)**: 99-120. 2003.
- SEMA/IAP/Programa Pró-Atlântica. 2003. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. SEMA/IAP/Programa Proteção da Floresta Atlântica-Pró Atlântica/Paraná. Curitiba. 261 p.
- SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARÁ. Diretoria de Áreas Protegidas. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Estado do Pará**. Belém: SEMA, 2009.
- SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais/ Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. **Roteiro para elaboração de planos de gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas**. Manaus, 2007.
- SHAPIRO, I. Optimal deliberation. In: Fishkin, J; Laslett, P. **Debating deliberative democracy**. Oxford: Blackwell publishing, p. 80-101. 2003.
- SILVA, S. R. Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caíçara, transformações de uma população tradicional camponesa. **Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SILVEIRA, C. T. da & OKA-FIORI, C. 2007. Influências Antrópicas no Remanescente de Floresta Atlântica na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba - PR. **Revista Eletrônica Geografar** **2(1)**: 60-76.
- SONDA, C. Comunidades Rurais Tradicionais da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba: Caracterização Sócio-econômica e utilização dos recursos vegetais silvestres. 193 f. **Tese (Doutorado em Ciências Florestais)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.
- TÖTO, P. Ferdinand Tönnies, um Racionalista Romântico. In MIRANDA, Orlando. **Para Ler Ferdinand Tönnies**. Edusp. São Paulo. 1995.
- TATAGIBA, L. & TEIXEIRA, A. C. C. Participação e democracia: velhos e novos desafios. **Civitas** **6 (1)**: 223-240. 2006.
- TEIXEIRA, A. C. C. & TATAGIBA, L. Dinâmicas participativas institucionalizadas e produção das políticas públicas. **Anais do VI Encontro da ABCP**. Unicamp, Campinas. 2007.

- VALENTE, T. P. Subsídios ao uso sustentável do cipó-preto – raízes de *Philodendron corcovadense* Kunth (Araceae). **Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010
- WEBER, M. **Conceitos Básicos de Sociologia**. Editora Moraes. São Paulo. 1987.
- WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”. O Campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**, Editora UNB/Tempo Brasileiro. 1990.
- WOORTMANN, K Migração, família e campesinato. In: WELCH. C. A. et al. (org.). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações Clássicas**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD. 2009 (1990).
- YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press. 2002.

Anexo

ROTEIRO DE CAMPO (ENTREVISTAS):

Depoimentos, Relatos, História Oral e Observação Participante (cotidiano, momentos coletivos de negociação)

1) ESTRUTURA E DINÂMICA FAMILIAR:

Nome da pessoa entrevistada, Idade

Comunidade/localidade/região/município

Onde nasceu, há quanto tempo reside no local, porque veio morar ali

Profissão, principal atividade, fonte principal de renda, auto-definição?

Escolaridade

Quantas pessoas moram na casa? Núcleos familiares/ Unidade familiar⁷⁸?

Propriedade gera renda?

Proprietário? Arrendatário? Parceiro? Ocupante?

Trabalho familiar?

Auxílio do Governo?

As pessoas migram (saem do seu local de moradia para passar um tempo em uma atividade e voltam depois / ou saem para sempre)? Para quê?

⁷⁸ Utiliza-se o termo “família nuclear” como aquela que consiste em um homem, uma mulher e seus filhos e denomina-se “unidade familiar” o espaço territorial que agrupa em uma única estrutura certo número de famílias nucleares. Desse modo, unidade familiar diz respeito a um conjunto de famílias nucleares, pertencendo a três ou mais gerações. Tal conjunto, compreendendo inúmeras famílias, pode conter também membros de famílias nucleares desfeitas e indivíduos solteiros.

Relação com o mercado

Mecanismos de Subsistência

Calendário Sazonal (distribuição ao longo dos meses) com as principais atividades econômicas e de subsistência (agricultura – plantio, colheita; criação de animais; pesca – espécie x, espécie y; extrativismo, procura de trabalho, turismo, comércio)

Período(s) que exige maior e menor demanda por mão-de- obra familiar

Divisão social do trabalho (idade, gênero)

Espaço dos homens, espaço das mulheres? (mar, mangue, mata, praia?)

Identificar as atividades desenvolvidas no passado, presente, perspectivas para o futuro e das alterações dos recursos naturais obtidos ao longo dos tempos

Importância das atividades para reprodução material da família

Petrechos utilizados na pesca, tipos de barcos

Acordos, combinados, regras de uso dos recursos naturais na família? Conflitos, como lidam com eles?

Entender as estratégias das famílias para manter em funcionamento o sistema de produção de acordo com os recursos existentes e os acordos estabelecidos

A família participa de associação comunitária, produtores, colônia de pesca? Frequentemente reuniões? Quais as motivações em participar?

2) CONSTITUIÇÃO DAS “COMUNIDADES”:

Limites da “comunidade”, suas fronteiras

Quantas unidades familiares existem na “comunidade”?

Qual o grau de parentesco entre as unidades familiares?

Há quantos anos a “comunidade” existe?

De onde que as pessoas que aqui moram vieram?

Quais as religiões presentes na “comunidade”? Há harmonia? Conflitos?

Quais as formas de lazer?

As atividades produtivas são feitas em parceria? (mutirão, guaju?) Como ocorre?

A “comunidade” é organizada? Existe associação? Quem faz parte da diretoria? Qual a frequência das reuniões?

Existem instituições parceiras da “comunidade”?

O que faz (motivações) as “comunidades” criarem associações e regras?

Entender a percepção dos “comunitários” sobre o estado e uso (quantidade e frequência de coleta) dos recursos naturais

Acordos/combinados/regras de uso:

Todo mundo “coleta/extrai/pesca” em todos os lugares?

Há lugares específicos para cada um “pescar/catar”?

Há uma época que se “cata/pesca”?

Há técnicas de “captura/pesca” que são acordadas?

Como se organizam nestas atividades?

Obedeciam a normas de algum morador antigo? Ele controlava o acesso aos recursos existentes?

Permitia captura para consumo? Comercialização?

Quando se deu a quebra das regras/acordos?

Memória: tempo/espço de referência?

Regras são obedecidas nos dias atuais?

Há espaços /recursos que são das mulheres? Dos homens?

Há posse de diferentes pontos de pesca?

Há trocas?

Interações : relações pacíficas? conflituosas?

Conflitos? Como lidam com eles? Normas para evitar conflitos?

Há acordos para o tamanho (área) das unidades familiares dentro das “comunidades”?

Criação de animais - de forma coletiva, não possuindo cercas? Abertura de pastagens?

Transformações (mudanças) e permanências

Forças externas que promovem a mudança